

UNIVERSIDADE DE LISBOA

FACULDADE DE LETRAS



**Os Gestores de Informação nos Arquivos
Municipais entre o rio Mondego e a Área
Metropolitana de Lisboa**

ANA LÚCIA JESUS FILIPE

Dissertação orientada pelo Prof. Doutor Carlos Guardado da Silva,
especialmente elaborada para a obtenção do grau de Mestre em
Ciências da Documentação e Informação

2020

RESUMO

A presente dissertação analisa e pretende inquirir a relação entre os profissionais de informação e os Arquivos Municipais, tendo por base a questão: *Quem exerce a gestão da informação como sua profissão nos arquivos municipais portugueses?*

Este estudo tem por base um conjunto de objetivos que pretendem analisar, a nível de recursos humanos, os Arquivos Municipais portugueses, em particular entre o Mondego e a Área Metropolitana de Lisboa (Norte). Estes objetivos passam por perceber quantos arquivos municipais se encontram abertos ao público e em que circunstâncias; as categorias profissionais e as respetivas habilitações académicas; categorias profissionais e a sua representatividade em termos de faixa etária e sexo; assim como também perceber quem são os responsáveis pelos arquivos municipais, que qualificações têm. Na prática perceber quem são os recursos humanos afetos aos arquivos municipais. A seleção do tema apresentado deve-se à inexistência de estudos conclusivos face à problemática dos recursos humanos nos Arquivos Municipais. Desta forma, é possível perceber onde existem lacunas, ou aspetos que revelem necessidades de aperfeiçoamento. Evidenciando e constatando a importância e a relevância da função dos gestores de informação nestas instituições.

A metodologia aplicada para o desenvolvimento deste estudo teve por base primeiramente, numa análise teórica: a investigação documental; por outro lado a análise de resultados e a recolha de dados, tendo sido neste caso aplicados inquéritos por questionário à amostragem disponível dos arquivos municipais das NUTS III *grossa modo* entre os rios Tejo e Mondego. Na fundamentação teórica do estudo foi possível contextualizar os arquivos municipais enquanto serviço, e também a caracterização dos profissionais de informação, tendo por base estudos científicos de referência. Relativamente aos resultados obtidos via inquérito possibilitou a identificação não só de aspetos que condicionam o acesso à documentação, os suportes acessíveis para consulta e as unidades orgânicas responsáveis, para além dos aspetos relativos aos recursos humanos nos arquivos municipais. Percebemos também através do inquérito quais os municípios que aplicaram o Programa de Apoio à Rede de Arquivos Municipais, e certificação de qualidade, criando possibilidades para novos estudos.

Com este estudo foi possível aferir que existem cerca de 426 gestores de informação distribuídos pelos arquivos municipais, com algumas peculiaridades, sendo que existem 93 qualificados na área da Ciência da Informação: 78 são técnicos superiores e 15 assistentes técnicos. Contrariamente ao que era expectável, o profissional da informação, com formação em Ciência da Informação, encontra-se ainda ausente em muitos municípios.

PALAVRAS-CHAVE

Arquivista; Arquivo Municipal; Formação; Gestor da Informação; Profissional da Informação

ABSTRACT

This dissertation analyses and intends to investigate the relationship between professional information managers and the Municipal Archives, based on the question: *Who exercises information management as their profession in the Portuguese municipal archives?*

This study is based on a set of objectives that allow to analyse, in terms of human resources, the Portuguese Municipal Archives, between the Mondego and the Metropolitan Area of Lisbon (North). These objectives include perceiving how many municipal archives are open to the public and under what circumstances; professional categories and their academic qualifications; professional categories and their representativeness in terms of age and sex; as well as to understand who are responsible for the municipal archives, what qualifications they have. In practice, to understand who the human resources are assigned to the municipal archives. The remuneration level between sexes and age groups; existence of formations and to whom they are intended within the municipalities; the way archives communicate with their users, among others. The selection of the theme presented is due to the lack of conclusive studies regarding the problem of human resources in the Municipal Archives. In this way, it is possible to understand where there are gaps, or aspects that reveal needs for improvement. Evidencing and verifying the importance and relevance of the role of information managers in these institutions.

The methodology applied for the development of this study was based primarily on a theoretical analysis: documentary research; on the other hand, the analysis of results and the collection of data, in which case questionnaire surveys were applied to the sampling available from the municipal archives of NUTS III, roughly between the Tagus and Mondego rivers. In the theoretical basis of the study, it was possible to contextualize the municipal archives as a service, and the characterization of information professionals, based on scientific reference studies. Regarding the results obtained through the survey, it enabled the identification not only of aspects that condition access to documentation, the accessible supports for consultation and the responsible organic units, in addition to the aspects related to human resources in the municipal archives. We also realized through the survey which municipalities have applied the Support Program to the Municipal Archives Network, and quality certification, creating possibilities for new studies.

With this study it was possible to infer that there are about 426 information managers distributed by municipal archives, with some peculiarities, with 93 qualified in the Information Science area: 78 are senior technicians and 15 technical assistants. Contrary to what was expected, the information professional, trained in Information Science, is still absent in many municipalities.

KEYWORDS

Archivist, Information Manager, Information Professional, Municipal Archives, Qualifications

AGRADECIMENTOS

Agradeço a todos aqueles que colaboraram e interferiram de alguma forma para a realização deste estudo.

Agradecer ao Professor Doutor Carlos Guardado da Silva, sem ele este estudo não seria possível. Agradeço-lhe pelo desafio que espero ter aceitado com o mesmo entusiasmo; pela confiança que depositou em mim para o desenvolvimento deste tema; pelos telefonemas de incentivo e motivação, pela partilha de conhecimento e colaboração.

Aos membros dos municípios e/ou arquivos municipais que responderam ao inquérito, tornando possível a elaboração e concretização deste estudo, em particular aos recursos humanos que se mostraram disponíveis a responder às dúvidas que foram surgindo e que se tornaram complementares ao estudo, despendendo assim do seu tempo sem os mesmos não seria possível alcançar estes resultados. A todos o meu muito obrigada!

Grata também aos professores do curso de mestrado em Ciências da Documentação e Informação da Faculdade de Letras, da Universidade de Lisboa, pela partilha de conhecimentos, pelo incentivo e compreensão ao longo de todo este processo.

Aos colegas de trabalho e de curso com que me fui cruzando, pelo apoio, pela partilha de conhecimentos e pelo incentivo.

Ao Joaquim Machado pela partilha de conhecimento, pelas conversas e pela “biblioteca” que me disponibilizou.

Ao Bruno, às minhas Meninas, ao Alex: os meus, os que celebram comigo e me amparam nos momentos menos bons. Obrigada pela paciência, pelo carinho, pelas conversas sobre tudo e sobre nada, e pelo amor... sou muito grata a todos!

À minha família, em especial aos meus pais que me acompanharam e incentivaram ao longo de todo este percurso pessoal e profissional. A esta “equipa” que me suporta, ampara e que me permite sempre sonhar e seguir, e acreditar que vai correr bem.

A todos, o meu muito obrigada!

SUMÁRIO

RESUMO	1
<i>ABSTRACT</i>	2
AGRADECIMENTOS	4
SUMÁRIO	5
LISTA DE SIGLAS	9
ÍNDICE DE FIGURAS	10
ÍNDICE DE TABELAS	12
INTRODUÇÃO	13
1. Os Arquivos Municipais Portugueses	18
1.1. Evolução Histórica	18
1.2. Arquivos Municipais: Conceito e Papel na Sociedade	19
1.3. A Modernização Administrativa	25
1.4. Arquivos Municipais e Gestão Documental	28
1.5. Estudos Desenvolvidos	30
1.6. Gestores de Informação	42
2. Metodologia de Investigação	49
2.1. Definição da Problemática	49
2.2. Métodos De Recolha De Dados	51
2.2.1 Investigação Documental	53
2.2.2 Inquérito Por Questionário	55
2.2.3 Método Comparativo	57
3. Os Municípios – Caracterização	59
3.1. Área Metropolitana de Lisboa	59
3.1.1. Arquivo Municipal da Amadora	59
3.1.2. Arquivo Municipal de Cascais	62
3.1.3. Arquivo Municipal de Lisboa	66
3.1.4. Arquivo Municipal de Loures	70
3.1.5. Arquivo Municipal de Mafra	73
3.1.6. Arquivo Municipal de Odivelas	76
3.1.7. Arquivo Municipal de Oeiras	78
3.1.8. Arquivo Municipal de Sintra	80
3.1.9. Arquivo Municipal de Vila Franca de Xira	83
3.2. Região da Beira Baixa	86
3.2.1. Arquivo Municipal Castelo Branco	86

3.2.2. Arquivo Municipal de Idanha-a-Nova	88
3.2.3. Arquivo Municipal de Oleiros	90
3.2.4. Arquivo Municipal de Penamacor	91
3.2.5. Arquivo Municipal de Proença-a-Nova	92
3.2.6. Arquivo Municipal de Vila Velha de Ródão	93
3.3. Região de Coimbra	96
3.3.1. Arquivo Municipal de Arganil	96
3.3.2. Arquivo Municipal de Cantanhede	99
3.3.3. Arquivo Municipal de Coimbra	101
3.3.4. Arquivo Municipal de Condeixa-a-Nova	104
3.3.5. Arquivo Municipal da Figueira da Foz	106
3.3.6. Arquivo Municipal de Góis	107
3.3.7. Arquivo Municipal da Lousã	108
3.3.8. Arquivo Municipal da Mealhada	109
3.3.9. Arquivo Municipal de Mira	111
3.3.10. Arquivo Municipal de Miranda do Corvo	112
3.3.11. Arquivo Municipal de Montemor-o-Velho	114
3.3.12. Arquivo Municipal de Mortágua	116
3.3.13. Arquivo Municipal de Oliveira do Hospital	117
3.3.14. Arquivo Municipal de Pampilhosa da Serra	118
3.3.15. Arquivo Municipal de Penacova	119
3.3.16. Arquivo Municipal de Penela	120
3.3.17. Arquivo Municipal de Soure	122
3.3.18. Arquivo Municipal de Tábua	124
3.3.19. Arquivo Municipal de Vila Nova de Poiares	125
3.4. Região de Leiria	126
3.4.1. Arquivo Municipal de Alvaiázere	126
3.4.2. Arquivo Municipal de Ansião	127
3.4.3. Arquivo Municipal da Batalha	128
3.4.4. Arquivo Municipal de Castanheira de Pêra	129
3.4.5. Arquivo Municipal de Figueiró dos Vinhos	130
3.4.6. Arquivo Municipal de Leiria	131
3.4.7. Arquivo Municipal da Marinha Grande	134
3.4.8. Arquivo Municipal de Pedrógão Grande	135
3.4.9. Arquivo Municipal de Pombal	137
3.4.10. Arquivo Municipal de Porto de Mós	139
3.5. Região Lezíria do Tejo	142

3.5.1. Arquivo Municipal de Almeirim	142
3.5.2. Arquivo Municipal de Alpiarça	143
3.5.3. Arquivo Municipal da Azambuja	145
3.5.4. Arquivo Municipal de Benavente	147
3.5.5. Arquivo Municipal do Cartaxo	149
3.5.6. Arquivo Municipal da Chamusca	151
3.5.7. Arquivo Municipal de Coruche	152
3.5.8. Arquivo Municipal da Golegã	154
3.5.9. Arquivo Municipal de Rio Maior	154
3.5.10. Arquivo Municipal de Salvaterra de Magos	156
3.5.11. Arquivo Municipal de Santarém	157
3.6. Região Médio Tejo	159
3.6.1. Arquivo Municipal de Abrantes	159
3.6.2. Arquivo Municipal de Alcanena	161
3.6.3. Arquivo Municipal de Constância	162
3.6.4. Arquivo Municipal do Entroncamento	164
3.6.5. Arquivo Municipal de Ferreira do Zêzere	165
3.6.6. Arquivo Municipal de Mação	167
3.6.7. Arquivo Municipal de Ourém	169
3.6.8. Arquivo Municipal de Sardoal	170
3.6.9. Arquivo Municipal de Sertã	171
3.6.10. Arquivo Municipal de Tomar	173
3.6.11. Arquivo Municipal de Torres Novas	174
3.6.12. Arquivo Municipal de Vila de Rei	177
3.6.13. Arquivo Municipal de Vila Nova da Barquinha	178
3.7. Região Oeste	180
3.7.1. Arquivo Municipal de Alcobaça	180
3.7.2. Arquivo Municipal de Alenquer	181
3.7.3. Arquivo Municipal de Arruda dos Vinhos	183
3.7.4. Arquivo Municipal de Bombarral	184
3.7.5. Arquivo Municipal de Cadaval	184
3.7.6. Arquivo Municipal de Caldas da Rainha	185
3.7.7. Arquivo Municipal de Lourinhã	186
3.7.8. Arquivo Municipal de Nazaré	188
3.7.9. Arquivo Municipal de Óbidos	189
3.7.10. Arquivo Municipal de Peniche	191
3.7.11. Arquivo Municipal de Sobral de Monte Agraço	192

3.7.12 Arquivo Municipal de Torres Vedras	192
4. Análise de Resultados do Inquérito	196
4.1. Acesso à Documentação	198
4.1.1. Aberto ao Público e Horário	198
4.1.2. Consulta da Documentação e Serviços de Reprodução	207
4.1.3. Limitações de Acesso à Documentação	211
4.2. Organização e Regulamentação	213
4.2.1. Instalações	213
4.2.2. Regulamento Arquivístico	215
4.2.3. Unidades Orgânicas Responsáveis pela Gestão do Arquivo Municipal	218
4.2.4. Certificação da Qualidade/ Certificado de Sistema de Gestão da Qualidade	223
4.3. Profissionais da Informação Nos Arquivos Municipais	225
4.3.1. Categorias Profissionais e Qualificações	228
4.3.2. Categorias Profissionais e Faixas Etárias	233
4.3.3. Categorias Profissionais e Sexo	236
4.4. Responsável Pelo Arquivo – Caracterização	237
4.5. Programas de Incentivo e Ações de Formação	240
4.5.1. Programa de Apoio À Rede de Arquivos Municipais	240
4.5.2. Formações Desenvolvidas no Arquivo Municipal	243
4.5.3. Colaboradores e o Arquivo Municipal	246
Conclusão	248
Referências Bibliográficas	261

LISTA DE SIGLAS

AML – Área Metropolitana de Lisboa

BAD - Bibliotecários, Arquivistas e Documentalistas

CIA (inglês: ICA) - Conselho Internacional de Arquivos (International Council on Archives)

CPA - Código do Procedimento Administrativo

DAF – Divisão Administrativa e Financeira

DGLAB - Direção Geral do Livro, dos Arquivos e das Bibliotecas

DIJA - Divisão Jurídica e Administrativa

GTAM - Grupo de Trabalho de Arquivos Municipais

PARAM - Programa de Apoio à Rede de Arquivos Municipais

PCIAAL - Plano de Classificação da Informação Arquivística para a Administração Local

POAP - Programa Operacional da Administração Pública

RCAAP – Repositórios Científicos de Acesso Aberto de Portugal

SMA - Secretariado para a Modernização Administrativa

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1 Adesão de Arquivos Municipais por Distrito aos agregadores e diretório (Borges et al., 2017, p. 873)	37
Figura 2 Perfil de utilizadores (Borges et al., 2017, p. 872)	38
Figura 3 Evolução de recursos humanos efetivos (Henriques, 2008, p. 22)	41
Figura 4 Recursos Humanos: Qualificações do responsável (Henriques, 2008, p. 23)	42
Figura 5 Número de alunos por faixa etária (Pinto, 2018, p. 52)	46
Figura 6 Número de Alunos diplomados por ano e por especialização (Pinto, 2018, p. 44)	47
Figura 7 Complementaridade entre quantitativo e qualitativa (Coutinho, 2014, p. 37)	52
Figura 8 Investigação quantitativa versus qualitativa (Coutinho, 2014, p. 29)	52
Figura 9 Etapas do Procedimento (adaptado) (Quivy & Campenhoudt, 2005, p. 25)	54
Figura 10 Densidade Populacional AML Norte.....	59
Figura 11 Densidade populacional da Região da Beira Baixa (2018)(PORDATA - Densidade populacional, 2021).....	86
Figura 12 Densidade populacional da Região de Coimbra (2018)(PORDATA - Densidade populacional, 2021).....	96
Figura 13 Mapa de Portugal continental com indicação da área de estudo	196
Figura 14 Área Metropolitana de Lisboa (Norte): Arquivos Municipais abertos ao público (n = 9)	198
Figura 15 Beira Baixa: Arquivos Municipais abertos ao público (n=6).....	199
Figura 16 Região de Coimbra: Arquivos Municipais abertos ao público (n=19)	201
Figura 17 Região de Leiria: Arquivos Municipais abertos ao público (n=10)	202
Figura 18 Região de Lezíria do Tejo: Arquivos Municipais abertos ao público (n=11).....	203
Figura 19 Região Médio Tejo: Arquivos Municipais abertos ao público (n=13)	204
Figura 20 Região Oeste: Arquivos Municipais abertos ao público (n=12)	205
Figura 21 O Arquivo Municipal localiza-se em mais do que um polo? (n=69).....	213
Figura 22 Regulamento Arquivístico nos Arquivos Municipais (n=80)	216
Figura 23 Existe alguma unidade orgânica responsável pela gestão do Arquivo Municipal? (n= 69)	219
Figura 24 Certificação da Qualidade ou Certificado de Sistema de Gestão da Qualidade (n=69)	223
Figura 25 N.º de colaboradores nos Arquivos Municipais, por região (n=426)	226
Figura 26 Profissionais de Informação: Qualificação (n = 426)	228
Figura 27 Qualificações específicas em arquivo (n=93)	232
Figura 28 Profissionais de Informação: Categorias profissionais e faixas etárias	233
Figura 29 Emprego no sector das administrações públicas por cargo/carreira/grupo, segundo o subsector	234
Figura 30 Profissionais da Informação: Carreiras profissionais e Sexo	236
Figura 31 Elementos do sexo feminino na Administração pública(Síntese Estatística do Emprego Público (SIEP), 2021)	237
Figura 32 Responsáveis dos Arquivos Municipais: Sexo	238
Figura 33 Evolução por sexos na Administração Pública (Síntese Estatística do Emprego Público (SIEP), 2021)	239

Figura 34 Responsáveis pelos Arquivos Municipais: Qualificados em Ciência da Informação .	239
Figura 35 Responsáveis pelos Arquivos Municipais: Faixas Etárias (n=67).....	240
Figura 36 Candidaturas Programa De Apoio À Rede De Arquivos Municipais (PARAM)?	241
Figura 37 Nos últimos 2 anos desenvolveram-se formações no Arquivo Municipal? (n =80) ..	243
Figura 38 Destinatários da Formação (n=40)	244
Figura 39 Colaboradores especializados que não exercem funções (n=80)	247

ÍNDICE DE TABELAS

Tabela 1 Evolução dos Recursos Humanos 1998-2014 (C. Freitas & Marinho, 2014, p. 5)	36
Tabela 2 Dados comparativos: 1998-2019 (C. Freitas & Marinho, 2019, p. 4)	40
Tabela 3 Distribuição de profissionais da informação: carreira/sexo	68
Tabela 4 Distribuição de técnicos superiores por faixa etária	69
Tabela 5 Distribuição de assistentes técnicos por faixa etária	69
Tabela 6 Distribuição de assistentes operacionais por faixa etária	69
Tabela 7 Profissionais da Informação: Carreira/Sexo	75
Tabela 8 Profissionais da Informação: Carreira/sexo	79
Tabela 9 Profissionais da informação: Carreira/Qualificação	149
Tabela 10 Dados totais sobre os arquivos municipais abertos ao público (n=80)	206
Tabela 11 Suportes facultados para consulta presencial de documentação do Arquivo Municipal (n=80)	207
Tabela 12 Serviços de reprodução de documentos (n=80)	208
Tabela 13 Obstáculos limitam o acesso à informação/documentação nos Arquivos Municipais (n=80)	211
Tabela 14 Regulamento arquivístico nos arquivos municipais (n=80)	215
Tabela 15 Classificação dos Regulamentos Arquivísticos	217
Tabela 16 Unidades Orgânicas Responsáveis pelos Arquivos Municipais (n=65)	220
Tabela 17 Estrutura Orgânica dos Municípios que integram os arquivos em mais do que uma Divisão (n=11)	222
Tabela 18 Relação entre nº de gestores e frequência (n=426)	226
Tabela 19 Profissionais da Informação nos arquivos municipais da AML Norte: número por município, categoria e sexo (2015-2020)	227

INTRODUÇÃO

Com a evolução da sociedade da informação e com as novas exigências dos tempos em que vivemos, a formação e as qualificações desempenham uma crescente preocupação nas mais diferentes áreas do conhecimento.

A formação e as funções dos gestores de informação, inicialmente conhecidos como arquivistas, tornou-se uma preocupação desde muito cedo e agudizou-se com a extinção da carreira de técnico superior especializado em arquivo. Esta extinção veio desvalorizar o trabalho desempenhado pelo arquivista, que assume também funções essenciais na ótica da modernização administrativa (Antónia, 2007, p. 2).

O gestor de informação tende a dissociar-se cada vez mais da apresentação clássica de quem guarda a documentação, e que se limita a satisfazer as necessidades dos utilizadores. Atualmente, a formação predispõe o gestor de informação numa visão muito mais completa e diversificada, incluindo elementos do campo tecnológico, e tende a alargar o espectro do conhecimento para que consiga acompanhar a constante transformação e modernização da presente Sociedade da Informação (Antónia, 2007, p. 3).

Neste contexto, torna-se cada vez mais importante a qualificação dos recursos humanos numa perspetiva da prestação de serviços de informação de qualidade dentro das políticas públicas para a informação, os seus instrumentos de gestão, e a qualidade dos equipamentos e dos recursos disponíveis (C. G. da Silva, 2019, p. 27).

Atualmente, são profissionais especializados, que conhecem as técnicas de produção de documentos, normas e circuitos internos de documentação, conseguem agir e implementar modelos simplificados, que auxiliam também em situações de redução de produção documental. São, portanto, estes profissionais considerados meios de mudança essenciais para o desenvolvimento e consolidação de processos de mudança (C. G. da Silva, 2008, p. 2).

Embora o estudo desenvolvido por Maria João Pires de Lima seja de 1992, mencionava as necessárias especializações dentro da sua área exigidas aos gestores de informação, bem como a necessária versatilidade dos mesmos face aos desafios para além dos seus conteúdos funcionais. Defende que o papel do arquivista consiste em ajudar a sociedade a reinventar-se, na medida em que deverá tornar acessível, conservar e preservar o seu património documental, para que nunca se questionem as origens, e a identidade daquele município.

Um país sem arquivistas é um país sem Arquivos, e um país sem Arquivos é um país sem Memória, sem Cultura, sem Direitos. (Lima, 1992, p. 26)

Esta afirmação comprova que, apesar do passar dos anos, o papel dos arquivos e dos gestores de informação é imprescindível para um país e para a sua história, sendo possível manter viva e salvaguardar a memória e o património que nos define enquanto país e enquanto cidadãos. Os arquivos contribuem para a construção da sociedade e na proteção e salvaguarda da informação, contribuindo desta forma também para o seu desenvolvimento e modernização.

Uma sociedade que negligencia a informação e como tal os seus arquivos, põe em causa as suas origens, a sua identidade e condiciona o seu desenvolvimento. (Lima, 1992, p. 22)

Apesar de a afirmação supramencionada ter cerca de trinta anos, é intemporal no seu sentido, uma vez que a identidade de um país se faz das suas memórias, da informação e de como são salvaguardadas, e só é possível desenvolver e modernizar conhecendo esse património. Neste estudo, os Arquivos Municipais em conjunto com os gestores de informação divulgam não só o património, mas colaboram nos processos de políticas públicas. São estes profissionais especializados, que conhecem as técnicas de produção de documentos, normas e circuitos internos de documentação, que conseguem agir e implementar modelos simplificados, e que auxiliam também em situações de redução de produção documental. São, portanto, estes profissionais considerados meios de mudança essenciais para o desenvolvimento e a consolidação de processos de mudança (C. G. da Silva, 2008, p. 2).

Desta forma, e com o intuito de uma maior qualidade na prestação de serviços de informação, o gestor de informação assume uma relevância pela formação que dispõe.

Em Portugal, o tema da Modernização Administrativa assumiu maior destaque no II Governo Constitucional (02/1978 a 09/1978), contando com a Lei de Bases da Reforma Administrativa (C. G. da Silva, 2007, p. 1). Desde então tem-se verificado um maior interesse no âmbito de uma maior resolução nos processos através da simplificação e desburocratização, contribuindo para a melhoria e valorização dos serviços de atendimento e esclarecimentos ao cidadão.

O serviço de arquivo adquire também um papel crucial enquanto instrumento de gestão da documentação e da informação, e torna-se decisivo para o bom funcionamento e desempenho das organizações (C. G. da Silva, 2008, p. 2).

Independentemente do tipo de instituições públicas ou privadas, as estruturas de arquivo focam-se na documentação produzida na consequência da sua atividade, assim como também no local onde esta documentação é organizada, conservada e consultada e, nos instrumentos inerentes a estes processos. É na complexidade intrínseca a esta estrutura que o desenvolvimento de instrumentos normativos e de regulação se tornam inadiáveis e fundamentais para boas práticas nos arquivos (C. G. da Silva, 2008, p. 2).

Esta informação reforça a necessidade de as entidades produtoras reconhecerem que a gestão documental é, além de fundamental, crucial para o funcionamento dos serviços de arquivos e é rentável, como acima de tudo inadiável para uma reforma e modernização da estrutura (C. G. da Silva, 2008, p. 4).

As políticas públicas para a informação têm-se afirmado de forma crescente, o seu papel no acesso à informação tem vindo a ser cada vez mais reconhecido, e conseqüentemente reconhecida também a sua participação cívica e a consolidação da cidadania, bem como o seu contributo para os *Objetivos do Desenvolvimento Sustentável da Agenda UN2030*. Estão lhe intrínsecas a prestação de serviços de informação de qualidade, assim como a qualidade das suas estruturas, equipamentos e recursos.

Reitera-se que, que parte essencial do centro da qualidade das organizações são os seus recursos humanos, o que faz com que a função e a formação dos recursos humanos sejam essenciais para a prestação de serviços de qualidade.

Existem estudos anteriormente realizados relativos aos gestores de informação e as funções que exercem nos arquivos municipais, contudo os resultados revelam-se inconclusivos. Neste sentido, a pertinência deste estudo depara-se com a necessidade de conhecer os profissionais da informação a exercer funções nos arquivos municipais portugueses, propondo ultrapassar as fragilidades e responder a questões essenciais como: o seu número, formação, categoria profissional, faixa etária e sexo.

Propõe-se a elucidar quem são os gestores de informação que exercem funções nos Arquivos Municipais, neste caso em particular nas regiões entre o Rio Mondego e o Rio Tejo, compreendendo sete regiões em NUTS III, que equivalem a 80 municípios de

Portugal continental, sendo as regiões as seguintes: a região norte da Área Metropolitana de Lisboa que contempla 9 municípios; Região da Beira Baixa; Região de Coimbra; Região de Leiria; Região de Lezíria do Tejo; Região de Médio Tejo, e por fim a Região Oeste.

O objetivo principal deste estudo é conhecer a realidade atual nos arquivos municipais, no que concerne a questões como: número de recursos humanos afetos; a sua formação; faixa etária; sexo, e a sua categoria profissional. Com estes elementos, foi possível chegar à seguinte pergunta de investigação:

Quem exerce a gestão da informação como sua profissão nos arquivos municipais portugueses?

Esta dissertação encontra-se dividida em quatro capítulos: revisão de literatura, enquanto suporte teórico; a metodologia, que consiste na explicação dos procedimentos metodológicos que orientaram este estudo; a caracterização das regiões e municípios, que permite um maior conhecimento e uma consolidação dos dados para um maior rigor para o capítulo seguinte, e análise e discussão de resultados, que consiste fundamentalmente na apresentação dos resultados obtidos dos inquéritos, tornando-os passíveis de discussão tendo por referência os princípios teóricos.

Inicia-se com a revisão de literatura pela abordagem dos conceitos. É descrita a evolução histórica dos arquivos municipais desde os seus primórdios até ao conceito e ao papel que foram adquirindo ao longo dos tempos. Inevitavelmente, a problemática da modernização administrativa e da gestão documental. Analisam-se; também os estudos anteriormente desenvolvidos sobre esta problemática. Estuda-se também a evolução do papel do gestor de informação, tendo por base a bibliografia especializada e os estudos já desenvolvidos neste sentido.

Segue-se o capítulo da metodologia em que se assume a pergunta de partida, os objetivos, e a abordagem metodológica deste estudo. É um estudo empírico e exploratório, sendo uma investigação de natureza qualitativa, que assenta em métodos mistos permitindo caracterizar os territórios, os arquivos municipais e os respetivos profissionais de informação afetos. No que concerne à revisão de literatura, esta rege-se pelo método de investigação documental, que torna possível recuperar estudos anteriores. Por outro lado, no âmbito da recolha de dados elaborou-se um inquérito por questionário na ferramenta online *Google Forms*. Assim, no contexto da análise de resultados e recolha

de dados foram aplicados inquéritos por questionário à amostragem dos arquivos municipais descritos.

O terceiro capítulo define-se pela caracterização dos municípios inquiridos, depende, não só, dos resultados obtidos via inquérito dirigido aos municípios, mas também das informações obtidas nas páginas da *Internet* das próprias Câmaras Municipais, que permitem aferir os dados de cada município (informações demográficas, despesas com arquivos de cada município), para uma consolidação e posterior comparação e discussão.

O quarto capítulo, identifica-se pela análise e discussão dos resultados, revisitando os princípios estabelecidos no primeiro capítulo - revisão da literatura -, e consolida através do método comparativo, a análise de resultados que permite confrontar os resultados obtidos entre regiões, com os dados da administração pública local autónoma, disponíveis pela Direção-Geral da Administração e do Emprego Público (DGAEP).

Por último, na conclusão, recuperam-se todos os pontos mencionados ao longo do estudo, reforçando a pertinência da pergunta de partida e os objetivos, para que se estabeleçam ilações sobre o presente estudo, e até apresentar possíveis investigações futuras.

1. Os Arquivos Municipais Portugueses

1.1. Evolução Histórica

Atendendo ao conhecimento histórico da realidade dos arquivos municipais, nos períodos medieval e moderno, comprovamos que este é muito inconstante. É perceptível que muitos dos municípios nem sempre tiveram preocupações relativamente à conservação adequada do seu arquivo, chegando mesmo a perderem-se praticamente por inteiro devido a algum tipo de negligência (F. Ribeiro, 1995, p. 11).

Somente no século XVIII são mencionadas as primeiras iniciativas vocacionadas à referência do acervo dos arquivos municipais, as quais se devem primeiramente à ação da Academia Real da História Portuguesa – 8 de dezembro de 1720 - e, mais tarde, à Academia das Ciências de Lisboa. O aumento da procura dos arquivos, em função do valor histórico dos documentos, insere-se num contexto de aumento da curiosidade pelo passado e do racionalismo intrínseco ao Iluminismo vivenciado à época (F. A. Ribeiro, 1998, pp. 277–289).

Esta valorização dos arquivos traduziu-se numa série de ações vocacionadas a identificar e inventariar o acervo documental conservado pelos mesmos, as quais tiveram lugar entre 1788 e 1794 (F. A. Ribeiro, 1998, p. 292).

Todavia, ao longo dos séculos XIX e XX, foram publicados alguns estudos relativos a um ou outro arquivo municipal. Contudo, só em 1975 surge efetivamente um estudo dedicado aos arquivos municipais, da autoria do académico correspondente da Academia Portuguesa da História -- António Alberto Banha de Andrade (F. A. Ribeiro, 1998, pp. 277–278).

Este interesse vai fazer com que se procure identificar o acervo documental neles conservado e faz nascer preocupações relativas à sua conservação, dando origem a estudos hoje fundamentais para um conhecimento desses arquivos (F. A. Ribeiro, 1998, pp. 289–290).

A partir do século XXI é incontestável o avanço da sociedade e das novas tecnologias da informação, e com tais condições é notória a crescente necessidade de modernização administrativa.

1.2. Arquivos Municipais: Conceito e Papel na Sociedade

Define-se arquivo municipal como um «arquivo público responsável pela aquisição, conservação e comunicação dos arquivos municipais», (Alves et al., 1993, p. 9), que resultam da atividade administrativa de um município. São estes, enquanto «produto natural da atividade municipal também a memória e a experiência da administração local, e também agentes indispensáveis de continuidade de ação e de preservação dos direitos municipais» (Peixoto, 2002, p. 104).

São, por excelência, fontes de prova, construtores de identidade, gestores de informações orgânicas e guardiões da memória. Estas unidades administrativas, de informação e culturais, têm obrigações acrescidas na preservação e difusão da memória coletiva e na garantia de direitos, sendo o reflexo natural e estruturado da vivência de gerações, a identidade de comunidades que usufruem territórios específicos. No decorrer do presente século, assumem também posição nos municípios portugueses, servindo a administração pública, a administração privada, o indivíduo, a sociedade, a cidadania, em suma a todos. Estas entidades abrangem toda a documentação produzida ou conservada pelos diferentes organismos e serviços, beneficiando também de espaço de memória. O suporte dessa mesma documentação é irrelevante, embora exija, por parte dos arquivos municipais, uma indubitável e eficiente gestão documental (Peixoto, 1997, p. 46, 2002, pp. 97–100).

Progressivamente, as entidades políticas apercebem-se que os arquivos municipais em Portugal são uma realidade fundamental na gestão municipal e, como Sistemas de Informação, são fundamentais à construção e vigência de uma efetiva administração aberta (Peixoto, 2019, pp. 15–16).

Este princípio da administração aberta ou o sistema de arquivo aberto, reconhecido no *Código do Procedimento Administrativo* (CPA) é um princípio bastante abrangente, na medida em que afeta todos os arquivos e registos dos serviços das autoridades administrativas onde se encontrem instalados. Este não elege o tipo de atividade expandida pelas autoridades administrativas, e engloba qualquer tipo de documento, independentemente da sua origem e forma (mapas, rascunhos, ficheiros, etc.). Não se restringe somente às pessoas com interesses em discussão no procedimento, mas a todos os cidadãos. Esta difusão dos arquivos constitui um provável controlo democrático sério, da real participação dos cidadãos e da efetiva defesa dos seus direitos e interesses. Nesta

vertente, é um necessário instrumento da plena democratização da vida administrativa. O CPA introduziu uma nova perspectiva na questão da acessibilidade, dado que apenas os serviços dotados de recursos humanos especializados, como os técnicos de arquivo, em quantidade suficiente poderão fazer face ao desafio posto por aquele diploma, uma vez que o arquivo terá de desenvolver uma série de funções, que permitam o tratamento dos documentos nas suas três idades: ativa, intermédia e final (histórica)(Peixoto, 1997, pp. 46–49).

«A primazia do arquivo histórico sobre qualquer outro tipo de arquivo é uma realidade desde há décadas na administração municipal.» (Peixoto, 1997, p. 44)

A sua visão institucional remete-nos prontamente para o contexto histórico, na medida em que durante algum tempo a diferenciação entre arquivo municipal e arquivo histórico era praticamente indissociável.

Contudo, com a crescente autonomia é possível delimitá-los de certo modo: se atendermos às características dos fundos, às funções e ao perfil do serviço dos próprios arquivos históricos municipais. Possuem uma identidade muito própria, o que permite a diferenciação de outros organismos com funções culturais. Esta autonomização é possível pela criação de autênticos serviços de arquivo, na dependência dos municípios (F. Ribeiro, 1995, p. 19).

Sabemos ainda que parte substancial do património arquivístico nacional se encontra sob a custódia das Câmaras Municipais, mesmo que tal possa ter significado alguma vulnerabilidade na sua salvaguarda e organização. São os municípios quem monopoliza esta documentação tão preciosa e insubstituível, que proporciona o desenvolvimento de investigações sobre a história daqueles locais. É possível através arquivos municipais expandir a dinamização cultural e histórica de alguns destes locais, permitindo o acesso aos documentos, estimulando o interesse e proporcionando uma procura pelos mesmos, não só para fins académicos. Estes conjuntos de documentos são de uma riqueza e diversidade incontestáveis. Estes são considerados um apoio essencial às instituições de que dependem, pelo seu valor informativo. Além dos documentos produzidos pelas próprias Câmaras Municipais, custodiam também fundos de arquivo ou coleções de documentos de diversa proveniência, embora não tenham obrigatoriedade de recolher o património arquivístico dos respetivos territórios, uma vez que existem instituições

criadas para esse efeito. Os arquivos municipais não são somente estabelecidos no âmbito de servirem os utilizadores, ou a sua abertura ao público, mas também de auxiliarem as próprias instituições em que são integrados, pelo valor informativo que lhes é intrínseco (F. Ribeiro, 1995, pp. 15–18).

Com a chegada do século XXI, colocam-se grandes desafios e exigências aos arquivos municipais. Estes, atendendo à sua origem e à consciência da crescente afirmação do poder local, têm de se preparar e estruturar para atender às novas necessidades exigidas com o evoluir dos anos. Traduz-se também no número de arquivos históricos, sob proteção dos municípios, que, desde a década de 80, têm sido minimamente estruturados, instalados e acessíveis aos utilizadores. No que respeita especificamente aos arquivos municipais, são estes que, face aos desafios permanentes da modernização administrativa, se mostram imprescindíveis para a salvaguarda da democracia e para a promoção da cidadania (F. Ribeiro, 1995, p. 11).

Na década de 80, as tecnologias da informação e comunicação contribuíram de forma quase imediata e decisiva para a alteração dos hábitos laborais e ligados ao ócio, sobretudo ao nível da produção, organização, divulgação, partilha, acesso e uso da informação. Caminhamos rapidamente para uma maior globalização, onde se perderam as fronteiras regionais, essa globalização trouxe a noção de “Sociedade em Rede”, “Sociedade da Informação” e “economia do conhecimento”, alicerçada no novo fator de riqueza da Era da Informação – a própria informação (M. C. V. de Freitas & Silva, 2016, pp. 3–4).

Com o decreto-lei n.º 16/93, o arquivo municipal surge classificado pelo seu âmbito territorial, «quando reúne predominantemente a documentação relativa a um município ou proveniente de organismos administrativos do mesmo âmbito» (alínea a) do n. 1 do art.º 9). Ainda no mesmo artigo, na alínea b, apresenta características quanto à sua titularidade: «arquivo público, quando reunido por uma entidade pública», enquanto hoje a sua classificação depende da natureza do produtor. Segundo o n.º 2 do art.º 10: «a criação de um arquivo definitivo público de âmbito municipal cabe às autarquias locais, ouvido o órgão de gestão». E, neste contexto, uma decisão política ilimitada, que não exige a

criação do serviço e a dotação do mesmo de recursos humanos com formação técnica e científica especializada.

Por sua vez, *Portaria 412/2001, de 17 de abril*, com a promulgação do Regulamento Arquivístico para as Autarquias Locais, que, sendo “aplicável à documentação produzida e recebida pelas autarquias locais no âmbito das suas atribuições e competências”, autenticava normalizar os princípios de avaliação, a seleção e a “eliminação dos documentos das autarquias locais”, “bem como os procedimentos administrativos que lhes estão associados”. O mesmo decreto revogou a *Portaria 503/86, de 9 de setembro*, e publicou uma tabela que delimitaria o tempo e o destino final dos documentos de arquivo, indevidamente designada por Tabela de Seleção, que posteriormente foi alterada pela *Portaria 1253/2009, de 14 de outubro* (C. G. da Silva, 2019, pp. 36–37).

Os municípios, *per se*, promovem ativamente o desenvolvimento local e regional, sendo um desenvolvimento essencial para cada um dos seus territórios, para as suas populações, assim como o acesso igualitário de todos os cidadãos aos serviços essenciais, com um enfoque especial no direito à informação, à identidade e à memória coletiva. Todos estes aspetos anteriormente enunciados são assegurados pelos arquivos municipais (Machado, 2004, pp. 120–122).

A arquivística, nomeadamente, a municipal evoluiu nas últimas décadas de uma forma exponencial, porque para além duma conceção reunida pelos aspetos relacionados com a conservação de documentos, adquiriu também como valor dominante o serviço e a integração nas instituições que serve (Peixoto, 2019, pp. 15–16). Estes arquivos são a melhor forma de preservar a memória das organizações, protegendo os interesses e direitos dos diversos intervenientes com quem interagem – acionistas, colaboradores, clientes e fornecedores, quer no presente quer no futuro (António, 2009, p. 13).

Outrora, o arquivo era considerado como um local inacessível, pensamento que ainda permanece apesar das mudanças inerentes de hoje. Todavia, importa modificar esta imagem através do desenvolvimento de atividades que se incorporam com as necessidades da comunidade conseguindo elevar o estatuto do arquivo a um serviço cultural de prestígio (Antunes, 2010, pp. 2–3).

É fundamental o conhecimento por parte de toda a comunidade do que é efetivamente um arquivo e, qual a sua função inserida na comunidade, para que se possam entender

também os arquivistas e o seu papel interventivo. Durante algum tempo, este desconhecimento face ao arquivo municipal, e adicionalmente aos diversos preconceitos relativamente às funções e objetivos de um arquivo, levaram ao seu descrédito. A ideia preconcebida existente prendia-se a que maior parte da população considerasse o arquivo como um “depósito de papéis velhos”, ou o local onde se “guardava o arquivo morto”, com “cheiro a mofo”, onde quem trabalhava era “menos capaz”, ou até mesmo que pouco trabalho fazia, para além de guardar, zelosamente, para que ninguém tocasse nas preciosidades muito antigas que possuíam”. Face a este cenário era fundamental mudar esse preconceito, e para isso havia que sensibilizar a população para a importância da salvaguarda dos arquivos, fossem eles públicos (câmaras municipais, juntas de freguesia), privados (confrarias, irmandades, casas comerciais, famílias, pessoais), entre outros (Fernandes, 2016, p. 1)

Embora ainda exista um longo caminho a percorrer relativamente aos arquivos municipais, é notória a sua evolução, a estruturada e crescente modernização, a qualidade e inovação da própria administração pública, que impõe recursos humanos e financeiros bem mais elevados do que tradicionalmente seriam expectáveis para esta área. Além da dificuldade pela eliminação de documentação, outra das dificuldades que tem conhecido progressos altamente significativos, desde meados da década de 90 do século XX, é o conhecimento dos fundos existentes nestes arquivos municipais, uma vez que com frequência eram vistos como depósitos de massas acumuladas dos quais pouco sabíamos (Peixoto, 2019, p. 46).

A. Malheiro da Silva refere-se aos arquivos municipais, salientando que a «correta utilização das fontes é uma condição essencial para o sucesso ou insucesso de qualquer investigação histórica». Defende que atendendo à natureza do arquivo municipal, entendido como Sistema de Informação, tem prioritariamente de propagar e de contribuir para a transparência e para o bom funcionamento da respetiva instituição (A. M. da Silva, 1998, pp. 125–128)

São reconhecidos os urgentes desafios aos arquivos municipais:

1º constituir redes informais como forma de partilha de conhecimentos, experiências, sedimentação de parcerias, discussão de políticas e abordagens profissionais por parte dos arquivistas, com os objetivos de resolver problemas técnicos e de aumentar a visibilidade do trabalho arquivístico;

- 2º Acentuar a promoção da implementação de uma política de gestão integrada de arquivos orientada para critérios de qualidade e existência de recursos humanos especializados no seio dos municípios;
- 3º Reiterar a necessidade de os arquivos possuírem edifícios devidamente dimensionados para o exercício da sua missão;
- 4º Assegurar e garantir a efetiva implementação de planos de preservação digital nas autarquias locais;
- 5º Reforçar a necessidade de os arquivistas intervirem e serem parte constituinte das equipas que definem e orientam as estratégias de gestão documental e de gestão da qualidade, visando a maior celeridade, rapidez, eficácia e eficiência, bem como melhoria contínua, no acesso à informação e ao conhecimento;
- 6º Reafirmar a transparência dos atos administrativos, a igualdade de acesso dos cidadãos à informação e a permanente democratização da gestão municipal;
- 7º Reconhecer a pertinente e legítima consagração das carreiras específicas de Técnico Superior, Técnico, Coordenador Técnico, Assistente Técnico e Assistente Operacional na Área de Arquivo;
- 8º Revisão urgente do Regulamento Arquivístico para as Autarquias Locais – Portaria n.º 1253, de 14 de outubro de 2009;
- 9º Modernização dos procedimentos administrativos através da inovação de práticas e de instrumentos de trabalho (Peixoto, 2011, p. 1)

Integrando cronologicamente os arquivos municipais nas políticas públicas em Portugal, entre 1976 e a atualidade, importa definir o que se considera como política pública para a área dos arquivos, e particularmente os arquivos municipais. Segundo Vázquez Murillo, o mesmo defende que a política arquivística como uma construção coletiva:

«aquella política que formula objetivos y propone los medios apropiados para servir a los derechos y necesidades de la sociedad en su conjunto; de las instituciones productoras/receptoras de los documentos; de los interesados individuales o instituciones y, por último, de los investigadores retrospectivos.» (C. G. da Silva, 2019, p. 27)

Tal como menciona C. G. da Silva, no período 1989-1992, deparamo-nos com os grandes desafios, e estes colocavam-se no desenvolvimento dos «recursos humanos ao serviço da administração como fator decisivo para a melhoria da qualidade dos serviços prestados». O privilégio das formas de organização e circulação para a célere informação

com amplo recurso às tecnologias da informação, quando a informatização era ainda principiante na administração pública local em Portugal. Neste aspeto, o período seguinte, 1994-1999 será de mudança no âmbito das políticas governamentais para os arquivos e, sobretudo, para os arquivos locais. Continuando no mesmo estudo, no período compreendido entre 2005-2009 pretendia-se a conclusão dos projetos em curso no âmbito da *Rede dos Arquivos Municipais* (Lei n.º 115-88, 1988; Lei n.º 52/2005 de 31 de agosto, 2005; C. G. da Silva, 2019, p. 35).

Em suma, os arquivos municipais vêm de forma crescente a assumir um papel de destaque na sociedade atual, tentando conciliar as tecnologias da informação e comunicação e os consequentes desafios e mentalidade. Com a preocupação crescente pela preservação e conservação do património registado, a partir de sensivelmente 1980, verifica-se essa mudança de mentalidade face aos arquivos, que outrora haviam sido vistos como depósitos de massas acumuladas, sem qualquer critério ou rigor no seu tratamento de documentação. Progressivamente foi concebida a noção de que com a organização dos arquivos e o tratamento dos seus fundos, é possível torná-los acessíveis a consulta e recuperar a informação de forma eficiente.

1.3.A Modernização Administrativa

Também desde os anos 80, os arquivos históricos, sob tutela dos municípios, têm sido organizados e preparados para acolher o público (Peixoto, 1997, p. 44). Contudo, e durante algum tempo, a perceção do arquivo municipal era a de um depósito caótico de fontes de documentais, uma vez que não havia qualquer «levantamento sistemático dos arquivos e o estudo rigoroso da documentação que estes continham» (Peixoto, 1997, pp. 43–44).

Segundo Maranhão Peixoto, apenas com a organização e a estruturação dos arquivos municipais se torna possível a modernização administrativa, e para isso, será necessária a cooperação entre administrativos e arquivistas, polos complementares de uma mesma realidade. O administrativo é o primeiro arquivista na organização, deverá ser conhecedor das técnicas e os métodos arquivistas. Em contrapartida, o arquivista deve também conhecer os processos e procedimentos administrativos, assim como também os circuitos da documentação e informação. Além dos recursos humanos em cooperação, é essencial a definição de um programa de gestão documental. Este deverá ser devidamente

regulamentado e deverá também potenciar um avanço significativo, preenchendo as lacunas do existente, assim como integrar os arquivos municipais no contexto arquivístico português. A gestão municipal deverá apostar na modernização, na formação, na qualificação dos recursos humanos, privilegiando a qualidade, com a plena orientação de que a sua função primordial é a prestação de serviços públicos à comunidade (Peixoto, 1997, pp. 46–49; C. G. da Silva, 2007, p. 6).

Com o intuito da modernização administrativa, a preocupação era investir em quatro pontos distintos: nos sistemas de informação e comunicação, nomeadamente na disponibilização de novas funcionalidades relacionadas com as estratégias de *e-government*; na digitalização de processos e informação; na disseminação de serviços partilhados para maior eficiência nas despesas; e no *Programa Operacional da Administração Pública* – POAP (2005-2006).

Permanecia a intencionalidade na modernização da administração pública, no âmbito de uma maior abrangência, incluindo para isso a formação dos recursos humanos, e a aplicação das tecnologias da informação e documentação. Foi então com a lei nº 52/2005, que se deu destaque a questões como:

- reforço dos programas de apoio à formação contínua do pessoal das autarquias locais (...);
- concretização e divulgação apropriadas de Concursos de Boas Práticas Autárquicas;
- dinamização, em diálogo com a Associação Nacional de Municípios Portugueses, de um programa de eliminação de licenças, autorizações e procedimentos desnecessários, promovendo o reforço da fiscalização em detrimento do controlo burocrático;
- desenvolvimento de um plano de acesso eletrónico à informação local, sobre tratamento de requerimentos, processos de licenciamento e processos de decisão municipal, permitindo o conhecimento da situação dos procedimentos em cada momento;
- agilização da participação dos agentes locais, autarquias e sociedade civil, na gestão e divulgação de informação sobre funcionamento de escolas, cuidados de saúde e programas de ação social, cultural e de proteção ambiental;
- utilização das potencialidades do *e-government* na gestão ambiental e territorial da competência dos municípios;
- digitalização dos instrumentos de planeamento territorial em vigor, possibilitando a consulta interativa por parte dos agentes e cidadãos;
- desenvolvimento do conceito de balcão único municipal;

- promoção do associativismo municipal na gestão dos sistemas de informação, e na desburocratização dos serviços públicos, a nível regional e intermunicipal (Lei n.º 52/2005 de 31 de agosto, 2005; C. G. da Silva, 2019, pp. 39–40)

A modernização da administração pública e, no caso concreto, a administração pública local, passa forçosamente pela implementação de um sistema de arquivo com gestão integrada da documentação/informação, desde os serviços produtores – o momento da produção documental - até ao arquivo definitivo (C. G. da Silva, 2007, pp. 5–6).

«Qualificar a função pública, mobilizando-a para um melhor serviço, tendo em conta que a valorização dos recursos humanos, através da formação profissional, é um imperativo» (Lei n.º 69-93 de 24 de setembro, 1993; C. G. da Silva, 2019, p. 36).

A afirmação acima remete-nos para a modernização administrativa, que compreende vários aspetos e preocupações, das quais a melhoria das prestações de contas e respetiva contenção de custos, paralelamente com a preocupação com a formação e qualificação dos recursos humanos, tendo em vista uma melhoria dos serviços.

Em 1986, ocorreu um ponto de viragem para a modernização administrativa, que foi efetivamente um grande salto para os arquivos municipais, e em tal medida a criação do Secretariado para a Modernização Administrativa (SMA), sob a dependência da Presidência do Conselho de Ministros (C. G. da Silva, 2007, p. 1).

É com este conceito de modernização administrativa, que os arquivos municipais assumem um papel de maior destaque, e que se constituem equipas multidisciplinares para que seja possível atender com maior rigor às exigências do público destes arquivos. Assim, o arquivo abrange determinadas atividades e funções que são variáveis mediante o número de colaboradores, dimensão do edifício, tipo de arquivo e a respetiva capacidade económica. É fundamental preparar uma lista de funções, que poderão ser desempenhadas no/pelo arquivo, e a forma como cada espaço/função se irá interligar.

Ainda assim, o grande pico de mudança para os arquivos municipais acontece em 1998, com a elaboração do Programa de Apoio à Rede de Arquivos Municipais (PARAM), que durou até 2007. Este programa teve tanto impacto que é possível definir um antes e depois da sua existência, tendo por referência a sua contribuição para o desenvolvimento dos arquivos municipais. O PARAM era essencialmente um instrumento de política de âmbito nacional, e regia-se por objetivos gerais: “Incentivar e

apoiar os Municípios na implementação de programas de gestão integrada dos respetivos sistemas de arquivo, bem como promover a criação de uma rede de arquivos municipais integrada na Rede Nacional de Arquivos” (Henriques, 2008, p. 47; C. G. da Silva, 2019, pp. 36–38).

1.4. Arquivos Municipais e Gestão Documental

A Portaria nº 503/86, de 9 de Setembro, foi elaborada com o objetivo da conservação permanente de determinada documentação, atendendo ao seu valor administrativo e histórico, não podendo em alguns casos ser eliminada (Portaria nº 503/86, 9 de Setembro, 1986). Ainda no campo legislativo, é de mencionar Decreto-Lei nº 121/92 de 2 de julho, na medida em que este defende princípios de gestão de documentação referentes a recursos humanos, financeiros, patrimoniais dos organismos de administração públicas e respetivos documentos publicados (António, 2009, p. 16; Decreto-Lei nº 121/92, de 2 de Julho, 1992).

Surge também a Norma Portuguesa 4438: 2005, que traduz para português a norma ISO 15489-1-2 (*Information and documentation – records management*), pretendendo pretende orientar as práticas nacionais de gestão de documentos de arquivo, na perspetiva da qualidade (*Normas a utilizar no âmbito da Rede Portuguesa de Arquivos*, 2010, p. 14).

Na referida norma, define-se gestão documental como «campo da gestão responsável por um controlo eficiente e sistemático da produção, receção, manutenção, utilização e destino dos documentos de arquivo, incluindo os processos para constituir e manter prova e informação sobre atividades e transações».

Caracteriza o documento de arquivo como documento produzido, recebido e mantido a título probatório ou informativo, por uma organização ou pessoa, na execução das suas obrigações legais em que o documento corresponde à informação registada ou enquanto uma unidade (António, 2009, p. 14).

Portanto, ao encarar o sistema de arquivo como sistema de informação, que incorpora, produz e aprovisiona o acesso aos documentos de arquivo assume um princípio de abordagem global e sistémico das organizações, que não se resume apenas aos documentos, mas inclui procedimentos, as políticas e o sistema de arquivo. Em outras palavras, a gestão de documentos de arquivo deve ser abordada no contexto mais global

possível, favorecendo a integração com os processos da qualidade e respeitando um rigoroso plano de implementação (António, 2009, p. 28).

Para Maranhão Peixoto, a gestão documental contempla diversas atividades, tais como: planificação, controlo, direção, organização, promoção, etc., que são referentes à produção, ao uso, à manutenção dos próprios documentos, e também, à sua seleção e eliminação.

O Conselho Internacional de Arquivos (CIA; em inglês ICA – *International Council on Archives*) examina e dirige a gestão dos documentos, enquanto parte do processo administrativo relacionada com a aplicação de princípios de economia e eficácia, tanto na origem, como na circulação e uso dos documentos, assim como também na sua eliminação (Peixoto, 1997, p. 46).

Partindo da afirmação anterior, um dos principais objetivos do ICA é a normalização global da prática da arquivística, na medida em que a criação de normas e regulamentos são da sua intervenção também, bem como a *Declaração Universal sobre os Arquivos*.

A importância da normalização assumiu um papel fundamental, e determina que, sempre que necessário, deverão ser aplicados os modelos definidos. A aplicação desta normalização, que se verificou necessária, não deverá ser somente desempenhada pelo arquivista, uma vez que todos os funcionários das diversas áreas deverão funcionar em equipa multidisciplinar. Integrando diversas equipas e áreas de conhecimento, é concebível o novo modelo de administração de modo a proporcionar motivações para o desafio da mudança. O próprio Regulamento do Arquivo Municipal, instrumento de política e gestão presente em alguns arquivos, é também considerado um instrumento de normalização, assim como um Plano/ Quadro de Classificação (C. G. da Silva, 2007, pp. 15–19).

A eficiência de um sistema de gestão documental atravessa várias condições, tais como: a qualidade, a quantidade de documentos produzidos, evitando a sua acumulação irracional; na simplificação de processos e procedimentos; na organização entre órgãos produtores dos documentos e os arquivos; na eliminação racional e sistematizada; na administração da informação atualizada, de uma forma fluída e eficaz (F. Ribeiro, 1995, p. 12).

Neste campo de atuação de gestão documental, é importante que numa primeira fase se analisem os documentos, que desde a sua conceção adquirem imediata importância arquivística. Na primeira fase de vida, o valor dos documentos é fundamentalmente

administrativo, legal ou fiscal. Desta maneira, é crucial preservar e tê-los acessíveis, dado que se trata de provas ou testemunhos de atos administrativos e/ou jurídicos, que envolvem quer as administrações, quer os cidadãos (Peixoto, 1997, p. 45).

Os documentos de arquivo assumem perante a sociedade um papel fundamental, por se tratar do suporte na condução de atividades, estabelecimento de políticas e tomada de decisões. Em entidades públicas ou privadas, tendem a oferecer solidez e concedem continuidade à gestão. Estes documentos satisfazem também requisitos legais e regulamentares, permitindo também ações de auditoria, e defendem as mesmas em caso de litígio. São assim a melhor forma de preservar a memória das organizações, protegendo os interesses e os direitos dos diversos intervenientes com quem interagem, em qualquer momento (António, 2009, p. 13).

Se considerarmos Rafael António, a gestão documental é considerada um processo de gestão das fases ‘ativa’ e ‘semi-ativa’, sendo uma solução para questões relacionadas com conservação/eliminação de documentação ainda que acarrete para os arquivistas novas competências, desempenhando funções também em equipas multidisciplinares (António, 2009, pp. 26–27).

Sucintamente, e perante a informação previamente prestada, a aplicação de procedimentos de gestão documental na administração pública, e particularmente nos arquivos municipais, vem propor um conjunto de procedimentos e regulamentos a cumprir por parte de todos os colaboradores. Estes visam não só a modernização administrativa, mas também que se torne possível de forma eficaz e eficiente recuperar informação; produzir, conservar e eliminar a documentação, garantindo assim que a informação solicitada esteja disponível quando e onde for necessária a quem a solicita.

1.5. Estudos Desenvolvidos

Vários foram os estudos desenvolvidos relativamente à problemática dos arquivos municipais de forma geral. Contudo, neste estudo pretendo abordar a questão relacionada com a qualificação dos recursos humanos e respetivo desempenho de funções nos arquivos municipais portugueses.

Numa abordagem bibliométrica, e com base no estudo feito por C.G. Silva em 2016, os estudos relativos aos “arquivos municipais” ou elaborados no âmbito dos “arquivos

municipais” são localizáveis 24 referências em 8 das 16 revistas, sendo que existe um artigo de Michael Cook, que se apresenta da seguinte forma, apresentando-se os seguintes resultados: *Archives and Records: The Journal of the Archives and Records Association* (9), *Records Management Journal* (7), *Cadernos de Biblioteconomia, Arquivística e Documentação* (2), *Archifacts* (1), *Archival Science* (2), *Archives and Manuscripts* (1), *The American Archivist* (1) e *Archival Issues* (1).

A revista portuguesa *Cadernos de Biblioteconomia, Arquivística e Documentação* (BAD) destaca-se nesta análise pela atenção que tem conferido à temática, e essencialmente pelos apoios que tem dado no âmbito dos *Encontros Nacionais de Arquivos Municipais*, assim como o dinamismo do Grupo de Trabalho de Arquivos Municipais (GTAM).

Nesta análise, é ainda notória que a temática que surge com maior predominância é a desmaterialização no contexto dos arquivos municipais, verifica-se numa observação de cerca de 505 dos artigos, em número de 7. Por outro lado, as palavras-chave que nos possibilitaram a obtenção dos resultados referentes aos arquivos municipais foram: ‘*municipality*’, ‘*local government*’, ‘*arquivo municipal*’, ‘*local archives*’, ‘*municipal records*’, ‘*local record offices*’, ‘*local records*’ e ‘*local history collections*’ (M. C. V. de Freitas & Silva, 2016, pp. 13–14).

Vejamos então um dos primeiros estudos, a que tivemos acesso, que nos remete para um inquérito realizado em 1991, por Fernanda Ribeiro, em que pretendia inquirir a caracterização dos arquivos municipais.

Perante a análise ao anexo 2, do mencionado estudo, caracterizam-se os arquivos municipais na medida em que foi notória, a partir dos anos 80, a crescente preocupação com o património arquivístico. Registaram-se desde essa data, até 1991, o maior número de arquivos municipais abertos ao público - cerca de 79,3% face à amostragem, 23 arquivos municipais. Estes resultados revelam a gradual consciencialização da importância e valor da documentação presente nestes arquivos, quer em termos históricos ou mesmo arquivísticos.

Relativamente ao que nos remete para a qualificação dos colaboradores destes arquivos, constata-se a seguinte informação:

- 20 Técnicos superiores
- 44 Técnicos Auxiliares de Bibliotecários, Arquivistas e Documentalistas (BAD)

Dos arquivos municipais inquiridos que responderam ao inquérito formulado, quatro menciona que o quadro de pessoal é igual ao da biblioteca municipal. Consequentemente, a quantidade de profissionais de BAD nos arquivos municipais poderá não corresponder aos números referidos; e seis dos arquivos abertos ao público não têm qualquer técnico de BAD (F. Ribeiro, 1995, pp. 33–36).

Se continuarmos ainda neste estudo de Fernanda Ribeiro, no anexo 3, verificamos os anos de abertura dos arquivos municipais no período compreendido entre 1863 e 1991, e permite-nos assim ter a perceção da valorização dada aos mesmos. De 1980 a 1984, verifica-se a abertura de somente dois arquivos municipais; porém, entre 1986 e 1988, destaca-se a abertura de quatro arquivos municipais. No período compreendido neste estudo, verificaram-se a abertura de vinte e nove arquivos municipais (F. Ribeiro, 1995, p. 37).

No desencadear de este estudo, é possível a análise, ainda que sumária, ao papel dos técnicos de arquivo, na medida em que 56,2% dos arquivos inquiridos se encontrava sob a responsabilidade de pessoas ligadas à área cultural ou à área administrativa de municípios, o que não é recomendável, dado que estes desconhecem absolutamente o que deve ser um arquivo e as suas funções. Uma das principais lacunas para o desenvolvimento da gestão integrada da documentação de arquivo é o facto de, na sua grande maioria, os arquivos municipais não estarem sob a responsabilidade de arquivistas. Se tal acontecesse, os beneficiários seriam, primordialmente, as próprias administrações municipais e, em consequência, o público em geral (F. Ribeiro, 1995, pp. 21–26).

Com os resultados do *V Encontro Nacional de Arquivos Municipais*, de 2000, é evidente a realidade difícil face à falta de referenciais privilegiados no terreno, à desmemória/desordem nas respostas fornecidas, à falta de sensibilidade político-administrativa para esta área. Regista-se também mau encaminhamento interno junto dos serviços municipais ou carência efetiva para a obtenção correta das informações solicitadas, e também o desprezo pela informação solicitada.

Relativamente à questão ligada aos recursos humanos, é conclusiva a informação recolhida por inquérito escrito, remetido pelo Grupo de Trabalho de Arquivos Municipais da BAD –, entre abril de 1998 e março de 2000, que somou 77 lugares criados de técnico superior e 37 ocupados, bem como 253 lugares criados de técnico profissional e 132 ocupados, considerando-se, para este efeito, um universo de 230 dos 308 municípios portugueses.

Além da necessidade de recursos humanos especializados nesta área, ao nível intermédio e superior, adicionamos ainda a incapacidade de resposta relativamente aos edifícios existentes e a sua degradação e dimensão (Peixoto, 2002, pp. 97–99).

Perante a situação descrita anteriormente, foi criado o *Programa de Apoio à Rede de Arquivos Municipais* (PARAM) pelo Instituto dos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo, em 1998, tendo durado até 2007. Veio para dar execução à Lei-Organica fixada no Decreto-Lei nº 60/97, de 20 de março, que defendia que “Compete ao IAN/TT [...] apoiar as autarquias no planeamento e construção da rede de arquivos municipais”(Henriques, 2008, p. 7).

Tratava-se de um programa de apoio financeiro e técnico, criado com a ambição da “qualificação dos arquivos enquanto recurso da atividade administrativa”, assim como de “salvaguarda e promoção do acesso ao património arquivístico”, nomeadamente através da sua abertura ao público.

Desta forma, o PARAM constituiu o primeiro passo para a definição de uma política nacional de arquivos, permitindo a afirmação e «promoção da qualidade dos arquivos na sua dupla dimensão, administrativa e cultural» (Peixoto, 2002, p. 102), com o intuito de assegurar o direito de acesso à informação aos cidadãos, em geral, e aos munícipes, em particular (Borges et al., 2017, p. 866).

É a atual DGLAB, quem tinha a responsabilidade deste apoio, tendo a função de analisar e fazer a seleção das candidaturas, e o seu consequente financiamento. O Programa oferecia cinco modalidades tipo de candidatura (PA1 a PA5), sendo as primeiras quatro reservadas a apoiar a instalação de arquivos municipais, e a quinta a apoiar a gestão e o tratamento arquivístico. Consoante o tipo de candidatura selecionada definiam-se alguns requisitos, nomeadamente a existência de:

- um terreno ou edifício propriedade do município destinado à edificação ou instalação do arquivo municipal;
- um serviço de arquivo municipal, considerado formalmente na lei orgânica do Município, com competências sobre a documentação produzida, desde os serviços produtores;
- pessoal afeto ao arquivo municipal, com formação superior em arquivística;
- linha financeira para o arquivo, definida no Orçamento Municipal;
- programa de edificação ou instalação do arquivo municipal, incluindo o tipo de serviços a instalar e a implantação da área de arquivo;
- recenseamento geral da documentação existente em fase ativa, semi-ativa e inativa, e previsão de crescimento anual;
- programa de tratamento arquivístico dos fundos (PA5);
- regulamento de arquivo (PA5);
- Inventário da documentação (PA5) (Henriques, 2008, pp. 48–50)

A taxa de comparticipação por parte da administração central situava-se entre 30 e 50%.

Partindo da leitura do Relatório de avaliação do PARAM, elaborado em 2008 por Cecília Henriques, registam-se 67 arquivos apoiados com processo encerrado, tendo ¼ dos apoios sido destinados aos arquivos históricos.

Este programa promoveu a qualificação dos recursos humanos dedicados aos arquivos (técnicos superiores e técnicos profissionais), considerando a formação profissional como fator estratégico da modernização administrativa autárquica, bem como os novos serviços permitiram uma melhoria na oferta de produtos e serviços de informação, cultura e conhecimento, revelando-se os “novos” arquivos municipais, assim como a criação e/ou melhoria dos equipamentos dos arquivos municipais, dotando-os de condições materiais e técnicas.

Em 2000, manteve-se ativo o processo de candidaturas ao PARAM, as Grandes Opções do Plano para 2001 privilegiavam, no campo de ação da modernização administrativa, as autarquias locais (municípios, freguesias e associações de municípios), tendo definido um Programa Nacional de Formação, que deveria ser conjugado com o PARAM, e assim era exigido em cada município a existência de, pelo menos, um técnico

superior de arquivo. O que obrigava a uma crescente qualificação e profissionalização dos recursos humanos.

Porém, este programa, embora próximo do seu término, foi importante para a qualificação dos arquivos municipais, assim como no âmbito da valorização do papel dos arquivistas. Todavia, uma das falhas encontradas neste programa foi a inexistência da criação de uma rede de arquivos, como indicava na sua própria designação. Sabemos que uma rede de arquivos não emerge apenas do somatório de edifícios e de serviços de arquivo dispersos no país, exigindo a existência, parcial ou totalmente, de “elementos interligados, objetivos comuns, componentes autónomos, características individuais, cooperação (Henriques, 2008, pp. 48–50; C. G. da Silva, 2019, pp. 37–38).

Ainda no âmbito dos estudos realizados em Portugal sobre os arquivos municipais portugueses, referimos o *11º Encontro Nacional dos Arquivos Municipais*, realizado em 2014, pelo Grupo de Trabalho dos Arquivos Municipais – BAD. Este grupo de trabalho tem desenvolvido ao longo dos anos um trabalho de investigação notório no âmbito do estado de arte dos arquivos municipais portugueses, quer das condições, quer da sua modernização, ou mesmo ao nível dos recursos humanos e respetiva qualificação.

Neste estudo, foi inquirido o número de colaboradores, que estavam afetos aos arquivos municipais, qual a evolução dos recursos humanos no período compreendido entre 1998 e 2014, qual a dependência orgânico-funcional do arquivo municipal, se os inquiridos tinham ou não regulamento próprio, e por fim, os dados comparativos. Sabemos, perante a análise do mencionado estudo, que 138 dos 308 inquiridos responderam, conferindo uma taxa de resposta total de 45%.

Viseu (24) e Santarém (21) foram os distritos com maior número de municípios envolvidos, destacando-se Santarém (12) e Lisboa (11) como os distritos cujos municípios mais responderam. Porém, o distrito cuja taxa de resposta percentual é total foi Viana do Castelo (100%).

Ainda neste estudo, constatamos afetos aos 131 arquivos municipais 639 colaboradores, sendo as suas qualificações as seguintes:

- 245 com formação específica na área de arquivo (126 técnicos superiores e 119 assistentes técnicos);

- 190 assistentes técnicos sem formação e 158 assistentes operacionais;

Essencialmente, 38,4% de funcionários têm formação na área de arquivo, embora 61,6% não tenham formação. O distrito de Lisboa conta com um total de 100 colaboradores e o distrito do Porto com 118, verificando-se que embora Lisboa seja a capital, o Porto destaca-se em termos de gestores de informação com formação especializada.

Relativamente aos recursos humanos e à sua evolução no período compreendido deste estudo, e focando os distritos que servem de análise para esta dissertação (tabela 1).

Tabela 1 Evolução dos Recursos Humanos 1998-2014 (C. Freitas & Marinho, 2014, p. 5)

Distritos e Regiões Autónomas	Técnicos Superiores				Técnicos Profissionais			
	1º Inquérito (1998-2000)	2º Inquérito (2005-2006)	3º Inquérito (2011)	4º Inquérito (2014)	1º Inquérito (1998-2000)	2º Inquérito (2005-2006)	3º Inquérito (2011)	4º Inquérito (2014)
Aveiro	0	7	8	7	1	13	11	8
Beja	0	4	5	1	1	1	6	5
Braga	2	5	9	7	12	14	15	9
Bragança	0	4	5	6	1	3	0	2
Castelo Branco	2	1	3	3	6	1	0	1
Coimbra	4	8	2	5	8	9	4	3
Évora	2	3	4	2	2	8	8	4
Faro	1	8	12	13	0	10	14	8
Guarda	0	7	4	4	2	3	0	0
Leiria	1	4	2	2	4	5	6	4
Lisboa	7	17	38	20	42	41	23	12
Portalegre	0	1	4	4	1	1	1	1
Porto	9	21	28	17	19	33	12	20
Santarém	0	5	3	6	5	15	8	9

Castelo Branco: Relativamente aos técnicos superiores no 3º e 4º inquéritos, verifica-se um aumento. Contudo, no que remete aos técnicos profissionais, começamos com 6, e no 4º inquérito apenas resta 1, ainda que no 3º inquérito (2011) não se registem dados.

- Coimbra: No 2º inquérito (2005-2006), de Técnicos superiores revela-se o maior número (8), porém há um decréscimo ainda que no último inquérito do estudo se constatem 5. No que remete aos técnicos profissionais, no 2º inquérito assume 9, finalizando o 4º inquérito com somente 1.
- Leiria: Regista o pico dos seus recursos humanos, correspondente a técnicos superiores, no 2º inquérito (4), por outro lado os técnicos profissionais assumem o seu auge no 3º inquérito (6).
- Santarém: inicia o inquérito referente a técnicos superiores a zeros, contudo termina em 2014 com o registo de 6. No que concerne aos técnicos profissionais

registra um pico substancial em 2005-2006, cujo registo é de 15. Porém, em 2014 menciona apenas 9 técnicos profissionais (C. Freitas & Marinho, 2014, p. 5)

Em 2015, no *12º Congresso Nacional da BAD*, foi apresentado o Diretório dos Arquivos Municipais e criado no âmbito do Grupo de Trabalho dos Arquivos Municipais da mesma associação, com o intuito de se constituir como um ponto de acesso único à informação sobre os arquivos municipais (localização, horários, serviços prestados, instrumentos de pesquisa, etc.) e de contribuir para dar maior visibilidade aos mesmos. Contudo, neste momento apenas se encontram aí registados 38 arquivos municipais, o que, em termos de representatividade distrital (figura 1), se distribui da seguinte forma: Aveiro (47%), Beja (21%), Braga (7%), Faro (50%), Lisboa (12%), Santarém (19%), Viana do Castelo (100%) e Viseu (4%).

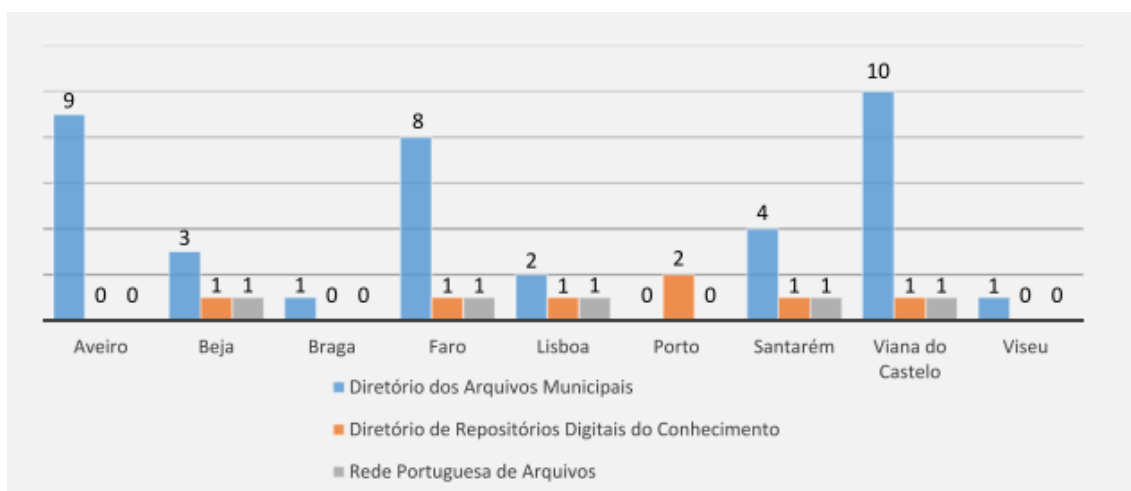


Figura 1 Adesão de Arquivos Municipais por Distrito aos agregadores e diretório (Borges et al., 2017, p. 873)

No âmbito dos inquéritos realizados em 2014 e 2016 pelo Grupo de Trabalho dos Arquivos Municipais da Associação Portuguesa dos Bibliotecários, Arquivistas e Documentalistas (BAD), que contemplou todos os arquivos municipais a nível nacional (Portugal Continental e as regiões autónomas dos Açores e da Madeira), num total de 308 municípios, foram consideradas três categorias de utilizadores externos: estudantes, investigadores/historiadores e munícipes. Os presentes resultados encontram-se na figura 2, abaixo, em que podemos observar o tipo de utilizadores que frequentaram as referidas instituições.

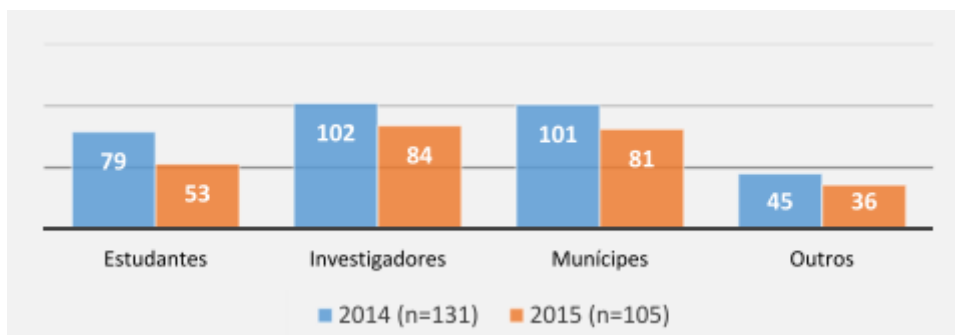


Figura 2 Perfil de utilizadores (Borges et al., 2017, p. 872)

Ainda neste estudo mencionado, consolida-se a conceção de que os arquivos municipais portugueses remontam à criação dos respetivos concelhos, tendo sob a sua custódia uma vasta diversidade de fontes de informação importantes e únicas, que interessa à investigação científica em diversas áreas do conhecimento, tais como a história, genealogia, demografia, urbanismo, entre outras.

Tal como vemos no estudo mencionado, a Rede Portuguesa de Arquivos contava somente com a presença de cinco arquivos municipais – Albufeira, Cascais, Constância, Ponte de Lima e Vidigueira. Esta ação tem o intuito de divulgar o «património arquivístico, disseminado por diferentes serviços de arquivo, tornando-o acessível ao cidadão, dando-lhe oportunidade de o conhecer e dele se “apropriar”, enquanto repositório de uma memória coletiva, base de uma identidade comum, mas também de dele usufruir, de forma rápida e fácil» e de permitir a recuperação e o acesso integrado à informação a partir de um ponto único – *Portal Português de Arquivos* (Borges et al., 2017, p. 873).

No último estudo publicado, no âmbito dos arquivos municipais portugueses, intitulado por *13º Encontro Nacional Arquivos Municipais*, é possível afirmar que responderam 181 dos 308 municípios, sendo que há registo de 875 colaboradores, sendo 43% técnicos superiores sem formação e os restantes (57%) com formação. (C. Freitas & Marinho, 2019).

Relativamente às taxas de resposta registadas aos inquéritos, que compreendem o período de 1998 a 2019 (tabela 2), nenhum dos distritos aumentou a taxa de resposta desde 1998-2000, até ao ano anterior, verificando-se por distrito:

- Castelo Branco: abrange 11 municípios
 - 1º para 2º Inquérito - decréscimo de cerca de 18% na taxa de resposta;
 - 2º para 3º Inquérito - Decréscimo maior (cerca de 28%);
 - 3º para 4º Inquérito - Manteve taxa de resposta;
 - 4º para 5º Inquérito - Aumento ligeiro na taxa de resposta (cerca de 9%);
 - 5º para 6º Inquérito - Aumento ligeiro (cerca de 10%).

Em suma, a Taxa de Resposta decresceu desde o 1º inquérito até ao 6º inquérito.

- Coimbra: engloba 17 municípios
 - 1º para 2º Inquérito - Decréscimo cerca de 6% [Taxa de resposta idêntica à do distrito de Castelo Branco, contudo a taxa de resposta no 2º inquérito é bastante superior];
 - 2º para 3º Inquérito - Decréscimo maior (cerca de 35%);
 - 3º para 4º Inquérito - decréscimo 6%;
 - 4º para 5º Inquérito - Aumento ligeiro na taxa de resposta (cerca de 6%);
 - 5º para 6º Inquérito - Decréscimo 6%.

Em suma: a Taxa de Resposta decresceu substancialmente desde o 1º inquérito até ao 6º inquérito.

- Leiria: 16 municípios, sendo que é o distrito cuja taxa de resposta é superior logo no 1º inquérito
 - 1º para 2º Inquérito - decréscimo ligeiro de cerca de 7% na taxa de resposta;
 - 2º para 3º Inquérito - Decréscimo acentuado (cerca de 43%);
 - 3º para 4º Inquérito - Manteve taxa de resposta;
 - 4º para 5º Inquérito - Decréscimo [Contrariamente ao que se verifica nas anteriores];
 - 5º para 6º Inquérito - Aumento ligeiro (cerca de 12%).

Em suma: a Taxa de Resposta decresceu desde o 1º inquérito até ao 6º inquérito.

- Santarém: 21 municípios (Distrito com o maior número de municípios inquiridos)
 - 1º para 2º Inquérito - Mantém a taxa de resposta;
 - 2º para 3º Inquérito - Decréscimo acentuado (cerca de 19%);

- 3º para 4º Inquérito - Manteve taxa de resposta;
- 4º para 5º Inquérito - Decréscimo de cerca 24%;
- 5º para 6º Inquérito - Aumento significativo (cerca de 29%);

Em suma: a Taxa de Resposta decresceu desde o 1º inquérito até ao 6º inquérito, contudo é o distrito cuja taxa de resposta tem maior percentagem.

Tabela 2 Dados comparativos: 1998-2019 (C. Freitas & Marinho, 2019, p. 4)

Distritos e Regiões Autónomas	Municípios Inquiridos	1º Inquérito (1998-2000)	2º Inquérito (2005-2006)	3º Inquérito (2011)	4º Inquérito (2014)	5º Inquérito (2016)	6º Inquérito (2019)
		Taxas de resposta	Taxas de resposta	Taxas de resposta	Taxas de resposta	Taxas de resposta	Taxas de resposta
Aveiro	19	79%	74%	63%	53%	37%	63%
Beja	14	100%	86%	64%	29%	50%	93%
Braga	14	64%	71%	71%	43%	29%	86%
Bragança	12	92%	67%	42%	50%	73%	67%
Castelo Branco	11	82%	64%	36%	36%	45%	55%
Coimbra	17	82%	76%	41%	35%	41%	35%
Évora	11	60%	71%	50%	40%	47%	57%
Faro	16	75%	81%	75%	63%	50%	81%
Guarda	14	79%	43%	36%	36%	26%	79%
Leiria	16	88%	81%	38%	38%	25%	37%
Lisboa	10	75%	63%	63%	63%	44%	61%
Portalegre	15	47%	40%	53%	47%	27%	47%
Santarém	21	76%	76%	57%	57%	33%	62%

Verificamos também que 22% dos arquivos municipais e respetivos colaboradores não participaram em nenhuma ação de formação nos últimos dois anos. Por outro lado, 46% dos colaboradores dos arquivos municipais teve formação específica na área de arquivo, e 32% dos colaboradores dos arquivos municipais teve formação em outras áreas do conhecimento.

Perante este estudo, registam-se também que estão afetos aos 181 arquivos municipais 875 colaboradores, considerando que 43% são técnicos superiores sem formação, e os restantes 57% técnicos superiores com formação.

Paralelamente, é possível comparar com os dados presentes no relatório de avaliação do PARAM (2007), (figura 3) em que se constata um aumento substancial na formação e qualificação face à data da candidatura.

Reconhece-se uma tendência geral para o desenvolvimento do número de recursos humanos com formação específica a desempenhar funções nos arquivos municipais e, consequentemente, para que cada vez mais arquivos municipais tenham técnicos especializados.

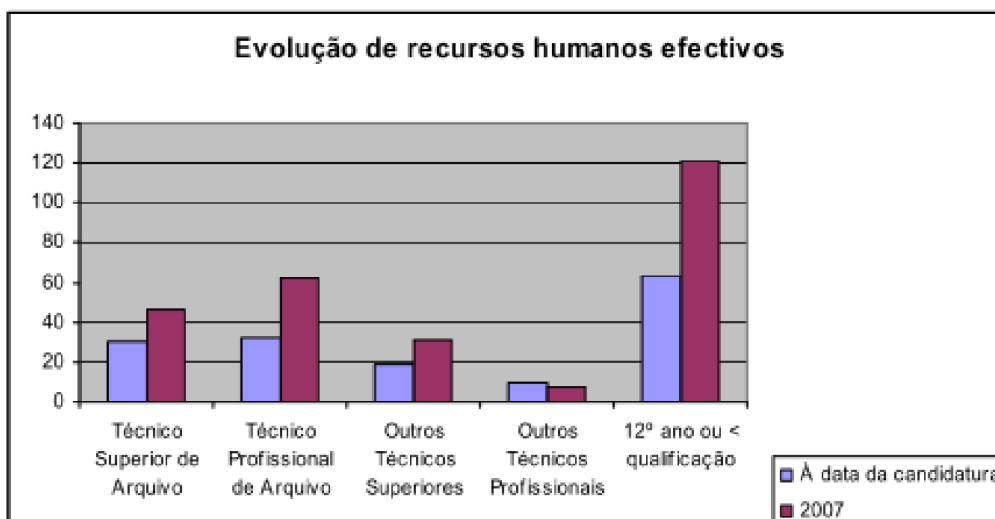


Figura 3 Evolução de recursos humanos efetivos (Henriques, 2008, p. 22)

Na figura 4, permite perceber-se em que formação temos mais gestores da informação. E neste caso em particular, conseguimos verificar que 73% possui um curso de especialização em ciências documentais, variante em arquivo (Henriques, 2008, p. 23).

A extinção da carreira de técnico superior de Arquivo, existente em Portugal entre 1991 e 2008, surge também aqui evidente. Com a adoção da carreira de técnico superior generalista, mantém-se apenas a sua especificação ao nível dos conteúdos profissionais, mas sem qualquer obrigação legal de requisitos (C. G. da Silva, 2019, pp. 43–44).

Nos municípios apoiados pelo PARAM, e ainda relativamente à questão dos recursos humanos, verifica-se um crescimento de lugares previstos nos quadros para as carreiras específicas de Arquivo, na carreira técnica superior de arquivo (64%), e 51% na carreira profissional de arquivo. A taxa de ocupação dos lugares previstos no quadro é mais elevada na carreira técnica superior que na carreira técnica profissional – 82% de lugares ocupados no primeiro caso (apenas 13 lugares vagos) e 52% no segundo caso (56 lugares vagos). De forma geral, o número de recursos humanos ligados ao Arquivo Municipal teve um aumento de 75%, situando-se atualmente nos 286 efetivos. Com crescimento acima daquela taxa média está o grupo de técnicos profissionais de arquivo (crescimento de 93%) e de pessoal com 12º ano ou menos (crescimento de 92%); O grupo técnico superior de arquivo cresceu 53%; para outros técnicos superiores, o crescimento verificado foi de 63% (Henriques, 2008, p. 23).

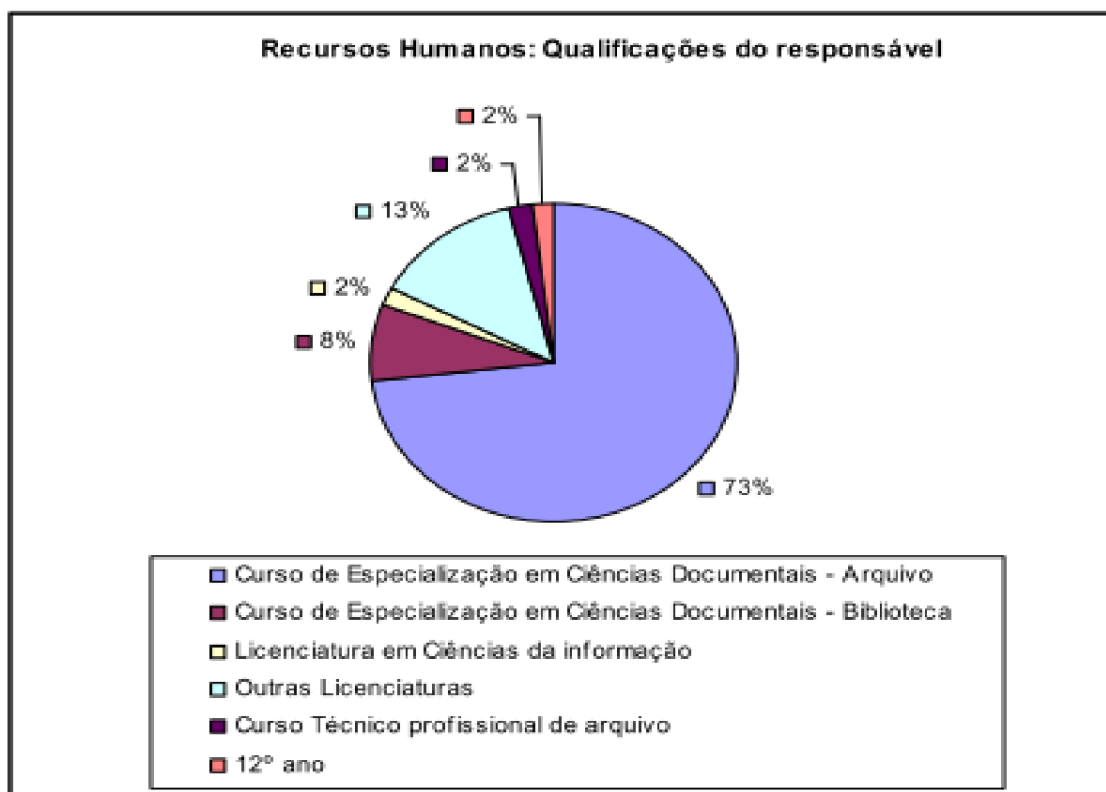


Figura 4 Recursos Humanos: Qualificações do responsável (Henriques, 2008, p. 23)

1.6. Gestores de Informação

O profissional da informação tornou-se, com a evolução da sociedade e das tecnologias, muito mais do que um “auxiliar dos investigadores na identificação fontes”, como era habitualmente encarado. Assume um papel interventivo, adapta-se e desenvolve competências mais alargadas e diversificadas.

Exige-se ao profissional da informação, a partir do século XXI, um novo perfil e novos modelos de atuação, que requerem formação renovada, e voltada para as problemáticas do campo científico em questão. Esta afirmação da problemática contribui para a consolidação da área do conhecimento: Ciência da Informação. (A. M. da Silva & Ribeiro, 2004, p. 1)

A revolução tecnológica associada à informação, cujas origens remontam ao século XIX trilhou um caminho irreversível na sociedade. Foi na década de setenta do século seguinte, que a tecnologia se tornou parte indissociável do quotidiano da sociedade. A informação digital assumiu uma forte representatividade, e consequentemente numa transformação profunda. Estes fatores resultam numa simbiose com as Tecnologias da Informação e da Comunicação (TIC), que traçam também eles comportamentos, atitudes

e promovem alterações nas práticas de organização e pesquisa da informação, e consequentemente tornam-se objeto de análise para o perfil do profissional da informação. É nesta fase que se efetiva a rutura com o tradicional bibliotecário / arquivista / documentalista (A. M. da Silva & Ribeiro, 2004, p. 1).

A existência desta profissão é já milenar, considerando que a produção da informação está desde sempre inerente à condição humana, assim como a necessidade de utilização desta informação tornou fundamental a existência de processos de armazenamento, organização e representação como meios de a tornar recuperável e acessível. Este processo tornou-se cada vez mais desafiante com a estruturação da sociedade, bem como às diferentes tecnologias, produção e o uso da comunicação na informação (A. M. da Silva & Ribeiro, 2004, p. 3)

O forte investimento na formação científica e técnica que ocorre, na segunda metade do século XX, nas mais diversas organizações foram fortes contributos para agilizar as mudanças ao nível da profissão e formação destes profissionais.

A necessidade de renovação da formação, e as sucessivas adaptações dos arquivistas, dos bibliotecários e dos documentalistas viram as suas funções efetivas a alterar.

Aos poucos também a designação da profissão, no âmbito de uma maior abrangência e aproximação às suas novas funções e desafios (A. M. da Silva & Ribeiro, 2004, p. 2). Contudo, as vastas designações para o profissional da informação podem também vir a torná-lo mais vulnerável, com a generalização das funções.

No estudo desenvolvido pela Ana Azevedo, nos *Cadernos BAD* (2003), é evidenciada essa mesma alteração da designação, mas também a problemática da formação. Em Portugal, encontramos com maior utilização o termo “gestor de informação”. Este pressupõe a utilização das novas tecnologias, embora tenha de dar resposta às necessidades da gestão organizacional. No contexto deste estudo sobre os Arquivos Municipais, consideramos que esta é a designação mais aproximada (Azevedo, 2003, p. 50). Aos arquivistas é colocado o desafio permanente da compreensão, adaptando em cada momento a razão do uso dos documentos e, por consequência, o papel e as funções que devem desempenhar naquele momento. Outro dos desafios é o ter de ultrapassar a fragilidade dos materiais, da memória, e das decisões autocráticas (António, 2009, pp. 10–11).

A tendência, refere Cruz Mundet, é a de que o arquivista deverá adaptar-se

a uma realidade em mudança, na qual as Tecnologias da Informação constituirão (...) uma condição determinante (...). Os utilizadores de uma forma geral e sobretudo os investigadores (...) estão familiarizados com a conectividade, com a capacidade de aceder informações múltiplas e remotas, integradas, compartilhadas e disseminadas. (...) [pelo que] o nosso trabalho se deve caracterizar pela instantaneidade, a descentralização, a colaboração e o intercâmbio da informação, [na medida em que] os destinatários finais esperam respostas ágeis. (...)» (Pica, 2007, p. 254).

Com esta afirmação, Cruz Mundet consagra a evolução e a necessidade de formar e acompanhar a mudança para um profissional da informação, na medida em que, com as TIC, por exemplo, muitos processos exigiram novas formações não só ao nível da arquivística, como também ao nível da informática. E por isso, é imprescindível um acompanhamento constante para uma resposta adequada e pertinente.

Os profissionais da informação em Portugal assumem as seguintes responsabilidades: facilitar o acesso dos utilizadores dos serviços de informação a todo o género de informações publicadas sob qualquer suporte; (...) equilibrando a oferta e a procura, (...) a diversidade de assuntos e (...) efetuar o tratamento de toda a informação de forma a facilitar o acesso à mesma. (*Código de Ética para os Profissionais de Informação em Portugal*, 1999, p. 4).

Perante a afirmação supramencionada, embora a sua data já seja algo transata, mantém-se atual, dado que o público-alvo dos arquivos está em constante mutação e faz exigências cada vez mais desafiantes, na medida em que o arquivista deverá estar o mais atual possível.

Em 1991, foi aprovada a carreira específica para os profissionais de arquivo, através do decreto-lei 247/91, de 10 de julho. O estatuto das carreiras de pessoal específicas das áreas funcionais de biblioteca e documentação, aplicado quer à administração central, quer à administração local. Esta lei dirigia-se aos que já exerciam ou viessem a exercer funções num arquivo, exigindo, no grupo de pessoal técnico superior, competências adquiridas em curso de pós-graduação/especialização em *Ciências Documentais* para além de uma licenciatura, *sendo, por isso, dispensável o estágio, que constitui requisito de ingresso para a carreira técnica superior.*

Segundo o n.º 2 do art.º 3 do decreto-lei 247/91, as carreiras do pessoal da área funcional de arquivo eram duas: a) *técnico superior de arquivo*; b) *técnico-adjunto de arquivo*. Para a carreira de técnico-adjunto de arquivo era obrigatório um curso técnico-profissional do sistema de ensino oficial, justificando a integração da respetiva carreira no nível 4 das denominadas *carreiras técnico-profissionais* (Decreto Lei 247-91, 1991; *Referenciais da Qualificação*, 2008; C. G. da Silva, 2019, p. 42).

Todavia, em 2008, o decreto-lei 121/2008 extingue a carreira profissional do arquivista (Decreto-Lei n.º 121/2008 de 11 de Julho, 2008) deixando de traduzir a sua atividade profissional. Além da carreira profissional do arquivista extingue-se o Técnico Superior de Biblioteca e Documentação e de Técnico Superior de Arquivo, tornando-a numa só enquanto Técnico Superior.

Conjuntamente, iniciava-se uma gradual extinção da carreira de auxiliar-técnico de BAD, que correspondia ao terceiro nível de complexidade funcional, com tarefas de apoio geral à edificação e funcionamento dos serviços.

No total cessavam-se 1716 carreiras e categorias, mantendo-se as exigências funcionais de acesso à profissão de arquivista (técnico superior), assim como os requisitos para a nomeação dos lugares de assistentes técnicos (equiparados aos demais trabalhadores administrativos), todavia perderam valor e reconhecimento social ao passarem para a carreira geral de técnico superior. Conseguimos notar que com o fim da carreira, que a ocupação de lugares de arquivistas, com ou sem procedimento concursal, por técnicos sem formação específica leva para a noção errada de que qualquer trabalhador pode ser arquivista (C. G. da Silva, 2019, pp. 41–42).

Para a execução desta profissão, é exigido um grau técnico específico, e deverá o arquivista estar preparado para sucessivas formações, para que seja possível atender aos requisitos impostos mais atuais, exemplo disso mesmo o RGPD – *Regulamento Geral de Proteção de Dados*. Não há qualquer dúvida de que o profissional melhor habilitado e preparado para *Encarregado da Proteção de Dados* (DPO) é o arquivista. A exigência de formação superior para o desempenho da profissão deve-se também à vasta dimensão do conceito de gestão de informação.

A profissão de arquivista é inclusiva, variada e muito útil a todos. Merece e exige um novo olhar neste século em construção, bem como uma assinalável revalorização nas Organizações e na Administração (Peixoto, 2019, p. 16).

Se voltarmos ao estudo efetuado no âmbito dos recursos humanos nos arquivos municipais portugueses em 2019 (C. Freitas & Marinho, 2019, pp. 10–11), podemos verificar que relativamente à participação dos funcionários em ações de formação de forma geral (46%) tiveram/ responderam aos inquéritos de forma afirmativa à questão *Nos últimos 2 (dois) anos os funcionários afetos ao Arquivo Municipal tiveram formação?*; sendo que 32% dos colaboradores inquiridos teve formação em outras áreas do conhecimento. A restante parcela restante não participou em qualquer ação de formação.

Ainda neste estudo, umas das conclusões retiradas pelos autores, prende-se com número crescente de respostas obtidas nos inquéritos levados a cabo pelo GTAM da BAD em relação a 2016.

Por outro lado, e referindo-nos a formação específica, podemos observar o estudo realizado pela Cláudia Pinto, em que apresenta os resultados sobre os diplomados da área das ciências da informação. Na figura 5, abaixo, é possível verificar a faixa etária com maior impacto, destaca-se entre os 40 e os 49 anos.

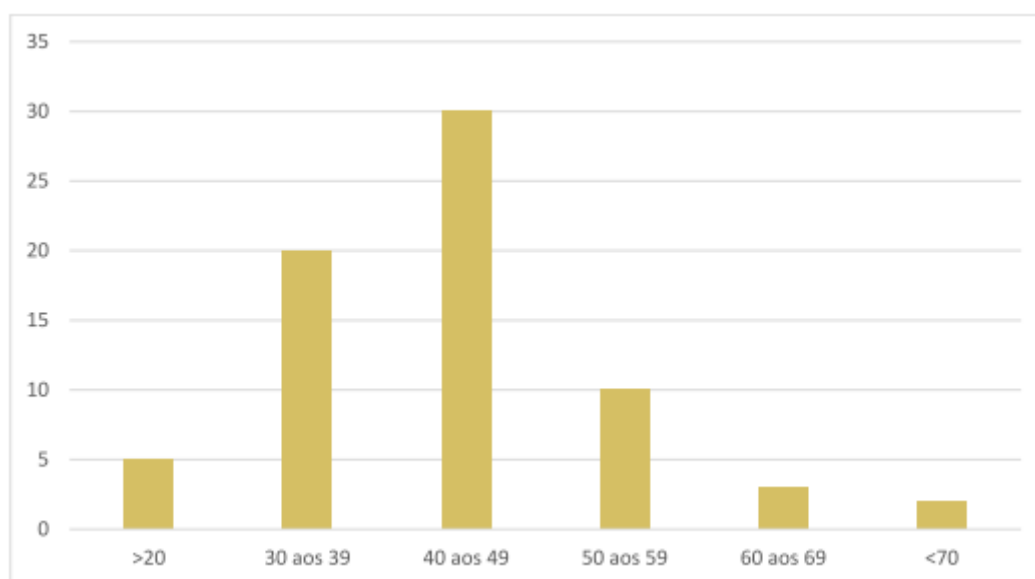


Figura 5 Número de alunos por faixa etária (Pinto, 2018, p. 52)

Ainda no estudo da Cláudia Pinto, esta menciona que dos 71 diplomados, 25 tinham o Curso de Especialização em Ciências Documentais, dos quais 76% tirou o curso na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. É ainda possível determinar através deste estudo qual a licenciatura dos inquiridos: maioritariamente, da área de Artes e Humanidades. Na figura 6, é notória que a afluência ao ramo de arquivo, que é bastante superior à de biblioteca, especialmente entre 2010 e 2013 (Pinto, 2018, p. 54).

Ainda de mencionar que a partir 2015, que a Faculdade de Letras da Universidade de

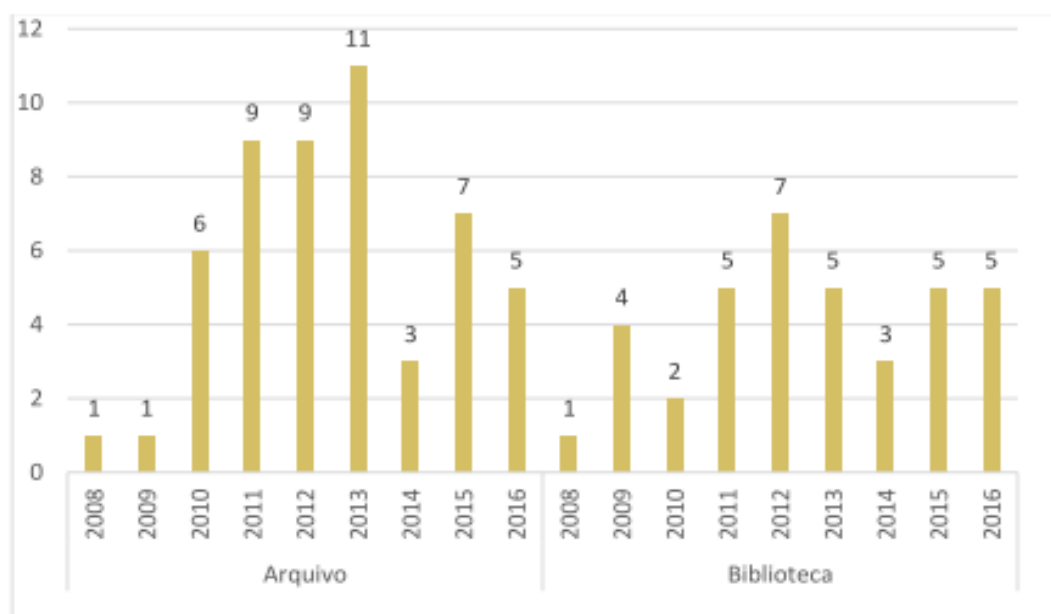


Figura 6 Número de Alunos diplomados por ano e por especialização (Pinto, 2018, p. 44)

Lisboa, no âmbito da melhoria das competências que são consolidadas com o ingresso mestrado, alterou o plano curricular existente, adaptando-o a matérias pertinentes e atuais, dissociando a divisão que existia até então entre biblioteconomia e arquivística. Atribuiu o 1º ano enquanto curso de especialização em ciências documentais, e o 2º ano destinado à investigação e escrita do trabalho final (*Despacho n.º 10603/2015*, 2015, p. 27476; Pinto, 2018, p. 51).

O arquivista deverá ser visto como um verdadeiro gestor de recursos (ultrapassando a própria gestão da informação/documentação), que além de competências de organização tem também um conhecimento elementar das técnicas e métodos arquivísticos. Ao longo dos anos, o arquivista ou gestor de informação, deve adaptar-se às mudanças e aos novos desafios impostos, e, por isso, conciliar o seu saber com o conhecimento das TIC: a

informática como instrumento, e não como uma área distinta dentro dos arquivos (C. G. da Silva, 2007, p. 18).

Também com a implementação das novas tecnologias aplicadas ao Sistema Arquivístico Municipal e o planeamento de modernas instalações arquivísticas o profissional de arquivo passou a reivindicar um papel central na planificação, organização e execução/acompanhamento desses processos (Sabóia, 2011, p. 1).

O papel dos gestores da informação deverá deixar de estar restrito a uma função de custódia e guarda de documentos, para ter um papel ativo desde o momento da produção da própria documentação. A separação artificial entre arquivistas e gestores de documentos (*recordkeeping*) foi rapidamente rompida com o aparecimento das teorias pós-custodiais (António, 2009, p. 48).

Perante a análise das fontes, e atendendo aos estudos efetuados, é viável constatar que nos diversos municípios portugueses existem perceções distintas de arquivo e das competências dos seus profissionais, e, conseqüentemente, do valor acrescentado que a existência de um arquivista/gestor da informação poderá acarretar numa organização, apesar da existência do *Referencial europeu de competências dos Profissionais da Informação-Documentação* (2005).

Resumidamente, falta ainda uma efetiva política nacional para os arquivos municipais, em função da inexistência, em primeiro lugar, de uma efetiva Política Nacional para a Informação, e, em segundo lugar, pelo desconhecimento que grande parte dos executivos tem demonstrado, quer na definição das políticas, quer na concretização do papel que os arquivos e os seus profissionais podem ter na modernização administrativa (C. G. da Silva, 2019, p. 44).

2. Metodologia de Investigação

2.1. Definição da Problemática

Os arquivos podem ser considerados repositórios de memória coletiva, e são essenciais na recuperação e salvaguarda da identidade de instituições ou comunidades, contribuindo para o fortalecimento da consciência histórica dos cidadãos (Baiget, 2001, p. 46). O reconhecimento dos arquivos municipais enquanto instituição de administração pública junto da comunidade é fundamental para uma maior compreensão da função e da importância dos gestores de informação, uma vez que estes surgem no âmbito de uma resposta personalizada às necessidades dos utilizadores internos e externos.

Com base na preocupação com o papel dos gestores de informação nos arquivos municipais desenvolveu-se este estudo, que permite indagar a realidade atual dos recursos humanos nessas mesmas instituições, ainda que num espaço geográfico predefinido.

No desenvolvimento deste trabalho de investigação, verificámos a carência de dados atualizados, que permitam conhecer o estado atual dos recursos humanos nos arquivos municipais em Portugal, e nesse sentido, este estudo delimitou um território em particular para abordar a sua problemática essencial, que constitui a pergunta de partida:

Quem exerce a gestão da informação como sua profissão nos arquivos municipais portugueses?

Para além da realidade dos recursos humanos, é também possível questionar e aferir as relações entre o nível de formação e os cargos desempenhados; se são (ou não) frequentadas formações por parte dos colaboradores destas instituições, e caso sejam, qual a sua periodicidade; e por fim, as questões relacionadas com a empregabilidade na medida em que se aferiu se os cargos ocupados correspondem às qualificações dos gestores de informação. Investiga-se a existência (ou não) de lacunas ou disparidades entre os recursos humanos dos municípios e as suas necessidades, que conseqüentemente torna possível eventuais intervenções nestas instituições relativamente às suas qualificações/ formação, uma vez que são inúmeras as vantagens de ter um profissional da informação devidamente qualificado.

É através desta premissa que o tema principal deste trabalho se rege, ainda que no decorrer do mesmo tenha sido alvo de algumas alterações com o intuito de responder o mais possível à problemática selecionada.

Na ótica da metodologia, a seleção da amostra desempenha um papel crucial, uma vez que, partindo da análise da mesma, é possível obter a máxima informação permitindo a fundamentação do trabalho de investigação e a elaboração da teoria do mesmo, tendo por base critérios pragmáticos e teóricos (Aires, 2015, p. 22).

Deste modo, este estudo de caso tem como amostragem os colaboradores dos arquivos municipais cujo território se delimita entre o rio Mondego e o rio Tejo, incluindo 9 municípios da Área Metropolitana de Lisboa concretamente a Grande Lisboa. O estudo abrange sensivelmente oitenta municípios, que incluem quatro distritos de Portugal, englobando aproximadamente 21.239 km² do território nacional. Permite, assim, averiguar se estes estão munidos de recursos humanos qualificados para os desafios propostos às instituições que representam.

No primeiro capítulo deste trabalho de investigação verifica-se a revisão da literatura, imprescindível para o enquadramento do tema, contribuindo ativamente para delimitar de forma incisiva a pergunta de partida. Neste capítulo de análise teórica da problemática recorreremos ao método de investigação documental.

Desta forma, as pesquisas bibliográficas formuladas contemplam a própria bibliografia de referência e a especializada, com o intuito de uma maior complementaridade. Assim, e também no âmbito da revisão de literatura para este projeto de estudo, foram utilizados como ferramentas de pesquisa alguns repositórios digitais, como por exemplo: *RCAAP*, *B-On*, com o intuito de uma maior abrangência sobre o tema.

Para que fosse possível aferir que estudos já tinham sido realizados sobre esta problemática, recorreremos também à plataforma *Arquivo.PT*, que proporcionou os resultados de estudos e inquéritos anteriormente elaborados.

Para esta investigação, os termos selecionados foram sujeitos a pesquisa booleana, na medida em que a pesquisa foi feita tanto no singular como no plural das palavras, sendo também incluídas as aspas. Esclarecendo quanto aos termos pesquisados, estes são: arquivos municipais; gestor(es) de informação; profissional(ais) da informação; recursos humanos, sendo que neste último somente se realizou a pesquisa conforme está uma vez que é um conceito por si só (“recursos humanos”).

No que remete à análise de resultados e recolha de dados, foram aplicados inquéritos por questionário à amostragem definida entre o Mondego e a Área Metropolitana, compreendendo 7 regiões NUTS III e cerca de 80 municípios.

Foi utilizada a ferramenta *Google Forms* para a aplicação dos inquéritos aos municípios, contudo a mesma revelou-se nalguns casos pouco eficaz dado que não permitia colocar mais do que uma opção em questões que assim o requeriam.

2.2.Métodos De Recolha De Dados

Os métodos de investigação são encarados como um caminho necessário e imprescindível para alcançar o conhecimento científico, «(sendo) o conjunto de procedimentos que servem de instrumentos para alcançar os fins de investigação» (Coutinho, 2014, p. 24).

Neste sentido, a metodologia do trabalho científico pode definir-se por «um conjunto de diretrizes que orientam a investigação científica» (Lessard-Hébert et al., 2012, p. 15), na medida em que esta se revela uma afirmação da autenticidade dos resultados obtidos, bem como a comprovação da sua veracidade.

« A recolha de dados decorre da necessidade de medir um determinado facto social (Silvestre & Araújo, 2012, p. 142)».

A pesquisa desenvolvida para este trabalho integra tanto o paradigma quantitativo, como o qualitativo, permitindo uma maior adaptação à problemática em causa. Considerando estes dois complementares num *continuum* epistemológico, e não numa dicotomia (Lessard-Hébert et al., 2012, pp. 34–35), torna possível um maior enfoque e ampliação da problemática em análise.

Partindo deste princípio, no estudo de C. Coutinho, reforça-se a ideia de uma linha continua entre estes dois paradigmas metodológicos – quantitativos/ qualitativos - , ao invés da existência de diferenças conceptuais e metodológicas de ambos (figura 7), em que ambos os paradigmas levam à formulação de teorias e ao esclarecimento para tendências de grupo (Coutinho, 2014, p. 37).

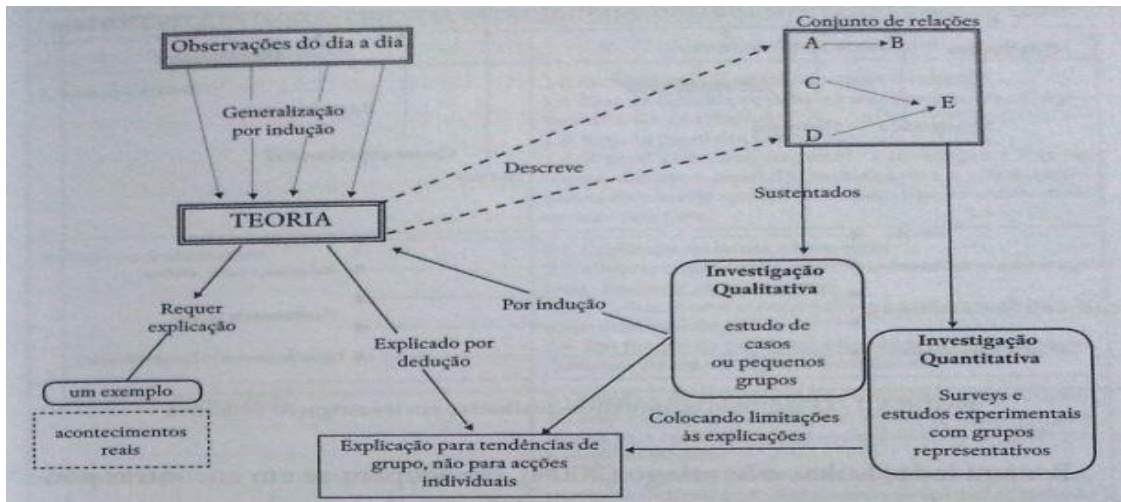


Figura 7 Complementaridade entre quantitativo e qualitativo (Coutinho, 2014, p. 37)

No estudo de C. Coutinho (figura 8) a metodologia quantitativa parte de uma teoria para testar, terminando na recolha de dados que confirmem essa mesma teoria inicial, sendo que para a alcançar foram criados problemas e hipóteses, que geraram conceitos e variáveis operacionalizados a partir da ideia inicial (teoria).

Por outro lado, e ainda neste mesmo estudo, a metodologia qualitativa caracteriza-se por um processo inverso ao anterior, cuja base é a recolha de dados pelo investigador no âmbito da conceção da teoria final, sendo que, para atingi-la, o investigador parte para o levantamento de questões, que o leva até à formação de categorias de dados, que proporcionam a procura de padrões (Coutinho, 2014, p. 29).

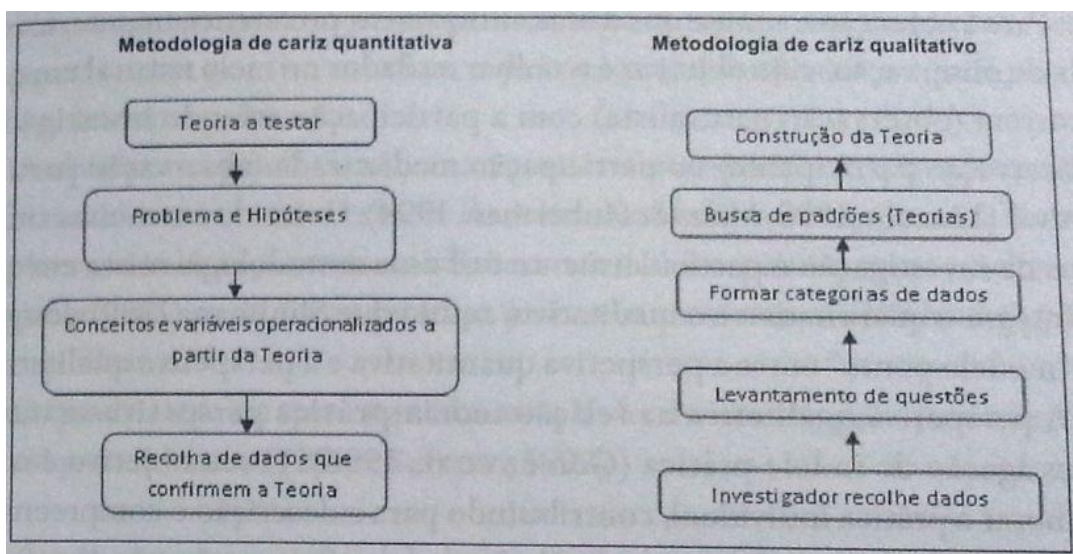


Figura 8 Investigação quantitativa versus qualitativa (Coutinho, 2014, p. 29)

A triangulação dos dados revela-se importante, na medida em que *é frequentemente útil, se não mesmo necessário recorrer a diferentes técnicas numa mesma investigação* (Lessard-Hébert et al., 2012, p. 26). Trata-se da relação e do cruzamento de métodos (métodos mistos), para a obtenção de resultados mais rigorosos, com maior qualidade e fiabilidade.

Na metodologia qualitativa, a triangulação é uma das técnicas mais comuns, baseando-se em «recolher e analisar os dados a partir de diferentes perspetivas para os empregar e interpretar» (Aires, 2015, pp. 55–56).

Para Aires, «a investigação qualitativa é uma perspetiva multi metódica que envolve uma abordagem interpretativa e naturalista do sujeito de análise» (Aires, 2015, pp. 13–14). Esta abordagem está diretamente relacionada com a corrente *interpretativista*, sendo que tenciona, por via da recolha exaustiva de dados, relacionar categorias e conceitos de forma a criar hipóteses válidas, e que admitam a sua difusão.

Neste contexto, a elaboração da pergunta de investigação primária, ou como é normalmente conhecida – a pergunta de partida –, é a base para a abordagem qualitativa, tornando-se esta mesma a base de toda a investigação (Silvestre & Araújo, 2012)

2.2.1 Investigação Documental

A investigação documental tem uma função de reforço na investigação qualitativa, sendo utilizada para combinar os dados obtidos através de uma ou duas outras técnicas (Lessard-Hébert et al., 2012, p. 144). Desta forma, estimula a criação de uma nova teoria, baseando-se em fontes de informação primárias, relacionando a descrição bibliográfica, a classificação, a formulação de anotações e de resumos, e a transcrição técnico-científica (Aires, 2015, pp. 46–47).

A investigação documental é um método, cuja definição remete para um «dispositivo específico de recolha ou de análise das informações, destinado a testar hipóteses de investigação» (Quivy & Campenhoudt, 2005, p. 187), podendo também ser encarado enquanto método de «pesquisa, objetiva e sistemática, de avaliação da evidência, sintetizando-a de modo a estabelecer factos e a desenvolver conclusões acerca de acontecimentos» (C. G. da Silva, 2010, p. 2). E é comumente utilizada na combinação

de métodos (métodos mistos), isto é, conciliar distintos métodos e técnicas no estudo de um mesmo fenómeno, como as observações e os inquéritos (por questionário ou por entrevista), de modo a reforçar a credibilidade da investigação (C. G. da Silva, 2010, p. 1).

Neste estudo a investigação documental foi utilizada para efeitos de revisão da literatura, permitindo a prospeção de trabalhos existentes e disponíveis na área, assim como aprender conteúdos, as questões decisivas e as carências existentes no atual estado do conhecimento; e também promover uma visão sobre as bases e as orientações da investigação (C. G. da Silva, 2010, p. 5).

Este método destaca-se pela sua eficácia e pela facilidade no acesso à informação, uma vez que também está maioritariamente em acesso aberto e sem elevados custos associados. É assim fiável e abrangente, embora exija a definição e uso de critérios, sejam estes o idioma da pesquisa, as bases de dados a seguir, e até questões de qualidade, atualidade e representatividade. (Bowen, 2009, p. 31; C. G. da Silva, 2010, pp. 4–5).

Partindo das leituras de Quivy & Campenhoudt, o presente estudo deduz as seguintes fases, correspondentes a cada uma das etapas mencionadas pelos mesmos – figura 9 (Quivy & Campenhoudt, 2005, p. 25).

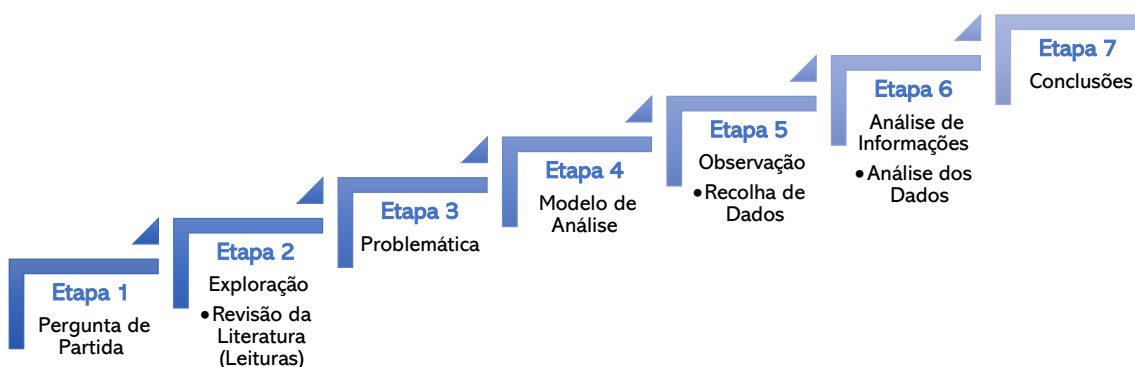


Figura 9 Etapas do Procedimento (adaptado) (Quivy & Campenhoudt, 2005, p. 25)

Este plano apresentado dá-nos confiança e sobretudo fiabilidade relativamente aos dados obtidos. A seleção do estudo referente aos recursos humanos nos arquivos municipais é fundamentada pela necessidade de aprofundar um tópico científico pouco conhecido atualmente, mas também pelo estudo *per se*, apresentando dados reais e

concretos relativamente ao emprego e à qualificação dos profissionais da informação/colaboradores dos arquivos municipais.

2.2.2 Inquérito Por Questionário

A técnica de recolha de dados selecionada, neste estudo, é o questionário de administração direta, uma vez que serão as próprias entidades, enquanto inquiridas, a responder ao questionário ainda que por via *online*, por *email* ou mesmo através de *software* apropriado para o efeito (Quivy & Campenhoudt, 2005, pp. 188–189).

O inquérito assume-se como um método de análise quantitativa, que se rege por modelos previamente definidos. A sua abrangência e tipologia das questões encaminham-nos normalmente para resultados mais restritos (Lessard-Hébert et al., 2012, p. 109).

É através do inquérito por questionário que nos é possível investigar uma determinada população da referida região, que neste caso especificamente são os recursos humanos dos arquivos municipais. Proporciona a análise de um fenómeno social, através da interrogação de um elevado número de pessoas.

Tem inúmeras vantagens, destacando-se: a quantificação de um número elevado de dados, que resultam em múltiplas análises de ligação. Outra das suas vantagens, é a sua abrangência alargada, que permite uma maior representatividade do conjunto dos inquiridos, pelo que embora exista uma margem de erro, esta será sempre mais controlada.

Em relação às suas limitações, reportam-se a superficialidade das respostas, dado que a resposta pode não ser tão elucidativa em comparação à profundidade da questão colocada.

O inquérito por questionário é apresentado normalmente por escrito, e pressupõe a aplicação de técnicas para formulação das suas questões. Estas questões podem incluir três tipos:

«fechadas - reduzindo a possibilidade de resposta;

abertas – possibilita uma opinião mais livre na resposta, tornando as alargadas no conteúdo e forma com que abordam a temática;

preformadas – são um misto entre anteriores, possibilitando um compromisso entre as mesma (Lessard-Hébert et al., 2012, p. 145).»

É a partir das respostas obtidas através dos inquéritos, que se torna possível a interpretação dos factos. Desta análise de resultados é possível cruzar informações prévias

com as obtidas e criar estudos fidedignos, na medida em que permite de igual modo que surjam teorias e/ou confirmação das hipóteses. Assim, é neste momento, que para a apresentação de conclusões é possível «sugerir aperfeiçoamentos do seu modelo de análise ou propor pistas de reflexão e de investigação para o futuro» (Quivy & Campenhoudt, 2005, p. 211).

A elaboração de um inquérito por questionário pressupõe o encontro das perguntas adequadas para obter as respostas necessárias, na medida em que conceber a pergunta é fundamental, de modo a *obter uma informação adequada e não ambígua*, que se preste igualmente a operações de análise estatística (Quivy & Campenhoudt, 2005, p. 171).

Quivy e Campenhoudt defendem que antes da aplicação do questionário é fundamental adequá-lo aos objetivos próprios do estudo através de uma *aplicação em pequena escala da versão preliminar, intitulada pré-inquérito* (Quivy & Campenhoudt, 2005, p. 173).

Desta forma, é possível detetar *as questões deficientes, os esquecimentos, as ambiguidades e todos os problemas que as respostas levantam* (Quivy & Campenhoudt, 2005, p. 172), corrigindo aspetos relacionados com a clareza da linguagem, coerência e sequência das questões antes da recolha dos dados junto dos inquiridos selecionados para o preenchimento do inquérito.

Neste estudo, o questionário será precedido por uma breve introdução no âmbito da cooperação dos inquiridos, em que consta o pedido de colaboração para preenchimento, o objetivo principal da sua aplicação e o nome do investigador e da instituição académica no âmbito do qual foi criado e será utilizado.

No que concerne às questões do referido inquérito, ter-se-á de definir o grau de utilização das perguntas de tipo abertas, semiabertas ou fechadas, cuja diferença passa fundamentalmente pela maneira como surge a resposta.

As questões semiabertas proporcionam aos inquiridos alguma liberdade de resposta a outras possibilidades que não se encontram contempladas nas respostas fechadas. No entanto, as questões fechadas, com alternativas fixas de resposta, são as mais apelativas para os inquiridos, por exigirem menos tempo de análise e de resposta, não obstante a informação recolhida ser menos rica. Revelam igualmente uma maior facilidade de codificação e de aplicar análises estatísticas para analisar as respostas.

Os inquéritos por questionário foram enviados por correio eletrónico para os endereços de todos os arquivos municipais em estudo ou dos seus responsáveis. É espectável que a mensagem a enviar faça uma breve apresentação, que deverá ser *objetiva, concisa e motivante* (Quivy & Campenhoudt, 2005, p. 184), com identificação do investigador, os objetivos da investigação e da instituição no âmbito da qual a estava a desenvolver. Com os inquéritos seguem também as instruções de preenchimento dos mesmos, e uma breve nota introdutória sobre o projeto em questão.

Foi previamente definido um guião para o questionário a aplicar efetivamente, contribuindo para que tanto as questões, quanto as respostas pudessem proporcionar informação pertinente para posterior análise e correspondência com outras técnicas de recolha de dados.

O *layout* prevê-se simples porém objetivo, tendo sido projetado de forma a estimular os inquiridos a colaborar no preenchimento de um questionário com questões *concisas, diretas, específicas, claramente formuladas* (Tuckman, 2002, p. 322).

A definição da estrutura de um inquérito por questionário concebe-se com a formulação da problemática a que a investigação se propõe responder, sendo a mesma enunciada através da pergunta de partida, a que já nos referimos (Quivy & Campenhoudt, 2005, p. 34).

A análise estatística e a análise de conteúdo são, pois, dois referenciais para o tratamento de dados de um questionário.

É possível que algumas questões possam gerar algum incómodo, optando-se, nestes casos por questões de via indireta, atendendo a que, na bibliografia, consultada os autores sugerem que algumas questões diretas *podem levar o sujeito a ser cauteloso ou circunspecto e a dar respostas pouco sinceras, sendo que nalgumas vezes a abordagem indireta tem mais probabilidade de produzir respostas francas e diretas* (Tuckman, 2002, p. 309).

2.2.3 Método Comparativo

Glaser e Strauss propuseram o método comparativo constante, que pressupõe que o investigador codifique e analise dados para desenvolver conceitos. Ainda que à medida que vai comparando resultados, se torne suscetível a alteração dos conceitos inicialmente concebidos. (Taylor, Steven J.; Bogdan, Robert; DeVault, 2016, p. 164). Este método, ao invés de procurar diferenças que permitam a generalização entre grupos específicos, tem

como objetivo compreender um determinado grupo em análise (Taylor, Steven J.; Bogdan, Robert; DeVault, 2016, p. 284).

Desta forma, percebemos que o método comparativo se caracteriza fundamentalmente pelo conhecimento de realidades distintas, e neste estudo em particular também no espaço geográfico. Proporciona a possibilidade de confronto de resultados e características distintas, que se apresentam tanto como semelhantes como dissemelhantes (Esteves, António; Azevedo, 1998, p. 28).

Conforme Marconi e Lakatos, este método é fundamentalmente utilizado no âmbito de comparações de grupos no presente, no passado, entre sociedades de iguais ou de diferentes estágios de desenvolvimento (Marconi & Lakatos, 2003, p. 107). Ainda neste estudo, as autoras referem que este método permite analisar um dado em concreto, deduzindo dos mesmos outros elementos: abstratos e gerais, na medida em que proporciona a análise de semelhanças e disparidades entre vários campos sendo uma verdadeira *experimentação indireta*.

Utiliza-se em estudos de espectro alargado, de setores concretos, assim como para estudos qualitativos e quantitativos, sendo por isso mesmo o método eleito para este estudo, pois permite a comparação dos resultados obtidos dos 80 municípios em estudo, comparando-os não só no território compreendido neste estudo, como também com os anteriores estudos.

Permite aferir as semelhanças e elucidar as divergências das regiões e comparar os resultados obtidos através dos inquéritos realizados e a revisão de literatura que aborda os estudos já realizados, para um conhecimento não só de base empírica, mas tornando-o também mais alargado, por forma a consolidá-lo.

3. Os Municípios – Caracterização

3.1. Área Metropolitana de Lisboa

A Área Metropolitana de Lisboa (AML) é uma entidade de nível intermédio da Administração Pública Local. (AML, 2021).

Tem uma população sensivelmente 2,8 milhões de habitantes, no seu território integra 18 municípios, agrupados em duas sub-regiões: Área Metropolitana Norte (AML Norte) e Área Metropolitana Sul (AML Sul), sendo que neste estudo em particular é abordada a AML Norte.

É nesta região que a densidade populacional tem maior destaque face às restantes do território português. Estão integrados neste estudo 9 municípios: Amadora, Cascais, Lisboa, Loures, Mafra, Odivelas, Oeiras, Sintra, Vila Franca de Xira, sendo que a sua densidade populacional se assemelha da seguinte forma (figura 10):

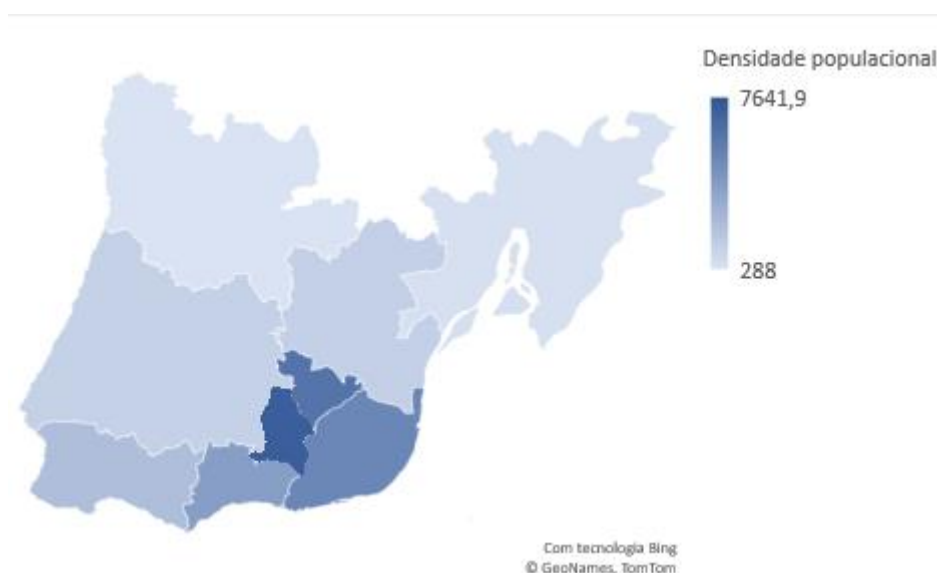


Figura 10 Densidade Populacional AML Norte

3.1.1. Arquivo Municipal da Amadora

O município da Amadora surge a 11 de setembro de 1979, o seu território corresponde a cerca de 23,79 km². Foi o primeiro município a ser criado após o 25 de Abril de 1974 (Câmara Municipal da Amadora, 2020).

Os dados disponibilizados pelo INE de 2019 esclarecem que a densidade populacional do município corresponde a 7 641,9, sendo a sua população residente de 181.724 habitantes. O número de mulheres é superior ao dos homens (97.397 para 84.327,

respetivamente). Relativamente aos dados do município, o número de habitantes com mais de 65 anos é comparativamente superior ao número de habitantes com menos de 15 anos (42.453 para 28.311, respetivamente), o que revela uma população mais envelhecida e conseqüentemente fora de idade ativa e que corresponde a uma índice de envelhecimento de 150 (*Retorno de Informação aos Respondentes Municípios: Amadora*, 2019, p. 1).

Os dados referentes a despesas das Câmaras Municipais em Atividades Culturais e de Desporto foi de 3.130 milhares de euros, e atribuídos a Bibliotecas e Arquivos 697 milhares de euros, sendo esta a segunda atividade de maior destaque dentro do município (*Retorno de Informação aos Respondentes Municípios: Amadora*, 2019, p. 3).

Relativamente à comunicação do Arquivo Municipal a mesma é praticamente inexistente, uma vez que não há base de dados *online* ou mesmo página própria na Internet. Não tem representação no *site* do município, nem nas redes sociais.

O Arquivo Municipal possui regulamento interno, que está disponibilizado no *site* da Câmara Municipal do Município (Câmara Municipal da Amadora, 2005).

Neste regulamento, que data de 2005, esclarece-se no *art.º 3*, que o arquivo municipal se encontra *integrado no Departamento de Administração Geral e é o responsável pela defesa e salvaguarda dos arquivos, coleções e mais documentos com valor histórico e patrimonial da Câmara Municipal de Amadora* (Regulamento do Arquivo do Município da Amadora, 2005, p. 2).

Com base no regulamento do Arquivo Municipal são delimitados os procedimentos para destruição de documentos, respeitando a legislação vigente, preservando também a integridade e conservação da documentação.

Relativamente às condições de acesso e utilização dos documentos, as mesmas estão definidas no regulamento, o mesmo esclarece que a consulta pública dos documentos, em originais ou reprodução, apenas pode ser efetuada na sala de leitura do Arquivo Municipal. Sempre que tratem de consultas/ utilização dos documentos originais raros ou mau estado de conservação estes estão sujeitos à autorização do responsável pelo Arquivo Municipal (Regulamento do Arquivo do Município da Amadora, 2005, p. 8).

Em concordância com os dados recolhidos através dos inquéritos efetuados, o Arquivo Municipal não se encontra aberto ao público, não dispõe de sala de consulta nem biblioteca de apoio, contudo tem um serviço de reprodução de documentos através da digitalização. Não são mencionadas limitações de acesso à documentação, contudo é referida a ausência de recursos humanos, comprovada pelo número reduzido de gestores de informação (1 a 3).

Nos resultados do inquérito, a unidade orgânica responsável pelo Arquivo Municipal indicada é a Divisão, todavia perante informações no Regulamento Orgânico dos Serviços Municipais integra o Departamento de Administração Geral (Despacho n.º 12471/2015, 2015, p. 31934).

Compreende mais do que um polo, e sabemos pelo estudo da G. Gabriel, que se encontra instalado em cinco edifícios. (2017, pp. 57–58)

Existem no arquivo 3 gestores de informação: 1 técnico superior, 2 assistentes técnicos. Todos os gestores de informação deste arquivo municipal são do sexo feminino. O técnico superior é também responsável pelo arquivo municipal e tem pós-graduação em Ciências da Documentação e Informação (CDI), cuja faixa etária corresponde 41-50 anos.

Relativamente aos assistentes técnicos, as habilitações académicas são distintas: um tem pós-graduação de outra área de conhecimento que não CDI, e o outro 12.º ano de escolaridade. As faixas etárias dos gestores de informação desta carreira profissional enquadram os 31-40 e os 51-61 anos.

Portanto, existe efetivamente uma variedade na faixa etária dos gestores de informação afetos ao arquivo, embora não se registem de gestores de informação nas faixas etárias dos 21 – 30 e ≥ 62 .

As formações registadas nos últimos dois anos foram dirigidas somente aos Técnicos Superiores, não foram mencionadas quaisquer temáticas.

Perante os dados que constam no Plano de Classificação da Informação Arquivística para a Administração Local é esclarecido que este município integrou o grupo, ainda na primeira versão. O Arquivo Municipal refere em resposta ao inquérito que não tem certificação de qualidade ou certificado de Sistema de Gestão de Qualidade.

Perante os dados disponíveis no inquérito é esclarecido que o município não se candidatou ao Programa de Apoio À Rede de Arquivos Municipais. Contudo, perante as informações presentes no relatório de avaliação do PARAM, esclarece que o Arquivo Municipal deste município faz parte do grupo de 86 processos de municípios que manifestaram intenção de candidatura ao PARAM, embora a mesma não tenha sido concretizada e já se encontrasse afeto ao arquivo um técnico superior (Henriques, 2008, p. 17).

Neste município não há colaboradores com formação na área da Ciência da Informação e/ou na área de arquivo que não exerçam a função em outros serviços municipais, sendo que os formados na área estão a exercer funções no domínio do Arquivo Municipal.

3.1.2. Arquivo Municipal de Cascais

Atendendo aos dados do INE de 2019, o município de Cascais apresenta uma população residente de 212 474 habitantes, sendo a densidade populacional correspondente a aproximadamente 2181,5. Caracteriza-se por uma população residente maioritariamente do sexo feminino (114.128), em comparação aos 98.346 homens. O número de indivíduos com 65 ou mais anos de idade concerne a um valor de aproximadamente 43.358, o que nos remete para um índice de envelhecimento de aproximadamente 128,3%. (*Retorno de Informação aos Respondentes Municípios: Cascais*, 2019, p. 1).

O orçamento para despesas das Câmaras Municipais em Atividades Culturais e de Desporto foi de 6.991 milhares de euros, atribuídos a Bibliotecas e Arquivos 1.684 milhares de euros, a segunda atividade de maior destaque (*Retorno de Informação aos Respondentes Municípios: Cascais*, 2019, p. 3).

O Arquivo Histórico Municipal de Cascais foi fundado a 25 de agosto de 1987, e na sua missão está implícita a recolha, a organização, a preservação e a difusão da documentação de conservação permanente à sua guarda, para ajudar a fazer uma reconstituição da história do município. Possui duas salas de consulta: uma no Arquivo Histórico Municipal; outra no Arquivo Técnico de Urbanismo. Disponibiliza aos seus utilizadores um guia, inventários e catálogos em suportes papel e digital, assim como uma

base de dados *online* (X-Arq). (Guia Digital Arquivo Histórico Municipal de Cascais, 2019, p. 7)

Em fevereiro de 2006, é criado pela Câmara Municipal de Cascais o PRADIM (Programa de Recuperação de Arquivos e Documentos e de Interesse Municipal), que visa garantir a salvaguarda de todo o tipo de documentação de conversação permanente na posse pessoas singulares ou coletivas com interesse em delegar o seu tratamento e preservação ao Arquivo Histórico Municipal de Cascais, que permitia o depósito físico e/ou digital da documentação (*PRADIM / Cascais Cultura*, 2021).

Em 2008 é elaborado um projeto informático, que acrescenta a vertente digital ao Arquivo Histórico Municipal. No âmbito dessa informatização, utilizou-se a base X-Arq cujo *software* obedece à ISAD (G) e à ISAAR (CPF), que vem permitir a criação do Arquivo Histórico Digital de Cascais e, conseqüentemente, a associação de outros importantes núcleos arquivísticos municipais. Procedeu também à georreferenciação do documento no Sistema de Informação Geográfica Municipal, implementando deste modo uma interface SIG/X-Arq, que permite associar diversas tipologias documentais com o propósito de desburocratizar e simplificar a consulta no acervo (Guia Digital Arquivo Histórico Municipal de Cascais, 2019, p. 7)

O Arquivo Municipal está aberto ao público, em horário fixo nos dias úteis das 9:00 às 13:00 e das 14:00 às 18:00. A área de exposições do Arquivo Histórico também se encontra aberta ao público aos sábados, domingos e feriados no horário compreendido das 10:00 às 13:00 e das 14:00 às 18:00, à exceção dos dias 1 de janeiro, domingo de Páscoa, 1 de maio e 25 de dezembro. Estas informações estão disponíveis no *site* do município (*Cascais. PT*), assim como os contactos telefónicos, endereço eletrónico e a morada do mesmo. (*Arquivo Histórico Municipal de Cascais / Câmara Municipal de Cascais*, 2021).

A consulta da documentação poderá ocorrer através do acesso aos originais e/ou digitalizações, sendo referida a fotocópia e a digitalização como meios de reprodução da documentação.

Contudo, devido ao contexto da pandemia em que vivemos, podemos verificar um aviso referente às consultas no Arquivo Histórico Municipal de Cascais e no Arquivo Técnico do Urbanismo em exclusivo por via de agendamento através de endereços de *email* disponíveis na mesma página web (*Arquivo Histórico Municipal / Cascais Cultura*, 2021).

O Arquivo Municipal de Cascais tem como unidade orgânica responsável a divisão - a Divisão de Arquivos, Bibliotecas e Património Histórico - , conforme podemos também verificar no regulamento interno, que se encontra disponível para consulta (*Regulamento do Arquivo Municipal de Cascais*, 2016).

O regulamento interno do Arquivo Municipal estabelece a organização aplicada, delimitando-o em quatro serviços fundamentais, evidenciando a existência de mais do que um polo também:

o Arquivo Geral Corrente, que administra o Plano de Classificação Documental e assegura a organização da informação no Sistema de Gestão Documental da Câmara Municipal de Cascais, garantindo, ainda, o arquivamento físico e digital de processos concluídos, mas de consulta frequente; o Arquivo Intermédio, que também gere processos concluídos, mas de consulta esporádica pelos serviços, assegurando a avaliação e a seleção de toda a documentação transferida para as suas instalações, com vista à fixação do destino final da mesma: a eliminação ou a preservação; o Arquivo Histórico, responsável pelo tratamento e comunicação da documentação de conservação permanente, enfatizando o seu valor informacional; e o Arquivo Técnico de Urbanismo, que, em função da sua especialização, bem como do nível de utilização e extensão da documentação que administra, coordena a gestão dos processos concluídos de operações urbanísticas, descrevendo-os e digitalizando-os, de forma a agilizar a consulta dos mesmos. (Regulamento do Arquivo Municipal de Cascais, 2016, p. 1)

No art.º 1.º deste mesmo documento *fixa também as normas de funcionamento do Sistema de Gestão Documental da Câmara Municipal de Cascais (GDCC)*, e essa é assegurada pelo Arquivo Municipal (*Regulamento do Arquivo Municipal de Cascais*, 2016, p. 1).

Perante os dados que constam no Plano de Classificação da Informação Arquivística para a Administração Local é esclarecido que este município integrou o grupo, ainda na primeira versão.

O Arquivo Municipal refere em resposta ao inquérito que não tem certificação de qualidade ou certificado de Sistema de Gestão de Qualidade.

Relativamente à candidatura ao Programa de Apoio à Rede de Arquivos Municipais (PARAM) obtivemos a informação, via inquérito, de que não concorreu.

Porém, conforme os dados de Henriques, inclui o município com candidatura aprovada em 1999 (Henriques, 2008, p. 71), na modalidade de *apoio à instalação do Arquivo Municipal em edifício existente e para uso exclusivo do Arquivo*, mas acabou por ser invalidada por iniciativa do IAN/TT, alegadamente pelo incumprimento do Acordo por parte do Município (Henriques, 2008, p. 14).

Atualmente, o Arquivo Municipal tem 34 colaboradores: 12 Técnicos Superiores, 17 Assistentes Técnicos e 5 Assistentes Operacionais. Relativamente às habilitações académicas são muito diversas, mas destaca-se o doutoramento ainda que não seja na área da Ciência da Informação (CI), existe um mestrado em CDI.

Verificam-se também 7 pós-graduações: 4 delas em CDI, sendo que 3 são de técnicos superiores e a restante de assistente técnico Apesar da grande maioria da formação estar na escolaridade obrigatória em Portugal (12.º ano) com 14 gestores de informação, registam-se 6 licenciaturas em outras áreas de conhecimento que não a Ciência da Informação, e ainda 5 colaboradores com o 9.º ano de escolaridade.

Maioritariamente, são mulheres que exercem funções neste Arquivo Municipal, com um total de 21, ainda que na carreira profissional de Assistente Operacional o número de elementos do sexo masculino seja superior.

Nas carreiras profissionais Técnico Superior e Assistente Técnico as faixas etárias contempladas estão entre 41-50 e 51-60. Por outro lado, na carreira de Assistente Operacional apesar de ter maior incidência na faixa etária dos 51-60, tem também elementos nas faixas etárias anteriores nomeadamente 31-40, e também ≥ 62 .

Relativamente ao responsável do Arquivo Municipal, este é do sexo masculino, estando a sua faixa etária entre os 41-50, cuja formação nos remete para um doutoramento noutra área de conhecimento que não a CI. Todavia, possui também o curso de

especialização de Ciências Documentais, na variante de Arquivo, pela Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.

A formação complementar dada nos últimos dois anos abordou temáticas como a arquivística e a informática, em concordância com os projetos do arquivo e do município, e foi oferecida sem distinção das carreiras profissionais em que se inserem os colaboradores.

Não há colaboradores com formação na área da Ciência da Informação e/ou na área de arquivo que não exerçam as funções no Arquivo Municipal, sendo que todos os recursos humanos formados na área estão a exercer funções no domínio do Arquivo Municipal.

3.1.3. Arquivo Municipal de Lisboa

O município da Lisboa tem um território correspondente a cerca de 100,1 km², ocupa o décimo segundo lugar na lista dos 18 Municípios da Área Metropolitana de Lisboa (AML) em termos de área, ainda que seja o mais populoso (*REOT 2015 Relatório do Estado do Ordenamento do Território*, 2016, pp. 6–7). Tem uma população residente de aproximadamente 507.220 habitantes, sendo também o número de mulheres superior ao dos homens. A sua densidade populacional corresponde a cerca de 5069,7. Relativamente aos dados do município o número de habitantes com mais de 65 anos é comparativamente superior ao número de habitantes com menos de 15 anos (143.399 para 82.758, respetivamente), o que revela uma população mais envelhecida e consequentemente fora de idade ativa e que corresponde a um índice de envelhecimento de 173,3 (*Retorno de Informação aos Respondentes Municípios: Lisboa*, 2019, p. 1)

Os dados referentes a despesas da Câmara Municipal, em 2019, em Atividades Culturais e de Desporto foram de 56 001 milhares de euros, atribuídos a Bibliotecas e Arquivos 487 milhares de euros (*Retorno de Informação aos Respondentes Municípios: Lisboa*, 2019, p. 3).

O Arquivo Municipal insere-se na Divisão de Arquivo Municipal, que integra o Departamento de Património Cultural, da Direção Municipal de Cultura (*Arquivo Municipal de Lisboa - Missão e competências*, 2021). Os documentos formais que

expressam a responsabilidade do sistema de arquivo são um diploma orgânico, regulamento publicado em *Diário da República* e manuais de procedimentos.

Instala-se desde os seus primórdios em quatro edifícios, que assumiram ao longo do tempo várias localizações, em diferentes partes da cidade (bairro da Liberdade, bairro do Arco do Cego, rua da Palma e largo do Calvário) (*Arquivo Municipal de Lisboa, 2021*).

O Arquivo Municipal de Lisboa possui, além de *site* próprio, enquanto motor de busca, também uma presença nas redes sociais (*Facebook, Instagram, Twitter*), que permite obter informações importantes e pertinentes sobre o arquivo: projetos desenvolvidos, serviços, contactos, acervo documental, etc. Face ao contexto da pandemia em que vivemos, no *site* do arquivo municipal esclarece também as medidas preventivas da Covid-19 (*Arquivo Municipal de Lisboa - Contactos, 2021*).

No âmbito das suas atuais competências e responsabilidades, o arquivo presta serviços técnicos especializados nas áreas de gestão da documentação e da informação, acompanhando o ciclo de vida dos documentos municipais, desde a produção, passando pela organização, a descrição, a avaliação, a conservação e, por fim, a comunicação. No seguimento de inúmeros estudos e projetos desenvolvidos nos últimos anos, prevê-se, em breve, uma nova reorganização de espaços e a realocação do arquivo para instalações adequadas e definitivas no edifício do convento de Chelas (*Arquivo Municipal de Lisboa, 2021*).

O Arquivo Municipal está aberto ao público, em horário fixo semanal e ininterruptamente das 09:30 às 17:00. Dispõe de uma sala de leitura por cada polo:

- Bairro da Liberdade - funciona mediante agendamento na Loja LISBOA - Atendimento Municipal e nos Balcões Municipais, sendo que após o pedido, o cliente é informado do dia da consulta por *email*, SMS ou telefone;
- Arco do Cego: pedido presencialmente.
- Fotográfico: a consulta é feita somente em formato digital com bibliografia de apoio em acesso livre.

- Videoteca: tem acesso condicionado, dado que se sempre que se realize alguma iniciativa programada para o espaço de visionamento coletivo. (Arquivo Municipal de Lisboa - Como consultar documentos?, 2021)

É possível consultar os originais da documentação presencialmente, contudo é mencionada na resposta ao inquérito como limitação os processos de descrição e recuperação da informação como sendo pouco eficazes. Para reprodução desses documentos é utilizada maioritariamente a digitalização, ainda que para cópias de plantas, licenças de utilização, ou mesmo fotografias é necessário um pedido expresso através das vias disponíveis, e, conseqüentemente, informado o custo de reprodução e as condições de cedência de imagens.

Perante os dados que constam no Plano de Classificação da Informação Arquivística para a Administração Local é esclarecido que este município integrou o grupo, ainda na primeira versão.

O Arquivo Municipal refere em resposta ao inquérito que não tem certificação de qualidade ou certificado de Sistema de Gestão de Qualidade.

Foi formulada a candidatura ao PARAM, contudo, a mesma não foi aceite ainda que quando da candidatura nada tivesse a ver com os recursos humanos.

Perante os dados de Cecília Henriques, o município candidatou-se em 2000 (Henriques, 2008, p. 71), na modalidade de *apoio à instalação do Arquivo Municipal em parte de edifício multifuncional a construir de raiz*, mas acabou por ser invalidada por iniciativa do IAN/TT, alegadamente pelo incumprimento do Acordo por parte do Município (Henriques, 2008, p. 14).

Atualmente, o Arquivo Municipal tem 128 colaboradores, e em cada uma das carreiras profissionais o número é significativamente superior nos elementos do sexo feminino, conforme informação prestada abaixo, tabela 3:

Tabela 3 Distribuição de profissionais da informação: carreira/sexo

Técnicos Superiores		Assistentes Técnicos		Assistentes Operacionais	
Feminino	Masculino	Feminino	Masculino	Feminino	Masculino
48	18	29	13	14	6

Fonte: Elaborado pela autora

Relativamente às habilitações académicas são muito diversas, sendo que os Técnicos Superiores vão do doutoramento e mestrado às pós-graduações e licenciaturas em CDI e

também em outras áreas do conhecimento, sendo que o que tem maior número são as 37 licenciaturas em outras áreas de conhecimento. As habilitações na área da ciência da informação, nos mais variados graus, no total correspondem a 15.

No caso dos Assistentes Técnicos, dividem-se entre as licenciaturas que não em CDI (2), 9.º ano de escolaridade com 4 elementos, a “outra formação” corresponde a 6 elementos, e por fim, com maior impacto no 12.º ano de escolaridade (30).

Os Assistentes Operacionais dividem-se em três habilitações distintas: 12.º ano de escolaridade e “outra formação” cada um com 3 elementos, e com o 9.º ano de escolaridade 14 profissionais de informação.

Atendendo às faixas etárias de cada uma das carreiras profissionais, podemos verificar a seguinte informação, obtida via inquérito (tabela 4, 5 e 6):

Tabela 4 Distribuição de técnicos superiores por faixa etária

Técnicos Superiores				
21 - 30	31-40	41-50	51-60	≥61
0	4	24	35	3

Fonte: Elaborado pela autora

Tabela 5 Distribuição de assistentes técnicos por faixa etária

Assistentes Técnicos				
21 - 30	31-40	41-50	51-60	≥61
0	5	14	20	3

Fonte: Elaborado pela autora

Tabela 6 Distribuição de assistentes operacionais por faixa etária

Assistentes Operacionais				
21 - 30	31-40	41-50	51-60	≥61
3	0	5	9	3

Fonte: Elaborado pela autora

Relativamente ao responsável do Arquivo Municipal, é do sexo feminino estando a sua faixa etária entre os 51-61, cuja formação nos remete para a pós-graduação em Ciências da Documentação e Informação.

Os profissionais de informação do Arquivo Municipal mantêm formações (pelo menos dos últimos dois anos), sendo dirigidas a todas as categorias profissionais. As áreas de eleição para essas mesmas formações passaram por Avaliação em Arquivo; Descrição arquivística; Expediente e Proteção de dados.

Perante os dados do inquérito realizado ao município, regista-se o número entre 4-6 profissionais de informação com formação na área da Ciência da Informação e/ou na área de arquivo que não exercem funções no Arquivo Municipal, sendo que existem também cerca de 1-3 colaboradores com formação na área da CI e/ou na área de arquivo, a exercer funções noutros departamentos, isto é, não afetos ao Arquivo Municipal.

3.1.4. Arquivo Municipal de Loures

O município de Loures compreende uma área territorial de cerca de 168 km². A densidade populacional correspondente é de 1263,8. Caracteriza-se fundamentalmente por uma população residente do sexo feminino (111 702), em comparação aos 99. 657 homens. O número de indivíduos com 65 ou mais anos de idade concerne a um valor de aproximadamente 45. 871, o que nos remete para um índice de envelhecimento de aproximadamente 137,2. (Retorno de Informação aos Respondentes Municípios: Loures, 2019, p. 1).

O orçamento associado à despesa das Câmaras Municipais, em 2019, em Atividades Culturais e de Desporto para este município em atividades culturais e criativas é de 1. 122 milhares de euros, estando atribuídos 42 milhares de euros a Bibliotecas e Arquivos (Retorno de Informação aos Respondentes Municípios: Loures, 2019, p. 3).

O Arquivo Municipal de Loures encontra-se aberto ao público, de segunda a sexta-feira no período horário das 9:00 às 12:30 e das 14:00 às 17:00.

As atuais instalações do Arquivo Municipal de Loures foram inauguradas em maio de 2009. É um edifício construído de raiz para custodiar o arquivo, com uma arquitetura vanguardista. Este edifício é composto por dois pisos à superfície e três subterrâneos. A sala de leitura, o atendimento ao público e a sala de exposições localizam-se no piso zero. No piso 1 estão os gabinetes técnicos e o serviço de digitalização, a reprografia, sala de depósitos e de pessoal, dois depósitos e a garagem. Nos pisos subterrâneos mais inferiores (-2, -3) estão localizados seis depósitos e a garagem, sendo que o -1 não integra as instalações do Arquivo Municipal (*C.M.Loures: Arquivo Municipal*, 2014).

Tem também diversos serviços associados: atendimento, referência, digitalização, cultural e educativo, documentação fotográfica, avaliação documental.

É no Serviço de Atendimento que é disponibilizada, para consulta, a documentação que os serviços produtores remetem para incorporação no arquivo, proporcionando a solicitação de emissão de cópias simples e certificadas. É neste serviço que é prestado apoio aos investigadores, que consultam o seu acervo, para desenvolvimento de investigação, bem como trabalhos de índole particular (*C.M.Loures: Arquivo Municipal, 2014*).

No Serviço de Referência é feita a gestão e o tratamento documental de toda a documentação recebida através de aquisição, permuta ou doação, de acordo com as normas nacionais e internacionais em vigor. A base de dados bibliográfica é desenvolvida e atualizada neste mesmo serviço (*C.M.Loures: Arquivo Municipal, 2014*).

Em 2010, surge o Serviço Cultural e Educativo com o intuito de divulgar o Arquivo e a documentação que custodia, despertando o interesse e sensibilizando diferentes públicos para a consulta das fontes documentais, assim como também fomentar o gosto pela história local no público mais jovem (*C.M.Loures: Arquivo Municipal, 2014*).

Há uma preocupação registada para que o arquivo seja parte integrante da vida dos municípios, criando atividades de cariz científico e pedagógico, tais como: oficinas; exposições temáticas (presenciais e itinerantes); debates integrados nos temas das exposições; visitas e concertos em edifícios de interesse patrimonial; mostras documentais, e mesmo visitas guiadas (*C.M.Loures: Arquivo Municipal, 2014*).

Relativamente ao Serviço de Documentação Fotográfica tem como principal jurisdição a gestão do acervo fotográfico do Município dos últimos 30 anos (*C.M.Loures: Arquivo Municipal, 2014*).

O Serviço de Avaliação Documental, tal como a designação indica, pretende avaliar, selecionar e eliminar a documentação incorporada nos depósitos. Tem também um papel interventivo ao nível da produção de documentos nos diversos serviços. Rege-se pela legislação que determina, seleciona, avalia e elimina a documentação quando caso disso.

De acordo com os dados recolhidos através do inquérito a unidade orgânica responsável deste arquivo municipal é a Divisão de Gestão Documental e Arquivo/Departamento de Gestão e Modernização Administrativa. Dispõe de um regulamento arquivístico aprovado pela Câmara Municipal, na 86.^a Reunião Ordinária, de 22 de março de 2017, e também pela Assembleia Municipal de Loures, na 3.^a Reunião da 2.^a Sessão Ordinária, realizada a 4 de maio 2017. Este regulamento foi publicado em

Diário da República (Aviso 6014/2017, 2017-05-29 - DRE, 2017), e encontra-se em acesso aberto através do próprio *site* do Arquivo Municipal.

Neste Arquivo Municipal denota-se uma preocupação efetiva na comunicação com o seu utilizador, pois possui uma plataforma própria (Portal do Arquivo) em que, além de ser possível consultar a documentação, constam todos os meios de contacto: coordenadas GPS; morada, contacto telefónico e endereço de *email*, além do horário de atendimento. Tem também uma presença ativa nas redes sociais: *Facebook* e *Youtube* (C.M.Loures: *Arquivo Municipal*, 2014).

Ainda no âmbito da aproximação com o utilizador no art.º 15º da Secção III do *Regulamento do Arquivo Municipal*, verificamos que este *disponibiliza serviços on-line através da plataforma eletrónica Portal do Arquivo, com vista ao relacionamento direto e célere com os utilizadores e no âmbito da implementação de medidas de modernização administrativa.* (*Regulamento de Acesso e Utilização do Arquivo Municipal de Loures*, 2016, p. 10)

Relativamente às limitações apresentadas para a consulta da documentação, estas prendem-se com a inexistência e/ou indevida conservação e preservação dos documentos, contudo estão disponíveis para consulta tanto os originais como em formato digital. Para reprodução de documentos são frequentemente utilizadas as fotocópias e a digitalização.

O Arquivo não tem certificação de qualidade ou certificado de Sistema de Gestão de Qualidade.

Foram formuladas e aceites as duas candidaturas ao PARAM – 1999 e 2000 – ainda que para programas diferentes: *apoio à instalação do Arquivo Municipal em edifício a construir de raiz e para uso exclusivo do Arquivo*; e *apoio à gestão e tratamento arquivístico (aquisição de equipamentos)* (Henriques, 2008, p. 7), respetivamente. Antes da candidatura, já tinha técnico superior, que o Município atualmente mantém.

O Arquivo Municipal contabiliza entre todas as carreiras profissionais disponíveis 21 profissionais de informação. Os técnicos superiores são 9: 4 têm pós-graduação em CDI e os restantes 5 licenciaturas noutras áreas. Os assistentes técnicos são 10, e têm todos o 12º ano de escolaridade, e os assistentes operacionais são 2 e têm qualificações ao nível

do 9.º ano de escolaridade. Os dados resultantes do inquérito remetem-nos para que, na carreira de assistente operacional, os colaboradores sejam do sexo masculino, e no sexo feminino as restantes carreiras. As idades são bastante variadas; contudo, na generalidade, contemplam os 31-40 nos assistentes técnicos; 41-50 os técnicos superiores, e por fim, 51-61 relativamente aos assistentes operacionais.

A responsável afeta ao Arquivo Municipal é do sexo feminino, sendo a sua área de formação licenciatura em ciência da informação, e tem uma idade compreendida no intervalo 51 – 61.

No contexto de formações complementares dos últimos dois anos, estas dirigiram-se somente aos técnicos superiores, havendo uma abrangência nas temáticas abordadas.

Não há colaboradores com formação na área da ciência da informação e/ou na área de arquivo que não exerçam a função em outros serviços municipais, para além da natural exceção da Biblioteca Municipal, sendo que os formados na área estão a exercer funções no domínio do Arquivo Municipal.

3.1.5. Arquivo Municipal de Mafra

O município de Mafra tem uma área de 291,65 km², cerca de 84.008 habitantes. Existe neste município alguma proximidade nos números entre homens e mulheres, ainda que as últimas sejam em maior número. Relativamente à densidade populacional do município, esta corresponde a sensivelmente 288. O número de indivíduos com 65 ou mais anos de idade concerne a um valor inferior ao número de indivíduos com idade inferior a 15 anos. Neste município o índice de envelhecimento é de aproximadamente 94,8 (*Retorno de Informação aos Respondentes Municípios: Mafra*, 2019, p. 1).

De referir ainda que, relativamente à despesa das Câmaras Municipais em atividades culturais e desporto em 2019, o valor corresponde a 2.087 milhares de euros, sendo apenas 1 milhar para bibliotecas e arquivos neste município (*Retorno de Informação aos Respondentes Municípios: Mafra*, 2019, p. 3).

O Arquivo Municipal de Mafra surge em 1992 a propósito da formação da Casa de Cultura D. Pedro V. Atualmente, contém os fundos do Arquivo Histórico e do Arquivo Geral da Autarquia desde 2009, sendo uma única estrutura arquivística.

O Arquivo Municipal é um recurso cultural único, que permite aceder e preservar a memória do município. Neste município, verifica-se que nos últimos anos foi possível inventariar e informatizar sistematicamente a documentação. Em 2011, o arquivo passou a disponibilizar o Catálogo *online* das coleções (*Arquivo Municipal de Mafra | Mafra*, 2021)

No *site* da Câmara Municipal de Mafra estão disponíveis as informações relativas aos contactos e horários do Arquivo Municipal. Encontramos tanto a morada com as respetivas coordenadas GPS, como também os contactos telefónicos e de *email*. Esclarece também as formas para consulta da documentação – via *email*, ou em linha na base de dados (*Archeevo*). Encontra-se aberto ao público de segunda a sexta-feira das 10:00 às 17:00, ininterruptamente.

Para além disso, o Arquivo Municipal de Mafra está localizado em dois edifícios distintos, desempenha também funções de certificação de qualidade ao abrigo de legislação e normas para o efeito através da *ISAAR (CPF) - Norma Internacional para os Registos de Autoridade Arquivística relativos a Instituições, Pessoas Singulares e Famílias. Versão provisória. 2.ª edição. 2004; ISAD (G) - Normas Gerais Internacionais de Descrição em Arquivo. 2.ª edição. 2002; ISDIAH - Norma Internacional para a Descrição de Instituições com Acervo Arquivístico; Documentos de Arquivo Eletrónicos: Manual para Arquivistas, Programa SIADE - Sistemas de Informação de Arquivos e Documentos Eletrónicos, Guia para a Elaboração de Cadernos de Encargos e Avaliação de Software de Sistemas Eletrónicos de Gestão de Arquivos, Orientações para a preparação e apresentação dos instrumentos de descrição, Orientações para Descrição Arquivística, Documentação, Autoridades Arquivísticas, Escolha e Construção de Pontos de Acesso e Apêndices. 2006, Norma Internacional para a Descrição de Funções (Arquivo Municipal de Mafra | Mafra, 2021; Regulamento de funcionamento das bibliotecas municipais, arquivo municipal e centro de estudos de história local, 2009, p. 3).*

Dispõe de diplomas orgânicos, assim como o seu regulamento publicado em *Diário da República (Regulamento de Organização dos Serviços Municipais, Estrutura e*

Competências — ROSMEC), de um manual de qualidade associado ao sistema de gestão de qualidade, de regras e procedimentos para a descrição de documentos e de plano de classificação.

No inquérito realizado ao município descreve a unidade orgânica responsável como núcleo, embora no seu regulamento o defina como *serviço do Departamento Sociocultural constituído no organograma de 2007* (Regulamento de funcionamento das bibliotecas municipais, arquivo municipal e centro de estudos de história local, 2009, p. 3). Integra a Divisão de Turismo, Cultura e Desporto no departamento de Desenvolvimento Socioeconómico na Área de Arquivo Municipal (DTCD).

Não existe qualquer tipo de limitação ao acesso da documentação, muito embora seja referida como condicionante ao acesso a carência de recursos humanos especializados para esse feito. A instituição refere que possui serviços próprios de reprodução da documentação, sendo mencionada na resposta ao inquérito a digitalização.

As respostas ao inquérito mencionam a existência de 5 profissionais da informação afetos ao arquivo municipal, sendo na sua maioria do sexo feminino, especialmente na carreira profissional de técnico superior e assistente operacional, tal como se pode verificar na tabela 7.

Tabela 7 Profissionais da Informação: Carreira/Sexo

Técnicos Superiores		Assistentes Técnicos		Assistentes Operacionais	
Feminino	Masculino	Feminino	Masculino	Feminino	Masculino
2	0	1	1	1	0

Fonte: Elaborado pela autora

Os técnicos superiores têm pós-graduações: um em ciências documentais ou equivalente e outro em outra área de conhecimento. Os assistentes técnicos têm o 12.º ano de escolaridade, e por fim, o assistente operacional tem também o 12.º ano de escolaridade. Neste arquivo municipal apenas um dos elementos é do sexo masculino (assistente técnico), os restantes são do sexo feminino.

No que remete à faixa etária dos técnicos superiores, estão compreendidos entre os 41 e 60 anos, assim como os assistentes técnicos; por outro lado, o assistente operacional integra-se numa faixa etária entre 41-50 anos de idade.

A responsável do arquivo municipal possui pós-graduação em ciências documentais, e insere-se na faixa etária de 51-61.

Aferimos também, e reforçamos com os dados do *Balanço Social de 2019*, que são os responsáveis ou em cargos de dirigente que integram ações de formação, dado que, em resposta ao inquérito, verificamos que apenas os técnicos superiores, na qual se insere a responsável do arquivo, a frequentar as ações de formação nos últimos dois anos. (Teixeira, 2019, p. 15) A formação mencionada neste inquérito remete-nos para a modernização administrativa (Macroestrutura Funcional – MEF).

Não se verificou uma candidatura ao PARAM por parte deste município, muito embora exista no arquivo da DGARQ a nota de que manifestou a intenção de candidatura (Henriques, 2008, p. 17).

O Arquivo Municipal refere em resposta ao inquérito que tem certificação de qualidade ou certificado de Sistema de Gestão de Qualidade.

3.1.6. Arquivo Municipal de Odivelas

O município de Odivelas tem aproximadamente 159.602 residentes, com uma densidade populacional de aproximadamente 6013,6 (n.º/km²). A diferença entre homens e mulheres é de cerca de 10.242, sendo o número de mulheres superior. O número de pessoas com mais de 65 anos é superior ao de menores de 15 anos, em aproximadamente 7.000. Neste Município, o índice de envelhecimento corresponde a 126,3 (*Retorno de Informação aos Respondentes Municípios: Odivelas*, 2019, p. 1).

Os dados de 2018 relativos às despesas das Câmaras Municipais em atividades culturais e de desporto para o Município remetem para 1.859 milhares de euros, sendo que foram atribuídos 463 milhares de euros para bibliotecas e arquivos (*Retorno de Informação aos Respondentes Municípios: Odivelas*, 2019, pp. 1–3). Contudo, nesse mesmo ano, o plano de atividades municipais registou uma previsão de despesas no âmbito do arquivo municipal de 1.400 euros (*Plano de Atividades Municipal*, 2018, p. 2). Nos anos seguintes, verificou-se um aumento nos valores definidos: em 2019 o valor definido foi de 1.250,00 e em 2020 o valor corresponde a 2.393,47 euros para o Arquivo Municipal (*Plano de Atividades - Func. Plano*, 2020, p. 3; *Plano de Atividades Municipais*, 2019, p. 3).

Partindo dos dados resultantes do inquérito, atualmente o Arquivo Municipal não se encontra aberto ao público, e conseqüentemente não tem horário definido de atendimento, contudo será possível consultar a documentação presencialmente. Este arquivo não possui serviços próprios de reprodução de documentos, nem abrangido por nenhum Sistema de Gestão da Qualidade.

O Arquivo Municipal encontra-se sob a responsabilidade da Divisão Jurídica e Organização Municipal enquanto unidade orgânica, agregando o arquivo histórico também (*Mapa de Pessoal*, 2020a, p. 102). Rege-se por um regulamento interno, e localiza-se num único polo.

Conforme os dados recolhidos através dos inquéritos, as limitações no acesso da documentação devem-se aos processos de descrição e recuperação da informação pouco eficazes.

Estão afetos a este arquivo municipal entre 5 profissionais de informação: 4 assistentes técnicos, sendo uma Coordenadora, com licenciatura e pós-graduação em Ciências da Informação, e as restantes 3, apenas uma tem formação arquivística dada pela BAD (12.º ano); 1 assistente operacional (12.º ano), e 1 técnica Superior (licenciatura em Ciências Sociais, sem formação arquivística). Neste caso, somente o assistente operacional é do sexo masculino.

Em grande medida, os assistentes operacionais enquadram-se nos anos 41-50, e os assistentes técnicos entre os 51-61.

A responsável deste arquivo é do sexo feminino, tendo uma pós-graduação em CDI e contempla a faixa etária dos 51-61.

Perante os dados disponíveis, no inquérito é esclarecido que o Município não se candidatou ao *Programa de Apoio À Rede de Arquivos Municipais*. Contudo, perante as informações presentes no relatório de avaliação do PARAM, esclarece que o Arquivo Municipal deste município faz parte do grupo de 86 processos de municípios que manifestaram intenção de candidatura ao PARAM, embora a mesma não tenha sido concretizada e já tivessem afeto ao arquivo o técnico superior (Henriques, 2008, p. 17).

O Arquivo Municipal não tem certificação de qualidade ou certificado de Sistema de Gestão de Qualidade.

3.1.7. Arquivo Municipal de Oeiras

O município de Oeiras contempla cerca de 45,84 km² e a sua população residente corresponde a aproximadamente 176.218 habitantes. Caracteriza-se por uma população residente de maior número do sexo feminino (95.004), em comparação aos 81.214 homens. O número de indivíduos com 65 ou mais anos de idade aproxima-se de um valor de aproximadamente 42.990, sendo significativamente superior aos 27.248 da população residente com idade inferior a 15 anos. Deste modo, remete-nos para uma índice de envelhecimento de aproximadamente 157,8. (*Retorno de Informação aos Respondentes Municípios: Oeiras*, 2019, p. 1).

Relativamente aos dados das despesas da Câmara Municipal, em 2019, em Atividades Culturais e Criativas, remete para os 2.079 milhares de euros, considerando que o valor atribuído de 42 milhares de euros sendo este o menor valor perante as restantes atividades culturais e criativas do município (*Oeiras / UCCLA*, 2021; *Retorno de Informação aos Respondentes Municípios: Oeiras*, 2019, p. 3).

O Arquivo Municipal de Oeiras possui uma base de dados (*Arquivo Online – X-Arq*), que permite localizar e consultar os documentos disponíveis (*Arquivo Online*, 2021).

Por outro lado, no espaço dedicado ao Arquivo Municipal no *site* da Câmara Municipal podemos encontrar informações relativas ao seu acervo documental e à sua missão, estando também acessível o folheto informativo do arquivo, o regulamento publicado em *Diário da República*, assim como dados relativos à localização GPS/ morada e contactos de atendimento e respetivos horários. Neste caso, o horário de atendimento remete para o período horário compreendido entre as 10:00 às 12:30 e das 14:00 até às 17:00, sendo que para consulta presencial fica sujeito a marcação prévia.

Através do regulamento orgânico dos serviços do Município, identificamos que o Arquivo Municipal está incluído no Serviço de Arquivo Municipal (SAM) que pertence ao Núcleo de Gestão Documental (NGD) (Regulamento Orgânico dos Serviços do Município de Oeiras, 2020, p. 229)

O Serviço de Arquivo Municipal (SAM) prima por assegurar a gestão do ciclo de vida da informação de arquivo, das diversas fases de arquivo. Pretende também garantir a elaboração e aplicação dos principais instrumentos de gestão da informação (plano de classificação, o regulamento do arquivo, o plano de preservação digital e um tesouro com termos de indexação controlados); promove e sensibiliza para a aplicação de boas práticas

administrativas, nomeadamente junto dos utilizadores do Sistema de Gestão Documental (SGD). Está incumbido da identificação dos fundos arquivísticos públicos ou privados, independentemente do suporte, com interesse histórico para o Município, pelo que promove a sua transferência para o arquivo municipal. E por fim, o tratamento arquivístico do acervo documental para que a informação se torne acessível (Regulamento Orgânico dos Serviços do Município de Oeiras, 2020, p. 229).

O Arquivo Municipal integra vários polos e contempla o Arquivo Corrente, Intermédio e Histórico, e pretende promover a avaliação, a descrição e a seleção dos documentos, bem como proceder à microfilmagem e ou à digitalização da documentação.

É possível presencialmente consultar tanto os originais quanto os documentos em formato digital, sendo que ao nível da reprodução de documentos estão disponíveis em suporte digital e fotocópias. Perante a recolha dos dados dos inquiridos, a limitação de acesso à documentação prende-se com a conservação e a preservação da documentação de forma indevida, ou mesmo a inexistência dessas medidas.

Tem atualmente 25 gestores de informação afetos ao arquivo municipal, distribuídos por carreiras e sexo da seguinte forma:

Tabela 8 Profissionais da Informação: Carreira/sexo

Técnicos Superiores		Assistentes Técnicos		Assistentes Operacionais	
Feminino	Masculino	Feminino	Masculino	Feminino	Masculino
4	3	10	4	2	2

Fonte: Elaborado pela autora

Perante as informações prestadas através do inquérito, verificamos que relativamente aos técnicos superiores estão contempladas todas as faixas etárias dos 31 aos maiores de 62, excluindo os menores de 31 anos, tendo também maior incidência a partir dos 41 anos de idade. As habilitações dos 7 técnicos superiores são bastante variadas: 1 mestrado em CDI, 1 mestrado noutra área de conhecimento, 2 pós-graduações em CDI; 3 licenciados noutras áreas de conhecimento.

Relativamente à carreira profissional de assistentes técnicos contabiliza um maior número na faixa etária dos 41-50 (5), seguida igualmente pelas faixas etárias compreendidas dos 51-61 e maiores de 62 anos com 4 gestores de informação, regista-se ainda nesta carreira profissional 1 gestor de informação dos 31-40 anos. Excluída novamente a faixa etária dos 21- 30 anos. Os assistentes técnicos são maioritariamente

detentores do 12.º ano de escolaridade (13), sendo que apenas 1 tem uma licenciatura que não em CDI.

A carreira de assistente operacional tem um menor número de colabores, e diverge muito mais as faixas etárias compreendidas. Deste modo, contabilizamos 2 assistentes operacionais com mais de 62 anos de idade, e nas idades compreendidas de 31-40 e de 51-61 temos 1 respetivamente. Todos os assistentes operacionais têm o 9.º ano de escolaridade.

O responsável do arquivo municipal é do sexo masculino, e é um dos técnicos superiores mencionados cuja formação é pós-graduação, e integra o grupo etário das 41-50.

As formações realizadas nos últimos dois anos foram dirigidas a técnicos superiores e também a assistentes técnicos, nas mais diversas temáticas (ex.: Avaliação em arquivos; Classificação; Expediente; Gestão da qualidade; Introdução às técnicas de arquivo; Modernização administrativa).

Perante os dados disponíveis no inquérito, é esclarecido que o município não se candidatou ao Programa de Apoio À Rede de Arquivos Municipais. Contudo, perante as informações presentes no relatório de avaliação do PARAM, esclarece que o Arquivo Municipal deste Município faz parte do grupo de 86 processos de municípios que manifestaram intenção de candidatura ao PARAM, embora a mesma não tenha sido concretizada e já tivessem afeto ao arquivo técnico superior (Henriques, 2008, p. 17).

Nos dados do Plano de Classificação da Informação Arquivística para a Administração Local, o Município integrou o grupo inicial. A resposta ao inquérito realizado ao Arquivo Municipal nega a certificação da qualidade.

3.1.8. Arquivo Municipal de Sintra

O município de Sintra contempla uma área territorial de 319 km² (Vale, Ana Queiroz do; Trigueiros, Tiago; Silvano, Sofia; Santos, Isabel; Terezo, Álvaro; Moura et al., 2016, p. 3), e uma população de sensivelmente 391.402, sendo que o número de mulheres é de 207.038, o que revela um número substancialmente superior aos dos homens (184.364).

Os dados estatísticos de 2019 evidenciam um elevado número de indivíduos com idade superior a 65 anos (68.772), ainda que exista também um grande número de pessoas com idade inferior a 15 anos (62.896). O índice de envelhecimento corresponde neste caso a 109,3 (*Retorno de Informação aos Respondentes Municípios: Sintra*, 2020, p. 1).

Relativamente a despesas das Câmaras Municipais em atividades culturais e de desporto concerne a 4.697 milhares de euros, sendo que apenas 1.012 correspondem a valores atribuídos às bibliotecas e arquivos (*Retorno de Informação aos Respondentes Municípios: Sintra*, 2020, p. 3).

O Arquivo Municipal de Sintra foi criado, por decisão da Câmara Municipal, a 16 de fevereiro de 1939. Tem como missão prestar serviços de gestão de informação, que se rege através do enquadramento e normativo em vigor, numa ótica de modernização e qualificação (*Arquivo Municipal de Lisboa - Missão e competências*, 2021)

Relativamente à comunicação do arquivo municipal, esta cinge-se essencialmente à base de dados *online* e o Roteiro de Fundos e Coleções, sendo estas páginas dedicadas à pesquisa dos seus acervos. Embora, na rede social Facebook exista uma última publicação datada de 08/05/2020 referente à reabertura das bibliotecas e arquivo municipal face à pandemia Covid-19.

O Arquivo Municipal encontra-se aberto ao público, de segunda a sexta-feira no horário compreendido 9:00 - 12:00 até 14:00 - 17:00. Partindo da informação recolhida através do inquérito, a unidade orgânica responsável pelo arquivo municipal é a Divisão de Cultura, que se regulamenta por via diplomas orgânicos e um regulamento publicado em *Diário de República*, que sofreu alterações 1 de abril de 2020.

O acesso aos documentos faz-se através da consulta dos originais, da reprodução e da consulta *on-line*, e em geral estão acessíveis sem restrições, acautelando a legislação em vigor. Estão excluídas de consulta a documentação que careça de tratamento arquivístico adequado, sendo apenas possível nestes casos a consulta aos documentos discriminados em guia de remessa. (Aviso n.º 5579/2020, 2020, p. 343)

Deste modo, a documentação é facultada para consulta presencial, não tem muitas condicionantes para a consulta, como deve acontecer, estando disponível a digitalização para efeitos de reprodução. Todavia, na resposta ao questionário, é mencionada a carência de recursos humanos especializados.

A constituição do núcleo de profissionais de informação engloba 11 profissionais, das mais diversas carreiras. Apuramos perante os dados recolhidos do inquérito que nos técnicos superiores existe formação na área: mestrado e licenciatura em Ciência da Informação e/ou Variante em Arquivo. Os assistentes técnicos, maioritariamente, têm o 12.º ano de escolaridade. E, por último, os assistentes operacionais estão indicados como 9.º ano e outra formação, sem esclarecimento da mesma. Todos os elementos são homens, independentemente da carreira profissional à qual estão adjudicados.

Os técnicos superiores integram a faixa etária dos 41-50, e os assistentes operacionais a seguinte (51-61).

Relativamente ao responsável deste Arquivo Municipal trata-se de um elemento do sexo masculino, cujas habilitações académicas nos remetem para o mestrado em Ciências da Documentação e Informação, estando a sua faixa etária entre os 41-50 anos de idade.

O Município participou desde início no PCIAAL (Plano de Classificação da Informação Arquivística para a Administração Local), não o tendo, porém, implementado.

O Arquivo Municipal beneficiou do Programa de Apoio à Rede de Arquivos Municipais – PARAM -, em 1997, que permitiu adquirir um novo espaço com dimensões consideráveis, respeitando as necessidades efetivas em relação à dimensão do armazenamento. Atualmente, o Arquivo Municipal encontra-se instalado em dois edifícios no complexo Lourel Park, em Lourel, que dispõe de dois depósitos com a capacidade total de 14 000 metros lineares.

Esclarece por via do inquérito que a candidatura foi aceite e que já nessa altura possuía técnico superior, contudo esclarece também que já não mantém esse técnico, tendo outros no seu lugar.

Relativamente às formações realizadas nos últimos dois anos dirigiram-se a técnicos superiores e assistentes técnicos, abordando essencialmente a temática da aplicação da nova regulamentação da proteção de dados (RGPD).

No Município existem cerca de 1 a 3 colaboradores com formação na área da ciência da informação e/ou na área de arquivo, que não exercem a função em termos arquivísticos.

3.1.9. Arquivo Municipal de Vila Franca de Xira

O Município de Vila Franca de Xira tem uma área de 317,7 km², com uma população residente de 141.603, em que cerca de 74.512 são mulheres, e os restantes são do sexo masculino. Face aos dados apresentados, a densidade populacional do município corresponde a 445. Relativamente aos dados do município o número de habitantes com mais de 65 anos é superior ao número de habitantes com menos de 15 anos (25.240 para 22 570, respetivamente), o que revela uma população mais envelhecida e consequentemente fora de idade ativa e que corresponde a um índice de envelhecimento de 111,8 (*Retorno de Informação aos Respondentes Municípios: Vila Franca de Xira*, 2019, p. 1).

Os dados referentes a despesas das Câmaras Municipais em atividades culturais e de desporto em 2019 é de 4.426 milhares de euros, atribuídos a bibliotecas e arquivos 1.158 milhares de euros, a segunda atividade de maior destaque de toda a região (*Retorno de Informação aos Respondentes Municípios: Vila Franca de Xira*, 2019, p. 3).

O Arquivo Municipal de Vila Franca de Xira abriu oficialmente ao público a 21 de outubro de 1997, embora nas atas das sessões da Câmara já na segunda metade do século XIX era expressa a preocupação relativa ao "*archivo municipal*" e à vontade de preservar a documentação.

O Arquivo Municipal integra o Sistema de Informação de Arquivo do Município de Vila Franca de Xira, que contempla documentação administrativa corrente e acervos definitivos à guarda do Arquivo Municipal e de outras unidades orgânicas (*Arquivo Municipal - Archeevo*, 2021).

É de referir que na área da comunicação do arquivo existe não só a presença do Arquivo Municipal no *site* da Câmara Municipal, bem como a existência de um *site* próprio enquanto portal de pesquisa e consulta da documentação. Em ambas as páginas, é notória a preocupação com questões de acessibilidade: leitura para cegos, e linguagem gestual.

Como unidade orgânica responsável, o Arquivo Municipal de Vila Franca De Xira integra o Departamento de Cultura, na Divisão de Bibliotecas e Arquivo, ao abrigo do

atual *Regulamento Orgânico da Câmara Municipal*(Regulamento n.º 2/2018 — Regulamento Orgânico dos Serviços Municipais, 2018).

A missão do arquivo municipal está diretamente relacionada com a salvaguarda do património documental do Município, no âmbito da promulgação e preservação da memória, tendo por isso integrado ao longo dos anos diversos fundos de arquivos privados e da administração periférica do Estado (*Memória Histórica | Município de Vila Franca de Xira*, 2021).

A atividade do Arquivo Municipal desenvolve-se ao abrigo de um regulamento próprio, assim como do *Regulamento Orgânico dos Serviços Municipais* de Vila Franca de Xira, concretamente da divisão que integra. Assim, ao abrigo do estipulado no regulamento próprio do Arquivo Municipal, o horário de funcionamento estabelecido é de segunda-feira a sexta-feira das 9:00 às 12:30 e das 14:00 às 17:30, e o encerramento ao público é na primeira quinzena do mês de agosto, conforme informações prestadas no regulamento do Arquivo Municipal (*Arquivo Municipal | Município de Vila Franca de Xira*, 2021).

É possível consultar os documentos originais afetos ao arquivo municipal na sala de leitura do mesmo, e reproduzir pela via da digitalização. Perante os dados recolhidos no inquérito as limitações encontradas no acesso à informação prendem-se aos processos de descrição e recuperação da informação pouco eficazes.

Conta com 8 profissionais de informação, com a ressalva de que não existem assistentes operacionais neste Arquivo Municipal. Assim, contabiliza 2 técnicos superiores do sexo masculino, cujas faixas etárias estão entre os 31-40 e os 41-50 anos, e ambos têm pós-graduações em Ciências da Documentação e Informação. Relativamente aos assistentes técnicos, existem 5 do sexo feminino e 1 do sexo masculino. A faixa etária com maior representatividade (4) nesta carreira profissional é compreendida nos 41-50 anos, sendo o restante entre os 31-40 anos. As habilitações remetem-nos para licenciatura noutra área de conhecimento e o 12.º ano.

O responsável do arquivo municipal é do sexo masculino, tem uma pós-graduação em Ciências da Documentação e Informação, pela Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, cuja sua faixa etária se localiza entre os 41-50 anos.

O município esteve incluído no Plano de Classificação da Informação Arquivística para a Administração Local apenas no âmbito da consulta. Em resposta ao inquérito, não tem certificação de qualidade.

Perante os dados disponíveis no inquérito, é esclarecido que o Município não se candidatou ao Programa de Apoio À Rede de Arquivos Municipais. Contudo, perante as informações presentes no relatório de avaliação do PARAM, esclarece que o Arquivo Municipal deste Município faz parte do grupo de 86 processos de municípios que manifestaram intenção de candidatura ao PARAM, embora a mesma não tenha sido concretizada e já tivessem afeto ao arquivo o técnico superior (Henriques, 2008, p. 17).

Este arquivo municipal integra também o diretório da Associação Portuguesa de Bibliotecários, Arquivistas, Profissionais da Informação e Documentação (BAD). Diretório este que se apresenta, desde 2015 para os Arquivos Municipais como um recurso de referência para os cidadãos em geral, particularmente para alunos, investigadores e técnicos.

As formações dos últimos dois anos dirigiram-se aos técnicos superiores, e contemplam temáticas como: Classificação e avaliação; indexação; Acondicionamento; RGPD.

Atualmente, existe no Município um assistente técnico qualificado na área da ciência da informação e/ou área de arquivo a exercer funções na Biblioteca Municipal e dinamização cultural.

3.2. Região da Beira Baixa

A Região da Beira Baixa integra os concelhos de Castelo Branco, Idanha-a-Nova, Oleiros, Penamacor, Proença-a-Nova e Vila Velha de Ródão, os quais fazem parte da Comunidade Intermunicipal da Beira Baixa.

A Região localiza-se no centro de Portugal, perto da fronteira com Espanha, sendo delimitado a norte pela Serra da Gardunha e a Sul pela planície alentejana (CIMBB, 2021).

Atualmente, resultado da evolução local esta região é reconhecida como aliciante para os apoios ao investimento, enquanto território de novas oportunidades, onde a inovação e o crescimento económico encontram terreno fecundo e produtivo (CIMBB, 2021).

Na figura 11, está representada a densidade populacional da região. Destaca-se Castelo Branco, sendo também esta a capital de distrito intrínseca a esta região.

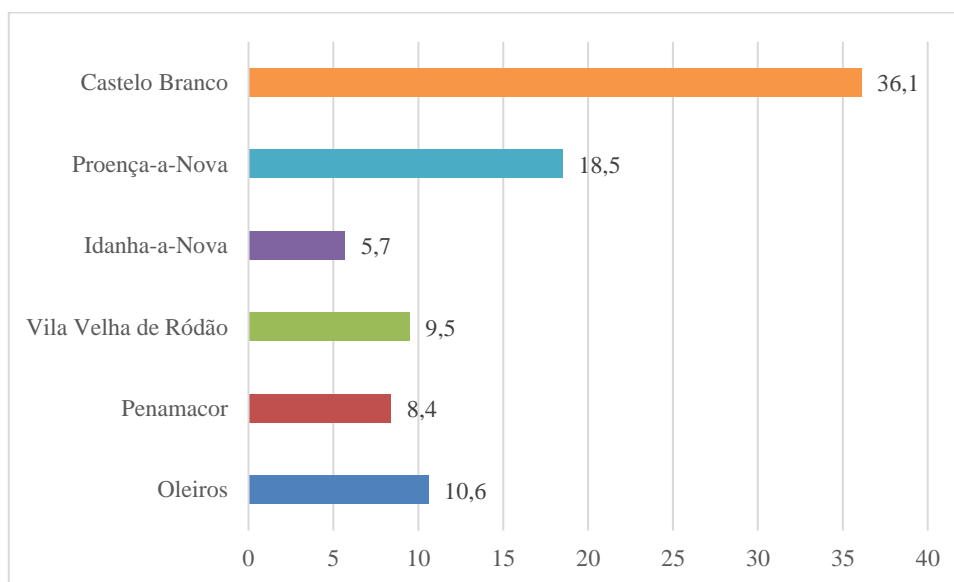


Figura 11 Densidade populacional da Região da Beira Baixa (2018)(PORDATA - Densidade populacional, 2021)

3.2.1. Arquivo Municipal Castelo Branco

Castelo Branco é um dos concelhos mais extensos de Portugal com uma área de 1.440 km² e o maior dos 100 concelhos da Região Centro. Integrado na Comunidade Intermunicipal da Beira Baixa, destaca-se pela concentração populacional (Câmara Municipal de Castelo Branco, 2021).

A sua população de 51.987 habitantes, e a densidade populacional de 36 hab./km², as mais elevadas de toda a Região da Beira Baixa. Destacam-se as mulheres em maior número (27 326), ao invés dos homens com 24 661 habitantes. A disparidade mais

impactante regista-se entre o número de habitantes com idade superior a 65 anos face aos menores de 15 anos – 13 523 e 6 223 habitantes, respetivamente - , que equivale ao maior índice de envelhecimento (217,3) de toda a região em que se insere (*Retorno de informação aos respondentes municípios: Castelo Branco, 2020, p. 1*).

Os valores atribuídos a despesas com cultura e desporto, em 2019, são os mais elevados de toda a região (3 743 milhares de euros), e, conseqüentemente, os valores atribuídos a bibliotecas e arquivos são também mais elevados face aos restantes da região, ainda que face às restantes atividades do município sejam mais reduzidos – 387 milhares de euros(*Retorno de informação aos respondentes municípios: Castelo Branco, 2020, p. 3*).

O Arquivo Municipal reúne uma vasta documentação de natureza administrativa e histórica, proveniente dos diferentes serviços municipais e decorrente da sua atividade diária. O acervo documental do município está irradiado por diversos espaços, desde as obras de adaptação em janeiro de 2015. Contempla numa só área a documentação nas mais diferentes fases: ativa, semi-ativa e de conservação definitiva (Câmara Municipal Castelo Branco, 2021).

A comunicação deste arquivo municipal verifica-se através do *site* da Câmara Municipal com separador próprio. É possível indagar diversas informações referentes à origem do arquivo, bem como localização e contactos.

O arquivo encontra-se aberto ao público, cujo horário 9:00 até 12:30 e das 14:00 até 17:30. Todavia não possui regulamento próprio, embora seja possível consultar e reproduzir, via fotocópia, a documentação, a nível interno e externo.

A unidade orgânica responsável pela gestão do Arquivo Municipal, indicada através de resposta ao inquérito, é a Secção. Surge associada nas informações prestadas através do organograma do município enquanto Secção de Expediente e Arquivo, que se integra no Departamento de Administração Geral, mas se verificarmos o *Regulamento da Estrutura Orgânica Flexível da Câmara Municipal de Castelo Branco*, constatamos que o Arquivo Municipal surge também associado à Divisão de Educação, Cultura e Ação Social (DECA), enquanto garantia de gestão do arquivo municipal(*Regulamento da Estrutura Orgânica Flexível da Câmara Municipal de Castelo Branco, 2015, p. 13597*).

No que concerne aos colaboradores afetos ao Arquivo Municipal de Castelo Branco, existem 5 funcionários: 1 técnico superior, 3 assistentes técnicas e 1 assistente operacional.

Existem neste arquivo municipal 4 gestores de informação do sexo feminino: a técnica superior tem entre 41 e 50 anos de idade, é licenciada em História, e tem Mestrado em ensino educativo; uma das assistentes técnicas é licenciada em Sociologia, e tem Mestrado em Arquivo; outra das assistentes técnicas tem licenciatura em Recursos Humanos, e mestrado em Ciência Política, e por fim a outra assistente técnica tem formação em BAD, vertente Arquivo. Esta última é também a responsável do Arquivo, cuja idade está acima dos 62 anos. O assistente operacional é do sexo masculino, e a sua faixa etária está entre 51-61 anos de idade.

Perante os dados disponíveis no inquérito, é esclarecido que o município não se candidatou ao Programa de Apoio À Rede de Arquivos Municipais. Contudo, perante as informações presentes no relatório de avaliação do PARAM, esclarece que o Arquivo Municipal deste município faz parte do grupo de 86 processos de municípios que manifestaram intenção de candidatura ao PARAM, embora a mesma não tenha sido concretizada e já tivessem afeto ao arquivo o técnico superior (Henriques, 2008, p. 17).

Nos últimos dois anos, as formações existentes foram destinadas aos assistentes técnicos do Arquivo Municipal, e abordavam as temáticas da avaliação em arquivos e modernização administrativa.

O Arquivo Municipal refere em resposta ao inquérito que não tem certificação de qualidade ou certificado de Sistema de Gestão de Qualidade.

3.2.2. Arquivo Municipal de Idanha-a-Nova

O município de Idanha-A-Nova tem uma população de cerca de 8 043 habitantes, sendo o número de mulheres (4 230) superior ao número de homens (3 813). Com um território de cerca de 1 416 km², a sua densidade populacional corresponde a 5,7. A população compreende um índice de envelhecimento 423,1, uma vez que os habitantes de idade superior a 65 anos é substancialmente superior aos menores de 15 anos: 3 173 e 750, respetivamente (*Retorno de Informação aos Respondentes Municípios: Idanha-a-Nova*, 2020, p. 1).

Os dados referentes a despesas das Câmaras Municipais em atividades culturais e de desporto é de 2 420 milhares de euros, e atribuídos a bibliotecas e arquivos 154 milhares de euros, a atividade com menor valor ministrado dentro do município, em 2019 (*Retorno de Informação aos Respondentes Municípios: Idanha-a-Nova*, 2020, p. 3).

A comunicação do Arquivo Municipal de Idanha-a-Nova faz-se pelo *site* da Câmara Municipal, no separador de contactos, contudo não apresenta informação relevante além da morada, do horário e do número de telefone.

O Arquivo Municipal de Idanha-A-Nova está aberto ao público nos dias úteis, das 9:00 até 12:30 e das 14:00 até às 17:00. Integra a Divisão de Educação, Ação Social, Cultura, Turismo, Desporto e Tempos Livres. Não tem regulamento arquivístico (*Relatório de Contas*, 2019, p. 132).

As limitações indicadas no acesso à documentação do Arquivo Municipal remetem para as infraestruturas inapropriadas para o correto acondicionamento/ armazenamento da documentação.

O Arquivo Municipal refere em resposta ao inquérito que não tem certificação de qualidade ou certificado de Sistema de Gestão de Qualidade.

Na sequência das respostas ao inquérito realizado ao Arquivo Municipal, foi possível aferir que este tem cerca de 4 a 6 gestores de informação, não tendo sido muito conclusivo, contactámos diversas vezes para esclarecimento, contudo até à data do estudo não obtivemos resposta. Não existem técnicos superiores neste Arquivo Municipal. Todos os gestores de informação são do sexo masculino, tendo que os assistentes técnicos o 12.º ano de escolaridade e os assistentes operacionais o 9.º ano de escolaridade. Os assistentes técnicos estão integrados na faixa etária 51-61 anos de idade, e os assistentes operacionais 41-50 anos.

Nos dados obtidos através das respostas ao inquérito, constatamos que não há registo de candidatura ao PARAM (*Programa de Apoio à Rede de Arquivos Municipais*), e que as formações dos últimos dois anos foram dirigidas aos assistentes técnicos, abordando temas como a avaliação em arquivos e o PCIAAL.

3.2.3. Arquivo Municipal de Oleiros

O município de Oleiros tem 464,7 km² e uma população de 5 003 habitantes, sendo o número de homens e mulheres bastante similar. A densidade populacional deste município corresponde a 10,6. O índice de envelhecimento deste município é o maior de toda a região da Beira Baixa com 726,1. A população com mais de 65 anos corresponde a 1 975 habitantes, e com menos de 15 anos somente 272 habitantes (*Retorno de Informação aos Respondentes Municípios: Oleiros, 2020, p. 1*).

Os dados referentes a despesas da Câmara Municipal de Oleiros em atividades culturais e de desporto, em 2020, são de 192 milhares de euros, a mais baixa de toda a região da Beira Baixa. Atribuídos a bibliotecas e arquivos 37 milhares de euros, consequentemente também o mais baixo valor de toda a região (*Retorno de Informação aos Respondentes Municípios: Oleiros, 2020, p. 3*).

Embora na resposta ao inquérito a informação da unidade orgânica responsável pelo Arquivo Municipal de Oleiros remeta para a Divisão. Posteriormente, foi formalizado um outro esclarecimento referente ao Arquivo Municipal de Oleiros, na medida em que o arquivo não existe enquanto estrutura formal. Está integrado na Área de Expediente Geral e Arquivo, da Secção de Pessoal, Expediente Geral e Arquivo, pelo que não possui regulamento próprio (*Organograma, 2021a*). Não se encontra aberto ao público, pelo que não é indicado qualquer horário de funcionamento.

Perante os dados obtidos no inquérito efetuado estão indicados 3 elementos integrados no arquivo, sendo eles assistentes técnicos, cuja formação é o 12.º ano de escolaridade. São todos do sexo feminino e as faixas etárias vão dos 31-40 anos até 51-61 anos.

O Arquivo Municipal refere em resposta ao inquérito que não tem certificação de qualidade ou certificado de Sistema de Gestão de Qualidade.

Também na resposta ao inquérito realizado, esclarece que não há registo de candidatura ao PARAM (*Programa de Apoio à Rede de Arquivos Municipais*).

Na resposta ao inquérito, foi também possível aferir que existem 3 elementos no município com formação na área da ciência da informação e/ou na área de arquivo, a exercer funções, mas não no arquivo municipal.

3.2.4. Arquivo Municipal de Penamacor

Penamacor tem uma área de praticamente 563,7 km² e a sua densidade populacional corresponde a 8,4 sendo a sua população correspondente a 4 755. Neste município, a diferença entre o número de habitantes homens e mulheres é pouco significativa. Quanto à questão etária, é possível constatar que o índice de envelhecimento é bastante evidente (641,6), dado que o número de habitantes com idade superior a 65 anos é de 1 867, e por outro lado, sendo os habitantes com idade inferior a 15 anos somente 291 (*Retorno de Informação aos Respondentes Municípios: Penamacor, 2020, p. 1*).

Os dados referentes a despesas da Câmara Municipal em atividades culturais e de desporto corresponde a 472 milhares de euros, tendo sido adjudicados a bibliotecas e arquivos 59 milhares de euros, em 2020 (*Retorno de Informação aos Respondentes Municípios: Penamacor, 2020, p. 3*).

A comunicação deste arquivo passa essencialmente pelo *site* da Câmara Municipal, assumindo um separador próprio. É possível verificar neste separador informações relacionadas com as instalações do arquivo, o seu acervo documental, os estudos publicados pelo próprio arquivo, a localização e os contactos (*Arquivo Municipal - Município de Penamacor, 2021*).

O Arquivo Municipal de Penamacor encontra-se aberto ao público, durante um período ininterrupto das 9:00 às 17:30, de segunda a sexta-feira. Na consulta pública da documentação, estão disponíveis os originais, sendo possível através dos meios de reprodução recorrer à digitalização dos mesmos. São indicadas como limitações ao acesso da documentação as infraestruturas inapropriadas para o correto acondicionamento/armazenamento da documentação.

O seu regulamento interno encontra-se também disponível no *site* da Câmara Municipal. Conforme consta no seu artigo 4.º, o arquivo municipal é responsável pela gestão arquivística de documentação produzida ou reunida pelos diferentes órgãos e serviços, independentemente do tipo de suporte ou formato, e abrange os três ciclos: corrente, intermédio e definitivo ou histórico (*Regulamento do Arquivo Municipal, 2010, p. 3*).

Este Arquivo Municipal integra uma Secção, conforme informações prestadas via inquérito. Porém, no mapa de pessoal 2018 do município, insere-se na subunidade orgânica de Serviços de Coordenação Administrativa, particularmente Arquivo e Gestão

Documental, na dependência da Divisão Administrativa e Financeira (*Mapa de Pessoal*, 2018, p. 1).

O Arquivo Municipal tem associados 2 gestores de informação, 1 na categoria profissional de técnico superior e outro assistente técnico. Todos os elementos são do sexo feminino.

Relativamente ao técnico superior, este tem uma pós-graduação em Ciências da Documentação e Informação (ou variante em arquivo) e é também responsável pelo arquivo. O assistente técnico tem o 12.º ano de escolaridade. As faixas etárias variam também, integrando-se o assistente técnico entre os 31-40 anos, e o técnico superior no intervalo 51-61 anos.

O Arquivo Municipal formalizou a candidatura ao PARAM (*Programa de Apoio à Rede de Arquivos Municipais*), tendo a mesma sido aprovada em 2003, no âmbito do apoio à instalação do Arquivo Municipal em edifício existente e para uso exclusivo do Arquivo. Aquando da candidatura o arquivo municipal já tinha afeto um técnico superior, que mantém até ao dia de hoje.

O Arquivo Municipal refere em resposta ao inquérito, que não tem certificação de qualidade ou certificado de Sistema de Gestão de Qualidade.

3.2.5. Arquivo Municipal de Proença-a-Nova

A densidade populacional do município de Proença-a-Nova equivale a 18,5. O seu território tem cerca de 385,4 km², a população de aproximadamente 7 298 habitantes.

Neste município, a diferença entre a população feminina e a masculina é praticamente de 420 habitantes, sendo as mulheres em maioria. Relativamente à faixa etária com mais de 65 anos, é bastante superior face aos menores de 15 anos, com 2 322 habitantes para os 583 habitantes, respetivamente. Desta forma, proporciona um evidente índice de envelhecimento 398,3 (*Retorno de Informação aos Respondentes Municípios: Proença-A-Nova*, 2020, p. 1).

As despesas atribuídas à Câmara Municipal no âmbito de atividades culturais e desporto correspondem a 811 milhares de euros, sendo que 237 milhares de euros foram atribuídos a bibliotecas e arquivos, em 2020 (*Retorno de Informação aos Respondentes Municípios: Proença-A-Nova*, 2020, p. 3)

A comunicação deste arquivo regista-se fundamentalmente através do *site* da Câmara Municipal de Proença-A-Nova. É possível obter informação relativa à função, aos objetivos, a contactos, assim como a informação relativa aos fundos que integra.

O Arquivo Municipal de Proença-a-Nova encontra-se aberto ao público, das 09h00 até ao 12h30 e 13h30 até às 17h00 nos dias úteis. Integra dentro do município o Setor Administrativo e de Arquivo da Divisão Administrativa e Financeira, e o seu regulamento está publicado em *Diário da República*, embora não esteja um regulamento específico para a área de negócio, uma vez que se trata do *Regulamento de organização dos serviços municipais, estrutura e competências* (Regulamento n.º 459/2019, 2019, p. 16243).

A limitação indicada no acesso à documentação remete-nos para dificuldades na organização da informação/documentação, uma vez que este arquivo também não possui meios de reprodução de documentação.

Afetos a este arquivo municipal estão 2 gestores de informação, integrados nas categorias profissionais de técnico superior e assistente técnico.

O técnico superior é também responsável e está indicado com as habilitações académicas de pós-graduação em Ciências da Documentação e Informação, enquadrando-se a sua faixa etária entre os 31-40.

Por outro lado, o assistente técnico tem o 12.º ano de escolaridade, e enquadram-se na faixa etária entre os 51 e os 61 anos. Todos os elementos são do sexo feminino.

O Arquivo Municipal refere, em resposta ao inquérito, que não tem certificação de qualidade ou certificado de Sistema de Gestão de Qualidade.

Neste município existem 3 elementos cuja formação remete para as Ciências da Documentação e Informação e/ou na área de arquivo a exercer funções, não no arquivo municipal, mas na biblioteca.

3.2.6. Arquivo Municipal de Vila Velha de Ródão

Vila Velha de Ródão tem um território de 329,9 km², com uma população de aproximadamente 3 144 habitantes. A densidade populacional equivale a 9,5. Neste município, a diferença entre a população feminina e masculina é de 242 habitantes, mantendo-se as mulheres em maioria. Relativamente à faixa etária com mais de 65 anos, esta é superior face aos menores de 15 anos, com 1 207 habitantes face a 191 habitantes,

respetivamente. Desta forma, proporciona um evidente índice de envelhecimento 631,9 (*Retorno de Informação aos Respondentes Municípios: Vila Velha de Ródão, 2020, p. 1*).

As despesas atribuídas à Câmara Municipal de Vila Velha de Ródão, no âmbito de atividades culturais e desporto correspondem a 692 milhares de euros, sendo que 73 milhares de euros foram atribuídos a bibliotecas e arquivos, em 2020 (*Retorno de Informação aos Respondentes Municípios: Vila Velha de Ródão, 2020, p. 3*).

O Arquivo Municipal de Vila Velha de Ródão não se encontra aberto ao público, porém a instituição possui serviços próprios de reprodução de documentos, especificamente a reprodução através de fotocópia. Está indicada como causa para a limitação de acesso aos documentos do arquivo as infraestruturas inapropriadas para o correto acondicionamento/ armazenamento da documentação. Integra a Divisão Administrativa e Financeira, na Secção de Administração Geral e Expediente enquanto Expediente Geral e Arquivo (*Organograma dos Serviços Municipais, 2021*).

O despacho para reorganização dos serviços municipais é o documento normativo que regulamenta o arquivo juntamente com os demais serviços municipais (Despacho n.º 1449/2013, 2013, p. 3321).

Perante os dados disponíveis no inquérito é esclarecido que o município não se candidatou ao Programa de Apoio à Rede de Arquivos Municipais. Contudo, perante as informações presentes no relatório de avaliação do PARAM, esclarece que o Arquivo Municipal deste município faz parte do grupo de 86 processos relativos a municípios que manifestaram intenção de candidatura ao PARAM, embora a mesma não tenha sido concretizada e já tivessem afeto ao arquivo o técnico superior (Henriques, 2008, p. 17).

O Arquivo Municipal refere, em resposta ao inquérito, que não tem certificação de qualidade ou certificado de Sistema de Gestão de Qualidade.

O arquivo tem afetos entre 2 elementos, contemplando a carreira profissional assistente técnico. As habilitações literárias remetem para o 12.º ano de escolaridade, sendo que são todos do sexo feminino. As faixas etárias variam dos 41-50 anos e maiores que 62 anos.

O responsável pelo arquivo é do sexo feminino e a sua idade está entre 51 e 61 anos de idade. A sua formação corresponde a licenciatura/ bacharelato em Ciências da Documentação e Informação (e/ou variante arquivo).

As formações realizadas nos últimos dois anos dirigiram-se em exclusivo aos assistentes técnicos, no âmbito do expediente.

Existem neste município 3 elementos formados em ciência da documentação e informação (variante em arquivo) a exercer funções administrativas.

3.3. Região de Coimbra

Esta região engloba dezanove municípios, e é indubitavelmente uma região muito diferente relativamente a dados da população: população residente, densidades populacionais, nível da estrutura etária e nível de escolaridade. Na figura 12 está apresentada a densidade populacional desta região.

Coimbra é o município com maior impacto, sendo também a capital de distrito, tornando indubitável a sua importância e relevância na constituição da região.

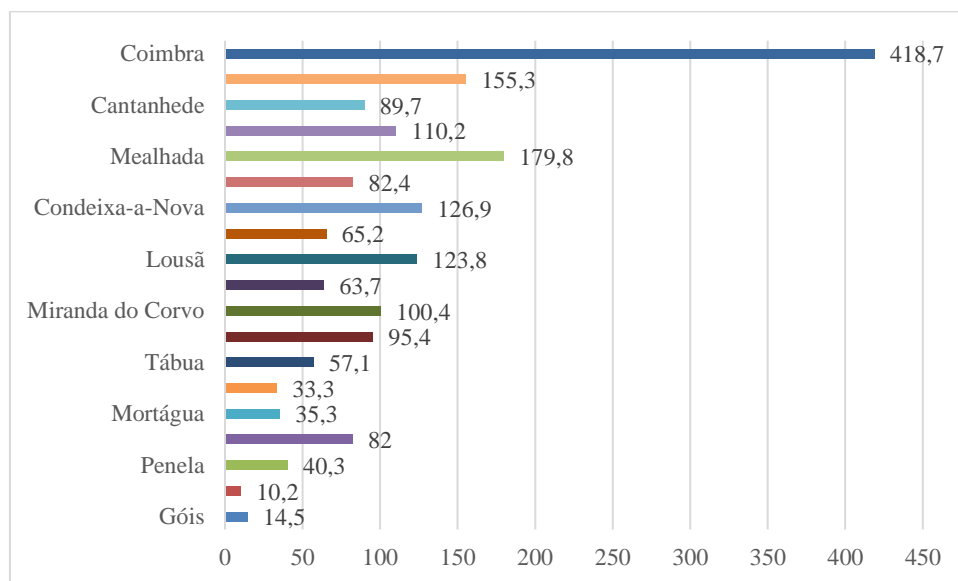


Figura 12 Densidade populacional da Região de Coimbra (2018)(PORDATA - Densidade populacional, 2021)

Na Região de Coimbra, constam os municípios de Arganil, Cantanhede, Coimbra, Condeixa-a-Nova, Figueira da Foz, Góis, Lousã, Mealhada, Mira, Miranda do Corvo, Montemor-o-Velho, Mortágua, Oliveira do Hospital, Pampilhosa da Serra, Penacova, Penela, Soure, Tábua e Vila Nova de Poiares.

Em termos administrativos e estatísticos, a Região de Coimbra constitui uma NUT III com idêntica denominação, situada na Região Centro (NUT II) de Portugal.

Está delimitada territorialmente a Norte com a Região de Aveiro e Viseu Dão -Lafões, a Este com Beiras e Serra da Estrela, a Sul pela Beira Baixa e Região de Leiria e a Oeste com o Oceano Atlântico (*População – CIM – Região de Coimbra*, 2017).

3.3.1. Arquivo Municipal de Arganil

O município de Arganil tem 34,38 km² e uma população 11 068 habitantes, que corresponde a 33,3 de densidade populacional. A diferença entre mulheres e homens neste município é cerca de 622 habitantes, 5 845 e 5 223 habitantes, respetivamente.

Relativamente aos habitantes com idade superior a 65 anos, são 3 120 habitantes, sendo o número de habitantes com menos de 15 anos bastante inferior: 1 120. Assim, o índice de envelhecimento corresponde a 278,6 (*Retorno de Informação aos Respondentes Municípios: Arganil*, 2019, p. 1).

As despesas do município em atividades culturais e desporto atingem o valor de 655 milhares de euros, atribuídas a bibliotecas e arquivos 277 milhares de euros, sendo esta a maior parcela das despesas deste município em particular (*Retorno de Informação aos Respondentes Municípios: Arganil*, 2019, p. 3).

O Arquivo Municipal de Arganil não se encontra aberto ao público, mas permite consulta da documentação original. Não tem meios de reprodução de documentação, e estão indicadas como limitações de acesso à documentação aspetos como: conservação e preservação da documentação indevida/inexistente; ausência de recursos humanos; ausência de recursos financeiros; e por fim, a carência de recursos humanos especializados.

A comunicação deste arquivo faz-se através do *site* da própria Câmara Municipal, em que é possível obter informações sobre a missão do arquivo, plano cultural, posição estratégica, fundo documental, assim como os contactos e morada com coordenadas GPS (*Arquivo - Município de Arganil*, 2021).

O Arquivo Municipal possui regulamento arquivístico próprio, que normaliza aspetos essenciais do funcionamento, a missão, os objetivos e as competências.

Nas informações prestadas via inquérito, esclarece também que a unidade orgânica responsável é a Divisão de Administração Geral e Financeira.

Através do Regulamento dos Serviços Municipais verificamos a existência do Serviço de Arquivo e Expediente associado à Divisão de Administração Geral e Financeira, especificamente à subunidade orgânica da Administração Geral (Despacho n.º 2070/2011, 2011, p. 5538), e o Arquivo Histórico Municipal insere-se na Divisão de Desenvolvimento Económico e social (Despacho n.º 2070/2011, 2011, p. 5544), não existindo gestão integrada da informação.

Apesar disso, o Arquivo Municipal de Arganil propõe-se gerir e organizar toda a informação produzida e recebida pela Câmara Municipal, e em todas as fases de arquivo, para guardar e classificar os documentos. O seu fundo documental constitui-se por documentação produzida e recebida pela autarquia no exercício da sua atividade desde o

final do século XX até à atualidade (*Arquivo - Município de Arganil*, 2021; Regulamento Do Arquivo Do Município de Arganil, 2012, p. 5).

Este arquivo municipal integra também o diretório da Associação Portuguesa de Bibliotecários, Arquivistas, Profissionais da Informação e Documentação (BAD). Diretório este que se apresenta, desde 2015, como um recurso de referência sobre os arquivos municipais para os cidadãos em geral, particularmente para alunos, investigadores e técnicos (*Diretório BAD*, 2015).

O Arquivo Municipal refere, em resposta ao inquérito, que não tem certificação de qualidade ou certificado de Sistema de Gestão de Qualidade.

No art.º 37.º do regulamento de arquivo está clarificada a forma para um bom funcionamento a nível de recursos humanos, pelo que deverá constar um *técnico superior e técnico-profissional com formação especializada em arquivo, técnico superior e técnico-profissional das áreas de conservação e restauro, extensão cultural e da área de informática; administrativo e auxiliar* (Regulamento Do Arquivo Do Município de Arganil, 2012, p. 24).

Perante estas informações, e atendendo aos dados recolhidos do inquérito realizado ao arquivo municipal, estão mencionados 2 elementos a exercer funções. Estão contempladas as carreiras profissionais de técnico superior e assistente operacional. Conforme exigido no regulamento, existe técnico superior especializado em arquivo, dado que o técnico superior mencionado tem mestrado em Ciências da Documentação e Informação. O assistente operacional indica o 12.º ano de escolaridade.

Os gestores de informação integrados neste arquivo municipal são todos do sexo masculino. As faixas etárias contempladas indicam-nos entre os 31-40 anos para o técnico superior, e assistente operacional idade igual ou superior a 62 anos.

O Regulamento do Arquivo Municipal esclarece também quais as competências do responsável do mesmo - art.º 38.º. Estas competências remetem para dirigir, orientar, controlar e executar toda a atividade arquivística do arquivo municipal, isto é, competências sobretudo de gestão (Regulamento Do Arquivo Do Município de Arganil, 2012, p. 25).

Perante os dados recolhidos via inquérito, aferimos que não foi formalizada qualquer candidatura ao PARAM (Programa De Apoio À Rede De Arquivos Municipais); assim como não ocorreram formações nos últimos dois anos dirigidas a qualquer uma das carreiras profissionais.

Existem neste município assistentes técnicos da biblioteca municipal, que têm formação na área da ciência da informação e/ou área de arquivo, embora não desempenhem quaisquer funções em arquivo.

3.3.2. Arquivo Municipal de Cantanhede

O Município de Cantanhede com 390,9 km² e 35 068 habitantes, concludentemente a densidade populacional corresponde a 89,7. O número de mulheres é superior ao dos homens, sendo 18 451 e 16 617, respetivamente. Por outro lado, o número de habitantes com mais de 65 anos é muito superior aos menores de 15 anos, o que leva a um maior índice de envelhecimento do município – 309,2 (*Retorno de Informação aos Respondentes Municípios: Cantanhede*, 2019, p. 1).

As despesas da Câmara Municipal com Cultura e Desporto, em 2019, correspondem a 698 milhares de euros, tendo 257 milhares de euros sido destinados a Bibliotecas e Arquivos (*Retorno de Informação aos Respondentes Municípios: Cantanhede*, 2019, p. 3)

O Arquivo Municipal de Cantanhede não se encontra aberto ao público, embora seja possível consultar a documentação nos seus originais e tenha como meio de reprodução da mesma a fotocópia. Indica como condicionantes ao acesso da informação a existência de infraestruturas inapropriadas para o correto acondicionamento/ armazenamento da documentação, e devido a isso a existência de mais do que um polo.

Tem regulamento próprio, cuja data da sua criação nos remete para agosto de 2005, embora integre também, e naturalmente, o Regulamento da Organização dos Serviços Municipais da Câmara Municipal de Cantanhede, este publicado em *Diário da República* em despacho de agosto de 2020 (Despacho n.º 7949/2020, 2020; Regulamento do Arquivo Municipal de Cantanhede, 2005). O regulamento visa a normalização e a delimitação de regras necessárias para o funcionamento do serviço e da sua gestão de documentos nas suas variadas fases (ativa, semi-ativa e inativa) (Regulamento do Arquivo Municipal de Cantanhede, 2005, p. 1).

O regulamento do arquivo municipal encontra-se disponibilizado no *site* da Câmara Municipal. Prevê, no artigo 3.º, que

a Secção de Arquivo é responsável pela gestão da documentação produzida ou reunida pelos órgãos e serviços, independentemente do tipo de suporte ou formato, como

resultado da atividade da autarquia e que se conserva para servir de testemunho, prova ou informação. (Regulamento do Arquivo Municipal de Cantanhede, 2005, p. 2)

Considerando as informações prestadas via inquérito, o arquivo municipal tem como unidade orgânica responsável o departamento, esclarecendo-se também que este arquivo tem certificação de qualidade/ certificado de sistema de gestão de qualidade. Porém, atendendo aos dados disponíveis no regulamento da estrutura orgânica do município, encontramos o arquivo histórico municipal associado à Divisão de Cultura; e o arquivo corrente e intermédio ligado à Divisão Administrativa e de Recursos Humanos, especificamente na Secção de Expediente e Arquivo.

Conforme os dados obtidos pelos inquéritos realizados, esclarece que afetos a este arquivo estão 6 gestores de informação: 2 técnicos superiores, 4 assistentes técnicos.

Os técnicos superiores são ambos do sexo feminino, sendo um dos dois habilitados com pós-graduação em Ciência da Informação, e o restante técnico superior por outra licenciatura. A faixa etária destes profissionais da informação compreende-se entre os 41 e 50 anos.

3 dos 4 assistentes técnicos são do sexo feminino, e todos têm a escolaridade obrigatória em Portugal atualmente (12.º ano). O elemento do sexo masculino insere-se na faixa etária entre os 31-40 anos. São referidos 2 gestores de informação entre os 41-50 anos e 1 entre os 51-61.

Perante os dados disponíveis no inquérito, é esclarecido que o município não se candidatou ao Programa de Apoio à Rede de Arquivos Municipais. Contudo, perante as informações presentes no relatório de avaliação do PARAM, esclarece que o Arquivo Municipal deste município faz parte do grupo de 86 processos de municípios que manifestaram intenção de candidatura ao PARAM, embora a mesma não tenha sido concretizada e já tivessem afeto ao arquivo o técnico superior (Henriques, 2008, p. 17).

As formações realizadas nos últimos dois anos destinaram-se exclusivamente aos técnicos superiores, e as temáticas abordadas foram a avaliação em arquivos e a modernização administrativa.

3.3.3. Arquivo Municipal de Coimbra

O Município de Coimbra com 319,4 km² e 133 724 habitantes, sendo este o município com maior população e, também, com a maior densidade populacional, correspondente a 418,7. Relativamente à divisão de habitantes por sexo: os dados indicam que o número de mulheres é superior ao dos homens – 71 733 e 61 991, respetivamente. Por outro lado, o número de habitantes com mais de 65 anos é muito superior aos menores de 15 anos, o que leva a um maior índice de envelhecimento do município – 202,9 (*Retorno de Informação aos Respondentes Municípios: Coimbra, 2019, p. 1*).

Este município tem também o maior valor para despesas com atividades culturais e desporto, sendo de 2 660 milhares de euros. Está atribuído a bibliotecas e arquivos um total de 1 282 milhares de euros, que é não só a maior atribuição do município, como das restantes atividades do grupo em que se inserem as despesas culturais e criativas (*Retorno de Informação aos Respondentes Municípios: Coimbra, 2019, p. 3*)

O Arquivo Municipal de Coimbra não se encontra aberto ao público, encontra-se disperso por mais do que um edifício, e tem regulamento interno, embora não tenha sido possível localizar o mesmo no *site* da Câmara Municipal.

A comunicação do Arquivo Municipal apresenta-se essencialmente sobre o Arquivo Histórico Municipal de Coimbra, em que são apresentados os factos históricos e sobre o seu acervo documental, assim como a missão, contactos e endereço do mesmo; e não sobre o Arquivo Municipal Geral.

Conforme informações prestadas via inquérito, existe uma unidade orgânica responsável pelo Arquivo Municipal de Coimbra, contudo a mesma não foi indicada. Atendendo ao regulamento da estrutura orgânica de do município, esclarece que tem como unidade o Departamento Administração Geral (DAG) (Aviso n.º 11707/2019, 2019, p. 202; *Informações — Câmara Municipal de Coimbra, 2021; Organograma, 2021b*) no âmbito do Arquivo Geral Municipal. Está ainda mencionado o Departamento de Cultura e Turismo, especificamente a Divisão de Bibliotecas e Arquivo Histórico.

O Arquivo Geral Municipal está sob a dependência do Chefe de Divisão da Secretaria-Geral, e compete-lhe

organizar, tratar, gerir e conservar o acervo documental; realizar ações de dinamização e de reestruturação do arquivo geral, promovendo melhorias, designadamente ao nível das instalações e equipamentos; instaurar medidas de boas práticas e de standardização de procedimentos especializados no tratamento da

documentação que lhe está afeta; concentrar o arquivo de toda a documentação e processos produzidos pelos serviços municipais e proceder ao seu devido tratamento, garantindo o controlo sobre a produção, circulação e destino final dos documentos municipais e a observância dos prazos de conservação; proporcionar ações que visem a simplificação e desmaterialização, mediante a criação de um arquivo digital; a crescente preocupação por tornar disponível em formato digital e a consulta online aos seus munícipes e aos serviços municipais; e por fim, executar procedimentos para receção, classificação e catalogação, circulação e eliminação de documentos. (Aviso n.º 11707/2019, 2019, p. 225)

O Arquivo Histórico Municipal de Coimbra (AHMC) surge em 1927, e a sua existência estava relacionada com o setor de manuscritos da Biblioteca Municipal, no âmbito de armazenamento de pergaminhos, manuscritos e de documentos do Arquivo da Câmara.

Está sediado na Casa Municipal da Cultura de Coimbra, na Rua Pedro Monteiro. O seu acervo documental está acessível para consulta pública em suporte original, em Sala de Leitura própria, sendo ainda possível utilizar a fotocópia e a digitalização como meio de reprodução documental.

O grande volume documental do arquivo, que se estava acumulado na biblioteca, encontrava-se em precárias condições de acondicionamento, o que dificulta a sua consulta. Deste modo, em 1977, foi autorizada a sua transferência para a Torre de Almedina. Em 2001, o Arquivo Histórico Municipal saiu das instalações da Torre de Almedina, que posteriormente foi transformada em espaço museológico (*Informações — Câmara Municipal de Coimbra, 2021*).

Na sequência dos dados obtidos pelo inquérito realizado ao Arquivo Municipal, são apresentadas várias limitações de acesso à documentação, tais como: ausência de recursos humanos e elementos qualificados; carência de recursos financeiros; problemas de conservação e preservação da documentação; dificuldades na organização da informação/documentação; infraestruturas inapropriadas para o correto acondicionamento/ armazenamento da documentação; e por fim, processos de descrição e recuperação da informação pouco eficazes.

Em 2001, decorreu a candidatura ao programa PARAM, do então IAN/TT, no âmbito do apoio à instalação do Arquivo Municipal para a construção de um edifício de raiz, cuja

única utilização fosse o Arquivo. Contudo, pelo que foi possível aferir, não se efetivou o mesmo. O Arquivo Municipal, quando da candidatura, já tinha técnico superior especializado, e assim o manteve após o Programa.

A necessidade emergente de infraestruturas apropriadas para o correto armazenamento da documentação leva a que em 24 de novembro de 2020 surja a aprovação de um anteprojecto de arquitetura do novo Arquivo Municipal de Coimbra, que estará instalado no antigo Hospital Pediátrico (*Novo Arquivo Municipal de Coimbra vai nascer nas instalações do antigo Hospital Pediátrico*, 2021).

O Arquivo Municipal refere, em resposta ao inquérito, que não tem certificação de qualidade ou certificado de Sistema de Gestão de Qualidade.

Através dos dados recolhidos pelo questionário efetuado, aferimos que existem 7 colaboradores afetos ao Arquivo Municipal. Destes gestores de informação referidos, 4 são técnicos superiores. Um dos técnicos superiores é o dirigente/ responsável e tem mestrado em Ciências da Documentação; outros 2 técnicos superiores são licenciados em Ciências da Documentação e Informação (CDI), ainda que os seus mestrados remetam para outras áreas do conhecimento; por fim, o restante técnico superior é também licenciado em CDI. Na carreira profissional de assistente técnico, a formação dos dois elementos corresponde ao 12.º ano de escolaridade. O assistente operacional remete para a opção “outra formação”, que consta no inquérito.

Os técnicos superiores dividem-se entre dois do sexo masculino, dois do sexo feminino, passando por todas as faixas etárias apresentadas dos 21 aos 50 anos de idade.

Relativamente aos Assistentes Técnicos, registam-se um do sexo feminino, cuja idade está compreendida entre os 41 e 50 anos de idade, e o outro do sexo masculino, cuja idade é igual ou superior a 61 anos.

Por fim, o Assistente Operacional é do sexo feminino, cuja idade indicada está entre os 51 e 60 anos de idade.

No organograma do município é perceptível a delimitação de unidades orgânicas entre o Arquivo Geral Municipal e do Arquivo Histórico Municipal. Neste caso, o Arquivo Geral Municipal integra Departamento de Administração Geral, e o Arquivo Histórico faz parte do Departamento de Cultura e Turismo, enquanto Divisão de Bibliotecas e Arquivo Histórico (*Organograma do Município de Coimbra*, 2019).

Analisando o mapa de pessoal, disponível na plataforma da Câmara Municipal, é possível identificar os profissionais da informação afetos ao Arquivo Geral Municipal, e

ao Arquivo Histórico do Município de Coimbra. Está associado ao Departamento de Gestão Urbanística, especificamente 1 técnico superior de Arquivo (*Mapa de Pessoal 2021*, 2021a, p. 2).

No que concerne ao Departamento de Cultura e Turismo, por se tratar de uma Divisão que inclui além de Arquivo a Biblioteca, a formação destes profissionais inclui também ambas as vertentes: Biblioteca, Arquivo e Documentação. Assim, estão indicados 12 técnicos superiores e 22 assistentes técnicos, que contemplam arquivo e biblioteca (*Mapa de Pessoal 2021*, 2021a, pp. 5–6).

De salientar que neste município são exigidas licenciaturas especializadas em Arquivo/Ciência da Informação no caso dos técnicos superiores (*Mapa de Pessoal 2021*, 2021a, p. 13), e no caso dos assistentes técnicos é-lhes também exigida formação especializada: curso profissional III na área BAD (*Mapa de Pessoal 2021*, 2021a, p. 26), o que revela uma forte preocupação na qualificação dos recursos humanos aplicados aos Arquivos.

Registam-se também, nos últimos dois anos, formações direcionadas para não só os técnicos superiores, mas também os assistentes técnicos deste Arquivo Municipal, nas áreas da classificação funcional e na avaliação de massas documentais acumuladas.

Ainda no Mapa de Pessoal, é possível aferir que existem no município colaboradores com formação na área da Ciência da Informação (vertente Arquivo) que não exercem a função da sua qualificação, porém assumem cargos de Arquivo noutros departamentos que não sejam o Arquivo Municipal, exemplo disso um técnico superior no departamento de Gestão Urbanística; ou como indicado no inquérito realizado em funções administrativas (*Mapa de Pessoal 2021*, 2021a, p. 2).

3.3.4. Arquivo Municipal de Condeixa-a-Nova

O Município de Condeixa-a-Nova tem uma área de 138,7 km² e 17 597 habitantes, a sua densidade populacional é de 126,9. O número de mulheres e homens não é muito díspar – 9 376 e 8 221, respetivamente. Este município tem o índice de envelhecimento mais baixo comparativamente com o resto da região de Coimbra, que corresponde a 137,5 cujo número de habitantes com mais de 65 anos é igual a 3 455 habitantes, e os menores de 15 anos 2 512 habitantes (*Retorno de Informação aos Respondentes Municípios: Condeixa-A-Nova*, 2019, p. 1).

O município de Condeixa-a-Nova tem como valor para despesas com atividades culturais e desporto 779 milhares de euros, estando ministrados para bibliotecas e arquivos um total de 170 milhares de euros (*Retorno de Informação aos Respondentes Municípios: Condeixa-A-Nova*, 2019, p. 3)

O Arquivo Municipal de Condeixa-a-Nova não está aberto ao público, não tem regulamento interno, nem permite a consulta presencial da documentação.

Existe enquanto Serviço de Expediente, Arquivo e Modernização, sendo a unidade orgânica responsável a Seção de Apoio Geral e Atendimento Público (Despacho n.º 198/2020, 2020, pp. 282–283; *Organograma Condeixa-a-Nova*, 2021).

As limitações indicadas para acesso da documentação prendem-se com as infraestruturas inapropriadas para o correto acondicionamento/ armazenamento da documentação.

O Arquivo Municipal refere, em resposta ao inquérito, que tem certificação de qualidade ou certificado de Sistema de Gestão de Qualidade.

Afeto ao Arquivo Municipal está um único elemento, que é também o responsável. Integra a categoria profissional de técnico superior, do sexo feminino, e cuja formação académica Licenciatura/ Bacharelato em CDI (variante Arquivo), situando-se a sua faixa etária entre 31 – 40 anos de idade.

Confrontando os dados dos Mapas de Pessoal de 2020 e de 2021, verificamos diferenças notórias. Em 2020 existia um técnico superior especialista em Biblioteca, Documentação e Arquivo afeto ao Serviço de Cultura e Biblioteca do Gabinete de Apoio ao Desenvolvimento Social, Cultural e de Apoio ao Turismo (*Mapa de Pessoal*, 2020b, p. 5).

Por outro lado, em 2021, existe um técnico superior afeto ao Serviço de Expediente, Arquivo e Modernização, da Secção de Apoio Geral e Atendimento ao Público e extingue-se o cargo de técnico superior especializado em Arquivo no Serviço de Cultura e Biblioteca do Gabinete de Apoio ao Desenvolvimento Social, Cultural e de Apoio ao Turismo. (*Mapa de Pessoal*, 2021, p. 8).

Em suma, em 2020 existia somente um assistente operacional não especializado em arquivo afeto ao Serviço de Expediente, Arquivo e Modernização; e um técnico superior especializado em Arquivo no Serviço de Cultura e Biblioteca. Já em 2021 é extinto do Serviço de Cultura e Biblioteca especialista em Arquivo, e no Serviço de Expediente,

Arquivo e Modernização passa a existir um técnico superior especializado. Uma alteração que se prende apenas com uma mudança organizacional.

3.3.5. Arquivo Municipal da Figueira da Foz

A área territorial do Município da Figueira da Foz corresponde a 379,1 km² e tem cerca de 58 866 habitantes, sendo a sua densidade populacional de 155,3. Relativamente ao número de habitantes por género, o que tem maior destaque são os habitantes do sexo feminino, que nos remete para 31 194 mulheres. Este município tem o índice de envelhecimento corresponde a 212,6, uma vez que o número de habitantes com mais de 65 anos corresponde a 14 872 habitantes, e os menores de 15 anos são 6 995 (*Retorno de Informação aos Respondentes Municípios: Figueira da Foz*, 2019, p. 1).

Na Região de Coimbra, o município com maior valor para despesas com Atividades Culturais e Desporto é Figueira da Foz, com 3 730 milhares de euros, com 720 milhares de euros destinados para bibliotecas e arquivos (*Retorno de Informação aos Respondentes Municípios: Figueira da Foz*, 2019, p. 3)

O Arquivo Municipal da Figueira da Foz encontra-se aberto ao público, de segunda a sexta-feira, no horário compreendido das 9:30 às 17:00, de forma contínua. Não tem regulamento arquivístico. Nas informações prestadas pelo arquivo municipal está indicada como unidade orgânica responsável o departamento. Contudo, nas informações disponíveis sobre a estrutura orgânica do município está indicada enquanto unidade orgânica responsável o Serviço de Biblioteca e Arquivo (SBA), que integra Divisão de Cultura (Despacho n.º 556/2014, 2014, p. 945; *Organograma*, 2021c).

A comunicação deste arquivo municipal é feita fundamentalmente pelo *site* da Câmara Municipal da Figueira da Foz, que demonstra especial atenção a questões de acessibilidade para portadores de deficiência. Existe, além do Arquivo Histórico Municipal, o Arquivo Fotográfico Municipal. Este último, integra a Divisão de Cultura (*Mapa Anual Global Consolidade de Recrutamentos Autorizados*, 2020, p. 5).

O Arquivo Municipal refere, em resposta ao inquérito, que não tem certificação de qualidade ou certificado de Sistema de Gestão de Qualidade.

Em 2020, no âmbito Programa de Estágios Profissionais na Administração Local (PEPAL), o município acolheu 5 estagiários nas mais diversas áreas, nas quais incluía uma vaga para licenciado/a em Ciências da Informação no Serviço de Biblioteca e Arquivo.

Perante os dados recolhidos via inquérito a este município, aferimos que o arquivo municipal tem 6 elementos afetos. A carreira profissional de Técnico Superior foi indicada com as habilitações académicas especializadas em Ciências Documentais: 2 têm pós-graduação em CDI (e/ ou variante em Arquivo) e a restante a licenciatura na mesma área. Todos são do sexo feminino. As faixas etárias variam entre os 21-30; 41-50 e 51-61. Os assistentes técnicos são também 3, e também do sexo feminino: 2 têm o 12.º ano inserem-se nas faixas etárias entre os 41-50 e 51-61; e o restante tem licenciatura em História e a sua idade está entre os 41-50. O responsável pelo arquivo municipal tem pós-graduação em CDI e a sua faixa etária enquadra-se entre os 51-61 anos, considerando-se um dos técnicos superiores referidos.

O município da Figueira da Foz não se candidatou ao Programa de Apoio À Rede de Arquivos Municipais. Contudo, perante as informações presentes no relatório de avaliação do PARAM, esclarece que o Arquivo Municipal deste município faz parte do grupo de 86 municípios que manifestaram intenção de candidatura ao PARAM, embora a mesma não tenha sido concretizada (Henriques, 2008, p. 17).

As formações efetuadas nos últimos dois anos neste arquivo municipal dirigiram-se fundamentalmente aos técnicos superiores, e as temáticas abordadas remetem para avaliação em arquivos e gestão documental.

3.3.6. Arquivo Municipal de Góis

Com uma área de aproximadamente 263,3 km², Góis é o município com menor número de habitantes da Região de Coimbra, com aproximadamente 3 825 habitantes. A sua densidade populacional corresponde a 14,5. Atendendo aos dados disponíveis sobre o sexo predominante no município, o número de mulheres tem maior destaque, com 2 072 habitantes. O índice de envelhecimento é igual a 14,5, considerando que o número de habitantes com mais de 65 anos é de 1 157 habitantes, portanto bastante superior ao

número de habitantes cuja idade é inferior a 15 anos – 382 habitantes (*Retorno de Informação aos Respondentes Municípios: Góis, 2019, p. 1*).

As despesas da Câmara Municipal com Atividades de Cultura e Criativas é de 543 milhares de euros, sendo que 57 milhares de euros foram destinados a bibliotecas e arquivos (*Retorno de Informação aos Respondentes Municípios: Góis, 2019, p. 3*)

O Arquivo Municipal de Góis não está aberto ao público, e não tem regulamento arquivístico próprio. Integra o Serviço de Património Municipal e Arquivo, cuja unidade orgânica responsável é a Divisão de Administração e Gestão (*Organograma, 2012; Regulamento da Estrutura Orgânica dos Serviços Municipais, 2012, p. 25*).

Não possui comunicação em plataforma própria, nem no *site* da Câmara Municipal. É possível perceber a sua existência através de documentos de gestão municipal no *site* do município.

O Arquivo Municipal refere, em resposta ao inquérito, que não tem certificação de qualidade ou certificado de Sistema de Gestão de Qualidade.

O Arquivo Municipal de Góis possui meios de reprodução de documentos através da digitalização. Porém, são indicados como fatores condicionantes ao acesso da documentação a carência de recursos humanos especializados. Através do inquérito realizado reforça-se essa ideia, uma vez que está afeto ao Serviço de Património Municipal e Arquivo uma única assistente técnica, sendo indicado o doutoramento em CDI como qualificação, com idade compreendida entre os 41 e os 50 anos de idade (*Mapa de Pessoal, 2020c, p. 2*)

Perante os dados recolhidos através do inquérito, percebemos também que não houve candidatura ao PARAM, e que não ocorreram quaisquer formações nos últimos dois anos.

3.3.7. Arquivo Municipal da Lousã

Lousã tem um território de aproximadamente 138,4 km² com 17 128 habitantes, concludentemente a densidade populacional corresponde a 123,8. O número de mulheres e homens é bastante semelhante – 8 876 e 8 252, respetivamente. O índice de envelhecimento deste município é de 138,7, sendo que o número de habitantes com mais de 65 anos superior aos menores de 15 anos (*Retorno de Informação aos Respondentes Municípios: Lousã, 2019, p. 1*).

Os dados referentes a despesas das Câmaras Municipais em Atividades Culturais e de Desporto corresponde a cerca de 1 286 milhares de euros, e destes são atribuídos a bibliotecas e arquivos 183 milhares de euros (*Retorno de Informação aos Respondentes Municípios: Lousã*, 2019, p. 3).

Na sequência do contacto estabelecido com o município, obtivemos a informação de que o município não tem Arquivo Municipal, nem quaisquer recursos humanos afetos.

No artigo 24.º do *Regulamento de Organização dos Serviços Municipais*, o Arquivo surge brevemente associado à Secção de Atendimento ao Munícipe no âmbito de tarefas de expediente e arquivo. Contudo, o arquivo não existe enquanto estrutura organizada (Aviso n.º 2344/2020, 2020, p. 360).

A consulta da documentação é condicionada, dado que se encontra sujeita a submissão de um requerimento ao Presidente da Câmara ou ao Vereador da Cultura, que despachando favoravelmente, torna possível essa posterior consulta na sala de leitura da Biblioteca.

O acervo documental do arquivo encontra-se, pelo que foi descrito, em menos boas condições de acondicionamento e sem descrição concretizada.

3.3.8. Arquivo Municipal da Mealhada

O Município da Mealhada tem uma extensão territorial de 110,7 km² e 19 892 habitantes, e conseqüentemente a densidade populacional corresponde a 179,8 hab./ km². Os dados do INE de 2019 referem que o sexo com maior representatividade são também as mulheres. O índice de envelhecimento é de 195,4% (*Retorno de Informação aos Respondentes Municípios: Mealhada*, 2019, p. 1).

As despesas da Câmara Municipal com Atividades Culturais e Desporto é de 496 milhares de euros, sendo destinado a bibliotecas e arquivos o maior valor para atividades culturais e criativas, que é de 231 milhares de euros (*Retorno de Informação aos Respondentes Municípios: Mealhada*, 2019, p. 3)

O Arquivo Municipal da Mealhada encontra-se aberto ao público, cujo horário se encontra estipulado para dias úteis das 9:00 até às 12:30 e das 13:30 até às 17:00.

A comunicação deste arquivo efetua-se através de página própria de *Facebook* e também no separador do *site* da Câmara Municipal da Mealhada. Esclarece qual a sua a

missão, plano cultural, acervo documental, contactos, horários de funcionamento e morada do mesmo.

O seu espólio documental remete para documentação produzida e recebida pela autarquia desde o final do século XIX até à atualidade, assim como também documentação referente à Administração do Concelho, fundos particulares e coleções diversas. Tem como principal missão a gestão da informação criada e recebida pela Câmara Municipal; o plano cultural; conservar os arquivos, coleções e mais documentos com valor histórico e patrimonial da mesma Câmara Municipal. Uma das preocupações internas a este Arquivo Municipal são a garantia ao acesso à informação a todos quantos dela necessitam (*Arquivo Municipal da Mealhada - Município da Mealhada, 2021*).

Possui regulamento interno, não disponível através da consulta do *site* da Câmara Municipal. A unidade orgânica responsável pelo Arquivo é a Divisão de Turismo e Cultura, que descreve as competências exigidas à Área de Biblioteca e Arquivo (*Divisão de Turismo e Cultura - Município da Mealhada, 2021*).

São indicadas condicionantes no acesso da documentação indicadas neste arquivo, que nos remetem para dificuldades na organização da informação/documentação. A consulta da documentação realiza-se pelo suporte digital, permitindo-se a reprodução da mesma por idêntica forma.

O Arquivo Municipal refere, em resposta ao inquérito, que não tem certificação de qualidade ou certificado de Sistema de Gestão de Qualidade.

Os colaboradores integrados neste Arquivo Municipal são 2: 1 técnico superior, também este o responsável, com pós-graduação em Ciências da Documentação e Informação; e 1 assistente técnico, cuja formação corresponde ao 12.º ano de escolaridade.

Todos os elementos são do sexo feminino, porém as faixas etárias são bastante distintas: o técnico superior tem uma idade compreendida entre os 31 e os 40 anos, e o assistente técnico entre os 51 e os 61 anos de idade.

O Arquivo Municipal da Mealhada foi um dos arquivos apoiados pelo PARAM em 2001. Com a sua candidatura ao PARAM, o arquivo municipal pretendia o apoio à instalação do Arquivo Municipal em edifício a construir de raiz e para seu uso exclusivo. Antes da candidatura ao PARAM, o Arquivo Municipal não tinha técnico superior, contudo com a aceitação da candidatura, foi recrutado um técnico, que se mantém na unidade de informação até à atualidade.

Nos últimos dois anos, os assistentes técnicos deste Arquivo Municipal tiveram formação no âmbito da classificação documental.

3.3.9. Arquivo Municipal de Mira

Mira tem um território de aproximadamente 124 km² e 11 831 habitantes, correspondendo a densidade populacional a 95,4. O número de habitantes do sexo feminino no município destaca-se face ao número de homens, uma vez que o seu número é consideravelmente superior – 6 258 e 5 573, respetivamente. Neste município, os habitantes maiores de 65 anos de idade são 3 144, sendo os menores de 15 anos 1 386, o que leva a um índice de envelhecimento de cerca 226,8 (*Retorno de Informação aos Respondentes Municípios: Mira*, 2019, p. 1).

As despesas da Câmara Municipal com Atividades Culturais e Desporto são de 442 milhares de euros, tendo sido 133 milhares de euros destinados a bibliotecas e arquivos, em 2019 (*Retorno de Informação aos Respondentes Municípios: Mira*, 2019, p. 3).

O Arquivo de Municipal de Mira não se encontra atualmente aberto ao público, nem possui regulamento arquivístico próprio. Integra a Divisão Administrativa e Financeira (DAF) na área do Arquivo Municipal (Despacho n.º 3800/2020, 2020, p. 399).

Todavia, o Arquivo Municipal de Mira assinalou o seu dia aberto em 2017, no 2.º andar do edifício da Biblioteca, tendo oferecido uma viagem pelo passado do município, através da documentação antiga sobre as mais diversas temáticas (*Abertura ao Público do Arquivo Municipal de Mira | Município de Mira*, 2017).

A sua comunicação é feita essencialmente por uma aplicação *online* para os utilizadores (*Arquivo - Plataforma de Gestão de Informação*, sem data).

O Arquivo Municipal refere, em resposta ao inquérito, que não tem certificação de qualidade ou certificado de Sistema de Gestão de Qualidade.

Este Arquivo Municipal faz parte do grupo de 86 candidatos, que manifestaram intenção da candidatura ao PARAM, embora a mesma não tenha sido concretizada (Henriques, 2008, p. 17).

Na resposta ao inquérito realizado ao Arquivo Municipal, estão indicadas como condicionantes de acesso à documentação a carência de recursos humanos especializados.

Neste âmbito estão indicados somente 2 elementos afetos ao Arquivo Municipal: técnico superior com licenciatura em CDI, e assistente operacional com outra formação.

O técnico superior é também o responsável, sendo do sexo feminino, e a sua faixa etária localiza-se entre 51-61 anos. Relativamente ao assistente operacional, é do sexo masculino, e a sua idade corresponde a mais de 62 anos de idade.

No Mapa de Pessoal do município, estão indicadas 2 vagas por ocupar na carreira de técnico superior cuja área de formação está destinada a Ciências da Documentação e Informação, em regime de Contrato por Termo Indeterminado (*Mapa de Pessoal*, 2020d, p. 1).

As formações registadas nos últimos dois anos foram em exclusivo para a técnico superior, no âmbito da gestão da qualidade.

Está indicado também um técnico superior, com cargo a ocupar, na subunidade orgânica Secção de Obras Municipais, com formação em Ciências Documentais. A Divisão de Educação, Cultura e Desporto tem como cargos ocupados 2 assistentes técnicos cuja formação é Biblioteca, Documentação e Arquivo (BAD), e 1 técnico superior de Biblioteca, Documentação e Arquivo (*Mapa de Pessoal*, 2020d, p. 4).

3.3.10. Arquivo Municipal de Miranda do Corvo

Miranda do Corvo, com território de aproximadamente 126,4 km² e com 12 687 habitantes, tem uma densidade populacional de 100,4. Neste município, o número de mulheres e homens é semelhante, não existindo por isso uma diferença muito significativa. O número de habitantes com mais de 65 anos é superior aos habitantes com menos de 15 anos – 2 829 e 1 298 habitantes, e por isso o índice de envelhecimento corresponde a 218 (*Retorno de Informação aos Respondentes Municípios: Miranda do Corvo*, 2019, p. 1).

Os dados referentes a despesas da Câmara Municipal em Atividades Culturais e de Desporto corresponde a 448 milhares de euros, sendo atribuídos a bibliotecas e arquivos 173 milhares de euros, a atividade de maior destaque nas atividades culturais e criativas (*Retorno de Informação aos Respondentes Municípios: Miranda do Corvo*, 2019, p. 3).

O Arquivo Municipal de Miranda do Corvo, intitulado Arquivo Municipal Belisário Pimenta, surge em 2007, embora tenha sido transferido para as suas atuais instalações,

Edifício Construir, somente em 2013. Em 2007, esteve provisoriamente instalado na Biblioteca Municipal Miguel Torga.

O seu nome é dedicado ao investigador Belisário Pimenta, uma homenagem do município a esta figura fundamental para a preservação do património artístico e cultural de Miranda do Corvo (*Arquivo Municipal Miranda do Corvo*, 2021).

Embora o Arquivo Municipal não se encontre atualmente aberto ao público, é possível consultar presencialmente a documentação original, ainda que mediante requerimento e autorização. Possibilita, como meios de reprodução da documentação, a digitalização da documentação.

Possui regulamento interno acessível através do *site* da Câmara Municipal (Regulamento do Arquivo Municipal de Miranda do Corvo, 2001). Tem como unidade orgânica responsável a Divisão Administrativa e Financeira (Deliberação n.º 1329/2019, 2019, p. 17144), de que depende.

Relativamente ao espólio documental do arquivo, este abrange documentação desde o século XIX até à atualidade, distribuída por três salas (*Arquivo Municipal Miranda do Corvo*, 2021).

A comunicação do arquivo faz-se através do *site* da Câmara Municipal, não tendo por isso *site* próprio nem qualquer página em redes sociais, mas permite conhecer informações básicas sobre o arquivo.

O Arquivo Municipal reflete também uma preocupação na gestão documental, e como tal em 2015 foi adotada uma aplicação (*MyDoc*, da AIRC) nesse âmbito. Permite além de um maior controlo da entrada/ saída de todos os processos ao longo de todas as fases, uma maior segurança e normalização.

O Arquivo Municipal refere em resposta ao inquérito, que tem certificação da qualidade ou certificado de Sistema de Gestão de Qualidade.

Indicada como limitações ao acesso à documentação está a Lei de Acesso aos Documentos da Administração e da Lei de Proteção de Dados Pessoais (Lei n.º 26/2016, de 22 de agosto).

Os gestores de informação do Arquivo Municipal são 2: 1 técnico superior cuja formação é Licenciatura/Bacharelato em CDI (variante Arquivo) ou equivalente; e 1 assistente técnico com outra formação.

O técnico superior tem entre 41 e 51 anos, e é do sexo masculino, também este profissional da informação o responsável. O assistente técnico é do sexo feminino, e a sua idade está entre 51 e 61 anos.

O Arquivo Municipal fez parte do grupo de 86 candidatos que manifestaram intenção de candidatura ao PARAM, embora a mesma não tenha sido concretizada (Henriques, 2008, p. 17). Em resposta ao inquérito, o arquivo esclarece que efetuou a candidatura embora a mesma não tenha sido aceite. Elucida também que antes da candidatura não tinha técnico superior afeto ao Arquivo, mas que o mantém desde então.

3.3.11. Arquivo Municipal de Montemor-o-Velho

A área territorial de Montemor-o-Velho é aproximadamente de 229 km² e com 25 230 habitantes, e uma densidade populacional de 110,2. O número de mulheres é de 13 189 habitantes, sendo o número de homens inferior (12 041). O número de habitantes com mais de 65 anos é o dobro do número de habitantes com menos de 15 anos – 6 133 e 3 064 habitantes, respetivamente. O índice de envelhecimento corresponde a 200,2 (*Retorno de Informação aos Respondentes Municípios: Montemor-O-Velho*, 2019, p. 1).

Neste município, as despesas da Câmara Municipal em Atividades Culturais e de Desporto corresponde a 429 milhares de euros, e atribuídos a bibliotecas e arquivos 190 milhares de euros, tendo estes o maior destaque nas atividades culturais e criativas dentro do município (*Retorno de Informação aos Respondentes Municípios: Montemor-O-Velho*, 2019, p. 3).

O Arquivo Municipal de Montemor-o-Velho está aberto ao público no horário das 9:00 até às 13:00, de segunda a sexta-feira. A alteração do horário ocorre a 20 de setembro de 2019, e surge devido aos trabalhos de modernização administrativa por parte do Arquivo Municipal. O horário da tarde ficou destinado à execução, em exclusivo, do processo de desmaterialização do seu acervo físico.

O processo de desmaterialização teve início em 2014, e com este a implementação de um sistema de gestão documental em suporte digital. A digitalização surge em 2016 com a instalação do equipamento Kapture K-A2 e software para gestão do Repositório Digital (X-Arq), e a respetiva formação, no contexto da desmaterialização de documentos em suporte de papel.

Todos estes processos e procedimentos permitiram ao Arquivo Municipal de Montemor-o-Velho responder de forma rápida e de acordo com as necessidades dos seus utilizadores, possibilitando também um acesso à documentação através do *site* do município (*Comunicação*, 2019).

O Arquivo Municipal de Montemor-o-Velho integra e reúne numa só estrutura o Arquivo Geral, Intermédio e Histórico. Desta forma, a documentação do mesmo é administrativa e histórica proveniente dos diferentes serviços municipais. Tem regulamento próprio, e pretende agrupar, conservar, tratar arquivisticamente e divulgar a documentação com valor histórico focada no concelho, independentemente do tipo de suporte ou formato (*Arquivo Municipal*, 2021a).

A comunicação deste Arquivo é feita não só através do *site* da autarquia, como também mostra presença nas redes sociais, publicando informações relevantes sobre a utilização do mesmo, como por exemplo a justificação da alteração no horário de funcionamento (*Município de Montemor o Velho – Publicações | Facebook*, 2019).

O Arquivo Municipal de Montemor-o-Velho integrou também o Programa de Apoio à Rede Nacional de Arquivos Municipais (PARAM), em 2001 (Regulamento do Arquivo Municipal de Montemor-o-Velho, 2002, p. 1), no âmbito do apoio à instalação do Arquivo Municipal em edifício existente e para uso exclusivo do Arquivo. Contava já nessa fase com técnico superior afeto ao arquivo, que também mantém até ao dia de hoje.

O Arquivo Municipal refere, em resposta ao inquérito, que não tem certificação de qualidade ou certificado de Sistema de Gestão de Qualidade.

No Regulamento da Organização dos Serviços Municipais, é possível enquadrar o Arquivo Municipal na Divisão de Educação, Ação Social, Saúde, Desporto, Cultura e Turismo (DEASDCT), especificamente na unidade orgânica de Cultura, Turismo, Património Material e Imaterial (UCTPMI) (Regulamento da Organização dos Serviços Municipais da Câmara Municipal de Montemor-o-Velho, 2019, pp. 13105–13107).

A consulta da documentação é feita através dos originais. Está indicada como limitação de acesso à documentação do arquivo municipal o mau estado de conservação de alguma documentação, que faz com que não seja permitido o seu manuseamento. O Arquivo tem também meios próprios de reprodução de documentos feita através da digitalização dos mesmos.

O Arquivo Municipal conta com 3 gestores de informação, um de cada carreira profissional (técnico superior; assistente técnico; assistente operacional).

O técnico superior é também responsável pela unidade de informação, sendo do sexo feminino e com idade entre os 41 e os 50 anos. A sua formação académica consiste numa licenciatura em outra área do conhecimento e duas pós-graduações, sendo uma em Ciências da Documentação e Informação, e a outra não. Tem também mestrado noutra área do conhecimento.

O assistente técnico indicado tem o 12.º ano de escolaridade, mais de 62 anos de idade e é também do sexo feminino.

Por fim, o assistente operacional é único elemento do sexo masculino, sendo a sua idade compreendida entre os 51 e 61 anos, e as suas habilitações académicas são o 9.º ano.

Nos Mapas de Pessoal de 2020 e de 2021 do município constam exatamente os mesmos dados sobre gestores de informação, pelo que se registam gestores de informação especializados em Arquivo. Existe um técnico superior cuja especialização é Arquivo. Estão também mencionados 2 postos de trabalho ocupados para técnicos profissionais de biblioteca e documentação cuja carreira profissional é assistente técnico. Está indicado um posto de trabalho ainda na carreira profissional de assistente técnico, mas por ocupar (*Mapa de Pessoal 2020*, 2020, p. 7; *Mapa de Pessoal 2021*, 2021b, p. 6)

Conforme definido no art.º 23.º do Regulamento do Arquivo Municipal, o responsável afeto ao arquivo municipal é coordenado por um gestor de informação especializado (licenciatura com o curso de especialização em Ciências Documentais – Arquivo) (*Regulamento do Arquivo Municipal de Montemor-o-Velho*, 2002, p. 10).

3.3.12. Arquivo Municipal de Mortágua

O Município de Mortágua, com um território de 251,2 km² e 8 856 habitantes, tem uma densidade populacional correspondente a 35,3. O número de mulheres e homens é bastante semelhante – 4 748 e 4 108, respetivamente. Contudo, o número de habitantes com mais de 65 anos é muito superior aos menores de 15 anos, o que leva a um maior índice de envelhecimento do município – 309,2 (*Retorno de Informação aos Respondentes Municípios: Mortágua*, 2019, p. 1).

As despesas da Câmara Municipal com cultura e criativas é de 671 milhares de euros, sendo 111 milhares de euros destinados a bibliotecas e arquivos (*Retorno de Informação aos Respondentes Municípios: Mortágua*, 2019, p. 3).

Na ausência de resposta ao inquérito, contactamos telefonicamente o município, que nos esclareceu que não tem Arquivo Municipal, nem quaisquer recursos humanos afetos.

3.3.13. Arquivo Municipal de Oliveira do Hospital

O município de Oliveira do Hospital corresponde a aproximadamente 234,5 km² e tem cerca de 19 331 habitantes, com uma densidade populacional de 82,4. O número de mulheres mantém-se à semelhança dos restantes municípios superior aos habitantes do sexo masculino, sendo 10 117 e 9 214, respetivamente. O índice de envelhecimento deste município é de 238,5 o que reflete um número de habitantes com mais de 65 anos bastante superior aos habitantes com menos de 15 anos – 5 073 e 2 127 habitantes (*Retorno de Informação aos Respondentes Municípios: Oliveira do Hospital, 2019, p. 1*).

Os dados referentes a despesas da Câmara Municipal em Atividades Culturais e de Desporto corresponde a 2 173 milhares de euros, sendo atribuídos a bibliotecas e arquivos 193 milhares de euros, a atividade de maior destaque nas atividades culturais e criativas (*Retorno de Informação aos Respondentes Municípios: Oliveira do Hospital, 2019, p. 3*)

Nos dados apurados via inquérito esclarece-se que o Arquivo Municipal não se encontra aberto ao público. Contudo, na página da Internet do município, é indicado como recentemente aberto ao público a partir de 29 de janeiro de 2020 (*Arquivo Municipal de Oliveira do Hospital, 2020*).

O Arquivo Municipal defende, na sua página na Internet, que a sua missão é preservar a memória material do concelho de Oliveira do Hospital, propondo-se arquivar documentação resultante da atividade dos serviços da autarquia, albergando documentos que são testemunhos da história do concelho. Aloja também o *Guardianus*, o Museu Digital do Património Imaterial de Oliveira do Hospital.

A comunicação deste arquivo é não só feita através da página de Internet do município, como também através de página própria criada para o Arquivo Municipal (*Acervo Digital Município de Oliveira do Hospital, 2021*).

Não tem regulamento arquivístico, e tem como unidade orgânica responsável a Divisão. No regulamento da estrutura orgânica do município integra-se o Arquivo Municipal no Departamento de Administração Geral e Finanças, na Unidade de Atendimento e Informação (Arquivo Físico e Digital).

Conforme os dados indicados via inquérito são indicadas como limitações de acesso à informação as infraestruturas inapropriadas para o correto acondicionamento/armazenamento da documentação.

Ainda no inquérito, foi esclarecido que o suporte disponível para consulta presencial são os originais da documental, sendo o meio de reprodução disponível a fotocópia.

O Arquivo Municipal refere em resposta ao inquérito que não tem certificação de qualidade ou certificado de Sistema de Gestão de Qualidade.

O município não esteve envolvido no Programa de Apoio à Rede de Arquivos Municipais, tendo as suas respostas no inquérito remetido para isso mesmo.

Tem 3 profissionais da informação afetos as funções no Arquivo Municipal: 2 técnicos superiores e 1 assistente técnico.

A técnica superior, cuja formação remete para mestrado em CDI, tem idade compreendida 21-30 anos, tendo a restante formação noutra área do conhecimento (Estudos Literários Avançados) e a sua idade entre os 51-61 anos. Os técnicos superiores afetos são ambos do sexo feminino. O assistente técnico é do sexo masculino, a sua qualificação é ao nível do 12º ano, e está compreendida entre os 41-50 anos.

O responsável é do sexo masculino, a faixa etária está compreendida entre os 51 e 61 anos, e é especializado em Ciência da Documentação e Informação com uma licenciatura/bacharelato, e é indicado como o chefe de divisão

Nos últimos dois anos, as formações existentes foram destinadas aos técnicos superiores. Não foram indicados quaisquer temas aquando da resposta ao inquérito.

Neste município existem cerca de 3 colaboradores com formação especializada na área da Ciência da Documentação e Informação (área de arquivo) a exercer funções, mas não no arquivo municipal, especificamente na biblioteca.

3.3.14. Arquivo Municipal de Pampilhosa da Serra

Pampilhosa da Serra abrange uma área de 396,5 km², com cerca de 4 052 habitantes e uma densidade populacional de 10,2, a mais baixa de toda a Região de Coimbra. O número de mulheres é superior ao dos homens, apesar de a diferença ser reduzida. O índice de envelhecimento deste município é o maior da Região de Coimbra - 531,6, o que reflete um número de habitantes com mais de 65 anos bastante superior aos habitantes

com menos de 15 anos – 1 579 e 297 habitantes (*Retorno de Informação aos Respondentes Municípios: Pampilhosa da Serra*, 2019, p. 1).

Os dados referentes a despesas da Câmara Municipal em Atividades Culturais e de Desporto corresponde a 1 455 milhares de euros, e atribuídos a bibliotecas e arquivos o menor valor em atividades culturais e criativas dentro de toda a Região de Coimbra, com 36 milhares de euros (*Retorno de Informação aos Respondentes Municípios: Pampilhosa da Serra*, 2019, p. 3)

No âmbito deste estudo, foi estabelecido contacto com a Biblioteca do município de Pampilhosa da Serra, e obtivemos a informação que o município não tem Arquivo Municipal, e conseqüentemente não tem quaisquer recursos humanos afetos.

No Organograma do município o Arquivo surge associado à Divisão Sociocultural e Educativa (*Organograma*, 2021d). Ao verificarmos o Regulamento de Organização dos Serviços Municipais, constatamos que o art.º 33.º está destinado às competências do Arquivo Municipal (Regulamento de Organização dos Serviços Municipais, 2015, p. 37), embora atualmente não esteja ativo, conforme informação prestada.

3.3.15. Arquivo Municipal de Penacova

O município de Penacova compreende um território de cerca de 216,7 km² e tem 13 812 habitantes, apresentando uma densidade populacional de 63,7. Neste município, o número de mulheres e homens é bastante semelhante, não existindo por isso uma diferença muito significativa. O número de habitantes com mais de 65 anos é consideravelmente superior aos habitantes com menos de 15 anos – 3 942 e 1 376 habitantes, correspondendo o seu índice de envelhecimento a 286,5 (*Retorno de Informação aos Respondentes Municípios: Penacova*, 2019, p. 1).

O município tem despesas em Atividades Culturais e de Desporto correspondentes a 791 milhares de euros, e atribuídos a bibliotecas e arquivos 125 milhares de euros (*Retorno de Informação aos Respondentes Municípios: Penacova*, 2019, p. 3).

O Arquivo Municipal não se encontra aberto ao público, sendo referida na resposta ao inquérito que tem regulamento interno, contudo o mesmo não se encontra acessível. Por outro lado, o regulamento arquivístico disponível para consulta, na página do município, é relativo à estrutura do município - Regulamento de Organização dos Serviços

Municipais. Nesse mesmo documento permite aferir que a unidade orgânica responsável é a divisão, correspondendo à Divisão de Turismo e Cultura desenvolvendo competências de Biblioteca e Arquivos, e por outro lado, está presente também enquanto Expediente Geral e Arquivo na Divisão Administrativa Financeira (*Ficha de atribuições e competências*, 2020).

Os meios de reprodução de documentação disponíveis neste arquivo são a digitalização. Indicadas como condicionantes no acesso à documentação estão os processos de descrição, que resultam na recuperação da informação pouco eficaz.

O Arquivo Municipal refere, em resposta ao inquérito, que não tem certificação da qualidade ou certificado de Sistema de Gestão da Qualidade.

Também este município não realizou qualquer candidatura ao Programa de Apoio à Rede de Arquivos Municipais (PARAM).

Relativamente aos membros integrantes do arquivo, estão mencionados 3, entre técnicos superiores e assistentes técnicos.

Os técnicos superiores são 2 do sexo feminino, sendo um deles mestre noutra área que não em Ciência da Informação, o restante tem pós-graduação em Ciências da Documentação e Informação (CDI) (variante Arquivo) ou equivalente. Nesta carreira profissional, e através das respostas do inquérito, o técnico superior insere-se na faixa etária dos 41 aos 50 anos.

O assistente técnico indicado é licenciado/bacharel em CDI, sendo este o único elemento do sexo masculino, cuja faixa etária se situa entre os 31 e os 40 anos.

O responsável do arquivo é do sexo feminino, e é um dos técnicos superiores mencionados com a pós-graduação em CDI, sendo a sua idade compreendida no intervalo dos 41 aos 50 anos.

As formações realizadas nos últimos dois anos neste arquivo remetem-nos para temáticas de classificação e técnicas de arquivo, e foram dirigidas aos assistentes técnicos.

3.3.16. Arquivo Municipal de Penela

O município de Penela tem uma área de 132,5 km² e com 5 439 habitantes, e uma densidade populacional de 40,3. Neste município, o número de mulheres e de homens é

também bastante semelhante. O número de habitantes com mais de 65 anos corresponde a 1636 habitantes, sendo que os habitantes com menos de 15 anos é de 586 habitantes, registando-se uma grande disparidade, que se reflete no índice de envelhecimento de 279,2 (*Retorno de Informação aos Respondentes Municípios: Penela*, 2019, p. 1).

As despesas em Atividades Culturais e de Desporto deste município correspondem a 763 milhares de euros, tendo sido atribuídos a bibliotecas e arquivos 87 milhares de euros (*Retorno de Informação aos Respondentes Municípios: Penela*, 2019, p. 3).

O Arquivo Municipal de Penela não se encontra aberto ao público atualmente, contudo possibilita marcação para consulta da documentação (10:00 às 17:00). Tem regulamento arquivístico próprio, e acessível através da página de Internet do município. A sua unidade orgânica responsável é a Secção de Biblioteca e Arquivo, integrado no serviço de Cultura, que se insere na Divisão de Cultura, Turismo, Desporto e Juventude (Aviso n.º 7071/2018, 2018, p. 14886).

A consulta da documentação é efetuada somente através das instalações do Arquivo Municipal, que disponibiliza os originais. Existem restrições na consulta dos originais raros, antigos ou danificados, ainda que permitam aceder aos mesmos noutros suportes. O Arquivo Municipal possui também meios de reprodução da documentação, neste caso a digitalização.

As limitações indicadas, através do inquérito aplicado ao Arquivo Municipal, para acesso à documentação/ informação remetem para processos de descrição e recuperação da informação pouco eficazes.

Em resposta ao inquérito realizado, o Arquivo Municipal refere que exerce funções no âmbito da certificação da qualidade/ certificado de sistema de gestão da qualidade.

Este município integrou o Programa de Apoio à Rede de Arquivos Municipais (PARAM) no ano de 2003, e pretendia apoio à instalação do Arquivo Municipal em edifício existente e para uso exclusivo do Arquivo. Quando integrou o PARAM, o município já tinha técnico superior, que mantém até à atualidade.

No Mapa de Pessoal de 2020 deste município não estão referidos quaisquer postos de trabalho cuja formação seja especializada em arquivo, embora exista em biblioteca (*Mapa de pessoal 2020*, 2020, p. 3).

Por outro lado, através do inquérito realizado neste Arquivo Municipal, foram indicados 2 gestores de informação. Unicamente consta uma categoria profissional:

técnico superior, com formação especializada em Ciências da Documentação e Informação (licenciatura/bacharelato, e pós-graduação em CDI). Todos os gestores de informação são do sexo feminino, e possuem uma faixa etária entre os 51 e os 61 anos.

O responsável por este Arquivo é do sexo feminino, com idade compreendida entre 51 e 61 anos, sendo a sua formação numa área distinta da Ciência da Informação.

3.3.17. Arquivo Municipal de Soure

O município de Soure tem um território correspondente a cerca de 263,9 km². A densidade populacional do município corresponde a 65,2, sendo a sua população residente de 17 277 habitantes. O número de mulheres é superior ao dos homens (9 147 e 8 130, respetivamente). Relativamente aos dados do município, o número de habitantes com mais de 65 anos é muito superior ao número de habitantes com menos de 15 anos (5 226 e 1 865, respetivamente), o que revela uma população mais envelhecida e consequentemente fora de idade ativa, a que corresponde a uma taxa de envelhecimento de 280,2 (*Retorno de Informação aos Respondentes Municípios: Soure*, 2019, p. 1).

Os dados referentes a despesas da Câmara Municipal em Atividades Culturais e de Desporto são 674 milhares de euros, e atribuídos a bibliotecas e arquivos 231 milhares de euros, tendo estas destaque nas atividades culturais e criativas_ (*Retorno de Informação aos Respondentes Municípios: Soure*, 2019, p. 3).

O Arquivo Municipal de Soure não está aberto ao público, nem tem regulamento arquivístico próprio. Conforme os dados indicados no inquérito, a unidade orgânica responsável indicada é o Departamento. Por outro lado, na documentação que regulamenta a estruturação da organização do município, está indicada como unidade orgânica responsável a Divisão de Gestão de Recursos Humanos, Qualidade, Auditoria e Contencioso, na subunidade orgânica Arquivo e Documentação Municipal (Despacho n.º 1444/2020, 2020, p. 461).

O suporte facultado em consulta presencial da documentação são os originais, contudo o arquivo não possui meios de reprodução próprios. Como limitação de acesso à documentação do arquivo municipal de Soure foram indicadas as dificuldades na organização da informação/ documentação.

O Arquivo Municipal refere em resposta ao inquérito que não tem certificação da qualidade ou certificado de Sistema de Gestão da Qualidade.

Também este município não realizou qualquer candidatura ao Programa de Apoio à Rede de Arquivos Municipais (PARAM).

No âmbito da qualificação dos recursos humanos afetos ao arquivo municipal, foi aberto um *Procedimento Concursal Comum na Modalidade de Contrato de Trabalho em Funções Públicas por Tempo Indeterminado para um posto de trabalho na carreira e categoria de Técnico Superior - Área de Arquivo* («Aviso Abertura de Procedimento», 2020).

No Mapa de Pessoal de 2021, para a subunidade orgânica de Arquivo e Documentação Municipal, está indicado um total de 6 gestores de informação, contemplando todas as carreiras possíveis (técnico superior, assistente técnico, assistente operacional) e postos de trabalho ocupados e por ocupar (*Mapa de Pessoal 2021*, 2021c, p. 4).

A carreira de técnico superior indicada apresenta 1 cargo por ocupar, para a qual foi criado o concurso público referido anteriormente. É pretendido que este tenha licenciatura (grau de complexidade 3) como qualificação académica.

Existem 2 assistentes técnicos, com o 12.º ano de escolaridade (grau complexidade 2), contudo ainda está por ocupar 1 vaga, para que no total sejam 3 postos de trabalho para assistentes técnicos.

Por fim, o pretendido para assistentes operacionais é incluir mais 1, ao que já se encontra afeto ao arquivo, numa vaga por ocupar. Este cargo deverá ter qualificações de escolaridade obrigatória (grau complexidade 1).

Quando questionado relativamente aos gestores de informação afetos ao Arquivo Municipal, o mesmo esclarece que são 3, e que as habilitações académicas não excedem o 12.º ano e são assistentes técnicos. Todos são do sexo feminino, e as faixas etárias variam dos 51-61 até ≥ 62 .

O responsável do Arquivo Municipal é licenciado noutra área que não a Ciência da Informação, é do sexo feminino, e a sua idade está compreendida entre os 51 e 61 anos de idade, que neste caso deverá corresponder ao Chefe de Divisão. Contudo, não conseguimos obter tais esclarecimentos.

As formações dos últimos dois anos dirigiram-se a assistentes técnicos, no âmbito de modernização administrativa.

3.3.18. Arquivo Municipal de Tábua

Tábua tem uma densidade populacional de 57,1, o seu território é de 199,8 km² e a população residente de 11 403 habitantes. O número de mulheres e de homens é aproximado. O número de habitantes com mais de 65 anos é superior ao número de habitantes com menos de 15 anos – 2 715 e 1 296 respetivamente, e, por isso, o índice de envelhecimento corresponde 209,5 (*Retorno de Informação aos Respondentes Municípios: Tábua*, 2019, p. 1).

Os dados referentes a despesas da Câmara Municipal em Atividades Culturais e de Desporto corresponde a 383 milhares de euros, e atribuídos a bibliotecas e arquivos 110 milhares de euros (*Retorno de Informação aos Respondentes Municípios: Tábua*, 2019, p. 3)

Este Arquivo Municipal não se encontra aberto ao público, nem contém regulamento arquivístico próprio. Tem como unidade orgânica responsável, de que depende, a Divisão Administrativa e Financeira cuja subunidade orgânica corresponde a *Expediente, Taxas, Licenças, Serviços Gerais, E Expedição E Arquivo*(Despacho n.º 2052/2014, 2014, p. 3972).

A documentação original está disponível para consulta, sendo a digitalização o meio de reprodução disponível no arquivo. São indicadas enquanto limitações do acesso à documentação a carência de infraestruturas apropriadas para o correto acondicionamento/armazenamento da documentação.

O Arquivo Municipal refere, em resposta ao inquérito, que não tem certificação da qualidade ou certificado de Sistema de Gestão da Qualidade. Também este município não realizou candidatura ao Programa de Apoio à Rede de Arquivos Municipais.

O arquivo municipal de Tábua tem 4 gestores de informação: 2 técnicos superiores; 2 assistentes técnicos.

Relativamente aos técnicos superiores, um é licenciado/bacharel em CDI (variante em Arquivo ou equivalente), do sexo masculino e a sua idade integra o intervalo 41-50 anos; e o outro qualificado noutra área de conhecimento, e também o Chefe de Divisão, mas do sexo feminino com 42 anos (41-50 anos).

Os restantes 2 recursos afetos são assistentes técnicos, sendo que um deles é coordenador técnico. A coordenadora técnica é do sexo feminino, com a formação ao nível do 12.º ano de escolaridade, e tem mais de 62 anos. E o assistente técnico mencionado tem formação ao nível do 9.º ano, é do sexo feminino, e está na faixa etária entre 51-60 anos.

Não há registo de quaisquer formações nos últimos dois anos aos gestores de informação integrantes.

3.3.19. Arquivo Municipal de Vila Nova de Poiares

Vila Nova de Poiares tem um território de aproximadamente 84,45 km², e a sua população residente corresponde a 6 929 habitantes. A sua densidade populacional é de 82. Neste município o número de mulheres e o de homens é semelhante. O número de habitantes com mais de 65 anos é superior ao número de habitantes com menos de 15 anos – 1 331 e 854, respetivamente. Desta forma, o índice de envelhecimento corresponde a 155,9 (*Retorno de Informação aos Respondentes Municípios: Vila Nova de Poiares*, 2019, p. 1).

As despesas do município em Atividades Culturais e de Desporto correspondem a 373 milhares de euros, e administrados a bibliotecas e arquivos 43 milhares de euros (*Retorno de Informação aos Respondentes Municípios: Vila Nova de Poiares*, 2019, p. 3)

Na sequência do contacto com o município, em particular com o responsável afeto ao Desenvolvimento Social, Cultural e Desportivo, foi esclarecido pelo próprio que não existe Arquivo Municipal, nem recursos humanos afetos ao mesmo. Esclareceu ainda que o município tem 3 técnicos superiores para a Cultura, que engloba áreas como: museus, biblioteca, cultura, turismo, entre outras (*Vila Nova de Poiares - Organograma*, 2017).

3.4. Região de Leiria

Esta região integra dez municípios, na zona Centro de Portugal: Alvaiázere, Ansião, Batalha, Castanheira de Pêra, Figueiró dos Vinhos, Leiria, Marinha Grande, Pedrógão Grande, Pombal, e por fim, Porto de Mós.

Está delimitada territorialmente a Norte pela Região de Coimbra, a Este pela região de Médio Tejo, a Sul pela Região, e por fim a Oeste o Oceano Atlântico.

3.4.1. Arquivo Municipal de Alvaiázere

O município de Alvaiázere tem cerca de 161 km² e uma população de 6 626 habitantes, que representa, em termos de densidade populacional, 41,3 hab./km². A diferença entre o número de mulheres e de homens é pouco significativa neste município, com 3 562 e 3 064 habitantes, respetivamente. O maior impacto verifica-se na comparação entre o número de habitantes com mais de 65 anos e o número de habitantes menores de 15 anos, sendo o primeiro bastante mais populoso. Esse impacto reflete-se no índice de envelhecimento do município que corresponde a 343,7 (*Retorno de Informação aos Respondentes Municípios: Alvaiázere*, 2019, p. 1).

As despesas do município em Atividades Culturais e Desporto remetem para o valor de 229 milhares de euros, sendo atribuídas a Bibliotecas e Arquivos 80 milhares de euros, a maior parcela destinada a Atividades Culturais e Criativas (*Retorno de Informação aos Respondentes Municípios: Alvaiázere*, 2019, p. 3)

O Arquivo Municipal esclarece que não se encontra aberto ao público, nem tem regulamento arquivístico próprio. Tem como unidade orgânica responsável a Divisão Administrativa e Financeira (Regulamento n.º 814/2019, 2019, p. 224).

A comunicação deste arquivo é praticamente inexistente, uma vez que não possui separador próprio na página na Internet da Câmara Municipal, nem tem página nas redes sociais.

O Arquivo Municipal refere, em resposta ao inquérito, que não tem certificação da qualidade ou certificado de Sistema de Gestão da Qualidade. Também este município não realizou qualquer candidatura ao Programa de Apoio à Rede de Arquivos Municipais (PARAM).

Quando da consulta, os documentos disponibilizados são os originais, e disponibilizada a digitalização dos mesmos como forma de reprodução. É indicada como limitação de acesso à documentação a carência de recursos humanos especializados.

É mencionado somente 1 gestor de documentação no Arquivo Municipal de Alvaiázere, sendo também este o responsável pelo arquivo municipal. É 1 técnico superior, cujas habilitações académicas remetem para pós-graduação noutras áreas de conhecimento. Encontra-se na faixa etária entre os 41 e 50 anos, e é do sexo feminino.

Com o objetivo de uma potencialização de empregabilidade, o município de Alvaiázere aplica o Programa de Estágios Profissionais na Administração Local (PEPAL), criando assim oportunidades para estágios em 2019 (6.ª edição) para técnico profissional BAD e em Ciências Documentais e Arquivo (*Estágios PEPAL*, 2020).

Foram criados também 2 postos de trabalho do Assistente Técnico enquanto Técnico profissional de biblioteca, arquivo e armazenamento (BD), contudo para a Unidade de Desenvolvimento Social e Cultural - Biblioteca Municipal.

Na Subunidade orgânica de Recursos Humanos e Expediente especificamente, da Divisão Administrativa e Financeira, estão indicados 3 gestores de informação: 1 técnico superior com licenciatura em direito e 1 técnico superior com licenciatura na área das Ciências Documentais, e, por fim, um assistente técnico com o 12.º ano de escolaridade (*Mapa de Pessoal*, 2021, p. 6).

Neste município existem colaboradores formados em Ciências da Documentação e Informação a exercer funções fora do arquivo municipal, como é o caso do Gabinete da Ação Social.

3.4.2. Arquivo Municipal de Ansião

O município de Ansião possui um território de aproximadamente 176,1 km² e 12 106 habitantes, e uma densidade populacional de 68,7. O número de mulheres corresponde a 6 427 habitantes, sendo o número de habitantes do sexo masculino bastante inferior (5 679 hab.). Neste município, as faixas etárias de maiores de 65 anos e menores do que 15 anos correspondem a 3 320 e 1 220 habitantes, respetivamente. O índice de envelhecimento corresponde a 272,1 (*Retorno de Informação aos Respondentes Municípios: Ansião*, 2019, p. 1).

Os dados referentes a despesas da Câmara Municipal em Atividades Culturais e de Desporto corresponde a 437 milhares de euros, sendo atribuídos a Bibliotecas e Arquivos 130 milhares de euros (*Retorno de Informação aos Respondentes Municípios: Ansião*, 2019, p. 3).

Na ausência de resposta ao inquérito, contactamos telefonicamente a Biblioteca Municipal, que nos esclareceu que o Município não tem Arquivo Municipal aberto ao público, nem quaisquer recursos humanos afetos ao serviço.

No Regulamento de Organização dos Serviços Municipais, art.º 23.º alíneas e) e i), o Arquivo surge brevemente associado à Secção Administrativa, ainda que o arquivo não exista enquanto estrutura organizada.

3.4.3. Arquivo Municipal da Batalha

O município da Batalha corresponde a aproximadamente 103,4 km² e tem cerca de 15 840 habitantes, com uma densidade populacional de 153,2. O número de mulheres mantém-se, à semelhança dos restantes municípios, superior ao número de habitantes do sexo masculino. O índice de envelhecimento deste município é de 154,7, o que reflete um número de habitantes com mais de 65 anos muito superior aos habitantes com menos de 15 anos – 3 289 e 2 126 habitantes (*Retorno de Informação aos Respondentes Municípios: Batalha*, 2019, p. 1).

Os dados referentes a despesas da Câmara Municipal em Atividades Culturais e de Desporto corresponde a 1 128 milhares de euros, tendo sido atribuídos a Bibliotecas e Arquivos, a atividade de maior destaque nas atividades culturais e criativas, 69 milhares de euros (*Retorno de Informação aos Respondentes Municípios: Batalha*, 2019, p. 3).

O Arquivo Municipal não se encontra aberto ao público, nem tem regulamento arquivístico próprio. Permite a consulta de documentos originais através de marcação prévia no Município da Batalha. A consulta é livre e durante o período de funcionamento dos órgãos do município permite a reprodução da documentação por via da digitalização. Os documentos em mau estado de conservação poderão ser condicionados à consulta. É da responsabilidade do leitor a documentação, desde que a recebe até à sua devolução, devendo cumprir as regras de manuseamento expostas na sala (*Serviços, Consulta e Pesquisa - Portal do Município da Batalha*, 2020).

A unidade orgânica de que depende o Arquivo Municipal é a Divisão da Educação, Cultura e Desporto.

A sua comunicação é apresentada através da página do município na Internet, tendo separador próprio onde esclarece diversas informações sobre o Arquivo, tais como o seu

acervo documental, missão, contactos e morada (*Arquivo Histórico Municipal - Portal do Município da Batalha*, 2020).

O Arquivo Municipal refere em resposta ao inquérito que não tem certificação da qualidade ou certificado de Sistema de Gestão da Qualidade.

Este Arquivo Municipal faz parte do grupo de 86 processos de municípios que manifestaram inicialmente intenção de candidatura ao PARAM, embora a mesma não tenha sido concretizada e já tivessem afeto ao arquivo o técnico superior (Henriques, 2008, p. 17).

Estão indicadas, enquanto limitações de acesso à documentação, a ausência de recursos humanos, dado que afetos a este Arquivo Municipal se encontra apenas 1 gestor de informação. Este é técnico superior, cuja formação académica indicada é a pós-graduação em CDI (ou equivalente), do sexo feminino, e a sua faixa etária está compreendida entre os 41 e os 50 anos. É também a responsável.

3.4.4. Arquivo Municipal de Castanheira de Pera

O Município de Castanheira de Pera, com 66,78 km², tem o menor número de habitantes de toda a Região de Leiria, perfazendo 2 650, concludentemente a densidade populacional corresponde a 39,7. É ligeira a diferença entre o número de mulheres e de homens deste município – 1 429 e 1 221, respetivamente. Por outro lado, o número de habitantes com mais de 65 anos é também superior aos menores de 15 anos, o que leva a um maior índice de envelhecimento do município – 453,6 (*Retorno de Informação aos Respondentes Municípios: Castanheira de Pera*, 2019, p. 1).

Conforme os dados do INE, este município detém tanto o menor valor de despesas com Cultura e Desporto, quanto de valores distribuídos. Em despesas da Câmara Municipal com Cultura e Desporto estão atribuídos 83 milhares de euros, e 35 milhares de euros foram destinados a Bibliotecas e Arquivos, sendo esta a maior parcela entre as atividades de culturais e criativas do seu município (*Retorno de Informação aos Respondentes Municípios: Castanheira de Pera*, 2019, p. 3)

O Arquivo Municipal de Castanheira de Pera não se encontra aberto ao público, nem tem regulamento arquivístico próprio. Possui meios de reprodução de documentação próprios, particularmente a digitalização. As limitações de acesso à documentação indicadas são a carência de recursos humanos especializados.

A unidade orgânica responsável pelo mesmo é a Secção da Administração Geral, enquanto Expediente Geral e Arquivo (Despacho n.º 672/2013, 2013, p. 1457).

O Arquivo Municipal refere, em resposta ao inquérito, que não tem certificação da qualidade ou certificado de Sistema de Gestão da Qualidade.

Este Arquivo Municipal faz parte do grupo de 86 municípios que manifestaram a intenção de candidatura ao PARAM, embora a mesma não tenha sido concretizada (Henriques, 2008, p. 17)

Perante os dados recolhidos das respostas ao inquérito, este arquivo tem 3 gestores de informação. Todavia, os resultados não foram suficientemente elucidativos da realidade dos profissionais da informação, pelo que questionámos novamente o município no âmbito de maior clareza, mas até à presente data não obtivemos resposta.

São assistentes técnicos cuja escolaridade remete para o 12.º e 9.º ano, e outra formação. Indicam ser do sexo feminino, sendo que as faixas etárias indicadas passam por 31-40 e 51-61 anos.

O responsável é do sexo masculino, de idade compreendida entre os 51 e 61 anos de idade, cuja formação remete para o 9.º ano, sendo um dos anteriormente mencionados.

Conforme esclarecido através do inquérito, não se realizaram formações nos últimos dois anos.

3.4.5. Arquivo Municipal de Figueiró dos Vinhos

O município de Figueiró dos Vinhos tem 173,44 km² e uma população de 5 608 habitantes, que corresponde a uma densidade populacional de 32,3. A diferença entre mulheres e homens neste município é cerca de 386 habitantes, cujas mulheres assumem um papel de destaque. Relativamente aos habitantes com idade superior a 65 face ao número de habitantes com menos de 15 anos é bastante superior, conduzindo a um índice de envelhecimento correspondente a 341,2 (*Retorno de Informação aos Respondentes Municípios: Figueiró dos Vinhos*, 2019, p. 1).

As despesas do município em Atividades Culturais e Desporto remetem para o valor de 208 milhares de euros, sendo atribuídos a Bibliotecas e Arquivos 151 milhares de euros, a maior parcela das despesas deste município em particular (*Retorno de Informação aos Respondentes Municípios: Figueiró dos Vinhos*, 2019, p. 3).

O Arquivo Municipal de Figueiró dos Vinhos não se encontra aberto ao público, contudo disponibiliza horário para marcações prévias: 9:00/13:00 - 14:00/17:00. Permite a consulta dos originais da documentação, sendo possível utilizar os meios de reprodução afetos, como digitalizar ou fotocopiar.

Estão indicadas, pelo município, limitações de acesso à documentação, tais como: infraestruturas inapropriadas para o correto acondicionamento/ armazenamento da documentação, a carência de recursos humanos especializados, processos de descrição e recuperação da informação pouco eficazes, e também a ausência de recursos financeiros.

A estrutura orgânica do município, disponível ao acesso de todos através da página da internet do município, esclarece que o Arquivo Municipal se insere na Divisão Administrativa e Financeira, Subunidade Orgânica Administrativa, seguindo-se do Setor Administrativo, especificamente no Serviço de Arquivo Municipal (Aviso n.º 11873/2019, 2019, p. 170; *Organograma Figueiró dos Vinhos*, 2019). No Regulamento de Organização dos Serviços do Município de Figueiró dos Vinho, especificamente no art.º 29.º, estão esclarecidas as competências do Serviço de Arquivo Municipal (Aviso n.º 11873/2019, 2019, p. 186).

O Arquivo Municipal refere em resposta ao inquérito que não tem certificação da qualidade ou certificado de Sistema de Gestão da Qualidade.

Este Arquivo Municipal faz parte do grupo de 86 municípios que manifestaram intenção de candidatura ao PARAM, embora a mesma não tenha sido concretizada (Henriques, 2008, p. 17)

O Arquivo Municipal de Figueiró dos Vinhos tem, conforme indicado, 2 gestores de informação afetos. São 2 assistentes técnicos do sexo feminino, cuja formação é o 12º ano, enquadrados nas faixas etárias entre os 31-40 e 41-50 anos.

Relativamente ao responsável, obtivemos a informação de que é um elemento do sexo masculino, com 40 anos, cujas qualificações académicas remetem para o 12.º ano.

Não há indicação de formações realizadas nos últimos dois anos.

3.4.6. Arquivo Municipal de Leiria

Leiria destaca-se pelo elevado número de habitantes (124 857), com cerca de 565 km², sendo a sua densidade populacional de 221 a mais elevada de toda a região. A diferença entre mulheres e homens neste município é bastante significativa. Os habitantes do sexo feminino são 65 120, e do sexo masculino 59 737. Também relativamente às faixas etárias

se verifica uma forte diferença entre os habitantes com idade superior a 65 face aos com menos de 15 anos, conduzindo a um índice de envelhecimento correspondente a 148,4 (*Retorno de Informação aos Respondentes Municípios: Leiria, 2019, p. 1*).

As despesas do município em Atividades Culturais e Desporto remetem para o valor de 3 386 milhares de euros, sendo atribuídos a Bibliotecas e Arquivos 431 milhares de euros, a menor parcela das despesas deste município (*Retorno de Informação aos Respondentes Municípios: Leiria, 2019, p. 3*)

O Arquivo Municipal de Leiria encontra-se aberto ao público, nos dias úteis das 9:00 às 14:00, em horário contínuo, conforme esclarecido via inquérito. É permitida a consulta de forma gratuita, e também em suporte digital *online* desde 2007 (*Serviço de consulta online / C.M. Leiria, 2021*). A consulta é realizada nas salas de leitura do Arquivo Municipal, após o preenchimento de requisição própria. Tanto a consulta, quanto as reproduções de documentos podem ser requeridas de diversas formas: presencialmente, via *email* ou mesmo através de carta. O Arquivo Municipal possui meios próprios de reprodução, através da digitalização. Conforme os dados obtidos via inquérito, a unidade orgânica de arquivo municipal é a Área. Todavia, a informação prestada no próprio *site* remete-nos para a dependência da Direção Municipal de Administração - Departamento Administrativo e Financeiro (Divisão Jurídica e Administrativa - DIJA) (*Arquivo Municipal / C.M. Leiria, 2021*).

O Arquivo Municipal indica nas suas plataformas como missão a recolha, salvaguarda e divulgação da documentação arquivística do Município, auxiliando na promoção e valorização do património histórico e documental do concelho. Pretende ajudar os serviços municipais na gestão da documentação corrente, gerir a documentação ativa e inativa da Autarquia e garantir o acesso à informação com qualidade e eficiência (*Arquivo Municipal / C.M. Leiria, 2021*).

Este arquivo municipal tem além de espaço próprio na página de Internet do município, bem como um domínio *online*, em que possibilita o requerimento de pedidos de reprodução, informação ou consulta, facilitando o acesso a processos que só era possível presencialmente (*Arquivo Municipal de Leiria - Archeevo, 2021; Serviço de consulta online / C.M. Leiria, 2021*). Tem também uma presença ativa nas redes sociais, com Facebook próprio e publicações frequentes.

São indicadas como limitações de acesso à documentação as infraestruturas inapropriadas para o correto acondicionamento/ armazenamento da documentação.

O Arquivo Municipal refere, em resposta ao inquérito, que não tem certificação da qualidade ou certificado de Sistema de Gestão da Qualidade.

O Arquivo Municipal candidatou-se e beneficiou de apoio do PARAM em 1998, (Henriques, 2008, p. 72), que se refletiu no apoio à gestão e tratamento arquivístico (aquisição de equipamentos), e na comparticipação financeira nas despesas de aquisição de equipamentos básicos (estanteria e mobiliário), de controlo ambiental, de microfilmagem, informáticos, bem como apoio técnico, que se traduz em formações organizadas pelo IAN/TT nos Serviços Centrais e/ou nos Arquivos Distritais. Antes da candidatura, o Arquivo não tinha técnico superior. Não mantém o mesmo técnico superior, mas tem atualmente técnicos superiores.

Estão vinculados, até à presente data, 14 gestores de informação neste Arquivo Municipal. Conforme informações prestadas no inquérito, haverá novo reforço nos próximos meses.

Existem 2 técnicos superiores: um licenciado noutra área de conhecimento, e o outro mestre em Ciência da Documentação e Informação. Um dos técnicos superiores é do sexo masculino e insere-se na faixa etária entre os 41 e 50 anos; por outro lado, o restante é do sexo feminino, cuja idade está compreendida entre 51 e 60 anos.

Os assistentes técnicos são 9 e as suas qualificações académicas bastante dispares: 1 mestre em Ciência da Documentação e Informação; 2 com licenciatura/ bacharelato em outra área do conhecimento; e 6 têm o 12.º ano de escolaridade. Na categoria dos assistentes técnicos, 3 são do sexo masculino: 1 cuja idade entre os 41 e 50 anos; os restantes 2 situam-se no intervalo 51-60 anos. Do sexo feminino, como assistentes técnicos, estão indicados 6 gestores de informação: 1 com idade compreendida entre os 31-40 anos; 1 inserido na faixa etária dos 41 aos 50 anos; e os restantes 4 têm idades entre os 51 e os 61 anos.

Relativamente à carreira profissional de assistente operacional, existem 3, cuja formação é o 9.º ano de escolaridade. O elemento cuja idade está entre os 31 e os 40 é do sexo masculino, sendo os restantes do sexo feminino. Desta forma, no sexo feminino as idades indicadas são dos 41 aos 50 anos com um elemento; e o restante elemento desta carreira profissional tem idade igual ou superior aos 61 anos.

O responsável deste Arquivo Municipal é do sexo masculino, mestre em Ciências da Informação e Documentação, e a sua faixa etária insere-se entre os 41 e os 50 anos.

As formações realizadas nos últimos dois anos foram dirigidas aos assistentes técnicos, no âmbito da introdução às técnicas de arquivo (procedimentos) e também à modernização administrativa.

3.4.7. Arquivo Municipal da Marinha Grande

O município da Marinha Grande tem uma população residente de aproximadamente 38 404 habitantes, com 187,2 km², e uma densidade populacional é de 205,1. Os habitantes do sexo feminino correspondem a cerca de 20 244 habitantes, e do sexo masculino a 18 160 habitantes. Também, relativamente às faixas etárias nota-se uma forte diferença entre os habitantes com idade superior a 65 face aos com menos de 15 anos, conduzindo a um índice de envelhecimento correspondente a 165,4 (*Retorno de Informação aos Respondentes Municípios: Marinha Grande*, 2019, p. 1).

As despesas do município em Atividades Culturais e Desporto remetem para o valor de 1 833 milhares de euros, com a atribuição de 189 milhares de euros a Bibliotecas e Arquivos, a menor parcela das despesas deste município (*Retorno de Informação aos Respondentes Municípios: Marinha Grande*, 2019, p. 3)

O Arquivo Municipal da Marinha Grande tem origem em 1917, em simultâneo com a criação do próprio concelho, sendo a documentação reflexo disso mesmo. Esteve inicialmente instalado no edifício dos Paços do Concelho, onde viu parte do seu espólio documental destruído em 1934, devido a um incêndio. Depois disso, passou por vários locais até que, em 1999, com a candidatura aprovada ao Programa de Apoio à Rede de Arquivos Municipais (PARAM), foi construído um edifício de raiz destinado ao Arquivo Municipal, atendendo às necessidades do município.

A arquitetura deste edifício é coberto de tijolo burro e vidro, 660 m², e composto por dois pisos, um dos quais semi-subterrâneo (*Arquivo Municipal Marinha Grande*, 2021).

Encontra-se aberto ao público, de segunda a sexta-feira, no horário de funcionamento das 9:00 às 12:30 e das 14:00 às 17:30. Tem regulamento arquivístico interno, que não se encontra disponibilizado *online*.

Depende da Divisão de Desenvolvimento da Cidadania, na área da Cultura (Despacho n.º 11114/2018, 2018, p. 31575).

O Arquivo Municipal refere, em resposta ao inquérito, que não tem certificação da qualidade ou certificado de Sistema de Gestão da Qualidade.

O Arquivo Municipal candidatou-se e beneficiou de apoio do PARAM duas vezes: 1999 e 2001, em dois tipos de apoio distintos: instalação do Arquivo Municipal em edifício a construir de origem e em exclusivo para essa função, incluindo também participações financeiras nas despesas de construção e de aquisição de equipamentos (estanteria e mobiliário) (1999); assim como apoio à gestão de arquivos e tratamento arquivístico, participação financeira nas despesas de aquisição de equipamentos básicos (estanteria e mobiliário), de controlo ambiental, de microfilmagem, informáticos, bem como apoio técnico que se traduz em formações organizadas pelo IAN/TT nos Serviços Centrais e/ou nos Arquivos Distritais (2001) (Henriques, 2008, p. 73).

Os dados que constam na resposta ao inquérito indicam 5 colaboradores afetos ao Arquivo Municipal. Os 2 técnicos superiores referidos são ambos do sexo masculino, com idades entre 41-50 anos, sendo a sua formação em Ciência da Informação, 1 tem pós-graduação em CDI, e outro tem licenciatura. Está indicado também um assistente técnico do sexo feminino, cuja idade está entre os 41-50 anos, também licenciado em CDI. Por fim, os assistentes operacionais são 2 e têm o 12.º ano, são do sexo masculino e a faixa etária insere-se entre 51-61 anos.

O responsável pelo arquivo municipal é do sexo masculino e licenciado/ bacharel em Ciência Informação, situando-se na faixa etária entre 31 e 40 anos, e corresponde ao chefe de divisão.

3.4.8. Arquivo Municipal de Pedrógão Grande

Pedrógão Grande, com cerca de 129 km², tem uma população residente de aproximadamente 3 429 habitantes, sendo a sua densidade populacional de 26,6 a menor de toda a região de Leiria. Neste município, a diferença de entre o número de habitantes por sexo é pouco notória, sendo o número de mulheres superior. Por outro lado, relativamente as diferenças na faixa etária abaixo dos 15 anos e maior de 65 anos tem um forte impacto, uma vez que com mais de 65 anos são 1 032 habitantes, e menores do que 15 anos somente 340 habitantes. Este facto leva a um índice de envelhecimento de 303,5 (*Retorno de Informação aos Respondentes Municípios: Pedrógão Grande*, 2019, p. 1).

As despesas do município em Atividades Culturais e Desporto remetem para o valor de 296 milhares de euros, tendo sido atribuídos 104 milhares de euros a Bibliotecas e Arquivos (*Retorno de Informação aos Respondentes Municípios: Pedrógão Grande*, 2019, p. 3).

O Arquivo foi inaugurado com novas instalações em julho de 2002. Atualmente, encontra-se aberto ao público, de segunda a sexta-feira, das 9:00 às 12:30 e das 14:00 às 17:30. Para requisições encerra meia hora antes tanto no horário da manhã quanto no horário de tarde (*Arquivo Municipal*, 2021b).

A comunicação deste Arquivo é maioritariamente efetuada através da página na internet da autarquia, sendo que não tem também redes sociais ativas.

Conforme as informações prestadas via resposta ao inquérito está indicada como unidade orgânica responsável a Secção. Perante as informações no regulamento da estrutura orgânica do município está mencionada como unidade orgânica responsável a Unidade Administrativa e Financeira, como subunidade orgânica Setor de Atendimento, Expediente Geral e Arquivo (SAEGA) (*Regulamento Orgânico dos Serviços do Município de Pedrógão Grande*, 2020).

O Arquivo possibilita a consulta presencial dos originais da documentação, e indica como meios próprios de reprodução a fotocópia e também a digitalização. Indicadas como limitações ao acesso da documentação estão a conservação e a preservação da documentação indevida/inexistente.

Além do serviço de consulta e reprodução de documentos, o arquivo possibilita também visitas organizadas para conhecer a instituição, através de exposições, visitas às instalações e outras atividades relacionadas com o arquivo. Estas visitas ajudam também na divulgação do Arquivo, e ajudam na sensibilização das populações e do seu património documental local (*Arquivo Municipal*, 2021b).

O Arquivo Municipal refere em resposta ao inquérito que não tem certificação da qualidade ou certificado de Sistema de Gestão da Qualidade.

O Arquivo Municipal candidatou-se e beneficiou de apoio do PARAM duas vezes: 1999 e 2001. Esses apoios chegaram no âmbito do apoio à instalação do Arquivo Municipal em edifício já existente, devidamente adaptado e destinado ao uso exclusivo, estando ainda incluídas participações financeiras nas despesas de adaptação e de aquisição de equipamentos básicos (estanteria e mobiliário) (Henriques, 2008, p. 73).

Foi também celebrado um acordo de colaboração com vista à integração do Arquivo Municipal na Rede Nacional de Arquivos (*Arquivo Municipal*, 2021b).

Antes da candidatura, o município não tinha técnico superior afeto ao Arquivo, que integrou durante o processo, mantendo-se atualmente.

No que concerne aos gestores de informação vinculados a este arquivo são 2, sendo 1 técnico superior e 1 assistente técnico. O técnico superior é do sexo feminino, cuja idade se enquadra na faixa etária entre os 41-50 anos. Relativamente às suas qualificações académicas é licenciada em Ciências da Informação, estando presentemente também a dar continuidade à sua formação, uma vez que é mestranda em Ciência da Informação, e é também a responsável. O assistente técnico tem o 12.º ano de escolaridade, do sexo feminino, e mantém a faixa etária entre os 41 e os 50 anos.

As formações realizadas nos últimos dois anos dirigem-se unicamente aos técnicos superiores, sendo que as temáticas abordadas estão relacionadas com a avaliação e a classificação em arquivos.

3.4.9. Arquivo Municipal de Pombal

Pombal tem uma densidade populacional de 82,6, numa área territorial de 626 km², sendo a sua população residente de 51 684 habitantes, que faz do município o segundo mais populoso de toda a região. Mantém-se também o maior número de mulheres face aos homens, com aproximadamente 2 540 habitantes de diferença. Relativamente às diferenças na faixa etária abaixo dos 15 anos e maior de 65 anos, esta é notória, uma vez que com mais de 65 anos são 12 732 habitantes, e menores de 15 anos 6 132 habitantes, assumindo um índice de envelhecimento 207,6 (*Retorno de Informação aos Respondentes Municípios: Pombal*, 2019, p. 1).

As despesas do município em Atividades Culturais e Desporto remetem para o valor de 1 942 milhares de euros, tendo sido atribuídos a Bibliotecas e Arquivos 585 milhares de euros, correspondendo ao maior valor das variantes associadas a atividades culturais e criativas (*Retorno de Informação aos Respondentes Municípios: Pombal*, 2019, p. 3)

O Arquivo Municipal de Pombal foi inaugurado em 29 de julho de 2006. Encontra-se aberto ao público no horário de funcionamento 9:00 às 12:30 e das 14:00 às 17:00, sendo o horário de atendimento ligeiramente diferente no período da manhã (9:00 até às 12:00).

O arquivo possui regulamento arquivístico próprio, disponibilizado através do portal da Câmara Municipal. Na consulta presencial da documentação, é possível consultar os suportes digitais e analógicos, sendo os meios próprios de reprodução indicados a fotocópia e digitalização, conforme informações prestadas via inquérito. Está indicada a área enquanto unidade orgânica responsável pelo arquivo.

O acervo documental custodiado no Arquivo Municipal de Pombal possui documentação desde o século XVIII até ao presente, inclui a documentação produzida e recebida pelos diversos serviços municipais no decorrer das suas funções. Pretende assim salvaguardar a memória dos atos da administração para efeitos de testemunho, prova ou informação, como garantia dos direitos dos cidadãos (*O Arquivo - Portal do Município de Pombal*, 2021).

O Serviço Cultural e Educativo do Arquivo tem um papel bastante ativo na divulgação e sensibilização do património documental, promovendo diversas atividades junto da sua comunidade. Através da página de Internet, verificamos atividades como oficinas pedagógicas, projetos educativos, visitas guiadas, exposições/ mostras, e o projeto “Espaço de Memória”, e dispõe ainda de uma mascote (*Kivinho*) (*Serviço Cultural e Educativo - Portal do Município de Pombal*, 2021).

Indicadas como limitações no acesso da documentação estão os processos de descrição e recuperação da informação pouco eficazes.

O Arquivo Municipal refere, em resposta ao inquérito, que não tem certificação da qualidade ou certificado de Sistema de Gestão da Qualidade.

Este arquivo foi criado por determinação municipal de 9 de dezembro de 2002, candidatou-se e beneficiou de apoio do PARAM ainda em 2002. Aquando da candidatura, não tinha técnicos superiores vinculados. A aprovação da candidatura tornou possível a edificação do Arquivo Municipal, num imóvel construído de raiz para esse efeito, cuja função era destinada somente ao arquivo. Com o benefício do PARAM estavam incluídas participações financeiras nas despesas de construção e de aquisição de equipamentos (estanteria e mobiliário) (Henriques, 2008, p. 73).

Os gestores de informação vinculados a este Arquivo Municipal estão mencionados entre 7 e 9, conforme informações prestadas via inquérito, contactamos o arquivo municipal para mais esclarecimentos, mas até à data não obtivemos resposta. Na carreira de técnico superior, as qualificações indicadas remetem para pós-graduações tanto na área

das CDI como em outras áreas do conhecimento, assim como licenciaturas/bacharelados em outras áreas do conhecimento.

Relativamente à categoria profissional de ‘assistente técnico’, os trabalhadores têm o 12.º ano, e os assistentes operacionais o 9.º ano de escolaridade.

Todos os membros integrantes são do sexo feminino, variando as faixas etárias entre os 51 e os 61 anos (técnicos superiores); 41 e 50 anos (assistente técnico) e maiores de 62 anos (assistentes operacionais).

O responsável afeto ao Arquivo Municipal é também do sexo feminino, e parte integrante dos gestores de informação mencionados, a formação indicada é uma pós-graduação em Ciências Documentais com a variante em Biblioteca, e a sua faixa etária remete para uma idade compreendida entre 51 e 61 anos.

As formações realizadas nos últimos dois anos dirigiram-se aos técnicos superiores, contudo não são indicadas as temáticas abordadas.

3.4.10. Arquivo Municipal de Porto de Mós

A área territorial de Porto de Mós é de 262 km², sendo a população residente de aproximadamente 23 288 habitantes com uma densidade populacional de 88,9. Mantém-se também o maior número de mulheres face ao dos homens, com aproximadamente 746 habitantes de diferença. Relativamente às diferenças na faixa etária abaixo dos 15 anos e maior de 65 anos, com mais de 65 anos são 5 332 habitantes, e menores de 15 anos 2 911 habitantes. Assumindo um índice de envelhecimento de 183,2 (*Retorno de Informação aos Respondentes Municípios: Porto de Mós*, 2019, p. 1).

As despesas do município em Atividades Culturais e Desporto remetem para o valor de 1 102 milhares de euros, tendo sido atribuídos 316 milhares de euros a Bibliotecas e Arquivos (*Retorno de Informação aos Respondentes Municípios: Porto de Mós*, 2019, p. 3).

O Arquivo Municipal não está constituído como tal, pelo que não se encontra aberto ao público, mas permite a consulta de documentação.

A consulta é gratuita e sujeita a marcação prévia durante o horário de funcionamento, de segunda a sexta-feira das 09:00 às 13:00 e das 14:00 às 17:00, por via telefónica, *email* ou mesmo presencialmente. Neste arquivo, é possível consultar os originais e também a informação em suporte digital, através da plataforma. A reprodução é feita essencialmente

por fotocópia, mas também permite o suporte digital. Indica como principais limitações: a ausência de recursos humanos; a conservação/preservação indevida, e os processos de descrição e recuperação da informação pouco eficazes, que levam também a dificuldades na organização. Integra a Divisão da Cultura, Turismo e Desporto, na área da Cultura (Regulamento da Organização dos Serviços da Câmara Municipal de Porto de Mós, 2013).

A comunicação do Arquivo Municipal deste município é realizada a partir da página da Internet do próprio município, por um separador que apresenta não só a missão como também permite aceder ao catálogo *on-line*. Esta página de Internet assume também uma preocupação a nível das questões de acessibilidade a portadores de deficiência, e possibilita a audição da informação disponível no *site*. É criada em 20 outubro de 2020 uma plataforma digital exclusiva do Arquivo (*Lançamento da Plataforma Digital do Arquivo Municipal de Porto de Mós / Município Porto de Mós*, 2021).

Conforme informação presente no portal da Câmara Municipal, o acervo histórico documental está a ser alvo de um processo de inventariação e recenseamento, no âmbito de consolidar o espólio num só espaço, e facilitar a avaliação e a classificação da documentação. Presentemente, a inventariação da documentação remete ao século passado, para agilizar o processo dado o seu estado de acondicionamento deficiente. Paralelamente, desenvolve-se o trabalho de limpeza, no âmbito de uma atuação de conservação e restauro, da preservação e do acondicionamento da documentação (*Arquivo Porto de Mós*, 2021).

O Arquivo Municipal refere, em resposta ao inquérito, que não tem certificação da qualidade ou certificado de Sistema de Gestão da Qualidade. Este Arquivo Municipal faz parte do grupo de 86 municípios que manifestaram intenção de candidatura ao PARAM, embora a mesma não tenha sido concretizada (Henriques, 2008, p. 17)

Os gestores de informação, indicados em resposta ao inquérito colocado ao município, são 2.

Estão indicados 1 técnicos superiores e 1 assistente técnico. O técnico superior caracteriza-se por ter pós-graduação em Ciência da Informação, embora tenha mestrado noutra área de conhecimento. São do sexo feminino e com idade compreendida entre 41-50 anos, sendo também este o responsável pelo arquivo.

No caso do restante, o assistente técnico, foi esclarecido que detém uma licenciatura noutra área do conhecimento, sendo também do sexo feminino, na mesma faixa etária que o anterior.

As formações realizadas nos últimos dois anos foram direcionadas para os técnicos superiores, sendo as temáticas abordadas a avaliação e classificação em arquivos.

Neste município, existem gestores de informação a desempenhar funções na área da biblioteca, mesmo que a sua formação mais específica dentro da área da BAD ou da Ciência da Informação possa remeter para o arquivo.

3.5. Região Lezíria do Tejo

Localiza-se a Este da Área Metropolitana de Lisboa (Norte) e a sul da Região Médio Tejo, no território associado ao Ribatejo. Esta região integra 11 municípios: Almeirim, Alpiarça, Azambuja, Benavente, Cartaxo, Chamusca, Coruche, Golegã, Rio Maior, Salvaterra de Magos e, por fim, Santarém.

Integra a Comunidade intermunicipal da Lezíria do Tejo (CIMLT), e, dentro desta, a Rede Intermunicipal de Bibliotecas da Lezíria do Tejo.

3.5.1. Arquivo Municipal de Almeirim

O município de Almeirim, que é elevado a cidade em 20 de junho de 1991 (*Cronologia Histórica de Almeirim - Um concelho com futuro*, 2020), caracteriza-se por ter uma área territorial de cerca de 222,1 km² e uma população residente de aproximadamente 22 569 habitantes. Corresponde a uma densidade populacional de 101,6, correspondente a 12 003 habitantes do sexo feminino, e 10 556 do sexo masculino, confirmando o número superior de mulheres face ao de homens neste município. Ainda, tendo por base os dados do INE, verificamos que o número de habitantes com idade superior a 65 anos (5 538) é também superior aos habitantes com idade inferior a 15 anos (3 108), que evidencia uma taxa de envelhecimento de 178,2 (*Municípios Associados - CIMLT*, 2021; *Retorno de Informação aos Respondentes Municípios: Almeirim*, 2019, p. 1).

Os dados referentes a despesa da Câmara Municipal em atividades culturais e de desporto, em 2018, foi de 745 milhares de euros, e atribuídos a bibliotecas e arquivos 176 milhares de euros (*Retorno de Informação aos Respondentes Municípios: Almeirim*, 2019, p. 3).

O Arquivo Municipal de Almeirim encontra-se aberto ao público, porém a consulta é sob pedido e com condicionantes de acesso à documentação, que se devem também à carência de recursos humanos afetos ao Arquivo Municipal. Aquando da consulta os documentos disponibilizados, são os originais, e disponibilizada a digitalização dos mesmos como forma de reprodução. Os dados obtidos via inquérito ao arquivo municipal esclarecem que não existe unidade orgânica responsável, embora seja indicado na página do município de Almeirim que o mesmo está integrado na área de Expediente e Arquivo Municipal, na unidade orgânica flexível 3º grau da Administração Geral e Atendimento

Segundo os dados do Mapa Pessoal de 2020, encontra-se afeto a esta organização, que integra o Arquivo Municipal e Expediente um único elemento, um elemento do sexo masculino com a carreira profissional de assistente técnico.

Atendendo às respostas apuradas através do inquérito, menciona um assistente operacional com o 9.º ano de escolaridade, do sexo masculino, cuja faixa etária está entre os 41-50 anos.

Refere a inexistência de um responsável próprio, uma vez que é somente uma organização dentro da divisão.

O Arquivo Municipal refere, em resposta ao inquérito, que não tem certificação da qualidade ou certificado de Sistema de Gestão da Qualidade.

Relativamente à candidatura ao PARAM (*Programa de Apoio à Rede de Arquivos Municipais*), obtivemos também informação de que não concorreu, e não se encontram quaisquer registos face à mesma.

3.5.2. Arquivo Municipal de Alpiarça

Alpiarça surge, primeiramente chamada *Alpearça*, no século XIV como povoação. Torna-se concelho através da *Lei n.º 129, de 2 de abril de 1914*, e desvincula-se do concelho de Almeirim; constituindo, assim um concelho autónomo, e com uma única freguesia (*Até ao séc. XX - Município de Alpiarça, 2021*).

O município de Alpiarça corresponde a uma área territorial de 95,4 km² e uma densidade populacional de sensivelmente 74,3. Os dados do INE permitem-nos identificar uma população residente de cerca de 7 087 habitantes, sendo que neste município a diferença entre mulheres (3 661) e homens (3 426) é mais ligeira do que em outros, cerca de 235 habitantes. Relativamente ao número de habitantes com mais de 65 anos, é substancialmente superior ao número de habitantes com menos de 15 anos (1 973 para 933, respetivamente), o que revela uma população consideravelmente envelhecida e, conseqüentemente, fora de idade ativa, que corresponde a uma taxa de envelhecimento de 211,5 (*Retorno de Informação aos Respondentes Municípios: Alpiarça, 2019, p. 1*).

Os dados referentes a despesas da Câmara Municipal em atividades culturais e de desporto, em 2018, corresponde a 506 milhares de euros, e atribuídos a bibliotecas e arquivos 197 milhares de euros, o maior valor atribuído a atividades dentro do município (*Retorno de Informação aos Respondentes Municípios: Alpiarça, 2019, p. 3*).

A comunicação deste Arquivo Municipal é praticamente inexistente: não existe referência ao mesmo no *site* do município/ Câmara Municipal, e também não há registo nas redes sociais. Possui regulamento próprio, e publicado em *Diário da República* em 2007.

Perante os dados recolhidos via inquérito do Arquivo Municipal, é esclarecido que o mesmo não se encontra aberto ao público, ainda que tenha sido indicado um horário disponível para consulta compreendido entre 9:00 e 12:30 e das 14:00 às 17:30.

É no artigo 19.º que o período de consulta direta dos documentos é esclarecido: exclusivamente nas instalações da Câmara Municipal, *durante o horário de funcionamento nas instalações da Câmara Municipal, durante o horário de funcionamento dos serviços* (Regulamento do Arquivo da Câmara Municipal de Alpiarça, 2007, p. 32 297).

No art.º 20, *Consulta Pública*, esclarece os moldes de consulta da documentação: estão acessíveis para consulta publica os documentos que já tenham sido sujeitos a tratamento técnico; assim como a consulta dos originais raros, ou em mau estado de conservação fica sujeita a autorização do responsável do Arquivo.

A reprodução de documentos é possível, através da digitalização, e desde que não coloque em causa a segurança e preservação da documentação em causa (Regulamento do Arquivo da Câmara Municipal de Alpiarça, 2007, p. 32297).

Perante as respostas ao inquérito, não menciona quaisquer limitações no acesso à documentação.

Com o regulamento definem-se os procedimentos administrativos e técnicos para a correta avaliação, seleção, remessa, eliminação, tratamento arquivístico e conservação dos documentos, regido pela Portaria n.º 412/2001, de 17 de abril (Regulamento do Arquivo da Câmara Municipal de Alpiarça, 2007, p. 32295).

O Arquivo Municipal integra, tal como definido no art.º 27 do Regulamento de Organização dos Serviços do Município de Alpiarça, uma unidade orgânica flexível no Gabinete de Administração Geral, que incorpora os serviços de Atendimento, Serviços Gerais, Expediente e Arquivo (Regulamento de Organização dos Serviços do Município de Alpiarça, 2018, p. 13). Ainda na resposta ao inquérito, esclarece que tem como unidade orgânica responsável uma Divisão, assim como menciona que se encontra disseminado por mais do que um polo.

Relativamente aos gestores de informação, é indicado um técnico superior do sexo feminino e com a idade entre os 51-61 anos, cuja formação remete para uma licenciatura/bacharelato em CDI ou variante em Arquivo, sendo também indicado como o responsável.

No Mapa de Pessoal de 2021, são referidos 2 técnicos superiores especializados em Ciências da Documentação e Informação, cuja relação jurídica de emprego público remete para Contrato de Trabalho em Funções Públicas por Tempo Indeterminado (CTFPTI): um dos técnicos superiores está a termo permanente e o outro mencionado em regime temporário (*Mapa de Pessoal da Câmara Municipal de Alpiarça para o Ano de 2021*, 2021, p. 3)

Não foram indicadas quaisquer formações complementares nos últimos dois anos, independentemente da carreira profissional.

Perante os dados apurados através da aplicação do inquérito, existem no município cerca de 3 colaboradores qualificados em CDI e/ou na área de arquivo, mas que não exercem a função.

O Arquivo Municipal refere, em resposta ao inquérito, que não tem certificação da qualidade ou certificado de Sistema de Gestão da Qualidade.

Relativamente à candidatura ao PARAM (*Programa de Apoio à Rede de Arquivos Municipais*), obtivemos também informação de que não concorreu, pelo que não se encontram quaisquer registos face à mesma.

Através do Mapa de Pessoal de 2021, verificamos também que existem dois técnicos superiores qualificados em Ciências da Documentação e Informação no mesmo regime laboral mencionado anteriormente, quando da referência aos gestores de informação de Arquivo, mas a exercerem funções na Biblioteca (*Mapa de Pessoal da Câmara Municipal de Alpiarça para o Ano de 2021*, 2021, p. 7).

3.5.3. Arquivo Municipal da Azambuja

O município de Azambuja tem cerca de 262,66 km², e a sua densidade populacional corresponde a 85,5, com uma população residente de 22 445 habitantes. Neste município, contrariamente aos anteriores, o número de mulheres é inferior ao dos homens (10 538 e 11 907, respetivamente). Relativamente aos dados do município, o número de habitantes

com mais de 65 anos é comparativamente superior ao número de habitantes com menos de 15 anos (48 70 e 2 918, respetivamente), o que revela uma população mais envelhecida e, conseqüentemente, fora da idade ativa, correspondente a uma taxa de envelhecimento de 166,9 (*Retorno de Informação aos Respondentes Municípios: Azambuja*, 2019, p. 1).

Os dados referentes a despesas da Câmara Municipal em atividades culturais e de desporto corresponde a 687 milhares de euros, tendo sido atribuídos a bibliotecas e arquivos 250 milhares de euros (*Retorno de Informação aos Respondentes Municípios: Azambuja*, 2019, p. 3).

A comunicação deste Arquivo Municipal é inexistente: não existe referência ao mesmo no *site* do município/ Câmara Municipal, e também não há registo nas redes sociais.

O Arquivo Municipal de Azambuja não está aberto ao público, nem possui regulamento. Neste caso particular, o Arquivo Municipal é uma área da Divisão Jurídica e Administrativa, que engloba várias outras áreas (*art.º 8 - Assuntos Jurídicos, Contencioso e Contraordenações, Fiscalização, Recursos Humanos, Administração Geral, Arquivo e Unidades de Atendimento ao Público/Espaços do Cidadão*) (Despacho n.º 11532/2020, 2020, p. 234). A área do Arquivo desta divisão tem diversas competências, faz a gestão integrada da documentação de arquivo produzida pelo município por forma a valorizar a missão dos arquivos municipais; visa também preservar, tratar, tornar acessível e difundir a documentação, respeitando a legislação em vigor; além de também gerir Arquivo Corrente, Intermédio e Histórico enquanto Centro de História Local (*art.º 13º*) (Despacho n.º 11532/2020, 2020, p. 238).

Indica, como principal limitação de acesso à documentação, a ausência de infraestruturas apropriadas para o acondicionamento e armazenamento da documentação, e, por isso, a disponibilização da documentação faz-se através dos originais ou via digitalização.

O Arquivo Municipal refere, em resposta ao inquérito, que não tem certificação da qualidade ou certificado de Sistema de Gestão da Qualidade.

Perante as informações disponibilizadas através de inquérito ao município, aferimos que tem afeto à área do arquivo um colaborador, cuja categoria profissional corresponde a assistente técnico com o 12.º ano de escolaridade, do sexo masculino, sendo a sua idade igual ou superior a de 62 anos, sendo também o responsável.

No Mapa de Pessoal, verificamos a existência de técnicos profissionais de Biblioteca e Documentação enquanto assistentes operacionais. O regime contratual é de Contrato

Tempo Indeterminado, e divide-se entre dois dos gestores de informação: os descritos com P (permanentes), e dois em contrato administrativo de provimento (AP) (*Mapa de Pessoal para o Ano de 2020*, 2020, p. 83).

Relativamente à candidatura ao PARAM (*Programa de Apoio à Rede de Arquivos Municipais*), obtivemos também informação de que não concorreu. Embora em 2003 tenha manifestado algum interesse, acabou por não concluir a candidatura (Henriques, 2008, p. 17).

Nos últimos dois anos, registam-se formações dirigidas ao gestor de informação afeto à área de Arquivo, tendo sido indicada a participação no grupo de trabalho Macroestrutura Funcional (MEF) com a DGLAB.

Neste município existem entre 1 a 3 colaboradores com formação na área das Ciências da Documentação e Informação e/ou área de arquivo, que não exercem a função na sua área de formação. Por outro lado, registam-se também entre 1 a 3 colaboradores com esta formação, mas a exercer funções na Biblioteca Pública deste município.

Perante o Mapa de Pessoal do município relativo a 2020, é possível verificar um dirigente intermédio de 3.º grau num cargo de direção, cuja sua formação remete para Biblioteca e Documentação (*Mapa de Pessoal para o Ano de 2020*, 2020, p. 83).

3.5.4. Arquivo Municipal de Benavente

A área do concelho de Benavente é de 521,46 km² e tem uma população residente de sensivelmente 30 214 habitantes, e a sua densidade populacional corresponde a aproximadamente 58. O número de mulheres (15 727) mantém-se superior ao dos homens (14 487). Relativamente aos dados do município, o número de habitantes com mais de 65 anos (5 369 habitantes) é comparativamente superior ao número de habitantes com menos de 15 anos (4 747 habitantes), conseqüentemente demonstra um envelhecimento da população e fora da idade ativa, que corresponde a uma taxa de envelhecimento de 113,1. Este município destaca-se por ter a menor taxa de envelhecimento face à restante região de Lezíria do Tejo. (*Retorno de Informação aos Respondentes Municípios: Benavente*, 2019, p. 1).

Os dados referentes a despesas da Câmara Municipal em atividades culturais e de desporto foi de 1 375 milhares de euros, e atribuídos 171 milhares de euros a bibliotecas

e arquivos, a segunda atividade de maior destaque dentro do município (*Retorno de Informação aos Respondentes Municípios: Benavente, 2019, p. 3*).

A comunicação do Arquivo Municipal de Benavente cinge-se essencialmente à presença no diretório da BAD (Associação Portuguesa de Bibliotecários, Arquivistas, Profissionais da Informação e Documentação).

Em resposta ao inquérito, este arquivo municipal refere que não se encontra aberto ao público, e não indica por isso horário disponível atualmente. Todavia, no diretório BAD, está indicado horário de segunda a sexta-feira das 9:00 às 17:30, ininterruptamente.

A consulta dos documentos é possível na sala de leitura, embora esteja sujeita a marcação pelo gabinete do técnico responsável pelo arquivo. Contatando o serviço educativo, é possível agendar visitas guiadas (*Arquivo Municipal de Benavente / Diretório BAD, 2021*). Indicadas como condicionantes de acesso à documentação estão mencionadas infraestruturas inapropriadas para o correto acondicionamento/armazenamento da documentação, e como meio de reprodução da documentação a fotocópia.

O arquivo faz parte da Divisão Municipal de Gestão Administrativa e de Recursos Humanos, especificamente na Subunidade Orgânica de Expediente Geral e Arquivo. Possui regulamento publicado em *Diário da República*, e é descrito no art.º 3.º enquanto *responsável pela gestão arquivística da documentação produzida ou reunida pelos órgãos e serviços, independentemente do tipo de suporte ou formato, como resultado da atividade da autarquia e que se conserva para servir de testemunho, prova ou informação* (Regulamento do Arquivo da Câmara Municipal de Benavente, 2004, p. 21).

O Arquivo Municipal refere, em resposta ao inquérito, que não tem certificação da qualidade ou certificado de Sistema de Gestão da Qualidade.

Estão adjudicados a este arquivo municipal 3 gestores de informação: 1 técnico superior, 1 assistente técnico e 1 assistente operacional. Independentemente da carreira todos os gestores de informação são do sexo feminino. Relativamente à faixa etária do técnico superior, esta remete-nos para os 41-50, e no caso do assistente técnico 51-61. Não há informação relativamente à idade do assistente operacional. As habilitações académicas das carreiras profissionais mencionadas são diversificadas, conforme na tabela:

Tabela 9 Profissionais da informação: Carreira/Qualificação

Técnico Superior	Assistente Técnico	Assistente Operacional
Pós-Graduação em CDI (variante Arquivo) ou equivalente	12.º ano de escolaridade	9.º ano de escolaridade

Fonte: Elaborado pela autora

O responsável afeto ao arquivo municipal é do sexo feminino, tem como habilitação académica o mestrado em outra área que não a Ciência Informação, e a sua faixa etária encontra-se em 41-50 anos.

Regista-se uma candidatura ao PARAM (*Programa de Apoio à Rede de Arquivos Municipais*) em 2003, no âmbito do apoio à instalação do Arquivo Municipal em edifício existente e para uso exclusivo do Arquivo. Aquando da candidatura, o arquivo já possuía um técnico superior, mantendo-se o mesmo atualmente.

Conforme informação prestada através do inquérito, as formações dos últimos dois anos dirigiram-se somente aos técnicos superiores, sendo as mesmas sobre *Avaliação Em Arquivos; Classificação, Modernização Administrativa*.

3.5.5. Arquivo Municipal do Cartaxo

O Cartaxo é o município com maior densidade populacional na Região da Lezíria do Tejo, com uma área territorial de sensivelmente 158,17 km² e uma população residente de 23 740 habitantes. Nesta o índice de envelhecimento é de 176,9, caracterizando-se por um maior número de pessoas com mais de 65 anos (5 367), e maioritariamente do sexo feminino (12 454) (*Retorno de Informação aos Respondentes Municípios: Cartaxo*, 2019, p. 1).

Os dados disponíveis referentes a despesas da Câmara Municipal em atividades culturais e de desporto foram de 385 milhares de euros, e atribuídos a bibliotecas e arquivos 42 milhares de euros, o que comparando com os restantes municípios é o que tem menor valor atribuído (*Retorno de Informação aos Respondentes Municípios: Cartaxo*, 2019, p. 3).

No que remete para a comunicação do arquivo municipal, não se encontra divulgação sobre o mesmo, pelo que não se menciona o arquivo municipal, nem mesmo no *site* institucional da Câmara Municipal.

Na verdade, o Arquivo Municipal do Cartaxo não existe enquanto estrutura organizada, estando formalmente integrado na Área de Expediente. Integra vários depósitos dispersos e, presentemente, os documentos estão a ser avaliados por um estagiário do Programa PEPAL, com mestrado em Ciências da Documentação e Informação, para iniciar a organização do Arquivo.

O Arquivo Municipal do Cartaxo não está aberto ao público, pelo que nas respostas ao inquérito realizado esclarece, por isso, que não tem horário disponível.

Não tem regulamento próprio de arquivo municipal, que se encontra em elaboração, sendo possível identificar algumas informações sobre o arquivo através do Regulamento da Organização dos Serviços Municipais. No artigo 18.º, esclarece que a unidade orgânica que dirige a atividade do arquivo é a Divisão de Administração Geral e Recursos Humanos, particularmente na área de Expediente e Arquivo (Despacho n.º 555/2014, 2014, p. 926). Todavia, na atualidade, a Câmara Municipal do Cartaxo não dispõe da nomeação de qualquer Chefe de Divisão.

Perante os dados recolhidos através do inquérito realizado ao arquivo municipal é indicada como limitação de acesso à documentação a carência de recursos humanos afetos ao arquivo. A documentação disponibilizada aquando da consulta são os originais, sendo que para reprodução da documentação será possível através da fotocópia.

O Arquivo Municipal refere em resposta ao inquérito que não tem certificação da qualidade ou certificado de Sistema de Gestão da Qualidade.

Perante os dados obtidos no inquérito, relativamente à candidatura ao PARAM (*Programa de Apoio à Rede de Arquivos Municipais*), é esclarecida que não se candidatou, porém existem registos de que manifestou intensão na candidatura, mas não a concluiu. Não há registo de formações complementares a qualquer elemento do arquivo municipal.

O gestor de informação afeto à área de arquivo é, portanto, um técnico superior com mestrado em Ciências da Documentação e Informação ao abrigo de um estágio PEPAL, com a idade entre 31 e 40 anos, do sexo masculino. É o único trabalhador atualmente adstrito ao Arquivo, reportando à Técnica Superior responsável pela área da Cultura.

3.5.6. Arquivo Municipal da Chamusca

O município da Chamusca compreende a área 746 km² e uma população residente de cerca de 9 253 habitantes, tendo a densidade mais baixa de toda a Região da Lezíria do Tejo (12,4). O número de mulheres é ligeiramente superior aos dos homens neste município, porém o número de maiores de 65 anos é muito mais elevado do que o número de menores de 15 anos, conseqüentemente o índice de envelhecimento é de 289,5 (*Retorno de Informação aos Respondentes Municípios: Chamusca, 2019, p. 1*).

Se verificarmos as informações disponíveis relativamente a despesas associadas à cultura neste município, estas remetem-nos para 581 milhares de euros, e desses são ministrados cerca de 136 milhares de euros a bibliotecas e arquivos (*Retorno de Informação aos Respondentes Municípios: Chamusca, 2019, p. 3*).

O Arquivo Municipal da Chamusca não se encontra aberto ao público, pelo que também não foi indicado qualquer horário para consulta da documentação, nem há informação de que seja possível a consulta presencial, embora indique que possui serviços próprios de reprodução de documentos via fotocópia. Não possui também regulamento, conforme informação prestada através de resposta ao inquérito. Tanto quanto foi possível averiguar junto dos serviços está a ser criado o serviço de Arquivo Municipal, contudo não há ninguém especificamente a exercer funções.

No organograma do município é possível visualizar que o Arquivo se encontra na mesma seção que a Biblioteca, estando ambos na Divisão de Intervenção Social (*Organograma - Câmara Municipal de Chamusca, 2021*), isto é, na área da Cultura.

Perante os dados recolhidos via inquérito, é indicado que o arquivo se encontra em mais do que um polo, estando indicadas como limitação de acesso à documentação as infraestruturas inapropriadas para o correto acondicionamento/ armazenamento da documentação.

Assim, na sequência do esclarecimento por via do município, identificamos 1 técnico superior cuja formação é a licenciatura em ciências documentais, do sexo masculino, com idade compreendida entre os 21-30 anos, sendo também este o elemento responsável pelo arquivo.

O Arquivo Municipal refere, em resposta ao inquérito, que não tem certificação da qualidade ou certificado de Sistema de Gestão da Qualidade.

O arquivo municipal não fez qualquer candidatura ao PARAM (*Programa de Apoio à Rede de Arquivos Municipais*).

Nos últimos dois anos, as formações registadas abordaram a temática da avaliação da informação arquivística, e foram destinadas aos técnicos superiores.

Aproximadamente 3 gestores de informação deste município, que embora qualificados na área da Ciência da Documentação e Informação e/ou na área de arquivo, não exercem a função para a qual são formados, desempenhando funções de apoio aos órgãos autárquicos.

3.5.7. Arquivo Municipal de Coruche

O município de Coruche abrange a área aproximadamente 1 116 km², sendo a sua população residente de 17629 habitantes, com uma densidade populacional de 15,8. O número de mulheres é de 9 340, logo superior ao dos homens, que é de 8 289. Mantém também uma prevalência dos habitantes de idade superior a 65 anos (5 560) face aos habitantes com idade inferior a 15 anos (1 854). Desta forma, concluímos que o índice de envelhecimento é o maior de toda a região de Lezíria do Tejo, cifrando-se em 299,9 (*Retorno de Informação aos Respondentes Municípios: Coruche*, 2019, p. 1).

No que remete para as despesas em atividades culturais e de desporto, para este município correspondem a 659 milhares de euros, considerando destes 86 milhares de euros para despesas de arquivo e bibliotecas, sendo esta a despesa de menor dimensão face às restantes relativas a cultura e desporto dentro do município (*Retorno de Informação aos Respondentes Municípios: Coruche*, 2019, p. 3).

A comunicação do arquivo municipal de Coruche regista-se essencialmente na página dos serviços *online*, que é possível aceder também através do *site* da Câmara Municipal de Coruche.

Este arquivo municipal tem regulamento arquivístico próprio, e publicado em *Diário da República* (Deliberação n.º 1329/2019, 2019; Regulamento Do Arquivo da Câmara Municipal de Coruche, 2007).

Atendendo às informações prestadas via inquérito, o arquivo municipal integra o Serviço de Expediente e Arquivo, e depende da Divisão de Administração Geral.

Relativamente às condições de acesso e utilização dos documentos, as mesmas estão definidas nos regulamentos, sendo possível a reprodução da documentação via fotocópia.

É permitida a consulta presencial dos documentos, e é efetuada unicamente nas instalações da Câmara Municipal, e durante o horário de funcionamento dos serviços competentes (Regulamento Do Arquivo da Câmara Municipal de Coruche, 2007, p. 7).

Todavia, no art.º 20º, esclarece que a consulta de originais raros ou em mau estado de conservação está sujeita a autorização do responsável técnico do arquivo (Regulamento Do Arquivo da Câmara Municipal de Coruche, 2007, p. 7).

Com base no regulamento do Arquivo Municipal, são delimitados os procedimentos para destruição de documentos, respeitando a legislação vigente, preservando também a integridade e a conservação da documentação.

Estão indicados entre 4 a 6 gestores de informação afetos ao arquivo municipal de Coruche, pedimos mais esclarecimentos, contudo até à data ainda não obtivemos informação. Perante os dados do mapa de pessoal e os presentes nas respostas ao inquérito, considerámos para efeitos de representatividade 3 assistentes técnicos: 2 com 12.º ano, e outro com outra formação; 1 técnico superior com licenciatura noutra área do conhecimento e, finalmente, 1 assistente operacional cuja formação remete para o 9.º ano.

Perante as respostas ao inquérito, aferimos que tanto os gestores de informação afetos ao arquivo, tanto os assistentes técnicos e os assistentes operacionais são do sexo feminino, não tendo sido indicado o sexo dos técnicos superiores. As faixas etárias dos mesmos variam de técnico superior dos 41-50 anos; e no caso dos assistentes técnicos 51-61, e mais de 62 anos no caso dos assistentes operacionais.

O responsável do arquivo tem o 12.º ano de escolaridade, é do sexo masculino e a sua idade está compreendida entre os 51-61 anos, que corresponde assim à descrição formulada dos assistentes técnicos.

Perante os dados disponíveis no inquérito é esclarecido que o município não se candidatou ao Programa de Apoio À Rede de Arquivos Municipais. Contudo, perante as informações presentes no relatório de avaliação do PARAM, esclarece que este Arquivo Municipal faz parte do grupo de 86 municípios que manifestaram intenção de candidatura ao PARAM, embora a mesma não tenha sido concretizada e já tivessem afeto ao arquivo o técnico superior (Henriques, 2008, p. 17).

O Arquivo Municipal refere em resposta ao inquérito que não tem certificação da qualidade ou certificado de Sistema de Gestão da Qualidade.

As formações dos últimos dois anos desenvolvidas no Arquivo Municipal de Coruche dirigiram-se aos assistentes técnicos, e abordaram temas como: massas documentais acumuladas e tecnologias da informação e comunicação.

3.5.8. Arquivo Municipal da Golegã

O Município da Golegã, com 76,1 km² e 5 375 habitantes, é o município com menor população de toda a região da Lezíria do Tejo. O número de homens e mulheres deste município é bastante semelhante. Regista-se uma discrepância de valores entre os habitantes maiores de 65 anos (1 465) e os menores de 15 anos (616), o que nos remete para um índice de envelhecimento de 237,8 (*Retorno de Informação aos Respondentes Municípios: Golegã*, 2019, p. 1).

Se verificarmos as informações disponíveis relativamente a despesas associadas à cultura neste município, estas remetem-nos para 733 milhares de euros, e desses são ministrados cerca de 69 milhares de euros a bibliotecas e arquivos (*Retorno de Informação aos Respondentes Municípios: Golegã*, 2019, p. 3).

Este arquivo municipal respondeu ao questionário via telefone, esclarecendo que não tinha arquivo aberto ao público nem arquivista afeto. Não foi também possível encontrar informações no *site* da Câmara Municipal da Golegã.

É a partir do organograma do município que é possível apurar que o arquivo está integrado na área de Expediente e Arquivo, da Divisão Municipal de Administração e Finanças (DAF), cuja responsável é a Dra. Ana Cristino (Organograma Municipal 2020, 2020). Porém, não é possível localizar regulamento arquivístico próprio.

3.5.9. Arquivo Municipal de Rio Maior

O município de Rio Maior tem uma área de 270 km² e uma população residente de 20 340 habitantes, sendo a densidade populacional de 74,6. O número de mulheres (10 606) é superior ao dos homens (9 734) e de habitantes com idade superior ou igual a 65 anos (4 728) ao número de habitantes com idade menor a 15 anos (2 699). Estes dados encaminham-nos a um evidente índice de envelhecimento, de aproximadamente 175,2 (*Retorno de Informação aos Respondentes Municípios: Rio Maior*, 2019, p. 1).

As despesas associadas a cultura e desporto neste município correspondem a 1 264 milhares de euros, sendo que desse valor 243 milhares de euros são atribuídos a Bibliotecas e Arquivo (*Retorno de Informação aos Respondentes Municípios: Rio Maior*, 2019, p. 3)

Atendendo às informações prestadas através do inquérito, o arquivo municipal refere que integra enquanto unidade orgânica a Secção. Todavia, partindo da documentação de regulamentação do município, o arquivo municipal de Rio Maior tem como subunidade orgânica responsável Subunidade de Expediente Geral e Apoio Administrativo aos Órgãos Autárquicos (SEGAAOA) e particularmente um serviço – Serviço de Arquivo (*Orçamento Grandes Opções do Plano 2020*, 2020, p. 109). Deste modo, é um serviço de secção de Expediente Geral e Apoio Administrativo.

Menciona-se, na resposta ao inquérito, que tem regulamento interno próprio, contudo o mesmo não se encontra acessível no *site* da Câmara Municipal.

Refere-se também que existem condicionantes no acesso da documentação, que estão diretamente relacionados com processos de descrição e recuperação da informação pouco eficazes. O suporte facultado para consulta presencial de documentação do Arquivo Municipal é digital, pelo que não existem meios de reprodução de documentos.

O Arquivo Municipal refere em resposta ao inquérito que não tem certificação da qualidade ou certificado de Sistema de Gestão da Qualidade.

Os gestores de informação afetos ao Serviço de Arquivo são 5, conforme informação prestada via inquérito. O técnico superior mencionado tem licenciatura/ bacharelato em outra área do conhecimento; os 3 assistentes técnicos indicados têm o 12.º ano de escolaridade; e por fim, o assistente operacional indicado tem o 9.º ano. Todos os gestores de informação são do sexo feminino. No que concerne às faixas etárias indicadas, face às informações obtidas, o técnico superior integra-se na faixa etária dos 51-61 anos; o assistente operacional ≥ 62 , e por fim, os assistentes técnicos, que englobam as faixas etárias dos 41-50, 51-61 e também ≥ 62 .

O responsável do arquivo é um técnico superior, do sexo feminino, licenciada, cuja idade está situada na faixa 51-61 anos, sendo esta a técnica superior descrita anteriormente.

As formações dos últimos dois anos têm sido dirigidas aos assistentes técnicos, e abordam essencialmente temas como a modernização administrativa.

3.5.10. Arquivo Municipal de Salvaterra de Magos

Salvaterra de Magos tem uma população residente de aproximadamente 2 126, numa área territorial de 244,74 km². A densidade populacional é de 87,2. O número de mulheres (11 200) é superior ao de homens (10 068), e o número de maiores de 65 anos (5 091) é superior ao de menores de 15 anos (2 603). O índice de envelhecimento perante os dados apresentados corresponde a 195,6 (*Retorno de Informação aos Respondentes Municípios: Salvaterra de Magos*, 2019, p. 1).

As despesas ligadas à cultura e ao desporto correspondem a 1 041 milhares de euros, tendo sido ministrados para Bibliotecas e Arquivos 169 milhares euros (*Retorno de Informação aos Respondentes Municípios: Salvaterra de Magos*, 2019, p. 3).

O Arquivo Municipal de Salvaterra de Magos não está aberto ao público, pelo que não está indicado também qualquer horário. Indica, via inquérito, que a unidade orgânica responsável pela sua gestão é a secção, contudo não possui regulamento arquivístico.

Permite a reprodução de documentação através de fotocópia.

Perante os dados disponibilizados através do *site* da Câmara Municipal, é possível indicar além do Arquivo Municipal enquanto serviço, que o município tem também o Serviço de Património Cultural e Arquivo Histórico, e tem por isso gestores de informação distintos (*Estrutura e Organização dos Serviços*, 2020, pp. 3–5; *Mapa de Pessoal*, 2020e, pp. 1–6)

Relativamente aos gestores de informação afetos ao arquivo municipal foram mencionados 3 na resposta ao inquérito. Especificamente 1 técnico superior, cujas suas habilitações académicas nos remetem para a pós-graduação em Ciências da Documentação e Informação; e por outro lado, os assistentes técnicos com o 12.º e o 9.º ano de escolaridade.

O técnico superior é do sexo masculino e corresponde à faixa etária dos 41 aos 50 anos de idade, sendo que os assistentes técnicos são do sexo feminino com idade compreendida dos 51 aos 61 anos de idade. O responsável do arquivo é também o técnico superior mencionado anteriormente. Não há qualquer registo sobre assistentes operacionais neste arquivo municipal.

Atendendo aos dados disponíveis a partir do inquérito, o próprio arquivo municipal esclarece que não houve candidatura ao PARAM (*Programa de Apoio à Rede de Arquivos Municipais*), todavia em 2003 manifestou interesse em candidatar-se mas acabou por não concluir a candidatura (Henriques, 2008, p. 17).

As formações dos últimos dois anos abordavam a temática da classificação documental, e dirigiram-se a todos os gestores de informação afetos ao arquivo, independentemente da sua posição na carreira profissional.

O Arquivo Municipal refere, em resposta ao inquérito, que não tem certificação da qualidade ou certificado de Sistema de Gestão da Qualidade.

3.5.11. Arquivo Municipal de Santarém

Santarém com uma área de 55.51 km², a sua população corresponde também à maior de toda a região da Lezíria do Tejo: 57 398 habitantes. A sua densidade populacional corresponde a 103,9. Embora os dados de população entre homens e mulheres sejam os mais elevados de toda a região, a população é maioritariamente do sexo feminino. É também uma população mais envelhecida, dado que o número de habitantes com mais de 65 anos (14 383) é muito superior ao número de menores de 15 anos (7 506). O índice de envelhecimento corresponde a 191,6 (Retorno de Informação aos Respondentes Municípios: Santarém, 2019, p. 1).

As despesas ligadas à cultura e desporto correspondem a 1 710 milhares de euros, o maior valor atribuído na região. Também o valor ministrado para Bibliotecas e Arquivos é o mais elevado de toda a região, sendo de 256 milhares euros (*Retorno de Informação aos Respondentes Municípios: Santarém, 2019, p. 3*).

O Arquivo Municipal encontra-se aberto ao público, das 9:30 às 17:30, de segunda a sexta-feira. Este é não só o arquivo municipal, mas o arquivo histórico municipal.

O seu acervo é composto pela produção documental e informativa ao longo da sua existência temporal, no âmbito das funções exercidas pelo serviço da Câmara Municipal e da sua administração (*Arquivo Histórico Municipal - Município de Santarém, 2021*).

O arquivo municipal de Santarém está indicado como uma estrutura com atribuições e competências de organização e gestão dos arquivos corrente, intermédio e definitivo da autarquia. No art.º 41.º, define como responsável pela sua gestão a Divisão de Cultura, Património Cultural e Turismo (DCPCT) (Regulamento n.º 757/2019, 2019, p. 234).

Os dados recolhidos a partir do inquérito realizado indicam como as limitações de acesso à documentação do arquivo municipal a conservação e preservação da

documentação indevida/inexistente, ainda que seja possível a consulta pública da documentação presencialmente.

Segundo o regulamento do arquivo, é proporcionada a consulta pública de documentos originais do arquivo, e se necessário, o arquivo municipal tem serviços próprios de reprodução de documentos, neste caso a digitalização (Regulamento Do Arquivo Municipal, 2008, p. 11139).

O Arquivo Municipal refere, em resposta ao inquérito, que não tem certificação da qualidade ou certificado de Sistema de Gestão da Qualidade.

Perante os esclarecimentos obtidos na sequência dos dados apurados nos inquéritos, é claro que as profissionais de informação desempenham funções no Arquivo Histórico, na Biblioteca Municipal. Desta forma, estão indicados 2 gestores de informação: 1 técnica superior indicada tem pós-graduação em CDI, e insere-se entre os 41 e 50 anos; e 1 assistente técnica, que se integra na faixa etária entre os 51-61 anos, tem mestrado em CDI. Esta encontra-se, conforme indicado pela mesma, em fase de concurso para técnica superior de arquivo. Relativamente ao responsável, este é o chefe de Divisão Património, Cultura e Turismo, cuja idade se insere entre os 51-61 anos e com formação Mestrado em CDI (variante Arquivo) ou equivalente.

Registou-se a candidatura ao PARAM em 2001, no âmbito do *apoio à instalação do Arquivo Municipal em parte de edifício multifuncional a construir de raiz*, tendo a mesma sido aprovada (Henriques, 2008, pp. 7-10-74). Todavia, a informação prestada por inquérito sobre esta candidatura remete para o oposto, pelo que não permite perceber se já havia técnico superior à data da candidatura.

Existe ainda no município um colaborador com formação na área da CDI e/ou na área de arquivo, mas que não que exerce a função da sua qualificação.

3.6. Região Médio Tejo

A Região Médio Tejo localiza-se na região Centro do país (NUTS II), inclui 13 municípios: Abrantes, Alcanena, Constância, Entroncamento, Ferreira do Zêzere, Mação, Ourém, Sardoal, Sertã, Tomar, Torres Novas, Vila de Rei e Vila Nova da Barquinha (*Portal Regional do Médio Tejo*, 2021).

3.6.1. Arquivo Municipal de Abrantes

O município de Abrantes tem aproximadamente 715 km² e a sua população residente é 35 377 habitantes, que corresponde a 49,5 de densidade populacional. O número de mulheres é superior ao dos homens – 18 518 e 16 859, respetivamente. Neste município, o número de habitantes com idade superior a 65 anos é o maior número de toda a região de Médio Tejo, correspondente a 10 113 habitantes. Por outro lado, o número de habitantes com menos de 15 anos é de 3 907 habitantes. Desta forma, o índice de envelhecimento corresponde a 258,8 (*Retorno de Informação aos Respondentes Municípios: Abrantes*, 2019, p. 1).

É também neste município que as despesas em Atividades Culturais e Desporto assumem um maior destaque, remetendo para o valor de 2 807 milhares de euros. Estão ministrados para Bibliotecas e Arquivos 667 milhares de euros, também este o maior valor de toda a Região do Médio Tejo (*Retorno de Informação aos Respondentes Municípios: Abrantes*, 2019, p. 3).

O Arquivo Municipal de Abrantes, atualmente intitulado Arquivo Municipal Eduardo Campos, encontra-se aberto ao público. Conforme informações prestadas em resposta ao inquérito, o horário de dias úteis é das 9:00 às 15:30, embora a informação que consta na página Internet do município seja diferente.

O edifício deste arquivo foi inaugurado em 2009, muito embora já existisse arquivo antes dessa data. É lá que está custodiado o documento mais antigo, que é um foral do século XIII. O edifício localiza-se na Zona Industrial de Alferrarede, e propõe custodiar, preservar e promover os fundos documentais locais. A construção do mesmo atende às condições técnicas e ambientais necessárias a uma boa conservação e difusão dos documentos (*CM Abrantes - Arquivo Municipal Eduardo Campos*, 2015), permitindo também centralizar o acervo documental num só edifício.

O Arquivo Municipal de Abrantes tem apresentado diversos projetos, quer de recuperação de documentos/ obras, quer ao nível da digitalização. Exemplo disso mesmo é o caso da recuperação de um livro datado de 1600, assim como o projeto de digitalização. Este projeto a decorrer desde 2011, findou em 2020, e mobilizou os funcionários e os técnicos do arquivo para a digitalização de todos os processos relacionados com o município e também com o arquivo histórico. Este projeto ambicionava que todos os documentos fossem digitalizados e, que o papel fosse utilizado somente no indispensável, diminuindo o suporte de papel e custos inerentes à sua conservação (*O MIRANTE / Arquivo Municipal de Abrantes, 2020*).

Conforme esclarecido pelo responsável na entrevista mencionada, prevê-se que ainda durante 2021 se torne consultável um repositório que reúna toda a informação do arquivo municipal, principalmente a histórica para dar a conhecer o município a todo o seu público. Esclarece ainda que a grande maioria dos documentos se encontra digitalizada, ainda que mantenha os originais, especialmente os históricos em suporte papel atendendo à sua conservação correta (*O MIRANTE / Arquivo Municipal de Abrantes, 2020*).

Na consulta presencial da documentação estão acessíveis os originais, e está disponível como meio de reprodução da documentação a digitalização. Em concordância com a informação prestada no inquérito, as limitações no acesso da documentação remetem não só ao novo Regulamento Geral de Proteção de Dados, mas também para o contexto da pandemia Covid-19.

À data da publicação da informação sobre o Arquivo Municipal na página do município, em 2015, é esclarecido que o regulamento interno se encontrava em execução. Atualmente, o arquivo tem um regulamento interno, que não se encontra acessível através da página da autarquia.

Indicado pelo inquérito dirigido ao arquivo municipal a unidade orgânica responsável pelo Arquivo Municipal é a Divisão, neste caso a Divisão de Sistemas de Informação. Atendendo à documentação da estrutura orgânica do município, está indicado em particular o Serviço de Arquivo (Despacho n.º 8412/2020, 2020, p. 206).

Conforme informações prestadas pelo Arquivo, existem vários serviços, tais como: Desenvolvimento, Gestão de Informação, Arquivo Municipal, *Helpdesk* e Administração de Sistemas.

Desta forma, as informações referentes aos recursos humanos têm em conta essas separações de serviços. Ainda que numa primeira fase o Arquivo Municipal tenha

indicado entre 4 a 6 gestores de informação, quando solicitados esclarecimentos informa que tem vinculados 22 gestores de informação: 9 técnicos superiores e 13 assistentes técnicos, a toda a Divisão de Sistema de Informação.

Conforme os esclarecimentos prestados pelo arquivo municipal, o serviço próprio de Arquivo Municipal tem afetos 5 assistentes técnicos, cujas habilitações académicas são o 12.º ano. São 3 elementos do sexo masculino, de idade entre os 41 e os 50 anos; os restantes 2 são do sexo feminino, da mesma faixa etária.

Acrescenta ainda que no Serviço de Sistemas de Informação estão afetos 4 elementos: 2 técnicos superiores cuja formação é especializada na área de arquivo e documentação (licenciatura/ bacharelato), 1 é do sexo masculino entre os 31 e os 40 anos e o outro elemento do sexo feminino, cuja idade entre os 41 e os 50 anos. Estão também vinculados 2 assistentes técnicos, cuja formação se enquadra no 12.º ano de escolaridade, sendo 1 do sexo masculino e 1 do sexo feminino, nas idades compreendidas entre os 51 e os 60 anos.

Neste caso, é referido também o Serviço de Sistemas de Informação, uma vez que os técnicos superiores são qualificados em CDI embora não estejam efetivamente afetos ao serviço de arquivo municipal

Refere em resposta ao inquérito que não tem certificação da qualidade ou certificado de Sistema de Gestão da Qualidade.

Perante as informações prestadas via inquérito, é esclarecido que o arquivo municipal de Abrantes se candidatou e beneficiou de apoio através do PARAM. Foram dois os tipos de apoio distintos em 2003 (Henriques, 2008, p. 72): instalação do Arquivo Municipal em edifício a construir de raiz, para uso exclusivo do Arquivo, e o outro apoio para a gestão e tratamento arquivístico (aquisição de equipamentos) (Henriques, 2008, p. 7). Antes da candidatura, o arquivo não tinha técnico superior, e mantém o mesmo técnico superior desde então.

A formação dos últimos dois anos foi dirigida especialmente aos assistentes técnicos, sendo indicados como temáticas abordadas a catalogação, o tratamento e conservação de suportes digitais.

3.6.2. Arquivo Municipal de Alcanena

O município de Alcanena corresponde a uma área territorial de 10,31 km², tendo uma densidade populacional de sensivelmente 101. Os dados do INE remetem-nos para uma

população residente deste município de cerca de 12 860 habitantes. Neste município, os dados remetem-nos para uma diferença pouco significativa entre habitantes do sexo masculino e feminino. O número de habitantes com mais de 65 anos é substancialmente superior ao número de habitantes com menos de 15 anos (3 379 para 1 619, respetivamente), o que revela uma população consideravelmente envelhecida e conseqüentemente fora de idade ativa, que corresponde a um índice de envelhecimento de 208,7 (*Retorno de Informação aos Respondentes Municípios: Alcanena*, 2019, p. 1).

Os dados referentes a despesas da Câmara Municipal em atividades culturais e de desporto corresponde a 849 milhares de euros, tendo sido atribuídos a bibliotecas e arquivos 163 milhares de euros (*Retorno de Informação aos Respondentes Municípios: Alcanena*, 2019, p. 3).

Na ausência de resposta ao inquérito, foi estabelecido contacto com a Biblioteca Municipal e com os Recursos Humanos, tendo sido esclarecido que não tinha serviço de arquivo criado e aberto ao público, uma vez que à data do contacto não existia alguém a trabalhar no arquivo, nem ninguém com formação em Ciência da Informação.

No jornal da região esclarece o início de um processo para o Arquivo Municipal que nos remete para 07 de julho de 2016. Com o projeto aprovado seria de prever a apresentação do regulamento para o Arquivo Municipal, sendo este considerado *o primeiro de um conjunto de passos para organizar o Arquivo, que se encontra disperso e sem um espaço definido* (*Alcanena: Iniciado processo para Arquivo Municipal*, 2016).

Contudo, no âmbito da criação de postos de trabalho, surge o procedimento concursal para a categoria de técnico superior para Arquivo em outubro de 2019 (Aviso (extrato) n.º 17011/2019, 2019).

3.6.3. Arquivo Municipal de Constância

A área do concelho de Constância é de 80,37 km² e tem uma população residente de sensivelmente 4 002 habitantes, e a sua densidade populacional corresponde a aproximadamente 49,8. O número de mulheres (2 156) mantém-se superior ao dos homens (1 846). Relativamente aos dados do município, o número de habitantes com mais de 65 anos é o menor de toda a Região Médio Tejo, com 884 habitantes, o número de habitantes com menos de 15 anos é de cerca de 535. Desta forma, o índice de

envelhecimento leva-nos a considerar ser um dos mais baixos de toda a região, com 165,2 (*Retorno de Informação aos Respondentes Municípios: Constância*, 2019, p. 1).

Os dados referentes a despesas da Câmara Municipal em atividades culturais e de desporto foi de 701 milhares de euros, e atribuídos a bibliotecas e arquivos 274 milhares de euros (*Retorno de Informação aos Respondentes Municípios: Constância*, 2019, p. 3).

Com o município de Constância, nasce paralelamente o Arquivo Municipal, uma vez que os seus acervos documentais resultam da custódia de documentação produzida pela Câmara Municipal e respeitante ao Município.

Ao longo da sua história, existiram fatores que abalaram o arquivo e o seu acervo, tais como: os atos de vandalismo resultantes das Invasões Francesas afetaram fortemente o Arquivo, as frequentes cheias nos rios Tejo e Zêzere, que frequentemente inundavam o local onde estava área de arquivo, assim como questões territoriais, que anexavam e desanexavam o concelho de Constância e Abrantes. Todavia, em janeiro de 1898, foi finalmente constituído como atualmente o reconhecemos, e a documentação não mais saiu (*Arquivo Municipal de Constância / Diretório BAD*, 2015).

A comunicação deste arquivo ocorre no próprio *site* da Câmara Municipal, assim como num portal próprio, que permite consultar os fundos documentais disponíveis (*Arquivo Municipal de Constância - Archeevo*, 2013). Integra também o diretório da Associação Portuguesa de Bibliotecários, Arquivistas, Profissionais da Informação e Documentação (BAD). Diretório este que se apresenta, desde 2015, como um recurso de referência sobre os Arquivos Municipais para os cidadãos em geral, particularmente para alunos, investigadores e técnicos (*Diretório BAD*, 2015).

O Arquivo Municipal de Constância encontra-se aberto ao público, em dias úteis das 9:00 às 15:00 e sujeito a marcação prévia, embora na página do município a informação seja diferente. O seu regulamento arquivístico está publicado em *Diário da República* (Edital n.º 404/2009, 2009), e a sua unidade orgânica responsável indicada via inquérito é a Secção.

Na consulta presencial da documentação é permitido o acesso aos originais. Os meios de reprodução de documentos disponibilizados são as fotocópias e a digitalização, tendo sido indicadas como limitações ao acesso à documentação a carência de recursos humanos especializados.

O Arquivo Municipal refere, em resposta ao inquérito, que não tem certificação da qualidade ou certificado de Sistema de Gestão da Qualidade.

O Arquivo Municipal candidatou-se e beneficiou de apoio do PARAM em 2002. Este apoio passava pelo apoio à instalação do arquivo num edifício já existente, mas que fosse para uso exclusivo do Arquivo (Henriques, 2008, p. 72). Aquando da candidatura ao programa, já possuía técnico superior, que embora não seja o mesmo, ainda existem técnicos superiores vinculados ao Arquivo Municipal.

Os gestores municipais vinculados ao arquivo são 2. Contém as carreiras profissionais de técnico superior e assistente técnico. O técnico superior, e também responsável pelo arquivo municipal, é mestre em Ciências da Documentação e Informação, do sexo masculino e com idade compreendida entre os 41 e os 50 anos. O assistente técnico com 12.º ano de escolaridade, do sexo feminino e na faixa etária dos 51 aos 60 anos.

Não há informação sobre formações dirigidas ao arquivo nos últimos dois anos. Neste município existem colaboradores com formação na área da ciência da informação e/ou na área de arquivo, a exercer funções, também na Biblioteca Municipal.

3.6.4. Arquivo Municipal do Entroncamento

O município do Entroncamento tem 13,73 km² e uma população residente de sensivelmente 21 214 habitantes, sendo a densidade populacional de aproximadamente 1545,1 a mais elevada de toda a região. Relativamente aos dados de género da população, esclarece-se que o número de mulheres (11 287) mantém-se superior ao dos homens (9 927). O número de habitantes com mais de 65 anos (4 054) é comparativamente superior ao número de habitantes com menos de 15 anos (3 067). O índice de envelhecimento deste município é de 132,2 o mais baixo de toda a Região Médio Tejo (*Retorno de Informação aos Respondentes Municípios: Entroncamento*, 2019, p. 1).

Os dados referentes a despesas da Câmara Municipal em atividades culturais e de desporto foi de 1 095 milhares de euros, e atribuídos a bibliotecas e arquivos 108 milhares de euros (*Retorno de Informação aos Respondentes Municípios: Entroncamento*, 2019, p. 3).

O Arquivo Municipal encontra-se aberto ao público, ainda que com horário diferente do habitual devido à pandemia Covid-19 – 8:30 até às 13:00. Embora não tenha regulamento arquivístico, existe um procedimento na página do município para elaboração do mesmo (*Aviso Publicitação de Início de Procedimento e Participação*

Procedimental, 2018). A unidade orgânica responsável pelo Arquivo Municipal é a Divisão Administração Geral (Despacho n.º 7159/2016, 2016, p. 17110).

Face à situação pandémica atual, o Arquivo Municipal possui um plano de contingência publicado na página da autarquia, que delimita as recomendações da Direção Geral do Livro, dos Arquivos e das Bibliotecas para utilização do espaço («Plano de Contingência - Covid-19», 2020).

Na consulta presencial de documentação, são disponibilizados os documentos originais, sendo possível reproduzir os mesmos através dos meios de reprodução disponíveis no arquivo: a digitalização. As limitações indicadas no acesso à documentação são as infraestruturas inapropriadas para o correto acondicionamento/armazenamento da documentação

O Arquivo Municipal refere em resposta ao inquérito que não tem certificação da qualidade ou certificado de Sistema de Gestão da Qualidade.

Perante os dados disponíveis no inquérito, é esclarecido que o município não se candidatou ao Programa de Apoio à Rede de Arquivos Municipais. Contudo, perante as informações presentes no relatório de avaliação do PARAM, esclarece que o Arquivo Municipal faz parte do grupo de 86 municípios que manifestaram intenção de candidatura ao PARAM, embora a mesma não tenha sido concretizada (Henriques, 2008, p. 17).

Relativamente aos recursos humanos afetos ao Arquivo Municipal, foram indicados 3 gestores de informação: 1 técnico superior, 1 assistente técnico e 1 assistente operacional. O técnico superior indicado é também o responsável pelo arquivo, mestre em Ciências da Documentação e Informação, sendo do sexo feminino, e a faixa etária indicada entre os 41 e os 50 anos. Segue-se o assistente técnico com o 9.º ano de escolaridade com ≥ 62 , do sexo masculino. Por fim, o assistente operacional da mesma faixa etária que o anterior, cuja formação remete para o ensino básico (9º ano também), e é do sexo feminino.

3.6.5. Arquivo Municipal de Ferreira do Zêzere

Ferreira do Zêzere tem uma área territorial de cerca 190,4 km², a sua população residente de sensivelmente 7 989 habitantes. A densidade populacional corresponde a aproximadamente 42. A diferença do número de habitantes do sexo masculino e feminino é pouco significativa, mas ainda assim o número de mulheres prevalece. O número de habitantes com mais de 65 anos é substancialmente superior ao número de habitantes com

menos de 15 anos – 2 190 e 854 habitantes, respetivamente - , conseqüentemente demonstra um envelhecimento da população mais evidente e um índice de envelhecimento de 256,4 (*Retorno de Informação aos Respondentes Municípios: Ferreira do Zêzere*, 2019, p. 1).

Os dados referentes a despesas da Câmara Municipal em atividades culturais e de desporto foi de 605 milhares de euros, e atribuídos a bibliotecas e arquivos 241 milhares de euros, correspondendo ao maior valor das variantes associadas a atividades culturais e criativas (*Retorno de Informação aos Respondentes Municípios: Ferreira do Zêzere*, 2019, p. 3).

Os primórdios da formação do serviço de arquivo do município de Ferreira do Zêzere remontam a julho de 2009, período em que paralelamente se iniciava o processo de inventariação da documentação definitiva, que durou alguns anos, dado que a documentação se encontrava em depósitos dispersos, acumulada e sem atender a condições de acondicionamento e conservação corretos. Em 2014, com mais tempo dispensado para o projeto, é elaborado um Plano de Classificação. No que concerne à documentação corrente e intermédia, esta localiza-se junto de cada serviço/setor, e em alguns casos, acumulada (*Arquivo Municipal de Ferreira do Zêzere | Diretório BAD*, 2015).

O Arquivo Municipal não se encontra aberto ao público, nem possui regulamento arquivístico. Não permite consulta/acesso aos documentos históricos sem marcação, e tem sempre por base os critérios de condições de conservação. Não existe sala de leitura do Arquivo. Por outro lado, no que se refere aos arquivos corrente e intermédio, o acesso interno é livre, sendo feito diretamente pelos funcionários.

Este Arquivo Municipal integra o diretório da Associação Portuguesa de Bibliotecários, Arquivistas, Profissionais da Informação e Documentação (BAD) (*Diretório BAD*, 2015).

Perante as informações prestadas via inquérito, o respondente esclarece que não existem serviços próprios de reprodução afetos ao arquivo. Contudo, consta a seguinte informação relativamente à reprodução de documentos: no arquivo histórico é permitida a digitalização atendendo às condições de conservação do mesmo, sendo que em todas as restantes situações é utilizada como reprodução a fotocópia (*Arquivo Municipal de Ferreira do Zêzere | Diretório BAD*, 2015).

Relativamente à unidade orgânica responsável é indicada a Divisão, neste caso a Divisão de Administração e Serviços Instrumentais (*Organograma dos Serviços Municipais de Ferreira do Zêzere*, 2012).

Perante os dados disponíveis no inquérito, é esclarecido que o município não se candidatou ao Programa de Apoio À Rede de Arquivos Municipais.

As limitações de acesso à documentação indicadas em resposta ao inquérito indicam a ausência de recursos humanos, uma vez que não há quaisquer gestores de informação vinculados.

O Arquivo Municipal refere em resposta ao inquérito que não tem certificação da qualidade ou certificado de Sistema de Gestão da Qualidade.

No município, os colaboradores com formação em CDI estão vinculados à área da Biblioteca. São aproximadamente 5 elementos: a coordenadora da biblioteca e 4 assistentes técnicos.

3.6.6. Arquivo Municipal de Mação

Mação corresponde a uma área territorial de 400 km² e tem uma população residente de sensivelmente 6 323 habitantes, e a sua densidade populacional corresponde a aproximadamente 15,8, sendo a mais baixa de toda a região Médio Tejo. O número de habitantes do sexo feminino é superior ao número de habitantes do sexo masculino, embora a diferença seja ligeira: 3 330 e 2 993 habitantes, respetivamente. O número de habitantes com mais de 65 anos (2 269 habitantes) é bastante superior ao número de habitantes com menos de 15 anos (468 habitantes); consequentemente o índice de envelhecimento é de 484,8 o maior de toda a Região do Médio Tejo (*Retorno de Informação aos Respondentes Municípios: Mação*, 2019, p. 1).

Os dados referentes a despesas da Câmara Municipal em atividades culturais e de desporto é de 743 milhares de euros, e atribuídos a bibliotecas e arquivos 91 milhares de euros, a atividade de menor valor atribuído em atividades culturais e criativas dentro do município (*Retorno de Informação aos Respondentes Municípios: Mação*, 2019, p. 3).

O Arquivo Municipal de Mação não se encontra aberto ao público. Porém, possui regulamento interno, que se encontra disponível e acessível a todos através da página da Internet do município.

A unidade orgânica responsável é Divisão Administrativa e Financeira (*Organigrama da Câmara Municipal de Mação*, 2013).

A consulta da documentação é feita através do suporte digital e também dos originais. Conforme as informações prestadas no inquérito, estão indicados como meios de reprodução de documentos a fotocópia e a digitalização, ainda que *a digitalização não seja feita em digitalizador apropriado para determinado tipo de documentação, como livros de atas antigos e de outros registos*. As limitações indicadas são fundamentalmente a carência de recursos humanos especializados.

Perante os dados disponíveis no inquérito, é esclarecido que o município não se candidatou ao Programa de Apoio à Rede de Arquivos Municipais. Contudo, perante as informações presentes no relatório de avaliação do PARAM, esclarece que o Arquivo Municipal deste município faz parte do grupo de 86 municípios que manifestaram intenção de candidatura ao PARAM, embora a mesma não tenha sido concretizada e já tivessem afeto ao arquivo o técnico superior (Henriques, 2008, p. 17).

O Arquivo Municipal refere, em resposta ao inquérito, que não tem certificação da qualidade ou certificado de Sistema de Gestão da Qualidade.

No âmbito do Projeto PEPAL, na sua 6.^a edição – 2.^a fase, pretendia o recrutamento de um estagiário licenciado em Ciências Documentais, ou formação equivalente, cuja variante seja Arquivo (*Aviso N.º 19/2020*, 2020).

Estão indicados 2 gestores de informação afetos ao arquivo municipal: 1 técnico superior com pós-graduação em CDI, variante biblioteca, e também 1 assistente técnico cuja formação 12.º ano. A técnica superior indicada é do sexo feminino, sendo a sua faixa etária compreendida entre os 41-50 anos, e o assistente técnico do sexo masculino com idade entre os 51-61 anos.

O responsável vinculado ao arquivo é licenciado/bacharel noutra área de conhecimento que não as CDI, sendo do sexo feminino, e tem entre 31 e 40 anos, sendo provavelmente a Chefe de Divisão

Os gestores de informação existentes no município, e que não exercem funções no Arquivo desempenham funções de coordenação da Biblioteca. Conforme esclarecido no inquérito: *A Coordenadora da Biblioteca tem uma pós-graduação na área, mas não está afeta ao serviço propriamente dito de Arquivo, mas sim dos Serviços da Biblioteca. Gere o Arquivo da Biblioteca Municipal.*

3.6.7. Arquivo Municipal de Ourém

Ourém tem um território cuja área é de cerca 417 km². A sua população tem o maior número da população da região do Médio Tejo, com 44 068 habitantes. A densidade populacional corresponde a aproximadamente 105,8. O número de mulheres (23 233), apesar superior ao número homens (20 835), apresenta uma diferença pouco significativa. Apesar de os dados indicarem um número de habitantes com mais de 65 anos (9 859), superior ao número de habitantes com menos de 15 anos, estes últimos destacam-se por apresentarem o número mais elevado de toda a Região Médio Tejo (5 316 habitantes). O índice de envelhecimento é de 185,5 (*Retorno de Informação aos Respondentes Municípios: Ourém*, 2019, p. 1).

Os dados referentes a despesas da Câmara Municipal em atividades culturais e de desporto foi de 1 070 milhares de euros, e atribuído a bibliotecas e arquivos o menor valor para atividades culturais e criativas do município: 134 milhares de euros (*Retorno de Informação aos Respondentes Municípios: Ourém*, 2019, p. 3)

O Arquivo Municipal encontra-se aberto ao público, mediante marcação de segunda a sexta-feira, no horário compreendido entre 09:00 e as 13:00, e das 14:00 às 17:00. O regulamento arquivístico do Arquivo, apesar de interno, está disponível a todos através da página de Internet do município.

É possível realizar a consulta presencial, atendendo aos diplomas legais em vigor, mas também a consulta remota, através do catálogo do Arquivo Histórico Municipal (*Município de Ourém | Arquivo Histórico - Município de Ourém*, 2021). Na consulta presencial, é possível aceder aos originais da documentação, quando as suas condições de conservação assim o permitem. Os meios de reprodução possíveis de utilização são a digitalização. Conforme as informações prestadas via inquérito, as limitações no acesso à documentação presentes são a inexistência e/ou a indevida conservação e preservação da documentação. A unidade orgânica responsável é a Divisão Sociocultural.

O Arquivo Municipal de Ourém candidatou-se e beneficiou de apoio do PARAM em 1999. Este apoio destinou-se à gestão de arquivos e tratamento arquivístico (Henriques, 2008, p. 72). Aquando da candidatura ao programa não tinha técnico superior, mas atualmente já tem vinculado ao arquivo municipal.

O Arquivo Municipal refere, em resposta ao inquérito, que não tem certificação da qualidade ou certificado de Sistema de Gestão da Qualidade.

Relativamente aos recursos humanos vinculados ao Arquivo Municipal são 2. O técnico superior mencionado é mestre em outra área que não em Ciência da Informação,

porém com uma forte componente científica nesta área, uma vez que é em História e Património – Ramo de Arquivos Históricos. O assistente técnico identificado tem o 12.º ano de escolaridade. Todos os elementos indicados são do sexo feminino, e as suas faixas etárias variam entre 41 e 50 anos para técnico superior, e 51 e os 61 anos para assistente técnico.

O responsável identificado, conforme os dados do inquérito, é do sexo feminino, insere-se na faixa etária entre os 41 e os 50 anos de idade. As suas qualificações académicas são a pós-graduação em Ciências da Documentação e Informação.

As formações efetuadas nos últimos dois anos dirigiram-se aos técnicos superiores, sendo a temática abordada a avaliação documental.

3.6.8. Arquivo Municipal de Sardoal

O município de Sardoal caracteriza-se por uma área de 92,15 km² e tem uma população residente de sensivelmente 3 739 habitantes, e a sua densidade populacional corresponde a aproximadamente 40,6. A diferença entre habitantes do sexo masculino e feminino deste município não é grande, ainda assim o número de mulheres é superior. Os habitantes com mais de 65 anos destacam-se face aos menores de 15, embora a diferença também não seja muito significativa. O índice de envelhecimento corresponde a 260,8 (*Retorno de Informação aos Respondentes Municípios: Sardoal, 2019, p. 1*).

Os dados referentes a despesas da Câmara Municipal em atividades culturais e de desporto foi de 771 milhares de euros, em 2018, e atribuídos a bibliotecas e arquivos 189 milhares de euros (*Retorno de Informação aos Respondentes Municípios: Sardoal, 2019, p. 3*).

O edifício onde está instalado o arquivo municipal é o mesmo da Loja do Cidadão, e estão asseguradas as condições de conservação e preservação da documentação.

O Arquivo Municipal do Sardoal encontra-se aberto ao público, mas como não tem funcionário no local terá de haver marcação prévia. Propõe-se assegurar a valorização e preservação do acervo documental enquanto património municipal, atendendo aos princípios arquivísticos de *organização, classificação, inventariação, conservação, difusão e acesso desse património* (CM Sardoal - ARQUIVO MUNICIPAL, 2021).

Possui regulamento próprio, e publicado em *Diário da República*. Tem como unidade orgânica responsável a Divisão Administrativa e Recursos Humanos da Câmara Municipal de Sardoal, integrando a Secção de Expediente, Arquivo Geral e Reprografia (Regulamento do Arquivo Geral da Câmara Municipal de Sardoal, 2011, p. 2).

A consulta pública da documentação é feita através dos originais, em espaço próprio definido pela Câmara Municipal. Os meios de reprodução disponibilizados são essencialmente as fotocópias, e as limitações no acesso à documentação descritas são a ausência de recursos humanos.

Os recursos humanos descritos para este Arquivo Municipal são 2 elementos. Na carreira profissional de técnico superior encontra-se a formação ao nível da pós-graduação em CDI, sendo que a carreira profissional de assistente técnico descreve a formação a nível do 12.º ano de escolaridade. Todos os membros são do sexo feminino, sendo as faixas etárias indicadas dos 41 aos 50 anos para técnicos superiores, e 51 e 61 anos para os assistentes técnicos.

O responsável indicado é também o técnico superior mencionado.

O Arquivo Municipal refere, em resposta ao inquérito, que não tem certificação da qualidade ou certificado de Sistema de Gestão da Qualidade.

Perante os dados disponíveis no inquérito, é esclarecido que o município não se candidatou ao Programa de Apoio à Rede de Arquivos Municipais.

As formações dos últimos dois anos dirigiram-se às duas carreiras profissionais indicadas neste arquivo: técnico superior e assistente técnico. Desenvolveram-se no âmbito de temáticas como a avaliação, a seleção e a eliminação de documentação.

3.6.9. Arquivo Municipal de Sertã

Sertã tem uma população residente de aproximadamente 14 682, para uma área territorial de 453,1 km², e a sua densidade populacional corresponde a aproximadamente 32,9. O número de mulheres (7 769) mantém-se superior ao dos homens (6 913). Relativamente aos dados do município, o número de habitantes com mais de 65 anos (4 263 habitantes) é superior ao número de habitantes com menos de 15 anos (1 594 habitantes). O índice de envelhecimento é de 267,4 (*Retorno de Informação aos Respondentes Municípios: Sertã*, 2019, p. 1).

Os dados referentes a despesas das Câmaras Municipais em atividades culturais e de desporto é de 908 milhares de euros, estando ministrados a bibliotecas e arquivos 396 milhares de euros, sendo a maior parcela para atividades culturais e criativas deste município (*Retorno de Informação aos Respondentes Municípios: Sertã*, 2019, p. 3)

O Arquivo Municipal da Sertã encontra-se aberto ao público, no horário das 9:00 às 12:30, e das 13:30 até às 17:00. Ainda em resposta ao inquérito, é referida a existência de regulamento arquivístico publicado em *Diário da República*.

Estão acessíveis na consulta pública os originais da documentação, e os meios de reprodução indicados são as fotocópias. As limitações indicadas no acesso à documentação são as dificuldades de organização da informação/documentação.

A comunicação do arquivo municipal é praticamente inexistente, não surge nas redes sociais, nem mesmo na página da Internet do município.

Conforme informações prestadas via inquérito, a unidade orgânica responsável indicada é o núcleo, sendo possível identificar que integra o Departamento de Administração e Finanças (*Proposta de Organograma e Quadro Funcional das Unidades Orgânicas*, 2019, p. 18).

O Arquivo Municipal da Sertã candidatou-se e beneficiou de 2 tipos de apoio distintos no PARAM em 1999 (Henriques, 2008, p. 74). Estes apoios passavam pela instalação do Arquivo Municipal em edifício a construir de raiz e, para uso exclusivo do Arquivo, e o outro tratava-se de apoio à gestão e tratamento arquivístico (aquisição de equipamentos) (Henriques, 2008, p. 7). Antes da candidatura, o arquivo não tinha técnico superior, e mantém o mesmo técnico superior desde então.

O Arquivo Municipal refere, em resposta ao inquérito, que não tem certificação da qualidade ou certificado de Sistema de Gestão da Qualidade.

Os recursos humanos vinculados, e indicados, neste arquivo municipal são 6 elementos. Estão referidos em todas as carreiras profissionais: técnicos superiores, assistentes técnicos e assistentes operacionais. No caso da categoria profissional de técnico superior (1), está indicada a qualificação académica de pós-graduação em CDI, 2 assistentes operacionais, cuja formação é o 9.º ano de escolaridade. Relativamente aos assistentes técnicos: 2 têm o 12.º ano e o restante o 9.º ano de escolaridade.

A categoria de técnico superior enquadra-se no sexo feminino, cuja faixa etária se insere entre 31-40 anos. No caso dos assistentes técnicos, estes são (2) do sexo masculino entre os 41-50 anos, e o restante do sexo feminino, na faixa etária seguinte (51-61 anos).

Os assistentes operacionais são ambos do sexo masculino, sendo que um integra a faixa etária 31-40 e o outro a dos 51-61 anos. No que nos remete para as faixas etárias representadas, cabe esclarecer que os técnicos superiores se inserem entre os 31 e 40 anos de idade, os assistentes técnicos entre os 51 e os 61 anos, e finalmente os assistentes operacionais com 41 e 50 anos de idade.

O responsável vinculado ao arquivo municipal corresponde à descrição efetuada do técnico superior, na medida em que tem a mesma qualificação académica (pós-graduação em CDI), idade entre os 31 e 40 anos, e é do sexo feminino também.

As formações que decorreram nos últimos dois anos destinaram-se aos técnicos superiores, não tendo sido indicadas as áreas do conhecimento abordadas na resposta ao inquérito.

3.6.10. Arquivo Municipal de Tomar

Tomar conta com uma área de 351,2 km² e tem uma população residente de sensivelmente 36 902 habitantes, sendo a sua densidade populacional correspondente a aproximadamente 105,1. O número de mulheres (19 500) mantém-se superior ao dos homens (17 402). O número de habitantes com mais de 65 anos (10 070 habitantes) é substancialmente superior ao número de habitantes com menos de 15 anos (3 918 habitantes), conseqüentemente apresenta um índice de envelhecimento de 257 (*Retorno de Informação aos Respondentes Municípios: Tomar, 2019, p. 1*).

Os dados referentes a despesas das Câmaras Municipais em atividades culturais e de desporto foi de 1 461 milhares de euros, e atribuídos a bibliotecas e arquivos 269 milhares de euros (*Retorno de Informação aos Respondentes Municípios: Tomar, 2019, p. 3*).

O Arquivo Municipal de Tomar encontra-se aberto ao público, contudo o horário enquadra-se unicamente de manhã (9:00 às 12:00), exceto às quartas-feiras que o horário é do período da tarde – 14:00 às 17:00. Todavia, em qualquer um dos períodos deverá ser agendado. Possui regulamento arquivístico publicado em *Diário de República*. Tem como unidade orgânica responsável a Divisão de Assuntos Administrativos.

A consulta presencial da documentação é efetuada nas instalações do arquivo, em suporte digital. Em informação prestada no inquérito, esclarece que o arquivo não tem meios de reprodução afetos, embora no documento emitido pela Câmara Municipal seja esclarecido que foi adquirido equipamento para digitalização de arquivo (*Grandes opções*

do Plano e Orçamento , 2019, p. 101). As limitações indicadas nas respostas ao inquérito estão relacionadas com a ausência de recursos humanos.

Perante os dados disponíveis no inquérito, é esclarecido que o município não se candidatou ao Programa de Apoio À Rede de Arquivos Municipais. Contudo, perante as informações presentes no relatório de avaliação do PARAM, esclarece que o Arquivo Municipal deste município faz parte do grupo de 86 municípios que manifestaram intenção de candidatura ao PARAM, embora a mesma não tenha sido concretizada e já tivessem afeto ao arquivo o técnico superior (Henriques, 2008, p. 17).

O Arquivo Municipal refere em resposta ao inquérito que não tem certificação da qualidade ou certificado de Sistema de Gestão da Qualidade.

Para a carreira de técnico superior de arquivo neste município é descrito como necessário o curso de especialização na área de Arquivo. O assistente técnico pressupõe que a formação seja 12.º ano ou equivalente (*Grandes opções do Plano e Orçamento* , 2019, p. 104).

Desta forma, e conforme indicado pelo arquivo municipal, estão vinculados ao mesmo 6 gestores de informação.

Na carreira de técnico superior está indicada a pós-graduação em CDI como qualificação académica; os 3 assistentes técnicos com o 12.º ano de escolaridade, e finalmente os 2 assistentes operacionais com 9.º ano.

Todos os gestores de informação indicados são do sexo feminino. A carreira de técnico superior contempla a faixa etária dos 41 aos 50 anos, os assistentes técnicos entre os 51-61 anos; e os assistentes operacionais dos 51-61 e ≥ 62 .

O responsável por este Arquivo Municipal inclui-se na categoria profissional de técnico superior, cuja formação é a pós-graduação em CDI, do sexo feminino, e com a idade compreendida entre 31 e 40 anos.

Embora não tenham sido realizadas formações nos últimos dois anos, as últimas formações dirigiam-se aos técnicos superiores e abordavam temáticas como questões de acesso e o Regulamento Geral de Proteção de Dados, e também questões ligadas aos arquivos digitais.

3.6.11. Arquivo Municipal de Torres Novas

A área do concelho de Torres Novas é de aproximadamente 270 km² e a sua população residente soma 34 970 habitantes. A sua densidade populacional é de 129,5. O número

de mulheres (18 406) mantém-se superior ao número de homens (16 564). O número de habitantes com mais de 65 anos é o dobro do número de habitantes com menos de 15 anos (4 321 habitantes). O índice de envelhecimento corresponde a 205,4 (*Retorno de Informação aos Respondentes Municípios: Torres Novas*, 2019, p. 1).

Os dados referentes a despesas da Câmara Municipal em atividades culturais e de desporto é de 2 465 milhares de euros, e destes ministrados a Bibliotecas e Arquivos 624 milhares de euros (*Retorno de Informação aos Respondentes Municípios: Torres Novas*, 2019, p. 3).

O Arquivo Municipal surge em paralelo com o município, sendo praticamente um o suporte do outro, na medida em que o acervo documental era constituído pela documentação produzida e administrada no município. Parte da documentação terá desaparecido em 1868, na sequência de um incêndio.

Atualmente, o Arquivo Municipal está instalado no edifício da Biblioteca Municipal Gustavo Pinto Lopes. Em 2011, passou a reunir todos os fundos de arquivo: corrente, intermédio e histórico (*Município de Torres Novas - Arquivo municipal*, 2021).

O Arquivo Municipal de Torres Novas encontra-se aberto ao público, no horário condicionado devido à pandemia Covid-19: das 10:00 às 16:00. A unidade orgânica referida na resposta ao inquérito é a Divisão de Educação, Cultura e Desporto (Despacho n.º 662/2019, 2019, p. 1772). Possui redes sociais próprias (Facebook), e regulamento publicado em *Diário da República*. Estão indicadas como limitações no acesso à documentação a carência de recursos humanos especializados.

Na página da autarquia, no separador dedicado ao arquivo, estão indicados os diversos serviços possíveis: sala de referência, sala de leitura, oficina de conservação e restauro e centro de encadernação, serviço educativo e a reprografia.

Na sala de referência do arquivo, são facultados múltiplos instrumentos de descrição documental para ajudar na recuperação da informação por cotas e, caso seja necessário, podem ser auxiliados pelos técnicos.

É na sala de leitura que ocorre a consulta presencial da documentação, que poderá ser através dos originais.

No espaço dedicado à oficina de conservação e restauro e Centro de Encadernação, são realizadas as tarefas necessárias ao tratamento documental a nível da sua conservação: como desinfestação, higienização e acondicionamento. Este espaço é comum para tratar documentação do arquivo e biblioteca municipais.

No serviço educativo são desenvolvidos projetos que auxiliam na promoção da divulgação do património, sejam através de oficinas, visitas guiadas, ou mesmo atividades com escolas, para atingir os mais diversos públicos.

Na reprografia são realizadas as reproduções de documentos requisitados, neste caso por via da digitalização preferencialmente.

Este arquivo municipal integra também o diretório da Associação Portuguesa de Bibliotecários, Arquivistas, Profissionais da Informação e Documentação (BAD). Diretório este que se apresenta, desde 2015, como um recurso de referência sobre Arquivos Municipais para os cidadãos em geral, particularmente para alunos, investigadores e técnicos (*Diretório BAD*, 2015).

Perante os dados disponíveis no inquérito, é esclarecido que o município não se candidatou ao Programa de Apoio à Rede de Arquivos Municipais. Contudo, perante as informações presentes no relatório de avaliação do PARAM, esclarece que o Arquivo Municipal deste município faz parte do grupo de 86 municípios que manifestaram intenção de candidatura ao PARAM, embora a mesma não tenha sido concretizada e já tivessem afeto ao arquivo o técnico superior (Henriques, 2008, p. 17).

O Arquivo Municipal refere, em resposta ao inquérito, que não tem certificação da qualidade ou certificado de Sistema de Gestão da Qualidade.

Conforme informações prestadas relativamente aos recursos humanos afetos ao Arquivo Municipal, este esclarece que são 7 gestores de informação.

Todos os gestores de informação indicados são do sexo feminino, independentemente da sua faixa etária, categoria profissional ou habilitações académicas.

Os 2 técnicos superiores indicados são todos licenciados, dividindo-se pela Ciência da Informação e outras áreas, a sua faixa etária remete-nos para os 31 e 40 anos de idade. O responsável pelo arquivo municipal em estudo insere-se na licenciatura de outra área.

Estão indicados 2 assistentes técnicos cujas habilitações remetem para o 12.º ano de escolaridade, dividem-se pelas faixas etárias entre os 41-50 e 51-61 anos. Por fim, os assistentes operacionais são 3, cuja formação indicada é o 12.º ano, já as faixas etárias variam dos 31-40, 41-50 até aos 51-61 anos.

As formações realizadas nos últimos dois anos destinaram-se aos assistentes operacionais, sendo estas na ótica da modernização administrativa.

3.6.12. Arquivo Municipal de Vila de Rei

Vila de Rei tem aproximadamente 192 km²: a sua população residente 3 321 habitantes, a população mais reduzida de toda a Região Médio Tejo. A sua densidade populacional 17,3. A diferença entre o número de habitantes do sexo feminino e masculino é ligeira, mantendo os elementos do sexo feminino maior representatividade. Este município é o segundo com a maior índice de envelhecimento de toda a região do Médio Tejo com 439,1, tem o número mais baixo de habitantes com menos de 15 anos de toda a região (238 habitantes) (*Retorno de Informação aos Respondentes Municípios: Vila de Rei*, 2019, p. 1).

Os dados referentes a despesas da Câmara Municipal, em 2019, em atividades culturais e de desporto é 448 milhares de euros, sendo ministrados a Bibliotecas e Arquivos 54 milhares de euros, o menor valor atribuído a atividades culturais e criativas do município (*Retorno de Informação aos Respondentes Municípios: Vila de Rei*, 2019, p. 3).

O Arquivo Municipal de Vila de Rei não se encontra aberto ao público, e, segundo as informações prestadas via inquérito, esclarece que tem regulamento arquivístico publicado em *Diário da República*.

O Arquivo do Município de Vila de Rei/ Serviço de Gestão Documental (AMVR/SGD) depende da Divisão Administrativa e de Recursos Humanos, e integra a Secção de Arquivo e Expediente, no serviço referente à Gestão Documental de Produção Administrativa. Por outro lado, no que concerne à Gestão Documental, depende da Divisão de Desporto, Cultura e Turismo, constituindo o Arquivo e o Museu Municipal (*Regulamento Arquivístico Municipal*, 2007, p. 1).

Na consulta pública da documentação, são apresentados os originais da documentação, sendo os meios de reprodução disponíveis a digitalização. São indicadas a carência de recursos humanos especializados como limitações de acesso à documentação.

Perante os dados disponíveis no inquérito, é esclarecido que o município não se candidatou ao Programa de Apoio à Rede de Arquivos Municipais. Contudo, perante as informações presentes no relatório de avaliação do PARAM, esclarece que o Arquivo Municipal de Vila de Rei formalizou e beneficiou de 2 tipos de apoio distintos no PARAM em 2003 (Henriques, 2008, p. 74). Estes apoios destinavam-se à instalação do Arquivo Municipal em edifício já existente, adaptado e destinado somente a essa função, e o outro tratava-se de apoio à gestão de arquivos e o seu tratamento arquivístico.

O Arquivo Municipal refere, em resposta ao inquérito, que não tem certificação da qualidade ou certificado de Sistema de Gestão da Qualidade.

Perante as informações prestadas via inquérito pelo município, no âmbito dos recursos humanos presentes, são indicados 2 gestores de informação. Na carreira de técnico superior a formação indicada é a pós-graduação em outra área de conhecimento que não CDI. A categoria profissional de assistente técnico tem associado o 12.º ano como formação.

Todos os elementos são do sexo feminino, e dividem-se em duas faixas etárias distintas: entre os 31 e os 40 anos no caso de técnico superior, e entre os 41 e 50 anos relativamente à carreira de assistente técnico.

O responsável descrito enquadra-se na formação de assistente técnico (12.º ano), também do sexo feminino cuja fixa etária se enquadra entre os 41 e 50 anos.

As formações desenvolvidas nos últimos dois anos dirigiam-se aos assistentes técnicos, no âmbito da introdução às técnicas de arquivo.

É ainda esclarecido na resposta ao inquérito que existem mais gestores de informação com formação a desempenhar funções noutras áreas do município.

3.6.13. Arquivo Municipal de Vila Nova da Barquinha

Vila Nova da Barquinha contempla uma área 49,53 km² e tem uma população residente de sensivelmente 7 402 habitantes, e a sua densidade populacional corresponde a aproximadamente 149,4. A diferença entre o número de habitantes por género não é muito significativa, embora o número de mulheres se mantenha superior. Os dados do município esclarecem que o número de habitantes com mais de 65 anos (3 547 habitantes) é bastante superior ao número de habitantes com menos de 15 anos (894 habitantes), conseqüentemente encaminhada para um índice de envelhecimento, 215,5 (*Retorno de Informação aos Respondentes Municípios: Vila Nova da Barquinha*, 2019, p. 1).

Este é o município com menos dados referentes a despesas em atividades culturais e de desporto com 420 milhares de euros indicados, não tendo sido neste caso atribuídos quaisquer montantes a Bibliotecas e Arquivos (*Retorno de Informação aos Respondentes Municípios: Vila Nova da Barquinha*, 2019, p. 3)

O Arquivo Municipal de Vila Nova da Barquinha está instalado num antigo edifício municipal, com dois pisos. Encontra-se aberto ao público, no horário das 09:00 às 12:30 e das 14:00 às 17:30. Não possui regulamento arquivístico.

O edifício conta com sala de leitura, sala de tratamento de classificação documental, espaço para atendimento e área para depósito da documentação (*CM Vila Nova da Barquinha - Arquivo Municipal*, 2021).

A unidade orgânica responsável é o núcleo de arquivo que se integra na Divisão Municipal de Desenvolvimento Social.

Perante os dados disponíveis no inquérito, é esclarecido que o município se candidatou ao Programa de Apoio à Rede de Arquivos Municipais, reforçado pela informação que consta também na página da autarquia, que confirma a construção do edifício de arquivo na sequência desse apoio. As informações presentes no relatório de avaliação do PARAM, com dados do Arquivo Municipal, esclarecem que o mesmo formalizou e beneficiou de 2 tipos de apoio distintos do programa, e em anos distintos, 2001 e 2003 (Henriques, 2008, p. 74). Na primeira candidatura, em 2001, os apoios destinavam-se essencialmente à instalação do Arquivo Municipal num edifício já existente, mas para uso exclusivo do Arquivo, e também o apoio à gestão e tratamento arquivístico (aquisição de equipamentos). Na segunda candidatura, em 2003, o apoio destinava-se à instalação do Arquivo Municipal em edifício a construir de raiz e para uso exclusivo do Arquivo, e mantém o apoio à gestão e tratamento arquivístico (aquisição de equipamentos).

Ainda perante os dados facultados via inquérito, o mesmo esclarece que o Arquivo possuía, antes da candidatura ao PARAM, um técnico superior, que mantém atualmente.

O Arquivo Municipal refere, em resposta ao inquérito, que não tem certificação da qualidade ou certificado de Sistema de Gestão da Qualidade.

Estão indicados 3 gestores de informação vinculados ao Arquivo Municipal.

Na carreira profissional de técnico superior, também este o responsável pelo Arquivo Municipal, a formação indicada é a pós-graduação em Ciências da Documentação e Informação. A licenciatura/ bacharelato em Ciências da Documentação e Informação no caso do assistente técnico. E finalmente, os assistentes operacionais o nível académico é o 9.º ano de escolaridade.

Nas carreiras profissionais de técnico superior e assistente operacional, os trabalhadores são do sexo feminino, sendo o assistente técnico do sexo masculino. Relativamente às faixas etárias, situam-se entre os 41 e 50 anos para técnico superior e assistente técnico. O assistente operacional tem idade igual ou superior a 62 anos.

3.7. Região Oeste

A proximidade a Lisboa e a posição estratégica na ligação a outros centros proporcionaram o crescimento e a modernidade da Região Oeste.

A Região Oeste integra 12 municípios: Alcobaça, Alenquer, Arruda dos Vinhos, Bombarral, Cadaval, Caldas da Rainha, Lourinhã, Nazaré, Óbidos, Peniche, Sobral de Monte Agraço e Torres Vedras (*Destaque Oeste Portugal - Oeste CIM, 2021*).

3.7.1. Arquivo Municipal de Alcobaça

Alcobaça tem um território de 408,1 km² e uma densidade populacional de sensivelmente 131,4. Os dados do INE esclarecem que a população residente deste município é aproximadamente de 53 641 habitantes. Também neste município o número de habitantes do sexo feminino é superior ao número de habitantes do sexo masculino – 28 041 e 25 600 habitantes, respetivamente. Relativamente ao número de habitantes com mais de 65 anos é quase o dobro do número de habitantes com menos de 15 anos, o que faz com que o índice de envelhecimento corresponda a 196,9 (*Retorno de Informação aos Respondentes Municípios: Alcobaça, 2019, p. 1*)

Os dados referentes a despesas das Câmara Municipal em atividades culturais e de desporto correspondem a 2 370 milhares de euros, tendo sido atribuídos a Bibliotecas e Arquivos 184 milhares de euros (*Retorno de Informação aos Respondentes Municípios: Alcobaça, 2019, p. 3*).

O Arquivo Municipal de Alcobaça encontra-se aberto ao público, pelo período indicado das 09:30 às 12:30 e das 14:00 às 17:30. Não possui regulamento arquivístico, sendo a unidade orgânica responsável a área - Unidade Administrativa e de Modernização (Despacho n.º 1332/2020, 2020, p. 313).

Na consulta presencial, são disponibilizados ao público os documentos originais, e como meios de reprodução estão indicadas as fotocópias. São indicadas como limitações de acesso à documentação a ausência de recursos humanos especializados, bem como as infraestruturas inapropriadas.

Não há registo de candidatura ao PARAM. Refere-se, em resposta ao inquérito, que não tem certificação da qualidade ou certificado de Sistema de Gestão da Qualidade.

Nos dados indicados pelo Arquivo Municipal de Alcobaça relativamente aos recursos humanos afetos foi indicado 1 assistente técnico, cujas habilitações académicas remetem para o 12.º ano, do sexo masculino, e a sua idade enquadra-se na faixa etária entre os 51 e os 61 anos.

O responsável indicado é do sexo feminino e a sua faixa etária entre os 41 e os 50 anos, é licenciada numa área distinta da Ciência da Informação

O único técnico superior especializado em Ciências da Informação desempenha funções na Biblioteca Municipal.

3.7.2. Arquivo Municipal de Alenquer

O município de Alenquer corresponde a uma área territorial de 304,2 km² e a uma densidade populacional de 143,3. Atendendo aos dados do INE, a população residente deste município tem aproximadamente 43 596 habitantes, sendo que neste município a diferença entre mulheres (22 547) e homens (21 049) não é tao notória. Relativamente ao número de habitantes com mais de 65 anos, é substancialmente superior ao número de habitantes com menos de 15 anos (8 375 para 6 657, respetivamente). O índice de envelhecimento deste município corresponde a 125,8 (*Retorno de Informação aos Respondentes Municípios: Alenquer*, 2019, p. 1).

Os dados referentes a despesas da Câmara Municipal em atividades culturais e de desporto corresponde a 1 051 milhares de euros, tendo sido atribuídos a Bibliotecas e Arquivos 336 milhares de euros (*Retorno de Informação aos Respondentes Municípios: Alenquer*, 2019, p. 3).

O Arquivo de Alenquer não se encontra aberto ao público, embora possibilite a consulta mediante agendamento prévio, no Arquivo Histórico e no Administrativo. Não possui à data regulamento arquivístico próprio, a sua unidade orgânica responsável é a Divisão Administrativa Jurídica, especificamente a Administração Geral, Arquivo, Atendimento e Modernização Administrativa (Despacho n.º 11790/2020, 2020, p. 223).

Conforme informações prestadas através do inquérito, distribui-se por vários polos, tendo a sua documentação dispersa no âmbito administrativo, urbanístico e histórico.

As respostas ao inquérito colocado ao Arquivo de Alenquer esclarecem que a consulta permite o acesso aos documentos em suporte original, não sendo possível a reprodução dos mesmos dado que a instituição não tem meios próprios de reprodução de documentos.

As limitações indicadas no acesso à documentação são ausência de recursos humanos especializados e financeiros, a conservação e a preservação da documentação indevida/inexistente, dificuldades na organização da informação/documentação, infraestruturas inapropriadas para o correto acondicionamento/ armazenamento da documentação, bem como processos de descrição e recuperação da informação pouco eficazes.

Nos dados obtidos via inquérito é esclarecido que o município não se candidatou ao Programa de Apoio à Rede de Arquivos Municipais. Contudo, perante as informações presentes no relatório de avaliação do PARAM, esclarece que o Arquivo Municipal deste município faz parte do grupo de 86 municípios que manifestaram intenção de candidatura ao PARAM, embora a mesma não tenha sido concretizada e tenham técnico superior vinculado ao Arquivo (Henriques, 2008, p. 17).

Perante os dados que constam no Plano de Classificação da Informação Arquivística para a Administração Local, é esclarecido que este município integrou o grupo.

O Arquivo Municipal refere em resposta ao inquérito que não tem certificação da qualidade ou certificado de Sistema de Gestão da Qualidade.

Relativamente aos recursos humanos afetos ao Arquivo, são mencionados 2 assistentes operacionais e 1 técnico superior, existindo ainda gestores de informação em regime de prestação de serviços.

O técnico superior indicado é o responsável pelo arquivo, tem licenciatura e mestrado noutras áreas do conhecimento, do sexo masculino e a sua faixa etária está compreendida entre os 41 e os 50 anos.

Os 2 assistentes operacionais mencionados são também do sexo masculino. Um dos assistentes operacionais tem habilitações académicas ao nível do 12.º ano e a sua faixa etária está compreendida entre os 21 e os 30 anos, sendo que o restante assistente operacional tem mais de 62 anos e o 9.º ano.

As formações realizadas nos últimos dois anos dirigiram-se em exclusivo aos assistentes operacionais no âmbito da avaliação em arquivos.

Conforme informações prestadas pelo município, na sequência da resposta ao inquérito, o mesmo esclarece que o município se encontra em reestruturação orgânica nuclear dos serviços municipais, pelo que o Arquivo poderá estar sujeito a alterações.

3.7.3. Arquivo Municipal de Arruda dos Vinhos

Arruda dos Vinhos corresponde a um território de 77,96 km², com uma população residente de 15 082 habitantes, sendo a sua densidade populacional de 193,5. O número de habitantes do sexo feminino neste município é superior ao número de habitantes do sexo masculino, sendo neste caso pouco significativa. No que concerne à relação entre o número de habitantes maiores de 65 anos e menores de 15 anos, os dados também são bastante aproximados. O índice de envelhecimento deste município corresponde a 125,1 (*Retorno de Informação aos Respondentes Municípios: Arruda dos Vinhos*, 2019, p. 1).

Os dados referentes a despesas da Câmara Municipal em atividades culturais e de desporto corresponde a 571 milhares de euros, e atribuídos a Bibliotecas e Arquivos 63 milhares de euros (*Retorno de Informação aos Respondentes Municípios: Arruda dos Vinhos*, 2019, p. 3).

O Arquivo de Arruda dos Vinhos não se encontra aberto ao público, nem tem regulamento arquivístico. Refere como meios de reprodução próprios a digitalização.

A sua unidade orgânica responsável é a Secção de Arquivo, Documentação e Reprografia (Regulamento da Organização dos Serviços do Município de Arruda dos Vinhos, 2019, p. 10).

A comunicação deste Arquivo Municipal manifesta-se não só pela página da autarquia, como também pela página própria do Arquivo, que serve meio de consulta ao acervo documental.

Perante os dados disponíveis no inquérito, é esclarecido que o município não se candidatou ao Programa de Apoio à Rede de Arquivos Municipais. Contudo, perante as informações presentes no relatório de avaliação do PARAM, esclarece que o Arquivo Municipal de Arruda dos Vinhos candidatou em 2001 (Henriques, 2008, p. 72). O programa de apoio solicitado era dirigido à gestão de arquivos e tratamento arquivístico. A comparticipação financeira estava relacionada com a aquisição de equipamentos básicos (estantes e mobiliário); equipamentos de controlo ambiental; equipamentos de microfilmagem; equipamentos informáticos (computadores, impressoras, mesas de digitalização, etc.); e em alguns casos até apoio técnico, particularmente em ações de formação estruturadas pelo IAN/TT (Henriques, 2008, p. 48).

O Arquivo Municipal refere, em resposta ao inquérito, que não tem certificação da qualidade ou certificado de Sistema de Gestão da Qualidade.

A carência de recursos humanos especializados é indicada como limitação no acesso à documentação, que se constata quando verificamos o número de gestores de informação afetos ao Arquivo. Está indicado 1 gestor de informação da carreira de assistente operacional cuja formação é o 9.º ano, é do sexo feminino sendo a sua idade compreendida entre os 41 e os 50 anos.

O responsável é também do sexo feminino, é licenciada numa área diferente das Ciências Documentais, e mantém a faixa etária dos 41 aos 50 anos, o que nos leva a crer que seja a Chefe de Divisão.

O município indicou ainda que existem outros recursos humanos formados na área da Ciência da Informação, contudo não executam funções no Arquivo.

3.7.4. Arquivo Municipal de Bombarral

Com uma área de 90,44 km² o município do Bombarral tem uma população residente de 12 533 habitantes, sendo a sua densidade populacional de 137,3. O número de habitantes do sexo feminino é superior ao número de habitantes do sexo masculino, com uma diferença ínfima. Neste município o número de habitantes com mais de 65 anos é cerca do dobro dos habitantes com idade inferior a 15 anos; assim o índice de envelhecimento deste município corresponde a 202,7 (*Retorno de Informação aos Respondentes Municípios: Bombarral*, 2019, p. 1).

Os dados referentes a despesas da Câmara Municipal em atividades culturais e de desporto correspondem ao valor mais baixo de toda a Região Oeste, cifrando-se em 192 milhares de euros, sendo ministrados para Bibliotecas e Arquivos 24 milhares de euros, também este o menor valor atribuído de toda a região (*Retorno de Informação aos Respondentes Municípios: Bombarral*, 2019, p. 3)

Conforme informações prestadas pelo município do Bombarral, não existe Arquivo Municipal, e por isso também não tem gestores de informação afetos.

3.7.5. Arquivo Municipal de Cadaval

Cadaval abrange uma área cerca de 174,9 km², e a sua população residente corresponde a 13 627 habitantes, sendo a sua densidade populacional a mais baixa de toda a Região Oeste com 77,9. O número de habitantes do sexo feminino corresponde a 7 079

habitantes, e o número de habitantes do sexo masculino 6 548 habitantes, mantendo-se também neste município o maior número de mulheres. No que concerne ao número de habitantes maiores de 65 anos, este é superior ao número de menores de 15 anos, 3 600 e 1 652 habitantes, respetivamente. O índice de envelhecimento deste município corresponde a 217,9, o maior de toda a região Oeste (*Retorno de Informação aos Respondentes Municípios: Cadaval*, 2019, p. 1)

Os dados referentes a despesas da Câmara Municipal em atividades culturais e de desporto corresponde a 279 milhares de euros, sendo atribuídos a Bibliotecas e Arquivos 98 milhares de euros (*Retorno de Informação aos Respondentes Municípios: Cadaval*, 2019, p. 3).

O município do Cadaval esclarece que o Arquivo Municipal não está aberto ao público, nem tem recursos afetos. A consulta da documentação é feita através de pedido ao município, sendo um técnico superior com formação em Geografia, que desempenha funções no Sistema de Informação Geográfica, que presta essa ajuda.

3.7.6. Arquivo Municipal de Caldas da Rainha

O município das Caldas da Rainha integra uma área de 255,7 km². A sua população residente é de aproximadamente 51 540 habitantes, sendo a sua densidade populacional de 201,6. O número de habitantes do sexo feminino neste município é consideravelmente superior ao número de habitantes do sexo masculino, 27 202 e 24 338 habitantes, respetivamente. Relativamente ao número de habitantes maiores de 65 anos, este é bastante superior ao número de habitantes menores de 15 anos, 11 316 e 6 641 habitantes, respetivamente. O índice de envelhecimento deste município corresponde a 170,4 (*Retorno de Informação aos Respondentes Municípios: Caldas da Rainha*, 2019, p. 1)

Os dados referentes a despesas da Câmara Municipal em atividades culturais e de desporto correspondem a 1 962 milhares de euros, sendo atribuídos a Bibliotecas e Arquivos 188 milhares de euros, o menor valor das despesas em atividades culturais e criativas deste município (*Retorno de Informação aos Respondentes Municípios: Caldas da Rainha*, 2019, p. 3).

Contactámos o município, tendo obtido resposta por parte da Biblioteca Municipal e que nos esclareceu da seguinte forma:

Relativamente ao questionário que foi enviado, penso que não faz muito sentido preencher, uma vez que a nossa situação é muito peculiar; ou seja, a documentação de arquivo definitivo encontra-se na Biblioteca Municipal das Caldas da Rainha. Quando há pedidos, somos nós, a equipa da Biblioteca, que a facultamos ao público. Relativamente à organização, há um inventário de uma parte, mas há uma outra parte por organizar e tratar. A documentação de arquivo corrente encontra-se na Câmara Municipal.

Embora a resposta por parte do município das Caldas da Rainha tenha sido que não existe estruturalmente um arquivo municipal, perante as informações presentes no relatório de avaliação do PARAM, este faz parte do grupo de 86 municípios que manifestaram intenção de candidatura ao PARAM, embora a mesma não tenha sido concretizada (Henriques, 2008, p. 17).

3.7.7. Arquivo Municipal de Lourinhã

Lourinhã corresponde a uma área de 147,2 km², com uma população residente de 25 670 habitantes, sendo a sua densidade populacional de 174,4. O número de habitantes do sexo feminino é de 13 352 habitantes, sendo superior ao número de habitantes do sexo masculino com 12 318 habitantes. O número de habitantes maiores de 65 anos corresponde a 5 245 habitantes, sendo os habitantes menores de 15 anos correspondente a 3 632 habitantes aproximadamente, que dá origem ao índice de envelhecimento de 144,4 (*Retorno de Informação aos Respondentes Municípios: Lourinhã*, 2019, p. 1)

O município da Lourinhã tem ministrado o maior valor de despesas em atividades culturais e criativas para Bibliotecas e Arquivos, com o valor de 261 milhares de euros, sendo os dados referentes a despesas da Câmara Municipal em atividades culturais e de desporto corresponde a 637 milhares de euros (*Retorno de Informação aos Respondentes Municípios: Lourinhã*, 2019, p. 3).

A origem do Arquivo Municipal da Lourinhã desenvolveu-se em paralelo com a origem do próprio município, uma vez que o arquivo tratava a documentação produzida pelo município comprovando o seu desenvolvimento. A documentação mais antiga no arquivo remete para 1868, este lapso temporal foi provocado pelo saque e incêndios de uma revolta popular no reinado de D. Luís (*Arquivo Municipal de Lourinhã | Diretório BAD*, 2015).

O Arquivo Municipal da Lourinhã encontra-se aberto ao público, cujo horário das 9:00 às 12:30 e das 14:30 às 17:00. Possui regulamento arquivístico, que regulamenta procedimentos técnicos e administrativos no âmbito da promoção, conservação e valorização do património histórico e cultural do município. Perante os dados obtidos via inquérito, a unidade orgânica responsável pelo Arquivo Municipal é a Divisão Administrativa e Financeira (*Despacho n.º 12479/2019*, 2019, p. 339), integrado na Secção do Balcão do Município da Coordenação de Modernização Administrativa (*Organograma*, 2020).

Dispõe de Sala de Leitura, onde é permitido o acesso à informação no seu suporte original, dentro do edifício do Arquivo Municipal. Ainda na sala de leitura, é permitida a reprodução de documentos, assegurada nas condições previstas no *Regulamento do Arquivo*, em fotocópia e em formato de digitalização.

As limitações indicadas no acesso à documentação são as infraestruturas inapropriadas para o correto acondicionamento/ armazenamento da documentação.

Este Arquivo Municipal integra também o diretório da Associação Portuguesa de Bibliotecários, Arquivistas, Profissionais da Informação e Documentação (BAD).

Nos dados disponíveis no inquérito é esclarecido que o município não se candidatou ao Programa de Apoio à Rede de Arquivos Municipais. Contudo, perante as informações presentes no relatório de avaliação do PARAM, esclarece que o Arquivo Municipal deste município faz parte do grupo de 86 municípios que manifestaram intenção de candidatura ao PARAM, embora a mesma não tenha sido concretizada (Henriques, 2008, p. 17). À data da candidatura, o Arquivo Municipal não tinha afeto técnico superior, contudo atualmente já possui.

Refere-se, nos dados do Plano de Classificação da Informação Arquivística para a Administração Local, que o município integrou o grupo inicial.

Em resposta ao inquérito, o arquivo municipal menciona que não tem certificação da qualidade ou certificado de Sistema de Gestão da Qualidade, embora posteriormente esclarecido tenha referido a mesma.

Perante os dados presentes na resposta ao inquérito, são indicados 4 gestores de informação afetos ao Arquivo Municipal de Lourinhã. O técnico superior mencionado tem mestrado em CDI, é do sexo masculino, e a sua idade está compreendida entre os 41 e os 50 anos.

Os restantes gestores de informação (3) são assistentes técnicos, cujas qualificações remetem para o 12.º ano; 2 são do sexo feminino e o restante do sexo masculino. Relativamente às faixas etárias as mesmas são distintas: 31-40; 41-50 e 51-61 anos.

Disponibilizou em 2020 uma das cinco vagas para estagiários ao abrigo Programa de Estágios Profissionais na Administração Local (PEPAL), integrando assim um licenciado em Ciências da Documentação (*Aviso n.º 003/2020 - Estágios PEPAL 6.ª Edição, 2.ª Fase, 2020, p. 1*).

As formações dos últimos dois anos foram dirigidas aos assistentes técnicos, e foram no âmbito da Paleografia.

3.7.8. Arquivo Municipal de Nazaré

A Nazaré tem cerca de 80,49 km² de extensão territorial, sendo a sua população residente de 14 180 habitantes, com uma densidade populacional de 172. O número de habitantes do sexo feminino neste município é de 7 528 habitantes, sendo superior ao número de habitantes do sexo masculino com 6652 habitantes. Neste município, a relação entre o número de habitantes maiores de 65 anos e menores de 15 anos mantém o número daqueles superior (3 340 para 1 951 habitantes, respetivamente). O índice de envelhecimento deste município corresponde a 171,2 (*Retorno de Informação aos Respondentes Municípios: Nazaré, 2019, p. 1*)

Os dados referentes a despesas da Câmara Municipal em atividades culturais e de desporto corresponde a 822 milhares de euros, sendo atribuídos a Bibliotecas e Arquivos 138 milhares de euros (*Retorno de Informação aos Respondentes Municípios: Nazaré, 2019, p. 3*).

O Arquivo Municipal da Nazaré encontra-se aberto ao público sujeito a marcação, e somente para consultas, pelo período compreendido das 9:00 às 13:00 e das 14:00 às 17:00. Conforme esclarecido via inquérito, o Arquivo tem regulamento arquivístico interno, e constatamos que o mesmo está publicado em *Diário da República*.

Conforme informações prestadas via inquérito, a unidade orgânica responsável pelo Arquivo indicada é a Secção. O Arquivo Histórico é gerido pelo Gabinete de Gestão do Património e da Cultura (Regulamento n.º 463/2018, 2018, p. 20234). Esclarece ainda que existem limitações no acesso à documentação, contudo não são indicadas quais. Na

consulta presencial são disponibilizados documentos no suporte digital, sendo os meios de reprodução de documentos disponíveis a fotocópia e a digitalização.

O Arquivo Municipal refere em resposta ao inquérito que não tem certificação da qualidade ou certificado de Sistema de Gestão da Qualidade.

Indicados como recursos humanos afetos ao Arquivo Municipal estão 7 gestores de informação. A formação dos elementos indicados são o mestrado e licenciatura noutras áreas do conhecimento que não a CI no caso da carreira de técnico superior; o 12.º ano que remete ao assistente técnico, e finalmente o 9.º ano de escolaridade para assistentes operacionais.

Os gestores de informação na carreira de técnico superior são do sexo masculino 2 e do sexo feminino 3. O assistente técnico tem idade compreendida entre os 41 e os 51, e o assistente operacional mantém a faixa etária, e ambos são do sexo feminino. Relativamente às faixas etárias são diversificadas, na medida em que o assistente técnico tem a idade compreendida entre os 31 e os 40 anos; logo de seguida o assistente operacional entre os 41 e os 50 anos, e, por fim, o técnico superior entre os 51 e os 61 anos.

O responsável indicado é também o técnico superior indicado.

Disponibilizou em 2020, na 6.º edição do Programa de Estágios Profissionais na Administração Local (PEPAL), uma vaga para 1 licenciado em Ciências da Documentação (*Aviso n.º 70/2020 - Estágios PEPAL 6.ª edição, 2.ª fase, 2020, p. 1*).

Perante os dados disponíveis no inquérito, é esclarecido que o município não se candidatou ao Programa de Apoio à Rede de Arquivos Municipais. Contudo, perante as informações presentes no relatório de avaliação do PARAM, esclarece que o Arquivo Municipal deste município faz parte do grupo de 86 municípios que manifestaram intenção de candidatura ao PARAM, embora a mesma não tenha sido concretizada (Henriques, 2008, p. 17). À data da candidatura, o Arquivo Municipal tinha afeto um técnico superior, que também mantém.

3.7.9. Arquivo Municipal de Óbidos

Óbidos tem um território aproximado de 142,2 km² e uma população residente de 11 719 habitantes, sendo a sua densidade populacional de 82,8. O número de habitantes do

sexo feminino neste município é superior ao número de habitantes do sexo masculino, sendo a diferença de 417 habitantes. Neste município o número de habitantes com mais de 65 anos é efetivamente superior ao número de habitantes com menos de 15 anos; estes últimos são o menor número de toda a região do Oeste – 1 497 habitantes. O índice de envelhecimento deste município corresponde a 188,9 (*Retorno de Informação aos Respondentes Municípios: Óbidos*, 2019, p. 1).

Os dados referentes a despesas da Câmara Municipal em atividades culturais e de desporto corresponde a 1 186 milhares de euros, sendo atribuídos a Bibliotecas e Arquivos 53 milhares de euros, o menor valor distribuído para as atividades culturais e criativas do município (*Retorno de Informação aos Respondentes Municípios: Óbidos*, 2019, p. 3)

O Arquivo de Óbidos encontra-se aberto ao público, entre as 9:30 e as 17:30. Não possui regulamento arquivístico próprio, assim como também não foi indicada uma unidade orgânica responsável pelo Arquivo. Todavia, consultando o organograma e o regulamento da Estrutura orgânica dos Serviços do Município, verificamos que o Arquivo Histórico surge associado ao Serviço de Bibliotecas e Arquivo Histórico (Despacho n.º 5022/2020, 2020, p. 228; Estrutura Orgânica dos Serviços de Município - Organograma, 2020). É indicada como limitação no acesso da documentação/ informação o facto de se tratar somente de um Arquivo Histórico.

Este arquivo surge oficialmente em 1981, quando ocorre a primeira separação de documentação. O seu acervo documental engloba a documentação produzida pela própria Câmara Municipal, Administração do Concelho e Administração Militar, desde o século XVI ao século XXI (*Arquivo Histórico*, 2021).

Os suportes facultados para consulta presencial da documentação são digitais, possibilitando também como meio de reprodução da documentação a fotocópia.

Perante os dados disponíveis no inquérito, é esclarecido que o município não se candidatou ao Programa de Apoio à Rede de Arquivos Municipais. Contudo, perante as informações presentes no relatório de avaliação do PARAM, esclarece que o Arquivo Municipal deste município faz parte do grupo de 86 municípios que manifestaram intenção de candidatura ao PARAM, embora a mesma não tenha sido concretizada (Henriques, 2008, p. 17). À data da candidatura, o Arquivo Municipal tinha afeto um técnico superior.

O Arquivo Municipal refere, em resposta ao inquérito, que não tem certificação da qualidade ou certificado de Sistema de Gestão da Qualidade.

Está unicamente associado ao Arquivo 1 técnico superior, mestre em Ciência da Informação, do sexo masculino, cuja idade se encontra entre os 41 e os 50 anos.

O responsável indicado possui formação ao nível do mestrado, ainda que em outra área distinta, sendo também do sexo masculino e integrando-se na faixa etária dos 41 aos 50 anos.

Nos últimos dois anos, as formações decorridas foram no âmbito da modernização administrativa, sendo dirigida ao técnico superior.

3.7.10. Arquivo Municipal de Peniche

Peniche corresponde a um território de 77,55 km², com uma população residente de 26 487 habitantes, sendo a sua densidade populacional de 341,5, a maior de toda a Região Oeste. Também neste município o número de habitantes do sexo feminino é superior ao número de habitantes do sexo masculino (13 870 e 12 617 habitantes, respetivamente). Com cerca de 2 274 habitantes de diferença estão os habitantes maiores de 65 anos e menores de 15 anos. O índice de envelhecimento deste município corresponde a 160,4 (*Retorno de Informação aos Respondentes Municípios: Peniche*, 2019, p. 1).

Os dados referentes a despesas das Câmaras Municipais em Atividades Culturais e de Desporto corresponde a 896 milhares de euros, ministrados a Bibliotecas e Arquivos 142 milhares de euros (*Retorno de Informação aos Respondentes Municípios: Peniche*, 2019, p. 3).

Na sequência de múltiplos contactos com o município de Peniche, foi possível aferir que não têm arquivo aberto ao público, nem recursos humanos especializados na área da Ciência da Informação.

Todavia, no organograma do município é possível verificar a existência da Secção de Arquivo, integrando a Divisão de Administração e Finanças (*Organigrama*, 2017, p. 1).

As informações presentes no relatório de avaliação do PARAM, esclarecem que o Arquivo Municipal de Peniche se candidatou e viu a sua candidatura aprovada em 2001 (Henriques, 2008, p. 73). Os apoios destinavam-se à instalação do Arquivo Municipal em parte de edifício multifuncional a construir de raiz (Henriques, 2008, p. 7).

3.7.11. Arquivo Municipal de Sobral de Monte Agraço

Sobral de Monte Agraço tem uma população residente de 10.490 habitantes, a mais baixa de toda a Região Oeste. A sua área é de aproximadamente 52,1 km² e a sua densidade populacional de 201,3. O número de habitantes do sexo feminino neste município é superior ao número de habitantes do sexo masculino, sendo neste caso a diferença pouco significativa. No que respeita à relação entre o número de habitantes maiores de 65 anos e menores de 15 anos, os dados também são bastante aproximados, mantendo-se o maior número de habitantes com idade superior a 65 anos. Ainda de mencionar que é o município cuja idade superior a 65 anos é mais evidenciada, refletindo-se logicamente nos dados do índice de envelhecimento deste município – 121. (*Retorno de Informação aos Respondentes Municípios: Sobral de Monte Agraço, 2019, p. 1*).

Os dados referentes a despesas da Câmara Municipal em atividades culturais e de desporto corresponde a 1 422 milhares de euros, sendo atribuídos a Bibliotecas e Arquivos 279 milhares de euros (*Retorno de Informação aos Respondentes Municípios: Sobral de Monte Agraço, 2019, p. 3*).

Conforme informações prestadas pelo município, o Arquivo Municipal não está aberto ao público, nem tem regulamento arquivístico próprio. Foram indicadas como limitações no acesso à documentação a carência de recursos humanos especializados, uma vez que o arquivo não tem recursos humanos afetos nem mesmo responsável, apesar de ter uma mestre em Ciências da Documentação e Informação, que, no entanto, desempenha funções em outra área funcional.

Também não foi indicada qualquer unidade orgânica responsável pelo arquivo, nem se candidatou ao Programa de Apoio à Rede de Arquivos Municipais.

3.7.12 Arquivo Municipal de Torres Vedras

Com um território de 407,2 km² Torres Vedras tem uma população de aproximadamente 78 220 habitantes, a maior de toda a Região Oeste. A sua densidade populacional é de 192,1. Assumindo este município o maior número de população residente, tem também o maior número de habitantes do sexo feminino e masculino. Destaca-se o número de habitantes do sexo feminino e de maiores de 65 anos, comparativamente aos do sexo masculino e menores de 15 anos. O índice de

envelhecimento deste município corresponde a 152,4 (*Retorno de Informação aos Respondentes Municípios: Torres Vedras, 2019, p. 1*).

Os dados referentes a despesas da Câmara Municipal em atividades culturais e de desporto corresponde a 2 321 milhares de euros. É neste município que os valores atribuídos a Bibliotecas e Arquivos se destaca, por ser o maior valor atribuído de toda a Região Oeste, com 406 milhares de euros (*Retorno de Informação aos Respondentes Municípios: Torres Vedras, 2019, p. 3*).

Os primórdios do Arquivo Municipal de Torres Vedras coincidem com o desenvolvimento do próprio município, dado que o principal objetivo do arquivo, enquanto instituição memorizadora, é também ser o reflexo não só das atividades do município como também promover e difundir o seu património.

A história deste Arquivo remete-nos para vários momentos: em 1744, quando o Arquivo se encontrava numa cela da prisão, um incêndio destruiu quase toda a sua documentação; em 1962, o Arquivo que se encontrava no Convento da Graça, e onde também já se encontravam alguns serviços da Câmara Municipal de Torres Vedras; posteriormente assumiu o seu espaço num edifício do antigo hospital da Santa Casa da Misericórdia. Desde 1997, que o Arquivo Municipal se localiza nas instalações da Câmara Municipal de Torres Vedras (*Arquivo Municipal de Torres Vedras, 2021*). O Arquivo Municipal de Torres Vedras está aberto ao público, em regime de atendimento presencial mediante marcação prévia de segunda a sexta-feira, das 9:00 às 13:00, e das 14:00 às 16:00. Possui regulamento arquivístico publicado em *Diário da República*, desde 2002 (Edital n.º 188/2002 (2.ª série) — AP, 2002).

O Arquivo Municipal constitui, como unidade orgânica, a Área de Arquivo Municipal, sob a Divisão Administrativa (*Organograma, 2021e*).

Este Arquivo Municipal tem vinculados a ele alguns serviços, que visam o apoio e esclarecimento do utilizador: acesso à documentação, à Internet, animação cultural, etc.

Na Sala de Leitura, que inclui o Serviço de Referência, possibilita a pesquisa presencial, o apoio à investigação e o acesso à internet. O Serviço Educativo promove visitas guiadas, *workshops* e palestras para uma maior divulgação do património e cultura do município. A reprodução de documentos é feita em suporte digital ou mesmo fotocópia. Além dos serviços indicados, possui também o Serviço Cultural que promove encontros científicos, conferências e outros eventos; tem também a transcrição paleográfica e ações de formação, serviço editorial e de investigação. A pesquisa

documental pode ser presencial através do Catálogo (*Arquivo Municipal de Torres Vedras*, 2021).

Perante os resultados via inquérito, não existem limitações no acesso à documentação, sendo utilizados como meios de reprodução a digitalização. Contudo, nestes dados não esclarece qual o suporte disponível na consulta presencial da documentação.

A comunicação deste Arquivo Municipal ocorre não só através da página da autarquia, como também das redes sociais e através do diretório BAD.

Este arquivo municipal integra também o diretório da Associação Portuguesa de Bibliotecários, Arquivistas, Profissionais da Informação e Documentação (BAD).

O Arquivo Municipal de Torres Vedras indica ter formulado e aprovada a candidatura ao Programa de Apoio à Rede de Arquivos Municipais (PARAM), refere que aquando da candidatura tinha técnico superior afeto ao arquivo, e que atualmente já não se encontra com o mesmo recurso, apesar de manter um técnico superior com pós-graduação em Ciência da Informação. Conforme os dados do Relatório de Avaliação, registam-se duas candidaturas a dois apoios, a primeira em 1999 e a segunda em 2000 (Henriques, 2008, p. 74). O apoio da primeira candidatura destinava-se à gestão e tratamento arquivístico (aquisição de equipamentos), sendo que na segunda candidatura estava relacionado com a instalação do Arquivo Municipal em parte de edifício multifuncional a construir de raiz, que viria a ser inaugurado em março de 2006.

Além do PARAM, esteve também integrado no projeto de elaboração do Plano de Classificação da Informação Arquivística para a Administração Local. Refere também em resposta ao inquérito que não tem certificação da qualidade ou certificado de Sistema de Gestão da Qualidade, apesar de sabermos que é um dos serviços do município de Torres Vedras certificado pela ISO 9001.

Relativamente aos recursos humanos afetos ao Arquivo Municipal indicados, os mesmos são 2, conforme dados resultantes do inquérito. O assistente técnico indicado e vinculado ao Arquivo tem formação em Ciência da Informação, e relativamente ao técnico superior, também responsável pelo arquivo, indica a pós-graduação em Ciências da Documentação e Informação.

Os gestores de informação vinculados ao arquivo são ambos do sexo feminino, e no que concerne às faixas etárias temos o técnico superior entre os 31 e os 40 anos, sendo o assistente técnico incluído na faixa etária seguinte (41-50).

Ainda no âmbito dos recursos humanos está a decorrer no município um procedimento concursal comum para integrar um técnico superior na área de Arquivo, ainda que as habilitações solicitadas sejam a licenciatura em História (Aviso (extrato) n.º 11025/2020, 2020, p. 170).

4. Análise de Resultados do Inquérito

Terminada a caracterização, onde é apresentada a realidade de cada município no que concerne aos Arquivos Municipais das sete regiões inquiridas neste estudo, seguem-se as respostas de cada município ao inquérito realizado.

Esclarecer ainda que a taxa de resposta ao inquérito é de 100%, dado que os 80 municípios inquiridos se disponibilizaram a colaborar neste estudo. A figura 14 abaixo representa a mancha territorial contemplada no estudo:



*Figura 13 Mapa de Portugal continental com indicação da área de estudo
Fonte: Elaborado pela autora*

O capítulo, que se segue, remete para os resultados e respetivas análises, como o seu nome indica, à luz da bibliografia de suporte à investigação e aos dados obtidos.

Deste modo, e em concordância com os dados obtidos, os resultados apresentam-se de forma a responder às questões dos inquéritos, organizados da seguinte forma:

Acesso à Documentação

- Aberto ao Público e Horário
- Consulta da Documentação e Serviços de Reprodução

- Limitações de Acesso à Documentação

Organização e Regulamentação

- Instalações
- Regulamento
- Unidade Orgânica
- Certificação de Qualidade/ Certificado de Sistema de Gestão de Qualidade

Profissionais da Informação nos Arquivos Municipais

- Categorias Profissionais e Qualificações
- Categorias Profissionais e Faixa Etárias
- Categorias Profissionais e Sexos

Responsável Pelo Arquivo - Caracterização

Programas de Incentivo e Ações de Formação

- Programa de Apoio À Rede de Arquivos Municipais – PARAM
- Formações desenvolvidas no Arquivo Municipal
- Colaboradores e o Arquivo Municipal

De ressaltar que os dados que se seguem são resultado das informações à data da submissão do estudo, uma vez que contactámos alguns arquivos municipais novamente para maiores esclarecimentos em algumas questões e não obtivemos resposta de todos.

4.1. Acesso à Documentação

4.1.1. Aberto ao Público e Horário

Área Metropolitana de Lisboa:

O mapa abaixo (figura 14) tem representados, por cores laranja e azul, os arquivos abertos e fechados ao público, respetivamente, na região da Área Metropolitana de Lisboa (Norte).



Figura 14 Área Metropolitana de Lisboa (Norte): Arquivos Municipais abertos ao público (n = 9)
Fonte: Elaborado pela autora

Dos 9 municípios que definem o território da Área Metropolitana de Lisboa dois indicam não estar abertos ao público: Amadora e Odivelas. Os restantes 78% indicam um horário de funcionamento de acordo com os serviços municipais: entre as 9:00 e as 17:30.

Destaca-se o Arquivo Municipal Cascais com um horário alargado, permitindo também o usufruto do mesmo aos fins de semana e feriados. Com este aspeto, revela uma atenção muito particular para um dos objetivos primordiais dos arquivos, e já identificados ao longo deste estudo através da legislação de suporte: o direito ao acesso à informação.

Por outro lado, e atendendo às informações prestadas no inquérito, o município de Odivelas integra a Divisão Jurídica e de Organização Municipal, particularmente o Setor de Arquivo Municipal e Arquivo Histórico, revela uma preocupação relativamente ao arquivo do município, uma vez que permite o acesso à documentação via de

agendamento. Todavia, o seu serviço de arquivo pode ser considerado ineficaz, uma vez que uma das premissas-chave do serviço de arquivo é permitir e assegurar o acesso à informação. No estudo da Gisela Gabriel sobre a *Comunicação de Arquivos Municipais*, percebemos em comparação com os dados disponíveis presentemente, que a unidade orgânica desde município se alterou e que à data desse estudo o arquivo se encontrava aberto ao público. Esta reestruturação reflete-se num serviço de arquivo atualmente inexistente na premissa de servir os utentes internos e externos de forma ativa, delimitando um horário e o acesso à documentação.

Região da Beira Baixa:



Figura 15 Beira Baixa: Arquivos Municipais abertos ao público (n=6)
Fonte: Elaborado pela autora

No mapa acima, figura 15, estão refletidos os resultados do inquérito na região da Beira Baixa relativamente aos arquivos municipais abertos ao público.

À semelhança do que acontece na AML, 2 arquivos municipais não estão abertos ao público: Oleiros e Vila Velha de Ródão.

Estes dois arquivos municipais têm em comum o facto de se integrarem numa unidade orgânica correspondente à *Secção de Expediente Geral e Arquivo*, e relacionados com a Divisão Administrativa e Financeira.

Os municípios que não têm arquivo são também os que têm menor número de população face aos restantes municípios da região da Beira Baixa. A sua localização e a distância da capital de distrito afirmam o problema da desertificação do interior e do

consequente envelhecimento da população. A perda de população e o crescente número de idosos face ao número de população em idade ativa estão relacionados também com o desinvestimento acentuado no interior.

Oleiros é o município com maior índice de envelhecimento, onde as despesas com cultura e desporto registaram um valor muito inferior aos restantes municípios da região. Entre 2010 e 2018, conforme dados do INE, registou-se um aumento bastante mais acentuado no índice de envelhecimento da população - 661 em 2018, face aos 484 de 2010 -, e o investimento na cultura alterou de 6,8% para 6,2%. Estes fatores acabam por condicionar o crescimento e desenvolvimento do município e do arquivo municipal enquanto serviço e nas suas políticas públicas.

Vila Velha de Ródão revela problemas com poluição resultado da forte atividade industrial. Trata-se de um local desertificado demograficamente e de baixa densidade populacional, efeito também dos poucos investimentos na região.

Nos arquivos municipais que responderam de forma afirmativa à pergunta *O arquivo municipal do município está aberto ao público?* referem estar acessíveis durante todo o dia (manhã e tarde). Os horários variam, embora estejam compreendidos entre as 9:00 e as 17:30, a que correspondem também aos horários praticados pelos restantes serviços municipais.

Região de Coimbra:

No mapa apresentado abaixo (figura 16), constam os dados obtidos com a aplicação dos inquéritos nos 19 municípios da região de Coimbra, e que se revelam desta forma:

- 4 municípios sem arquivo municipal, nem quaisquer recursos humanos afetos;
- 12 arquivos municipais indicam que não estão abertos ao público;
- 3 arquivos municipais referem estar abertos ao público.

No caso de Montemor-o-Velho, quando questionado, refere estar aberto ao público. Contudo, se verificarmos o horário que indicou de abertura ao público - 9:00 às 13:00 -, é questionável enquanto serviço de arquivo como facilitador no acesso à informação para os seus utilizadores externos e internos, uma vez que num horário tão curto condiciona, e muito, o acesso.

Esta região tem o maior número de municípios associados, face às restantes do estudo, contudo apresenta somente 2 arquivos municipais efetivamente a prestar serviço de arquivo, sendo que aproximadamente 63% não está aberto ao público, e 16% nem tem arquivo.

Neste contexto, e partindo da análise dos dados da população, percebemos que esta assimetria se deve fundamentalmente à baixa densidade populacional, e ao forte envelhecimento da população, por exemplo: Pampilhosa da Serra, Góis, Mortágua, que não atingem nem 50 habitantes por km² e assumem mais de 280 (idosos por cada 100 jovens), regista-se o pico com 531,6 em Pampilhosa da Serra.

Estes fatores refletem o consequente desinvestimento nas áreas de cultura, atendendo aos dados disponíveis pelo INE, aferimos que Pampilhosa da Serra, por exemplo, se destaca como o município com menor despesa destinada a bibliotecas e arquivos (36 milhares de euros).

No caso concreto de Coimbra enquanto capital de distrito tem efetivamente o maior número população e densidade populacional, assim como também as despesas associadas a bibliotecas e arquivos. É pertinente clarificar que o município tem não só o Arquivo Geral Municipal, como também o Arquivo Histórico Municipal, e este último encontra-se aberto ao público, integram também diferentes unidades orgânicas diferentes, pelo que a sua gestão funcionará de forma distinta. O Arquivo Geral Municipal tem como unidade orgânica responsável o Departamento de Administração Geral, e o Arquivo Histórico o Departamento de Cultura e Turismo.

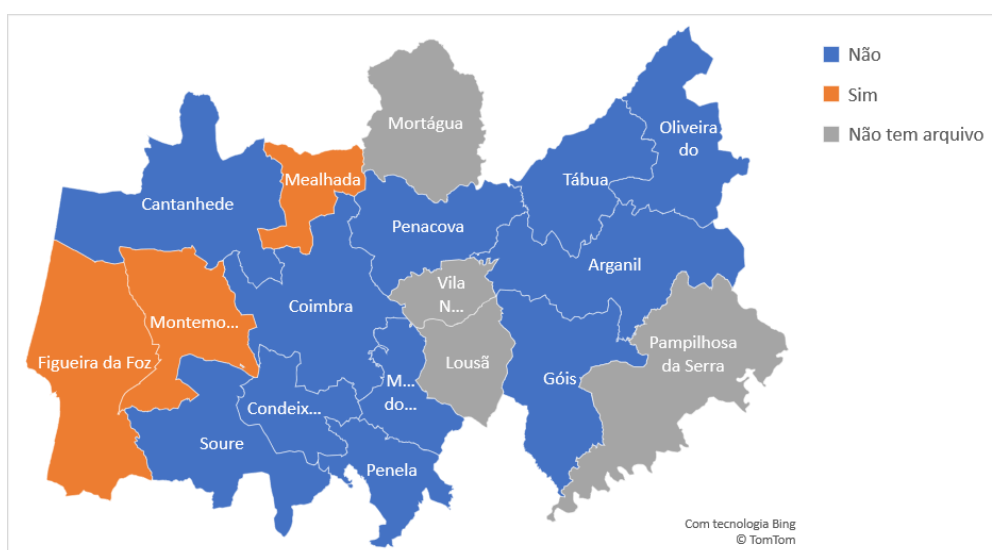


Figura 16 Região de Coimbra: Arquivos Municipais abertos ao público (n=19)

Fonte: Elaborado pela autora

Região de Leiria

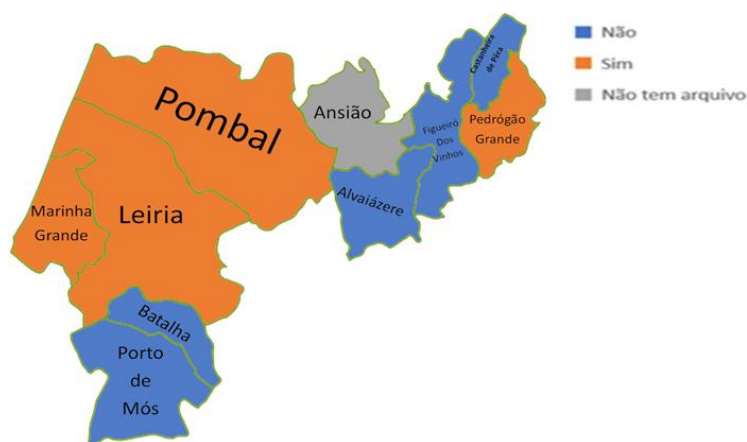


Figura 17 Região de Leiria: Arquivos Municipais abertos ao público (n=10)

Fonte: Elaborado pela autora

Quando questionados os municípios da região de Leiria sobre os arquivos municipais e a sua abertura ao público os resultados correspondem ao mapa acima (figura 17):

- 4 arquivos municipais abertos ao público;
- 5 arquivos municipais que não estão abertos ao público;
- 1 município que não tem arquivo municipal, nem recursos humanos afetos.

No arquivo municipal de Leiria, o horário é condicionado, na medida em que embora em horário contínuo apenas indica estar aberto e acessível das 9:00 às 14:00. Todavia, no *site* indica um período distinto: 9:00 às 16:30. Esta alteração de horário poderá estar também relacionada com a questão pandémica em que nos encontramos.

Nos restantes arquivos, que mencionam estar abertos ao público no período equivalente ao funcionamento dos restantes serviços municipais – entre as 9:00 e as 17:30.

Nesta região destacam-se os municípios cuja localização remete mais para o interior como os que menos investimento de cultura e, por isso, revelam-se como os que ou não têm arquivo, não estão abertos ao público, ou no caso de Alvaiázere e Porto de Mós estão também associados ao serviço de Biblioteca.

Região de Lezíria do Tejo:

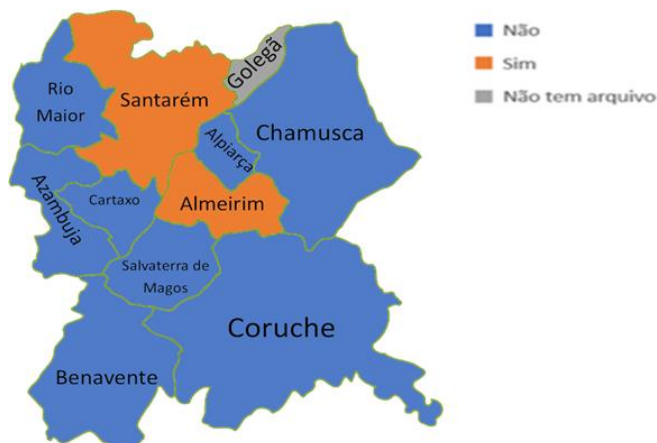


Figura 18 Região de Lezíria do Tejo: Arquivos Municipais abertos ao público (n=11)

Fonte: Elaborado pela autora

Na figura 18 estão apresentados os resultados à pergunta *O arquivo municipal do município está aberto ao público?* na região de Lezíria do Tejo.

É evidente que nesta região a ausência de arquivos municipais abertos ao público, apenas 2 responderam de forma afirmativa à questão. Ainda que Santarém refira que o seu Arquivo está aberto ao público e que há efetivamente um horário funcional executável e de acordo com os serviços municipais (9:30 – 17:30), indica que se trata do Arquivo Histórico do município. No caso de Almeirim é evidente que se integra nos arquivos que não estão abertos ao público, dado que só está acessível mediante agendamento o que revoga totalmente o serviço de arquivo enquanto prestador de informações e acessível aos seus utilizadores. Tem, porém, outra técnica superior, na área do Expediente e Arquivo, com idade entre os 41-50 anos, e com formação ao nível de pós-graduação em Ciência da Informação.

Desta forma, e em análise aos resultados apresentados, a região de Lezíria do Tejo não tem arquivos municipais que cumpram a sua função enquanto serviço de arquivo que presta livre acesso aos documentos e informações.

Região Médio Tejo:



Figura 19 Região Médio Tejo: Arquivos Municipais abertos ao público (n=13)
Fonte: Elaborado pela autora

A Região do Médio Tejo, representados os resultados na figura 19, com 13 municípios, indica 9 arquivos municipais abertos ao público; o município de Alcanena não tem arquivo municipal, e sem arquivo aberto ao público são indicados 3 municípios (Ferreira do Zêzere, Vila de Rei e Mação).

Quando questionados relativamente ao horário de funcionamento, o Entroncamento e Torres Novas indicam que o horário de atendimento sofreu alterações devido à pandemia de Covid-19, ficando muito mais reduzido e, nestes casos, tornando-os questionáveis no acesso à informação.

Por outro lado, a análise desta região pode fazer-se por 7 dos 13 municípios não se encontra acessível, ou seja:

- 3 desses municípios exigem aos seus utilizadores marcação prévia, ou indicam horários muito restritos o que questiona o seu papel na disponibilização e acesso à informação – Entroncamento, Sardoal e Tomar;
- 1 município não tem arquivo – Alcanena;
- 3 arquivos municipais indicam não estar abertos ao público - Ferreira do Zêzere, Vila de Rei e Mação

Região Oeste:

O mapa abaixo, figura 20, representa os resultados obtidos pelas respostas da região Oeste face à pergunta realizada através do inquérito: *O arquivo municipal do município está aberto ao público?*



Figura 20 Região Oeste: Arquivos Municipais abertos ao público (n=12)

Fonte: Elaborado pela autora

Face aos dados apresentados, adicionando as respostas referentes aos horários de funcionamento, é perceptível que os dados alteram, na medida em que no caso da Nazaré o arquivo municipal indica que somente é possível aceder à documentação via agendamento, o que significa que na prática este arquivo municipal não está aberto ao público.

Desta forma, verificamos que 4 são os municípios que indicam não ter arquivo nem quaisquer recursos humanos afetos; 3 arquivos municipais esclarecem que não estão abertos ao público, e finalmente, 5 indicam estar abertos, com a particularidade de que apenas 4 esclarecem ter o horário de funcionamento em concordância com os restantes serviços municipais: 9:00 às 17:00.

Análise Geral:

Face aos resultados obtidos via inquérito aos 80 municípios inquiridos, é possível retirar seguintes ilações, através da tabela 10:

Tabela 10 Dados totais sobre os arquivos municipais abertos ao público (n=80)

Aberto ao Público	AML (Norte)	Região Beira Baixa	Região de Coimbra	Região de Leiria	Região Lezíria do Tejo	Região Médio Tejo	Região Oeste	Resultados
Sim	7	4	2	3	0	6	4	26
Não	2	2	13	6	10	6	4	43
Não tem arquivo nem recursos humanos afetos	0	0	4	1	1	1	4	11
Total de municípios	9	6	19	10	11	13	12	80

Fonte: Elaborado pela autora

Neste sentido percebemos que, tanto na AML quanto na Beira Baixa, nenhum dos municípios indica que *não tem arquivo nem recursos humanos afetos*, e que por outro lado, a Região de Coimbra e Oeste indicam 4 municípios cada *não tem arquivo nem recursos humanos afetos*.

Numa visão analítica, temos 26 arquivos municipais abertos ao público, sem condicionantes relevantes, porém temos (43+11) 54 municípios sem arquivo acessível:

- Região de Coimbra 17 dos 19 municípios;
- Região de Leiria com 7 dos 10 municípios;
- Região de Lezíria do Tejo 11 dos municípios não têm arquivos municipais, na medida em que o arquivo que se encontra acessível é histórico
- Região de Médio Tejo 7 dos 13;
- Região Oeste 8 dos 12 municípios.

Estes dados relevam uma realidade muito sombria no que remete aos arquivos municipais. Em termos percentuais, a leitura é ainda mais imediata, permitindo-nos ver que 68%, portanto mais de metade, dos municípios da região centro-sul não dispõe efetivamente de um serviço de arquivo municipal.

Relativamente aos horários de atendimento indicados pelos arquivos, estes mencionam, na sua maioria, horários completos com interrupção de período de almoço, de segunda a sexta-feira. Sendo possível, na verdade não é desejável, devendo o encerramento à hora de almoço ser visto como exceção, como parece preconizar o n.º 1 do art.º 6.º, em que *os serviços ou organismos que tenham atendimento ao público devem*

praticar um horário contínuo que abranja sempre o período da hora do almoço, salvo se estiverem autorizados pelo respetivo membro do Governo a praticar outro diferente. A sua abertura à hora de almoço deve ser vista como uma medida de modernização administrativa da Administração Pública, como preconizado no decreto-lei n.º 74/2017, de 21 de junho.

Registam-se também horários de funcionamento contínuos e completos (9:00 – 17:30) por menos de 10 arquivos municipais.

É notório o não cumprimento uma missão de promoção do acesso à informação, que cabe aos Arquivos Municipais, assim como não se lhes reconhece o seu papel para a transparência ativa da Administração Pública, ao nível da *accountability*, isto é, da responsabilização e da prestação de contas por parte dos órgãos e organismos.

4.1.2. Consulta da Documentação e Serviços de Reprodução

Os resultados obtidos nos inquéritos realizados à questão: Quais os suportes facultados para consulta presencial de documentação do Arquivo Municipal? revelam-se conforme a tabela 11 abaixo:

Tabela 11 Suportes facultados para consulta presencial de documentação do Arquivo Municipal (n=80)

Suporte disponível	AML (norte)	Região Beira Baixa	Região de Coimbra	Região de Leiria	Região Lezíria do Tejo	Região Médio Tejo	Região Oeste	Resultados
Originais	3	1	9	4	5	9	4	35
Originais e suporte digital	2	0	0	0	0	1	0	3
Suporte analógico e digital	0	0	0	1	0	0	0	1
Suporte digital	0	0	1	1	1	1	2	6
Não respondeu	4	5	5	3	4	1	2	24
Não tem arquivo	0	0	4	1	1	1	4	11
Total de municípios	9	6	19	10	11	13	12	80

Fonte: Elaborado pela autora

Excluem-se de imediato da análise os municípios que não responderam e os que não existem, o que nos leva a uma amostra de 45 arquivos municipais (35 municípios excluídos).

Nos dados presentes na tabela 11, referem que o suporte original para consulta presencial de documentação do Arquivo Municipal são disponibilizados por parte de 38

arquivos municipais; 10 dos 45 arquivos municipais disponibilizam suporte digital, e nenhum dos respondentes disponibiliza somente em suporte analógico.

Tabela 12 Serviços de reprodução de documentos (n=80)

Reprodução de documentos	AML (norte)	Região Beira Baixa	Região de Coimbra	Região de Leiria	Região Lezíria do Tejo	Região Médio Tejo	Região Oeste	Resultados
Digitalização	5	1	8	5	4	5	2	30
Fotocópia e Digitalização	3	0	1	2	0	2	2	10
Fotocópia	0	4	3	2	5	2	2	18
Não possui serviços de reprodução	1	1	3	0	1	3	2	11
Não tem arquivo	0	0	4	1	1	1	4	11
Total de municípios	9	6	19	10	11	13	12	80

Fonte: Elaborado pela autora

A tabela 12 reflete os resultados das respostas à pergunta *A instituição possui serviços próprios de reprodução de documentos?* Excluem-se de imediato desta análise os municípios que responderam não ter serviço de reprodução de documentos e os que não existem, o que nos remete a uma amostra de 58 arquivos municipais (22 municípios excluídos).

Embora seja notório o esforço por parte de alguns municípios em modernizar os seus recursos, nem todos possuem pelo menos serviços de reprodução de documentos.

Desta forma, são 58 municípios dos 80 que permitem a reprodução da documentação, mediante o pagamento de taxas definidas pelo município, sendo normalmente mencionado este aspeto no regulamento arquivístico do Arquivo.

Conforme é visível tabela 12, as opções de reprodução de documentos variam essencialmente entre fotocópia e digitalização, ou ambas. Destaca-se a digitalização como o meio de reprodução mais utilizado, com 40 dos 58 respondentes indicados – neste contexto incluíram-se os que também utilizam fotocópia e digitalização: 10. Somente fotocópia são 18 dos 58 arquivos municipais que responderam.

Na AML, o Arquivo Municipal de Odivelas indica que não tem serviços de reprodução disponíveis, não se encontra aberto ao público, contudo permite o acesso aos originais da documentação.

Se observarmos a informação presente no estudo feito pela Gisela Gabriel, o mesmo arquivo integra outra unidade orgânica, bem como se mostrava acessível e distribuído por vários edifícios(Gabriel, 2017, p. 89).

Atualmente, verificamos que alterou não só o facto de já não se encontrar aberto ao público, como também alterou a unidade orgânica responsável, e perdendo o setor que lhe era destinado dentro da *Gabinete de Gestão de Património e Administração Geral*. Assim, ao integrar presentemente a *Divisão Jurídica e de Organização Municipal e Arquivo Histórico*, acabou por não beneficiar de investimento, acabou por ser de alguma forma desvalorizado e deixou de ter espaço físico. Pode eventualmente pôr em causa a consolidação do seu papel na sociedade da informação

Ainda assim, a Área Metropolitana de Lisboa destaca-se das demais em estudo, não só pela sua densidade populacional e população, mas essencialmente pelas suas características socioeconómicas, incluindo também a capital do país. E por isso, os investimentos e as políticas públicas acabam por ser muito mais exequíveis.

Na Região da Beira Baixa, apenas 1 arquivo municipal (Penamacor) indica disponibilizar a consulta da documentação através dos originais e permite a reprodução de documentos por via da digitalização. Os restantes municípios abstiveram-se na resposta.

Proença-a-Nova indica não ter serviços próprios de reprodução de documentos, muito provavelmente pelo desinvestimento que constatamos na região.

A fotocópia, enquanto meio de reprodução da documentação, assume nesta região um destaque considerável, integrando 4 arquivos municipais, revelando aqui também a ausência de investimento na vertente da modernização administrativa.

Na Região de Coimbra, o Arquivo Municipal da Mealhada permite a consulta da documentação em suporte digital. Os restantes 9 arquivos esclarecem que a consulta é feita através da documentação original.

Na Região de Leiria, destaca-se a consulta da documentação por via dos originais com 4 municípios referidos, e no que remete aos dados apresentados no âmbito dos serviços de reprodução da documentação, todos indicam tê-los, à exceção do arquivo inexistente. Assim, dos 9 arquivos municipais existentes na região de Leiria, 7 mencionam a digitalização enquanto serviço de reprodução de documentos, sendo que 5 dos 7 indica a fotocópia adicionalmente. A fotocópia, em exclusivo, reflete-se em 2 arquivos municipais.

A consulta da documentação na região da Lezíria do Tejo está, conforme dados obtidos nos inquéritos, dividida entre originais ou suporte digital. Nesta medida e para que a amostra esteja em concordância com os arquivos existentes, 6 dos 11 municípios responderam. Desta forma, destacam-se 5 arquivos municipais que permitem o acesso aos originais, sendo o restante em suporte digital.

No serviço de reprodução de documentos, a amostra altera para 9 dada a abstenção de resposta por parte do arquivo de Rio Maior. Destaca-se a fotocópia com 5 arquivos municipais, e a digitalização logo de seguida com 4 arquivos municipais.

Na Região de Médio Tejo, a consulta ocorre em 10 arquivos por via os originais da documentação. O suporte digital, quando juntamente com os originais, é assumido por 2 arquivos municipais.

No que concerne à reprodução de documentação nesta região, 3 arquivos municipais esclarecem que não possuem quaisquer serviços nesse sentido. Desta forma, a amostra passa para 9 arquivos municipais com serviço de reprodução de documentação: 7 através da digitalização, considerando-se esta a mais representada; e com 4 arquivos municipais indicados a fotocópia.

Por fim, na região Oeste a amostra passa para 6 arquivos municipais dado que apenas esses responderam. Assim, os suportes facultados para consulta presencial de documentação do Arquivo Municipal representados com maior incidência são os originais através de 4 arquivos municipais, os restantes 2 referem o suporte digital.

Em termos de reprodução, a amostra em análise são 6 arquivos: 4 mencionam a digitalização como serviço de reprodução, e a fotocópia com também 4. Apenas 2 arquivos municipais mencionam ambos os serviços de reprodução de documentos.

4.1.3. Limitações de Acesso à Documentação

Considerando os 80 municípios inquiridos neste estudo, quando questionados quanto às limitações no acesso à documentação, apenas 58 responderam indicando fatores.

Com a tabela 13, e face às respostas verificamos, que a ausência de recursos humanos especializados é a mais significativa (21), seguindo-se dos problemas relacionados com infraestruturas apropriadas para o correto acondicionamento e conservação (15), e por fim, as dificuldades na organização da documentação (12).

Surgem ainda dados como o arquivo municipal de Alcobaça, que menciona o facto de ser apenas arquivo histórico, e a questão da lei da proteção de dados e a questão pandémica que vivemos (2).

Tabela 13 Obstáculos limitam o acesso à informação/documentação nos Arquivos Municipais (n=80)

Obstáculos limitam o acesso à informação/documentação nos Arquivos Municipais	
Ausência de recursos humanos	21
Infraestruturas inapropriadas para o correto acondicionamento/ armazenamento da documentação	15
Dificuldades na organização da informação/documentação	12
Não respondeu	11
Não tem arquivo	11
Conservação e preservação da documentação indevida/inexistente	5
Lei geral da proteção de dados/ pandemia	2
Todos os fatores acima identificados	2
Apenas o arquivo histórico	1

Fonte: Elaborado pela autora

Nas respostas da AML Norte às limitações encontradas é indicada a carência de recursos humanos especializados por três arquivos municipais; em mesmo número a dificuldade nos processos de descrição e recuperação da informação, e por fim por dois arquivos municipais a conservação e preservação da documentação indevida/inexistente.

Na região da Beira Baixa, estão mencionados fundamentalmente a existência de infraestruturas inapropriadas para o correto acondicionamento/ armazenamento da documentação.

Na região de Coimbra, destacam-se as infraestruturas inapropriadas indicadas por 4 arquivos, seguem-se três outras condicionantes cada uma com dois arquivos municipais a mencioná-las: carência de recursos humanos especializados; dificuldades na organização da informação/documentação; e finalmente, processos de descrição e recuperação da informação pouco eficazes.

As limitações no acesso à informação e documentação na região de Leiria destacam a carência de recursos humanos especializados, indicada por três dos arquivos municipais inquiridos. Em mesmo números (2) estão indicados os fatores: infraestruturas inapropriadas para o correto acondicionamento/ armazenamento da documentação; e também os processos de descrição e recuperação da informação pouco eficazes.

Na região de Lezíria do Tejo, destacam-se as limitações ao nível das infraestruturas inapropriadas indicadas por três dos municípios inquiridos. Outro dos fatores indicado com maior impacto é a carência de recursos humanos especializados (2).

No Médio Tejo distinguem-se as limitações no âmbito da ausência de recursos humanos, especializados ou não, indicados por sete arquivos municipais. Refere ainda as limitações resultantes do novo Regulamento Geral da Proteção de Dados e, paralelamente, a Covid-19.

Na Região Oeste, perante os resultados obtidos, destaca-se a ausência de recursos humanos especializados indicada por três arquivos municipais, sendo que o Arquivo Municipal da Lourinhã refere a existência de infraestruturas inapropriadas, apesar das boas condições em que se encontra

4.2. Organização e Regulamentação

4.2.1. Instalações

As instalações dos arquivos municipais relacionam-se com a questão: *O Arquivo Municipal localiza-se em mais do que um polo?* Esta é uma questão importante, podendo inferir-se desta dispersão a necessidade de mais recursos humanos.

Conforme informações presentes no gráfico 3, a esta questão 36 arquivos municipais indicam estar distribuídos por mais do que um polo. Os restantes 33 arquivos municipais indicam localizar-se num único edifício. Face a estes dados, regista-se uma dispersão da documentação evidente por vários edifícios, o que questiona as políticas relacionadas com o *e-government* e os conceitos de modernização administrativa que visam a racionalização de estruturas, reorganização interna dos serviços, para uma organização de qualidade na Administração Pública.

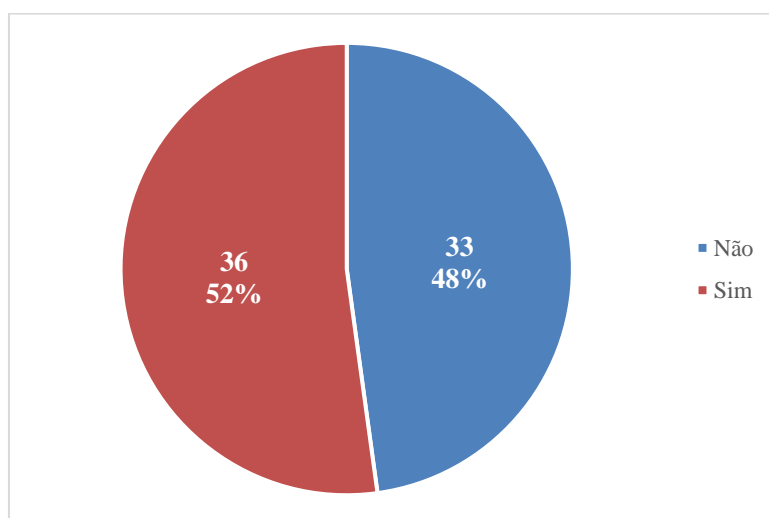


Figura 21 O Arquivo Municipal localiza-se em mais do que um polo? (n=69)

A AML Norte caracteriza-se por inserir 5 dos seus arquivos municipais em mais do que um polo.

Na Região da Beira Baixa, 4 dos arquivos municipais esclarece que se localiza unicamente num edifício.

Na Região de Coimbra, em que a amostra corresponde a 15 arquivos municipais, 8 indicam localizar-se em mais do que um polo.

A Região de Leiria, cuja amostragem corresponde a 9 arquivos municipais, indica que apenas 3 arquivos municipais tem a sua documentação dispersa por vários edifícios.

Na região de Lezíria do Tejo, o Arquivo Municipal do Cartaxo não existe enquanto estrutura organizada, formalmente está integrada na Área de Expediente, é constituído por vários depósitos dispersos, conforme informações prestadas pelo município. No Arquivo Municipal da Chamusca foi dada a indicação que está a tentar criar o serviço de arquivo municipal, mas ainda não existe e não tem ninguém afeto.

Na Região Oeste, o Arquivo Municipal de Alenquer refere que está a reestruturar a orgânica e, a centralizar ao máximo o arquivo num edifício.

Fazendo um paralelismo com a análise anterior que aborda o número de arquivos municipais abertos ao público, com os presentes dados referentes aos polos, constatamos que no caso dos arquivos abertos ao público são eles 26 e os que não estão abertos ao público 43, sendo que 36 são os arquivos municipais que indicam estar distribuídos por vários polos e 33 centralizados num só edifício.

Na Região Oeste, o número de arquivos abertos ao público é idêntico ao número de distribuição por vários polos;

na Região de Médio Tejo: 7 indicam ter vários polos e 7 não estão constituídos como arquivos;

A Região de Lezíria do Tejo, a região com menos arquivos municipais estruturalmente concebidos, destaca-se com 7 municípios que indicam que existem em vários polos;

Região de Leiria: todos os arquivos municipais estão distribuídos por mais do que um edifício;

Região de Coimbra: revela 8 arquivos municipais distribuídos por mais do que um edifício, considerando que apenas 2 funcionam enquanto serviço de arquivo.

No caso da região da Beira Baixa, dos 4 abertos ao público, 2 estão divididos em mais do que um edifício.

E, por fim, na AML 7 dos 9 arquivos municipais estão abertos ao público, e 5 destes indicam estar localizados em mais do que um polo.

Perante estes dados, percebemos que, no contexto do interior do país e nas regiões em que o investimento é menor, a dispersão dos edifícios de arquivo é superior, o que poderá indicar elevados volumes de massas documentais acumuladas, ou considerando as limitações já indicadas pelos municípios neste estudo: dificuldades na organização da informação/documentação, e especialmente infraestruturas inapropriadas para o correto

acondicionamento/ armazenamento da documentação, bem como subavaliação da informação acumulada.

4.2.2. Regulamento Arquivístico

A tabela 14 apresenta os resultados à pergunta do inquérito, que questiona a existência de regulamento arquivístico no arquivo municipal. Neste caso, consideramos uma amostra de 69 arquivos municipais, excluindo, portanto, os 11 que indicam claramente não existir.

Tabela 14 Regulamento arquivístico nos arquivos municipais (n=80)

Regulamento arquivístico	AML (Norte)	Região Beira Baixa	Região de Coimbra	Região de Leiria	Região Lezíria do Tejo	Região Médio Tejo	Região Oeste	Resultados
Sim	9	2	9	4	6	9	3	42
Não	0	4	6	5	4	3	5	27
Não tem arquivo	0		4	1	1	1	4	11
Total de municípios	9	6	19	10	11	13	12	80

Fonte: Elaborado pela autora

Destacam-se as regiões de AML, Coimbra e Médio Tejo, com 9 arquivos municipais, que mencionam a existência de regulamento arquivístico. Temos 42 municípios que mencionam ter regulamento arquivístico nos seus arquivos, e 27 que referem não ter, e, adicionalmente, 11 municípios que esclarecem não ter arquivo municipal.

Na figura 22, e considerando os arquivos que afirmam ter regulamento arquivístico, contabilizamos o total de 42, que corresponde a 52% dos arquivos municipais respondentes com regulamento arquivístico, isto considerando a totalidade dos inquiridos, numa amostra de 80.

Os arquivos inexistentes são considerados no gráfico abaixo sem regulamento arquivístico, porque na verdade não existindo também não o têm.

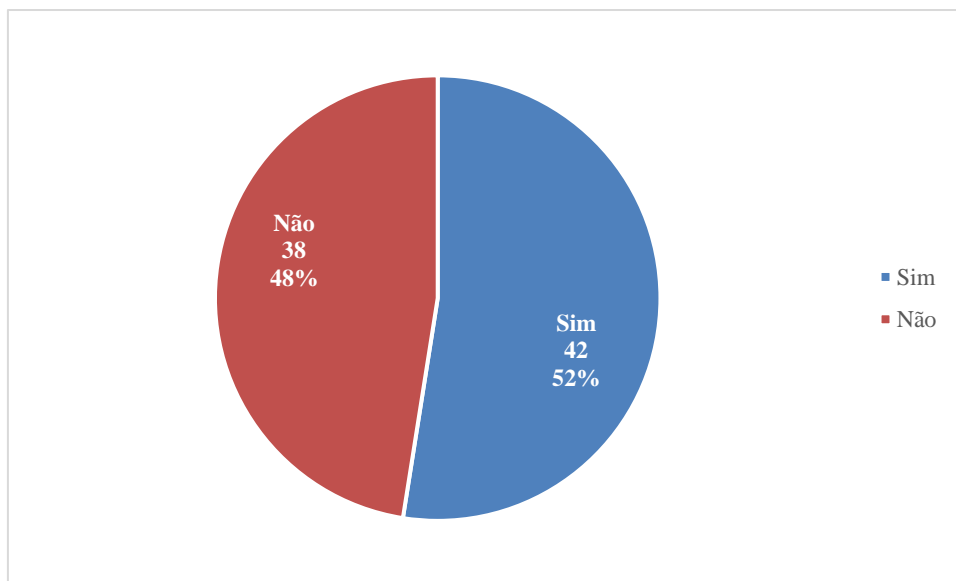


Figura 22 Regulamento Arquivístico nos Arquivos Municipais (n=80)

Embora ainda existam muitos arquivos municipais que não possuem regulamento, temos ainda 52% com regulamento, e, portanto, é ainda esta percentagem uma maioria. Este fator relaciona-se também pelo impacto do PARAM nos arquivos, uma vez que este programa de apoio veio ajudar a incrementar a criação de regulamentos arquivísticos, numa visão de modernização administrativa, de simplificação e normalização de processos e procedimentos dentro da gestão documental.

Relativamente à amostragem para a análise que se segue será o valor da amostragem (42).

Na tabela 15, constam os resultados obtidos através dos inquéritos efetuados relativamente à classificação dos regulamentos arquivísticos presentes nos mesmos.

Perante a observação da tabela verificamos que em maior representatividade encontra-se o *Regulamento publicado em Diário da República*, com 22 dos respondentes.

Segue-se o regulamento interno com 16, e por fim, o diploma orgânico com 1 único arquivo municipal. relativamente aos dados indicados com *Não se encontra formalmente* atribuído, estes levam a uma problemática distinta, que está diretamente relacionada com a existência ou não desse mesmo arquivo.

Assim, e verificando os arquivos municipais que indicaram tal regulamentação com os que têm serviço de arquivo, verifica-se que nas regiões de Coimbra (Tábua) e de Lezíria do Tejo (Chamusca) os municípios que indicaram esta opção não têm o arquivo estruturado como tal, contudo na região da Beira Baixa o município indicou ter arquivo municipal aberto ao público – Proença-a-Nova.

Tabela 15 Classificação dos Regulamentos Arquivísticos

Regulamento arquivístico	AML (Norte)	Região Beira Baixa	Região de Coimbra	Região de Leiria	Região Lezíria do Tejo	Região Médio Tejo	Região Oeste	Resultados
Diplomas orgânicos	1	0	0	0	0	0	0	1
Regulamento interno	3	1	5	2	1	3	1	16
Regulamento publicado em Diário da República	5	0	3	2	4	6	2	22
Não se encontra formalmente atribuído	0	1	1	0	1	0	0	3
Não tem regulamento	0	4	6	5	4	3	5	27
Não tem arquivo	0		4	1	1	1	4	11
Total de municípios	9	6	19	10	11	13	12	80

Fonte: Elaborado pela autora

Todavia, seria importante indagar de que se trata quando referem o regulamento interno estarão a referir-se ao regulamento dos serviços municipais.

A AML Norte em que todos os arquivos municipais indicam a existência de um regulamento arquivístico, ainda que se destaque o Regulamento publicado em *Diário da República* (5).

Na região da Beira Baixa 2 dos 6 arquivos municipais referem a existência de regulamento arquivístico, e quando o mesmo existe é na forma de regulamento interno, ou ainda não se encontra formalmente atribuído.

No que concerne à região de Coimbra, 6 dos municípios mencionam não existir regulamento arquivístico. Neste contexto, 9 indicam ter regulamento arquivístico, em que o regulamento interno mantém o seu destaque (5)

Os arquivos municipais da região de Leiria esclarecem 4 possuem regulamento arquivístico. Neste caso, o regulamento interno e o regulamento publicado em *Diário da República* assumem o mesmo número – 2.

Na Lezíria do Tejo, os arquivos municipais inquiridos mencionam que 6 dos 11 arquivos possui regulamento arquivístico. Destaca-se o regulamento arquivístico publicado em *Diário da República*, que assume 4 dos arquivos municipal.

Os arquivos municipais associados à Região de Médio Tejo referem que 9 tem regulamento arquivístico. O regulamento publicado em *Diário da República* assume uma representatividade de 6, seguindo-se do regulamento interno com 3.

Na região Oeste, os arquivos municipais mencionam 3 com regulamento arquivístico: 2 dos arquivos esclarece que se trata de *regulamento publicado em Diário da República*, e o restante para regulamento interno.

As respostas a esta questão da regulamentação permitem perceber o estado estrutural dos arquivos municipais nas regiões em estudo, e perceber em que medida estão a ser aplicadas as políticas públicas nos arquivos, já que os regulamentos contribuem para o reforço do papel do serviço de arquivo na gestão da informação da própria organização.

Estes são instrumentos de normalização, e contribuem para a consolidação do poder no âmbito da proteção e valorização do património arquivístico, a existência de documentos técnicos de apoio à sua atividade é um mecanismo importante na afirmação desses mesmos princípios.

Neste contexto, e mais adiante no estudo, o PARAM exigia a criação de um regulamento, que permitia não só uma normalização como posteriormente a rede de arquivos, que não se concretizou.

Logo, permite-nos aferir que é ainda bastante significativo o número de arquivos municipais/municípios que não tem regulamentação (41). Revela sérios problemas no que concerne à modernização administrativa.

4.2.3. Unidades Orgânicas Responsáveis pela Gestão do Arquivo Municipal

A representa as respostas obtidas à questão: *Existe alguma unidade orgânica responsável pela gestão do Arquivo Municipal?*

A amostra da figura 23, exclui os 11 municípios que indicaram não ter arquivo municipal nem recursos humanos afetos, assim a amostra corresponde a 69.

Quando questionados se estavam afetos a uma unidade orgânica responsável pela gestão do arquivo municipal, 94% dos arquivos municipais confirma a sua existência (figura 23).

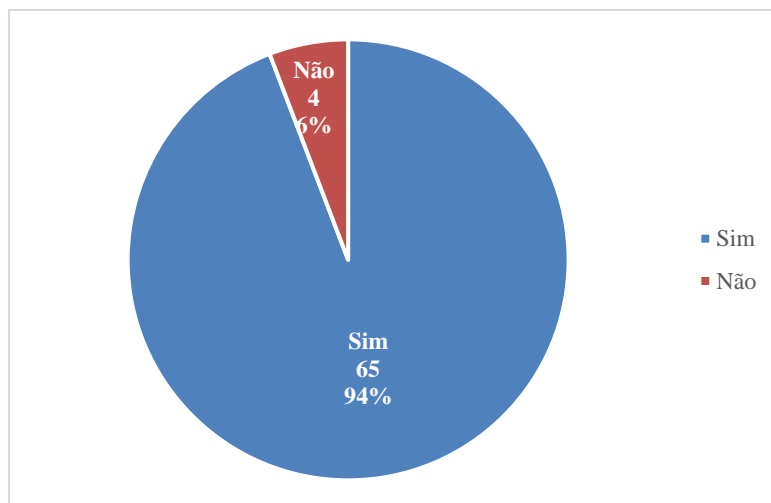


Figura 23 Existe alguma unidade orgânica responsável pela gestão do Arquivo Municipal? (n= 69)

Face aos resultados obtidos, é necessário perceber qual o motivo 4 arquivos municipais indicam não ter unidade orgânica responsável. São os arquivos de Vila Franca de Xira (AML), Almeirim (LT); Óbidos e Sobral de Monte Agraço (Oeste).

Relativamente a Vila Franca de Xira, o arquivo municipal esclarece que este se trata de um serviço designado enquanto *setor*, e que dependente da Divisão de Bibliotecas e Arquivo. Assim sendo, poderá ser integrado enquanto unidade orgânica responsável a Divisão, numa associação com a Biblioteca, e, portanto, também associado ao património e muito menos à administração geral.

Questionamos Almeirim enquanto arquivo, uma vez que o seu serviço de arquivo é praticamente inexistente e também no que se refere ao regulamento informa não estar formalmente atribuído. Contudo, analisando também o regulamento da organização dos serviços do município, percebemos que o arquivo municipal está *dependente das áreas do Balcão Único, do Expediente e Arquivo Municipal, do Apoio a Reuniões e Sessões, das Feiras e Mercados e da Receção e Central Telefónica*, dependente da *Unidade Orgânica Flexível de 3.º Grau de Administração Geral e Atendimento* (Aviso n.º 1722/2020, 2020, p. 394).

No caso de Óbidos, embora tenha horário de abertura ao público e possibilite a consulta, percebemos pelo regulamento da estrutura orgânica de serviços municipais que surge como arquivo histórico associado ao *Serviço de bibliotecas e arquivo histórico (SBAH)*, ou enquanto arquivo geral associado à *Secção Administrativa Central e Espaço Cidadão — CTSAC/EDC*. Mas efetivamente enquanto arquivo municipal não encontramos descrito.

Por fim, no caso de Sobral de Monte Agraço, não tem arquivo aberto ao público e não tem recursos humanos afetos, pois apenas tem um técnico superior de arquivo que exerce funções noutra área.

Os dados obtidos via inquérito, tabela 16, refletem as respostas dos municípios relativamente a que unidade orgânica trata. Desta forma, atendendo a que 4 arquivos indicam não ter unidade orgânica responsável, a amostra corresponde a 65 respondentes.

Tabela 16 Unidades Orgânicas Responsáveis pelos Arquivos Municipais (n=65)

Área	4
Departamento	4
Divisão	40
Núcleo	3
Secção	14
Total de municípios	65

Fonte: Elaborado pela autora

A maioria dos municípios indica que os arquivos municipais integram uma Divisão, que percebemos mais adiante é predominantemente a Divisão Administrativa, evidenciando-se uma tendência de os afastar da área da cultura, remetendo-os para o seu lugar natural. Esta unidade orgânica caracteriza-se por ter atribuições de âmbito operativo e instrumental, integradas numa mesma área funcional, constituindo-se enquanto unidade técnica de organização, execução e controlo de recursos e atividades, e é habitualmente o responsável o Chefe da Divisão (Despacho 8499/2018, 2018). Em termos de qualificação do responsável é normalmente exigido que seja um técnico superior, e por isso, detentor de licenciatura.

Segue-se a secção, indicada por 14 dos arquivos municipais. Esta é a subunidade orgânica, que concilia atividades de aplicação de métodos e processos, regendo-se por diretrizes bem definidas e instruções gerais, nas áreas comuns e instrumentais e nos vários domínios de atuação dos órgãos e serviços, sendo a função exercida pelo Coordenador Técnico (Despacho 8499/2018, 2018). Atendendo à qualificação exigida ao responsável, permite perceber também que, neste caso em concreto, não será necessária a carreira de técnico superior, mas sim de Coordenador Técnico associada à chefia de Assistentes Técnicos.

Perante os resultados do inquérito, e partindo também dos dados presentes nas estruturas orgânicas de cada município, municípios relacionam o arquivo municipal maioritariamente com a estrutura orgânica de Administração Geral - 42 arquivos municipais. Esta engloba também divisões referentes a Modernização Administrativa, Inovação e Comunicação, Jurídicas, Planeamento e Coordenação Estratégica.

No que respeita ao âmbito cultural, identificamos 27 dos arquivos municipais respondentes.

As respostas obtidas e confrontados com os dados presentes nos organogramas e regulamento de estrutura orgânica dos municípios em estudo, permitem perceber que associado à Administração surge o arquivo enquanto tratamento de expediente, que assume 21 dos arquivos respondentes.

Por outro lado, no que concerne ao âmbito cultural e de património, surge associado também a bibliotecas – 12 respondentes.

Ainda nesta análise dos resultados obtidos, 11 dos arquivos municipais referem ambas as vertentes: Administração Geral e Cultura – tabela 17.

De salientar ainda que existem arquivos que constam em duas orgânicas distintas: no âmbito cultural e no âmbito administrativo. Esta dualidade encontrou-se em 11 dos arquivos respondentes.

Em Coimbra, o Arquivo existe enquanto histórico associado à divisão de Bibliotecas e Arquivo Histórico, e também no Departamento de Administração Geral enquanto formalmente designado Arquivo Geral Municipal.

O município da Batalha indica a Divisão de Turismo e Cultura, que compreende o Serviço de Arquivo Histórico Municipal, assim como também a Divisão de Administração Geral enquanto Serviço de Expediente Geral e Arquivo.

Percebemos com estas informações que, em alguns casos, o arquivo assume um papel maioritariamente em termos de gestão de documentos, na medida em que trata o arquivo corrente, quando integrado no expediente. E quando associado a divisões direcionadas para a Cultura surge como parte da biblioteca, e não se distingue da mesma.

No caso de Arruda dos Vinhos, torna-se evidente que o mesmo não existe enquanto estrutura organizada de arquivo, mas como pequenas áreas ou competências dentro das unidades administrativas.

Tabela 17 Estrutura Orgânica dos Municípios que integram os arquivos em mais do que uma Divisão (n=11)

Regiões	Município	Disposição no organograma do município
Região Beira Baixa	Castelo Branco	(DAG) Departamento de Administração Geral (DAG)- Secção de Expediente e Arquivo (DECA) Divisão de Educação, Cultura e Ação Social (DECA)
Região de Coimbra	Arganil	(DAGF) Divisão de Administração Geral e Financeira / Administração Geral / Serviço de Arquivo e Expediente (DTC) Divisão de Desenvolvimento Económico e social/ Cultura e Desporto/ Arquivo Histórico Municipal
Região de Coimbra	Cantanhede	(DARH) Divisão Administrativa e de Recursos Humanos/ Secção de Expediente e Arquivo (DTC) Divisão da Cultura/ (Serviço Municipal de Associativismo, Gestão de Eventos e Bibliotecas)
Região de Coimbra	Coimbra	(DAG) Departamento de Administração Geral / AGM Arquivo Geral Municipal (DTC) Departamento de Cultura e Turismo/ Divisão de Bibliotecas e Arquivo Histórico (Arquivo Histórico)
Região de Coimbra	Penacova	(DAF) Divisão Administrativa Financeira/ (competências) Expediente Geral e Arquivo (DTC) Divisão de Turismo e Cultura/ (competências) Biblioteca e Arquivos
Região de Leiria	Alvaiázere	(DTC) Unidade de Desenvolvimento Social e Cultural/ Biblioteca Municipal (Arquivo Histórico Municipal) (DAF) Divisão Administrativa e Financeira/ Subunidade Orgânica de Recursos Humanos e Expediente c) Controlar o funcionamento do arquivo do município)
Região de Leiria	Batalha	(DTC) Divisão de Turismo e Cultura/ Serviço de Arquivo Histórico Municipal (DAG) Divisão de Administração Geral/ Serviço de Expediente Geral e Arquivo
Região de Leiria	Leiria	(DA) Divisão Administrativa (Arquivo corrente e intermédio) (DEB) – (DTC) <i>Divisão de Educação e Biblioteca (Arquivo Histórico Municipal)</i>
Região Médio Tejo	Constância	(DTC/ DCDT) Unidade de SS, Saúde, Educação, Cultura, Desporto, e Turismo - <i>Expediente e Arquivo Municipal</i> (DA) Divisão Administrativa da Câmara Municipal de Constância/ Secção de Arquivo Municipal
Região Médio Tejo	Mação	(DAG) Departamento de Administração Geral/ (DAF) Divisão Administrativa e Financeira/ Secção de Expediente, Taxas e Licenças e Arquivo - Serviço de Arquivo
Região Oeste	Arruda dos Vinhos	(DAM) Unidade Administrativa e de Modernização - Secção de Arquivo, Documentação e Reprografia (enquanto arquivo geral do município) (DTC/ECTJ) Unidade de Educação Cultura, Turismo e Juventude (UECTJ) - Setor Cultural e de Turismo (SCT)

Fonte: Elaborado pela autora

4.2.4. Certificação da Qualidade/ Certificado de Sistema de Gestão da Qualidade

Em resposta à questão colocada relativamente à existência de certificação de qualidade nos arquivos municipais, os resultados demonstram que a maioria dos arquivos municipais indica não ter certificação de qualidade no sistema de gestão de qualidade. A amostra considerada, e apresentada na figura 24, exclui os 11 arquivos municipais inexistentes.

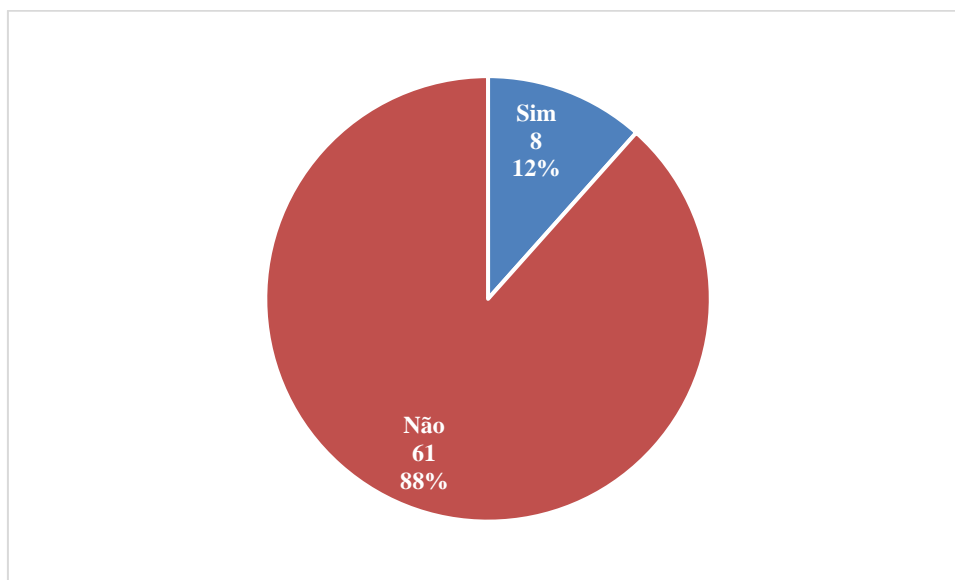


Figura 24 Certificação da Qualidade ou Certificado de Sistema de Gestão da Qualidade (n=69)

Neste caso, 88% dos arquivos municipais respondentes menciona que não existe qualquer certificação de qualidade nos processos.

Considerando 8 dos arquivos municipais, dos 80 inquiridos, afirmam integrar a certificação de sistemas de gestão da qualidade.

Se analisarmos com maior detalhe, na região da AML Norte 2 municípios responderam de forma afirmativa à questão da certificação da qualidade.

A Região de Coimbra equipara os números arquivos municipais inexistentes com o número dos arquivos municipais que responderam de forma afirmativa à questão sobre a certificação da qualidade – 4.

Dos 12 municípios da região Oeste, 2 dos arquivos municipais, o Arquivo de Torres Vedras e Lourinhã responderam de forma afirmativa à questão mencionada.

Por outro lado, nas Regiões da Beira Baixa, de Leiria, da Lezíria do Tejo, e de Médio Tejo os arquivos municipais inquiridos responderam de forma negativa à questão da existência de certificação de qualidade.

Esta ausência de certificação de qualidade revela, conseqüentemente, uma gestão documental ineficiente na medida em que se regista ausência de um sistema de registo

centralizado, que desfavorece o controlo documental e a normalização de procedimentos. Esta importância estratégica atribuída à gestão documental, no plano da modernização administrativa, particularmente na simplificação e normalização de processos e procedimentos de trabalho, afirma-se também pelas funções que deveram ser intrínsecas ao arquivista, fazendo com que este aborde transversalidade do sistema de arquivo nas Organizações.

Torna-se claro, nas regiões onde não existe certificação de qualidade, que são estas as que menos beneficiam de medidas e investimentos para o fomento deste desenvolvimento de iniciativas no âmbito da modernização administrativa, devido aos avultados custos associados. São também estas zonas menos povoadas, e cujo envelhecimento é ainda mais acentuado, bem como a qualificação dos seus recursos humanos.

4.3. Profissionais da Informação Nos Arquivos Municipais

Na sequência dos resultados obtidos, percebemos que 13 municípios não têm quaisquer recursos humanos afetos ao arquivo municipal: Bombarral; Cadaval; Caldas da Rainha; Peniche; Sobral de Monte Agraço; Lousã; Mortágua; Pampilhosa da Serra; Vila Nova de Poiares; Ansião; Golegã; Alcanena; Ferreira do Zêzere.

Perante estas informações, destaca-se a região Oeste com 5 municípios sem recursos humanos afetos.

Na figura 25, observamos, por região, o número de gestores de informação afetos. Ressalvamos que alguns dos municípios não clarificaram o número exato, pelo que nesses casos consideraram-se com os dados existentes até ao momento.

Posto isto, atualmente, temos conforme os dados indicados, aproximadamente 426 gestores de informação distribuídos pelos 67 arquivos municipais.

Para que os dados sejam mais específicos à realidade dos arquivos municipais, se não considerarmos a região da AML (norte), obtemos aproximadamente 174 gestores de informação.

Estes resultados tornam ainda mais evidente a diferença entre a AML e o restante território, e torna-se ainda mais obvio, não só, o desinvestimento e a desertificação que paira no interior do país. Apenas o município de Lisboa alberga 128 gestores de informação, mais do que qualquer outro município, até mesmo dentro da AML. Afirma-se a supremacia da capital em comparação com os restantes municípios do estudo, tal motivo evidencia o superior investimento na região enquanto capital, e a consequente centralização de recursos humanos, sendo aqui que se insere a capital de Portugal assume também maior representatividade.

Segue-se a Região de Coimbra com 46 gestores de informação, a sua densidade populacional, a condição socioeconómica mais desenvolvida enquanto região onde também se localizam instituições de ensino da Ciência da Informação faz com que se torne uma mais-valia relativamente ao número de gestores de informação.

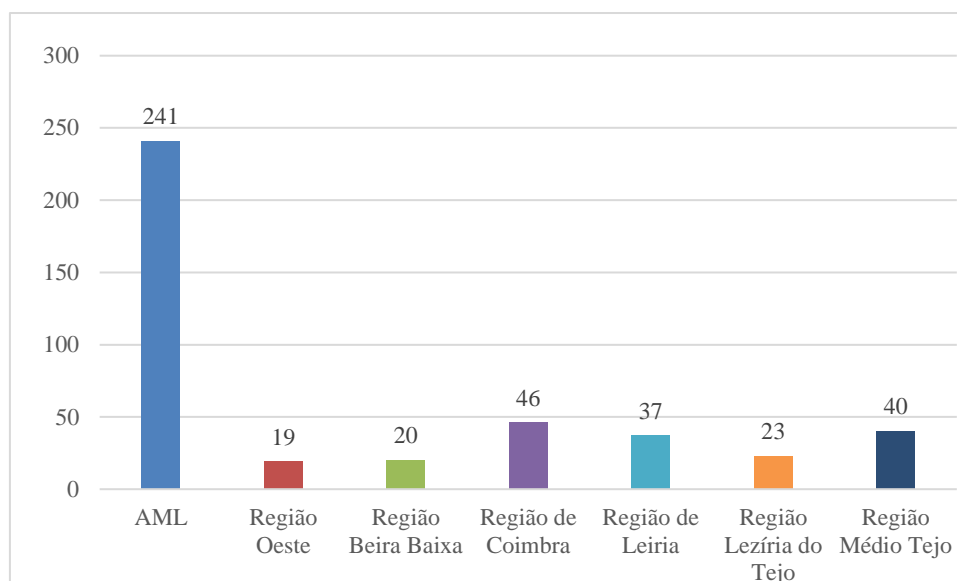


Figura 25 N.º de colaboradores nos Arquivos Municipais, por região (n=426)

Na tabela 18, apresenta-se a relação entre o número de gestores de informação indicados pelos arquivos municipais e a sua frequência. É evidente a predominância de 2 gestores de informação afetos nos arquivos municipais, que corresponde a 19 arquivos municipais. Este número reforça a carência de recursos humanos indicada anteriormente enquanto limitação.

Tabela 18 Relação entre nº de gestores e frequência (n=426)

Nº de Gestores de Informação	Frequência de Gestores de Informação
1	12
2	19
3	11
4	2
5	6
6	6
7	4
8	1
11	1
14	1
21	1
25	1
34	1
128	1
Total de Gestores de Informação	426

Fonte: Elaborado pela autora

Ainda no que concerne à AML, com o estudo da Gisela Gabriel formulado em 2017, possibilita a comparação e consequente evolução dos dados. Vejamos a tabela 19, em que é representado um ligeiro decréscimo no número dos gestores de informação. A tabela 19 representa os dados obtidos e comparados com o estudo efetuado pela Gisela Gabriel, a evolução dos recursos humanos.

Tabela 19 Profissionais da Informação nos arquivos municipais da AML Norte: número por município, categoria e sexo (2015-2020)

Município	Técnico Superior		Assistente Técnico		Assistente Operacional		Total por Município (2020)	Total por Município G. Gabriel (2017)
	Masc.	Fem.	Masc.	Fem.	Masc.	Fem.		
Amadora	0	1	0	2	0	0	3	9 (2 TS pós-graduação em CDI)
Cascais	2	10	8	9	3	2	34	33 (5TS com pós-graduação em CDI)
Lisboa	18	48	13	29	6	14	128	137 (3TS com mestrado em CDI + 13 pós-graduação em CDI)
Loures	2	7	1	9	1	1	21	24 (5 TS pós-graduação em CDI)
Mafra	0	2	1	1	0	1	5	7 (1TS com pós-graduação em CDI)
Odivelas	0	1	0	1+3	1	0	6	5 (1 TS com mestrado CDI + 1 TS pós-graduação em CDI)
Oeiras	3	4	4	10	2	2	25	27 (2TS pós graduação CDI)
Sintra	2	2	0	5	2	0	11	13 (1TS +1 AT = mestrado CDI 1 TS + 2 AT = pós-graduação CDI)
V. Franca de Xira	2	0	1	5	0	0	8	4 (não tinha RH especializados em CI)
Área Metropolitana de Lisboa (norte)							241	259

Fonte: Elaborado pela autora

4.3.1. Categorias Profissionais e Qualificações

Na figura 26, estão refletidos os graus de formação dos profissionais da informação nos arquivos municipais respondentes, ainda que de forma aproximada porque não tivemos confirmação de todos os municípios.

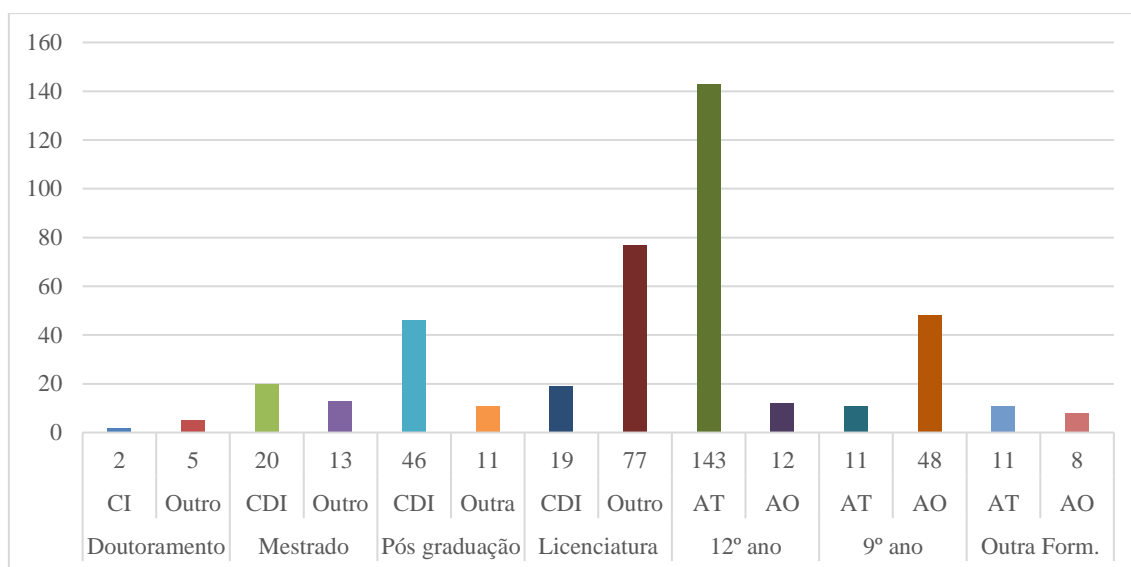


Figura 26 Profissionais de Informação: Qualificação (n = 426)

Partindo da observação do gráfico, é notório o número predominante de assistentes técnicos com 12.º ano nos arquivos municipais, estando os mesmos presentes em todas as regiões compreendidas no estudo, e nalguns casos o único gestor de informação afeto ao arquivo municipal. Na região de Médio Tejo, são 17 os assistentes técnicos com 12.º ano, o maior número seguido da região da AML com 78.

Neste caso, percebemos com a extinção de carreiras que o assistente técnico assumiu muitos postos que anteriormente eram muito mais descritivos das suas funções, tornando-se numa carreira geral a partir decreto-lei n.º 121/2008, de 11 de julho. Assume a carreira profissional em que é solicitado o 12.º ano, embora devido ao envelhecimento na administração pública, desde o decreto se mantenham os mesmos colaboradores e por isso ainda existem alguns assistentes técnicos com o 9.º ano, anterior escolaridade obrigatória em Portugal.

Seguem-se as licenciaturas noutras áreas do conhecimento com 77 gestores de informação, o que também revela carência de recursos humanos especializados nos arquivos municipais, dado que o número de licenciaturas qualificadas em CDI é muito inferior às restantes. Adicionalmente percebemos que, também neste aspeto, se regista o

impacto das carreiras gerais, integrando profissionais de outras áreas enquanto técnicos superiores numa área totalmente distinta da sua formação.

Se analisarmos por região, aferimos que na AML a licenciatura em CDI corresponde somente a 2 gestores de informação, sendo 60 os gestores de informação que assumem licenciaturas noutras áreas.

Na região Oeste, no âmbito das licenciaturas, só existem noutras áreas de conhecimento (4), assim como na região da Beira Baixa em que a única licenciatura existente não é na área das CDI.

Ainda na região de Leiria o número de licenciaturas noutras áreas de conhecimento é superior. Todavia, nas regiões de Médio Tejo, Coimbra, no âmbito do grau de licenciatura, predominam a qualificação em CDI.

Para efeitos de apresentação de resultados consideramos que a técnica superior afeta a Ourém (região Médio Tejo) tem mestrado na área das Ciências Documentais, uma vez que o seu mestrado remete para Arquivo Histórico.

Na área da Ciência da Informação destaca-se a pós-graduação face as restantes, sendo o doutoramento o que assume menor representatividade.

Assim, perante os resultados apresentados, percebemos também que somente 93 dos 426 gestores de informação são especializados em CI, que correspondem a aproximadamente 22% dos gestores de informação.

A predominância da pós-graduação poderá ser fruto dos decreto-lei 247-91 e o decreto-lei n.º 121/2008 de 11 de julho no âmbito da carreira de técnico superior, na medida em que se tornou somente necessária a pós-graduação para exercício da carreira de técnico superior, dispensando o estágio, anteriormente exigido

O PARAM, que referimos mais adiante, assumiu aqui também um forte papel interventivo, na medida em que esta seria uma das suas exigências para a candidatura.

Perante os dados obtidos através dos inquéritos, e perante a regulamentação dos próprios municípios ou arquivos municipais, os assistentes operacionais estão associados às qualificações de 9.º ano de escolaridade, não carecem de formação especializada

Os 2 doutoramentos na área das Ciências da Informação registam-se na AML e na região de Coimbra, por um assistente técnico em Góis.

No caso da Beira Baixa, 3 arquivos municipais não indicaram qualquer técnico superior afeto aos mesmos. Caracteriza-se essencialmente por assistentes técnicos com cerca de 10, cuja formação remete fundamentalmente para o 12º ano.

Na região de Leiria, mantém-se o número superior de assistentes técnicos face aos restantes, com 12 gestores de informação. Os técnicos superiores indicados são 13, e um número muito reduzido de assistentes operacionais – 6. Não existem técnicos superiores afetos os arquivos de 3 municípios. Leiria tem 1 técnico superior com mestrado em CDI, e também um assistente técnico.

Na região de Coimbra, não existem técnicos superiores nos arquivos municipais de Góis, Soure, e nos restantes municípios que indicaram não tem arquivo municipal e recursos humanos afetos – Lousã, Mortágua, Pampilhosa da Serra, Vila Nova de Poiares. O número de técnicos superiores é muito aproximado ao número de assistentes técnicos – 23 e 20, respetivamente. Miranda do Corvo e Mira têm o mesmo tipo de gestores de informação: técnicos superiores com grau de licenciatura em CDI, e assistentes operacionais com outra formação. No arquivo municipal de Penacova, todos os gestores de informação afetos são especializados, com mestrados e licenciatura em CDI – técnicos superiores e assistentes técnicos. 13 dos municípios respondentes indicam que os seus técnicos superiores possuem especialização na área das CI. O município de Góis indica um assistente técnico cuja formação corresponde a doutoramento na área das CI.

Na região da Lezíria do Tejo, estão indicados 2 gestores de informação com qualificações a nível de mestrado em CDI, assim como de licenciatura, embora a pós-graduação supere esses dois graus.

No Médio Tejo, Ferreira do Zêzere indica que não tem qualquer gestor de informação afeto. Contudo, todos os arquivos municipais responderam que têm gestores de informação devidamente habilitados para as suas funções, afirmando que em todos os municípios existem licenciaturas, pós-graduações e mestrado na área das CI.

Por fim, na região Oeste, os dados esclarecem que Sobral de Monte Agraço não tem recursos humanos afetos. Alcobaça esclarece não ter técnico superior vinculado ao arquivo municipal. Somente os arquivos de Torres Vedras, Óbidos, Nazaré e Lourinhã indicam qualificações no âmbito das Ciências Documentais, isto é, da Ciência da Informação.

É indissociável a análise entre os municípios e a proximidade com as instituições de ensino. Estão em vigor os cursos de Ciências da Documentação e Informação (grau mestre) através da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. E na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Novas de Lisboa: Gestão e Curadoria Da Informação e Arquivística Histórica, enquanto pós-graduações, e o mestrado Gestão e Curadoria da Informação, que no ano letivo 2021-22 não abre candidaturas, conforme indicado na página da *Internet* da própria instituição.

Se verificarmos, é efetivamente na jurisdição da AML onde a proximidade é maior com as instituições de ensino/academias de formação, o que torna uma mais-valia à qualificação dos recursos humanos ao seu redor.

Segue-se a Região de Coimbra onde existem todos os ciclos de ensino da área de ciências documentais: licenciatura, mestrado e doutoramento, havendo ainda o curso de especialização.

A proximidade das instituições de ensino especializado é, sem dúvida, um fator relevante para a maior qualificação dos próprios recursos humanos.

Atualmente, e considerando o território em estudo nesta dissertação, estão em vigor os cursos de Ciências da Documentação e Informação (grau mestre) através da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. E na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Novas de Lisboa: Gestão E Curadoria Da Informação e Arquivística Histórica, enquanto pós-graduações, e o mestrado Gestão e Curadoria da Informação que no próximo ano letivo não abre candidaturas, conforme indicado na página da internet da própria instituição.

Se verificarmos é efetivamente na jurisdição da AML onde a proximidade é maior com as instituições de ensino/academias de formação, o que torna uma mais-valia à qualificação dos recursos humanos ao seu redor.

Em suma, se separarmos a AML, percebemos nitidamente que a qualificação predominante no âmbito das Ciências Documentais são, nos técnicos superiores, as pós-graduações, resultado também da proximidade com as instituições de ensino.

Na sequência da análise destes dados confirmamos o envelhecimento da administração pública desde há alguns anos, que revela os mesmos profissionais desde as anteriores reformas.

Revisitando a revisão de literatura deste estudo, particularmente nos estudos desenvolvidos anteriormente (C. Freitas & Marinho, 2014), mencionavam 131 arquivos municipais 639 colaboradores, cujas qualificações específicas em arquivo remetem para 245: 126 técnicos superiores e 119 assistentes técnicos, 190 assistentes técnicos sem formação e 158 assistentes operacionais.

Comparativamente no território compreendido neste estudo refletem-se os seguintes resultados (figura 27): cerca de 93 dos 426 dos são qualificados na área da Ciência da Informação, sendo que 78 são técnicos superiores e 15 assistentes técnicos.

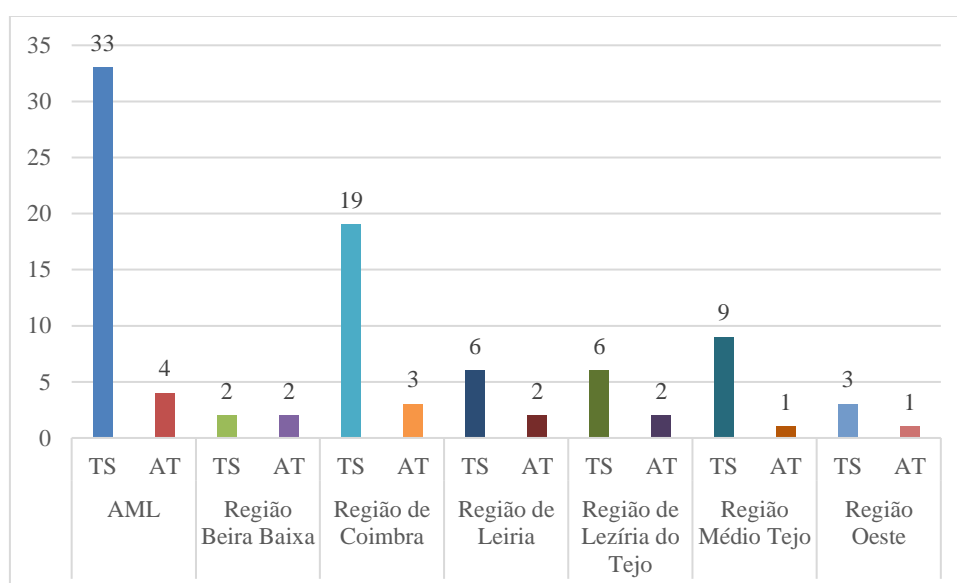


Figura 27 Qualificações específicas em arquivo (n=93)

Mantém-se a região da Área Metropolitana de Lisboa e de Coimbra com maior número de técnicos superiores, e também de gestores de informação qualificados. É a região Oeste que assume o menor número de colaboradores qualificados, também por ter o menor número de recursos humanos, dada praticamente a inexistência de arquivos municipais.

A proximidade com as instituições de ensino afirma uma vez mais o impacto nos gestores de informação da região.

O PARAM reflete-se também neste contexto, dado que exigia dos arquivos municipais colaboradores formados em arquivística.

4.3.2. Categorias Profissionais e Faixas Etárias

Na figura 26 estão representados os dados obtidos dos inquéritos, relativos aos recursos humanos e as faixas etárias em que se inserem.

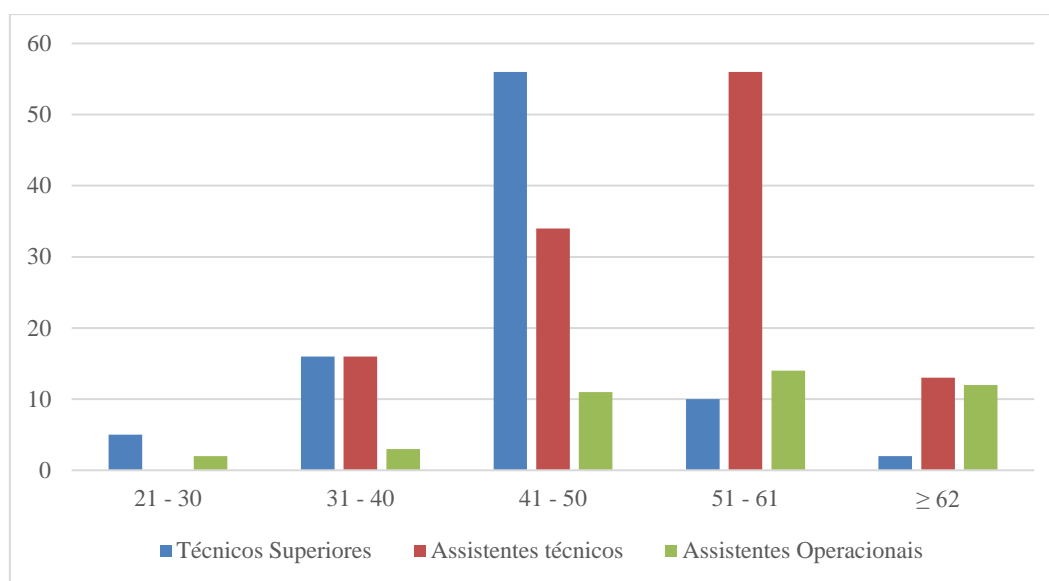


Figura 28 Profissionais de Informação: Categorias profissionais e faixas etárias

Fonte: Elaborado pela autora

Perante os dados obtidos através do inquérito aplicado é perceptível que a faixa etária entre os 21 – 30 anos é a que tem menor representatividade. Nesta faixa etária não houve informação de assistentes técnicos. Os técnicos superiores, embora num número bastante reduzido, é a categoria profissional que assume maior destaque.

Na faixa etária entre os 31-40 anos temos equiparadas as carreiras de técnico superior e assistente técnico, sendo os assistentes operacionais muito reduzidos, à semelhança da anterior.

A faixa etária entre os 41-50 anos destaca a categoria profissional de técnico superior, na qual as qualificações são também evidentes, destacam-se nesta categoria os dois doutoramentos existentes. Situam-se nesta faixa etária muitos dos recursos humanos que já se encontravam nos arquivos municipais ou que foram recrutados quando do processo de candidatura ao PARAM. Os assistentes técnicos começam nesta faixa etária a assumir maior representatividade, existem também nesta categoria profissional recursos humanos com licenciatura, pós-graduações e mestrados.

Segue-se a faixa etária dos 51-61 anos em que os assistentes técnicos se distinguem dos restantes, com grande diferença e com o mesmo valor que os técnicos superiores na faixa etária mencionada anteriormente.

E por fim, embora exista registo de técnicos superiores com ≥ 62 anos, distinguem-se os assistentes técnicos e os assistentes operacionais, cuja diferença entre ambos é muito ténue.

Em suma, é perceptível uma diminuição da qualificação dos recursos humanos afetos aos arquivos municipais à medida que subimos nas faixas etárias, evidenciando-se o envelhecimento dos profissionais da informação, especialmente nas categorias de assistente técnico e assistente operacional nos arquivos municipais. Destes, importaria igualmente saber, dos que possuem o 12.º ano de escolaridade, quais têm formação específica na área BAD, uma vez que a carreira de assistente técnico engloba também os administrativos. Por outro lado, existem menos técnicos superiores, face aos assistentes técnicos, o que afirma a desvalorização e o descrédito face ao papel dos arquivos e arquivistas, agora gestores de informação. Reiterando ainda que em alguns arquivos não há técnico superior afeto, assumindo os assistentes técnicos, ou os chefes de divisão, a gestão documental/da informação.

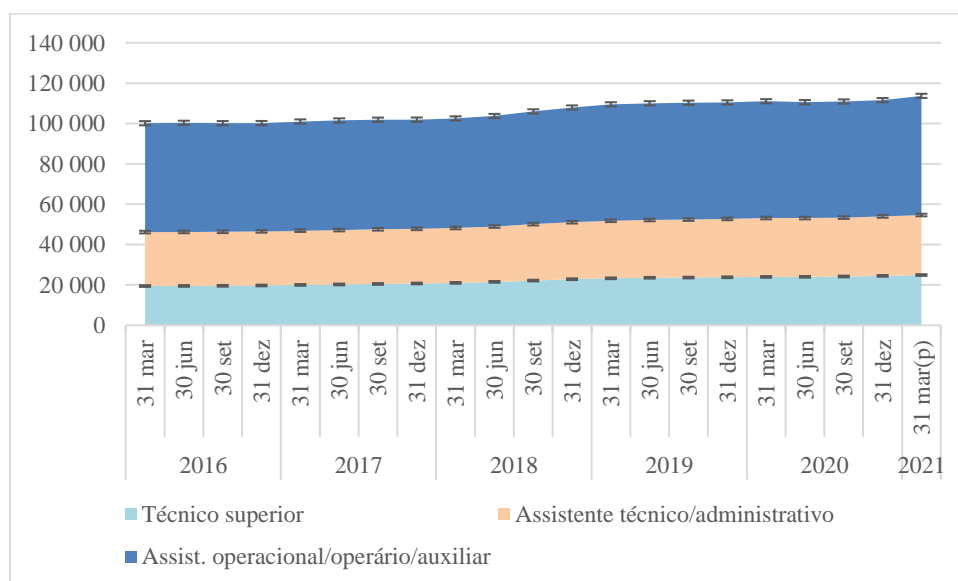


Figura 29 Emprego no sector das administrações públicas por cargo/carreira/grupo, segundo o subsector
 Fonte: Elaborado pela autora (Síntese Estatística do Emprego Público (SIEP), 2021)

Em concordância com o estudo aqui apresentado, figura 29, apresenta a evolução de 2016 a 2021 sobre o número de postos de trabalho e as carreiras.

De forma geral, todas as carreiras registaram um aumento de postos de trabalho, refletido no crescente número de vagas para as diversas carreiras (Técnico superior,

Assistente técnico, Assistente operacional), a subida face ao número inicial até ao número de postos de trabalho atualmente, e nalguns casos de forma considerável.

É evidente que a carreira de técnico superior é a que detém menor número de postos de trabalho, face às carreiras de assistente técnico e assistente operacional.

Todavia, a carreira de técnico superior tem registado um crescimento progressivo e consistente ao longo do período em estudo (2016-2021), assumindo um peso de 19,8% face às restantes carreiras.

Em março de 2016 contabilizava 19 448 postos de trabalho, sendo que os dados atuais nos remetem para 24 908 postos de trabalho, regista assim, em 2021, mais 5 460 postos de trabalho que em 2016.

A carreira de técnico superior é a que exige o maior nível de competências e formação académica, correspondendo ao grau de complexidade funcional 3, e conseqüentemente torna-a mais restrita dado que a escolaridade obrigatória em Portugal remete atualmente para o 12º ano.

A carreira profissional cujo impacto é maior são os assistentes operacionais, considerando que também estes registam um aumento de postos de trabalho, ao longo do período compreendido entre 2016 e 2021. Trata-se de uma carreira de grau de complexidade funcional 1, e para as quais as qualificações são as menos exigentes de todo o grupo das carreiras gerais, tendo sobretudo carácter de manutenção.

4.3.3. Categorias Profissionais e Sexo

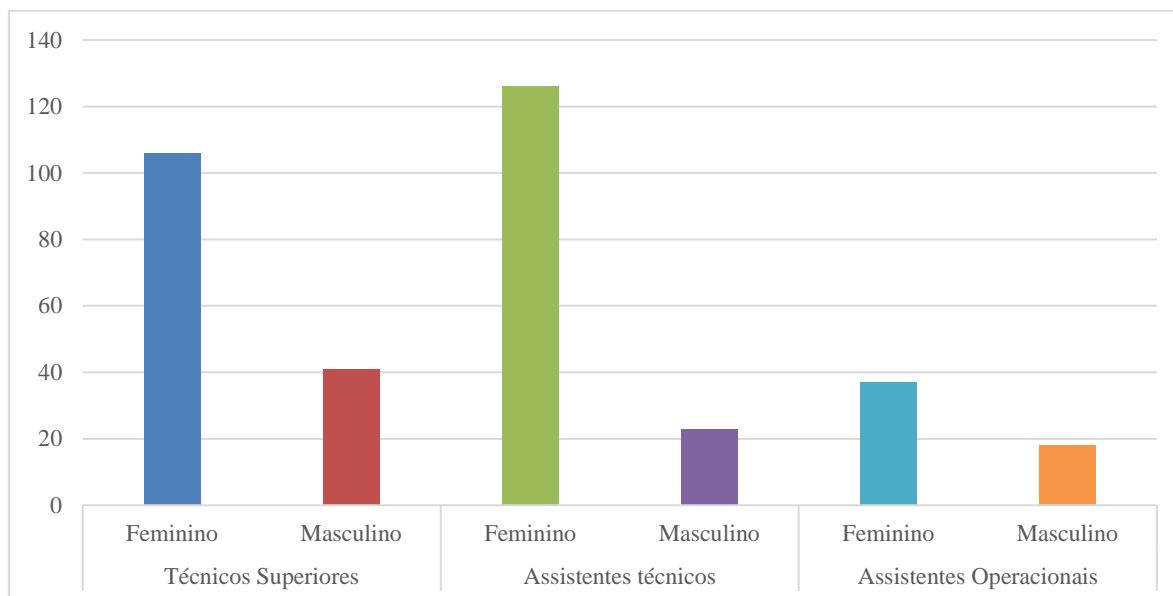


Figura 30 Profissionais da Informação: Carreiras profissionais e Sexo

Na figura 30 estão representados os resultados obtidos através do inquérito, relativamente aos profissionais de informação e a sua representatividade por sexo.

Neste sentido, os profissionais da informação são maioritariamente do sexo feminino, independentemente da categoria profissional em que se inserem.

Embora não tenhamos informação de que existem recursos humanos do sexo feminino em todos os arquivos municipais, na sua grande maioria ocupam todo o tipo de carreiras profissionais disponíveis, e faixas etárias.

Nos dados resultantes do estudo da DGAEP, mostram como a mulher ao longo dos tempos tem assumido um papel de maior representatividade nas carreiras da administração pública.

Na figura 31 podemos assistir ao evoluir dessa curva crescente, embora não tao significativa como do assistente técnico, que sendo este o elemento predominante nas carreiras.

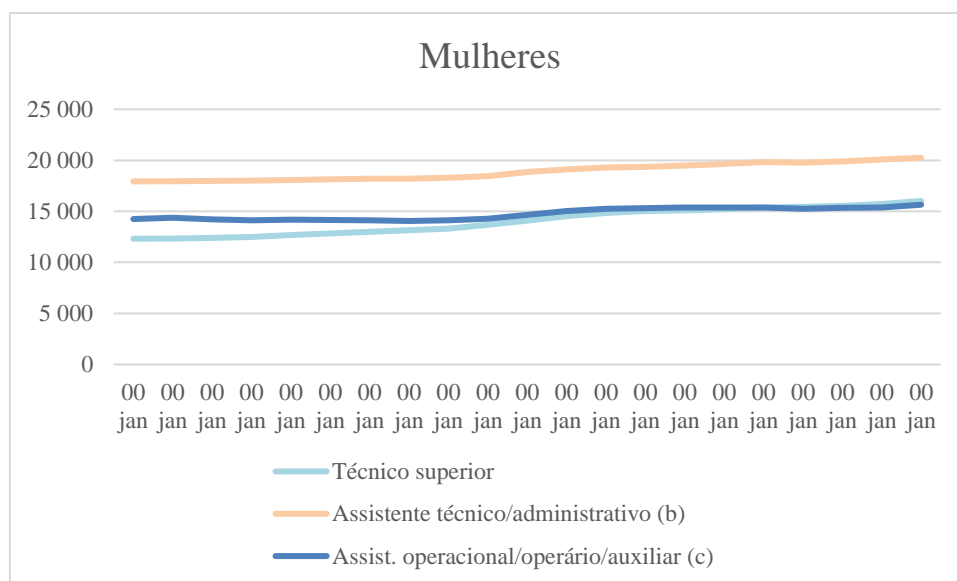


Figura 31 Elementos do sexo feminino na Administração pública (Síntese Estatística do Emprego Público (SIEP), 2021)

Destaca-se o assistente técnico das restantes carreiras, mas de forma geral todas as carreiras cresceram desde o início do estudo até então. Reflete também um evoluir da carreira de técnico superior, assumindo uma subida elevada desde o início do estudo. Nesta medida, os profissionais do sexo feminino têm vindo a especializar-se e a conseguir integrar carreiras de todo na administração pública.

4.4. Responsável Pelo Arquivo – Caracterização

Na figura 32, estão representados os dados relativos aos responsáveis pelos arquivos municipais, por sexo. A amostra apresentada corresponde a 67 arquivos municipais, uma vez que, além dos 11 que não têm arquivo, 2 indicaram não ter qualquer responsável afeto uma vez que também não possuem quaisquer recursos humanos.

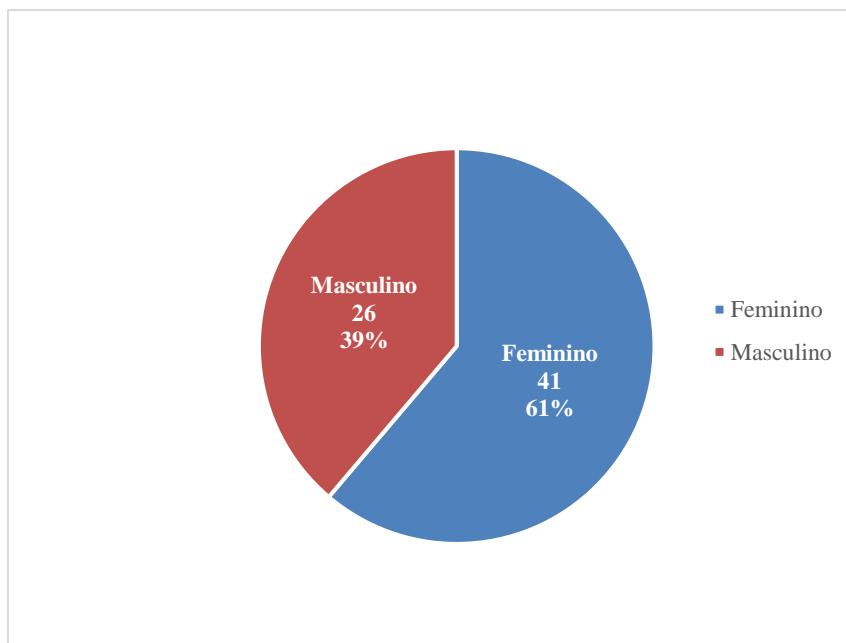


Figura 32 Responsáveis dos Arquivos Municipais: Sexo
 Fonte: Elaborado pela autora

O número de responsáveis do sexo feminino corresponde a 61% dos arquivos respondentes, o que revela uma maioria dos elementos sexo feminino nos cargos de chefia paralelamente ao que acontece nos restantes gestores de informação, na medida em que também são os gestores do sexo feminino que predominam.

Na figura 33, estão apresentados os dados do DGAEP referentes à representatividade entre homens e mulheres na administração pública, por carreira profissional. Reforça o elevado número de assistentes técnicos que ainda existe na administração pública, mas revela o crescimento do número de técnicos superiores, e o decréscimo de assistentes operacionais.

Os responsáveis pelos arquivos são predominantemente técnicos superiores e muitas vezes são chefes de Divisão, devido à estrutura orgânica do arquivo municipal na organização do município.

Conforme descrito na figura 33, estes técnicos superiores são tanto elementos do sexo feminino como masculino, embora no território deste estudo sejam predominantemente do sexo feminino.

Sabemos que demograficamente existem mais mulheres, e verificamos também que existem mais mulheres nas carreiras da administração pública. Desta forma, esses resultados vêm-se refletidos neste estudo também, na medida em que além dos gestores de informação serem maioritariamente do sexo feminino também os responsáveis o são.

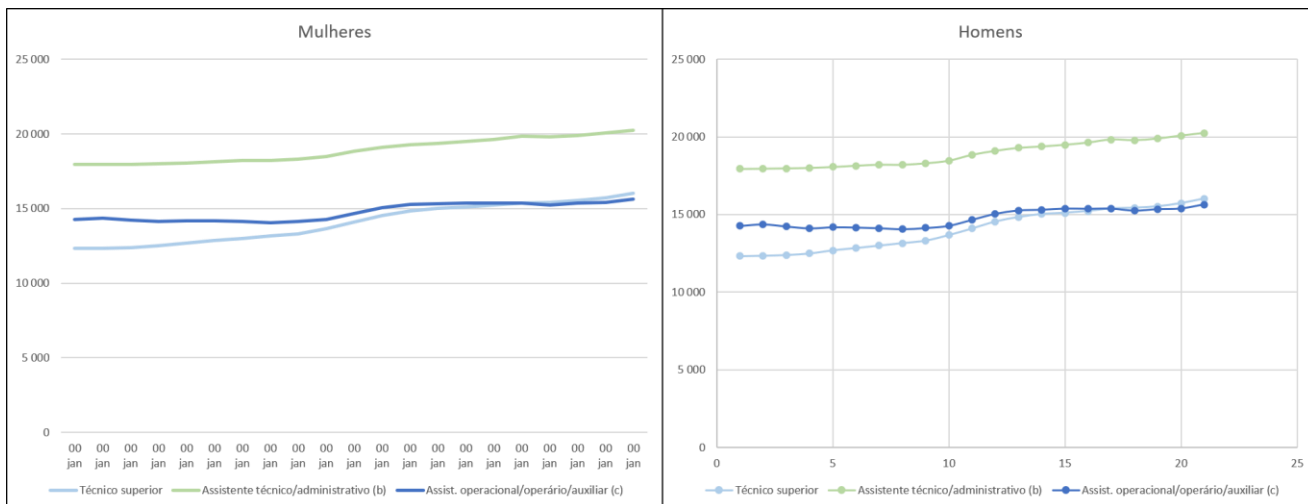


Figura 33 Evolução por sexos na Administração Pública (Síntese Estatística do Emprego Público (SIEP), 2021)

São 48 os arquivos municipais que referem que o seu responsável tem formação em Ciência da Informação. Predominam as pós-graduações, e não se regista qualquer responsável com doutoramento em Ciência da Informação afeto aos arquivos municipais do território em estudo.

Dos dados obtidos, é possível identificar que, nos arquivos municipais em que não existiu qualquer intervenção no âmbito do PARAM, que a qualificação dos seus responsáveis remete para o 9.º e o 12.º ano de escolaridade, sendo nalguns casos atribuído ao assistente técnico. Exemplo disto mesmo, os arquivos de Idanha-a-Nova, Azambuja, Vila de Rei, Oleiros, Almeirim, Castanheira de Pêra, Castelo Branco, Góis e Coruche.

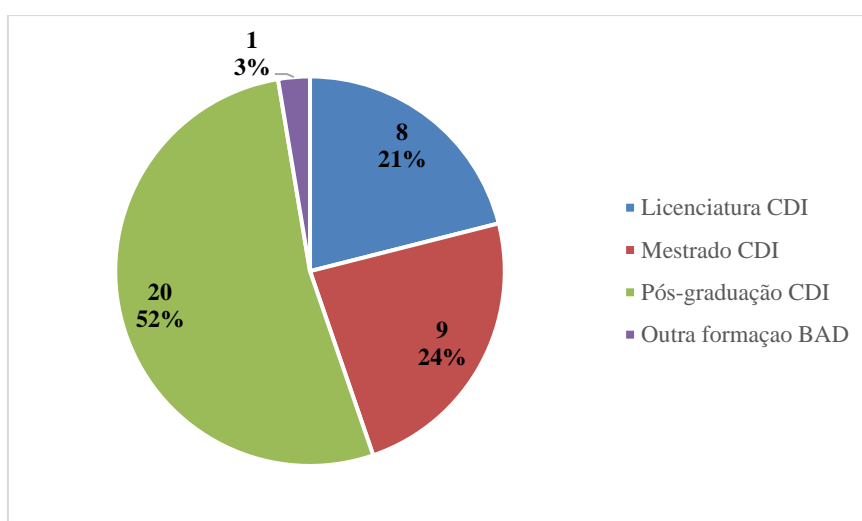


Figura 34 Responsáveis pelos Arquivos Municipais: Qualificados em Ciência da Informação

Este número tem impacto com a aplicação do PARAM, nos arquivos municipais onde era exigida efetivamente formação em ciência da informação, e paralelamente, técnico superior. O decreto-lei 247/91 de 10 de julho, que previa o técnico superior com qualificações mínimas a pós-graduação sem necessidade de estágio.

Na figura 35, estão representadas as faixas etárias dos responsáveis dos arquivos municipais inquiridos. À semelhança dos fatores anteriores, sofreram a intervenção do PARAM, e do decreto de 247/91, uma vez que os mesmos integravam o pessoal afeto, e sendo que termina o PARAM em 2008, é evidente esse envelhecimento nos gestores de informação, e também ao nível dos seus responsáveis.

Desta forma, a maior incidência das idades prende-se entre os 41-50 anos, seguindo-se dos 51-61 anos, afirmando o envelhecimento da população, da administração pública, e especificamente da profissão.

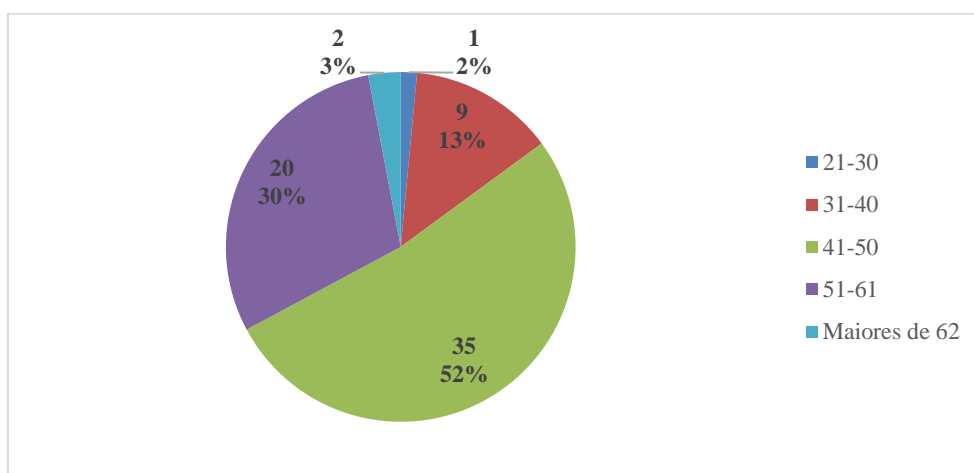


Figura 35 Responsáveis pelos Arquivos Municipais: Faixas Etárias (n=67)

4.5. Programas de Incentivo e Ações de Formação

4.5.1. Programa de Apoio À Rede de Arquivos Municipais

Os arquivos municipais inquiridos neste estudo, quando questionados quanto à sua candidatura ao Programa de Apoio à Rede de Arquivos Municipais, esclarecem de forma nítida que 48 dos inquiridos não se candidataram, 19 candidataram-se e 13 abstêm-se de resposta por falta de recursos humanos – figura 36.

Dos 19 arquivos municipais, apenas 2 referem não ter visto a sua candidatura aprovada. Face a esses resultados, 8 arquivos municipais esclarecem que antes da sua candidatura não possuíam técnico superior afeto ao arquivo.

Por outro lado, em 9 arquivos municipais, quando da candidatura e aprovação da mesma, os inquiridos esclarecem que já existiam vinculados técnicos superiores.

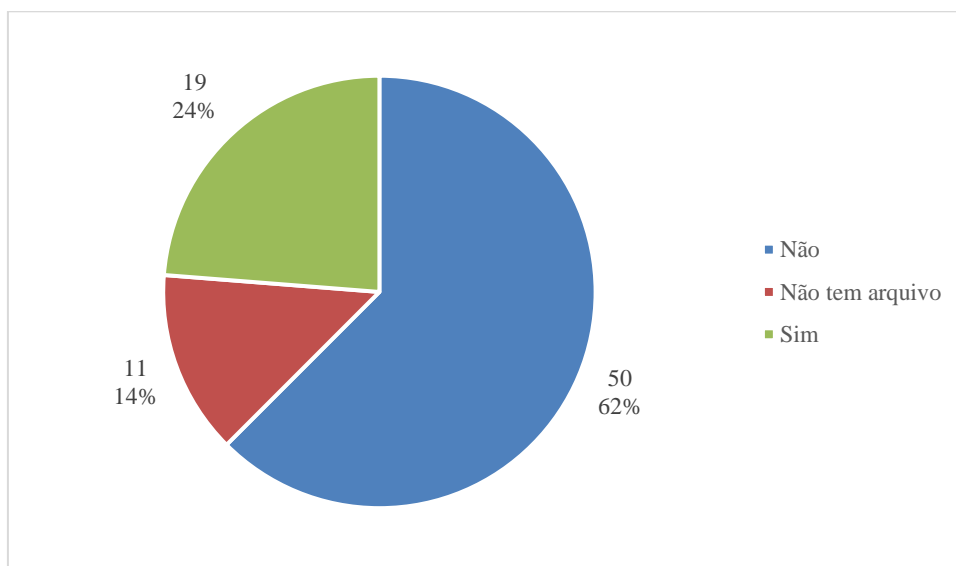


Figura 36 Candidaturas Programa De Apoio À Rede De Arquivos Municipais (PARAM)?

Todavia, se verificarmos o estudo desenvolvido por Cecília Henriques, constatamos os seguintes dados: 54 revelam não ter formalizado a candidatura, sendo que destes 31 integram o grupo dos 86 municípios que manifestaram intenção de candidatura ao PARAM não a tendo efetivado. Sendo que 26 candidataram-se ao programa e viram as suas candidaturas aprovadas.

Os apoios identificados foram maioritariamente no âmbito do PA5 (15), ou seja, referentes a aquisição de equipamentos. No âmbito do apoio Construção de raiz, exclusivamente para arquivo (PA1) estão implícitos 7 arquivos municipais.

No PA2, Edifício a adaptar, exclusivamente para arquivo, estão incluídos 8 arquivos municipais. 5 dos arquivos municipais beneficiaram do apoio relativo, Edifício a construir de raiz, plurifuncional, (PA3). No âmbito do PA4, Edifício a adaptar, plurifuncional, estão integrados 3 arquivos municipais.

Os arquivos Lousã, Cadaval, Caldas da Rainha tentaram candidatar-se, mas acabaram por não efetivar a candidatura, e mantêm atualmente ausência de arquivo municipal a funcionar.

Por outro lado, os arquivos de Ansião, Vila Nova de Poiares e Peniche candidataram-se entre 2000 e 2001, no âmbito da construção de edifícios e aquisição de equipamentos, mas percebemos que atualmente não estão a utilizar o espaço ou a beneficiar do apoio.

Face aos resultados do inquérito, quando questionados relativamente à permanência desse técnico superior, os arquivos municipais, que haviam respondido de forma negativa (8), distribuem as respostas de forma diversificada: 1 dos arquivos menciona que já não se encontra o técnico superior, 3 arquivos não responderam à questão, e finalmente 4 referem a sua permanência.

Relativamente aos arquivos, que responderam anteriormente de forma positiva à questão se tinham, ou não, técnico superior antes da candidatura, e se agora o mantêm 3 dos 9 arquivos responderam que já não integram o mapa de pessoal atualmente. Mantém assim os 6 técnicos superiores. Não sabemos, no entanto, se os encontramos em outros arquivos municipais da Região, fruto da mobilidade que tem caracterizado os trabalhadores da Administração Pública nos últimos anos, a que os profissionais da informação não são alheios.

Se a análise for feita por regiões: Coimbra destaca-se pela região com menos candidaturas ao PARAM, com 11 arquivos municipais indicados, seguindo-se a Lezíria do Tejo com 9 arquivos municipais, que referem não ter formulado qualquer candidatura. Os dados da região de Coimbra permitem explicar, em parte, a não existência do serviço de arquivo municipal e muitos dos seus municípios.

Por outro lado, a Região de Médio Tejo indicou cinco arquivos municipais com candidatura ao PARAM, já as regiões de Coimbra e de Leiria seguem-se, cada uma, com quatro arquivos municipais com candidatura feita.

No que concerne à aprovação das candidaturas, apenas a AML Norte e a Região de Coimbra não viram todas as suas candidaturas aprovadas, e careciam de aprovação os Arquivos Municipais de Miranda do Corvo e o Arquivo Municipal de Lisboa. No caso de Miranda do Corvo deveu-se ao facto de ainda não ter técnico superior à data da candidatura.

Todos os arquivos municipais inquiridos, que indicam ter-se candidatado e visto aprovada a sua candidatura (9), tinham técnico superior afeto, sendo que cinco arquivos municipais esclarecem já não manter o mesmo atualmente – Arquivo Municipal de Sintra,

Constância e Torres Vedras. Consequência da mobilidade interna intensa na administração pública, podemos verificar que 8 dos técnicos superiores já não se encontram nos arquivos municipais iniciais resultado do PARAM.

Verificamos com o estudo, que o PARAM veio revolucionar os arquivos municipais, nota-se claramente um antes e depois, na medida em que era um programa de apoio financeiro e técnico, criado com o objetivo de qualificar os arquivos e os seus recursos humanos, enquanto recurso da atividade administrativa, bem como no seu papel de salvaguarda e divulgação do acesso ao património arquivístico, atendendo também a critérios básicos como a abertura ao público. Em termos práticos, neste estudo, percebemos que teve influência em praticamente todos os aspetos abordados.

Podemos considerar este programa de apoio enquanto impulsionador de uma política nacional de arquivos, regendo-se pela promoção da qualidade dos arquivos na sua dupla dimensão, administrativa e cultural (Peixoto, 2002, p. 102), tem por base critérios básicos como assegurar o direito de acesso à informação aos cidadãos, em geral, e aos munícipes, em particular.

4.5.2. Formações Desenvolvidas no Arquivo Municipal

Perante os dados obtidos via inquérito aos arquivos municipais, verificamos, na figura 37, que 51% dos inquiridos menciona a existência de formações desenvolvidas nos últimos dois anos.

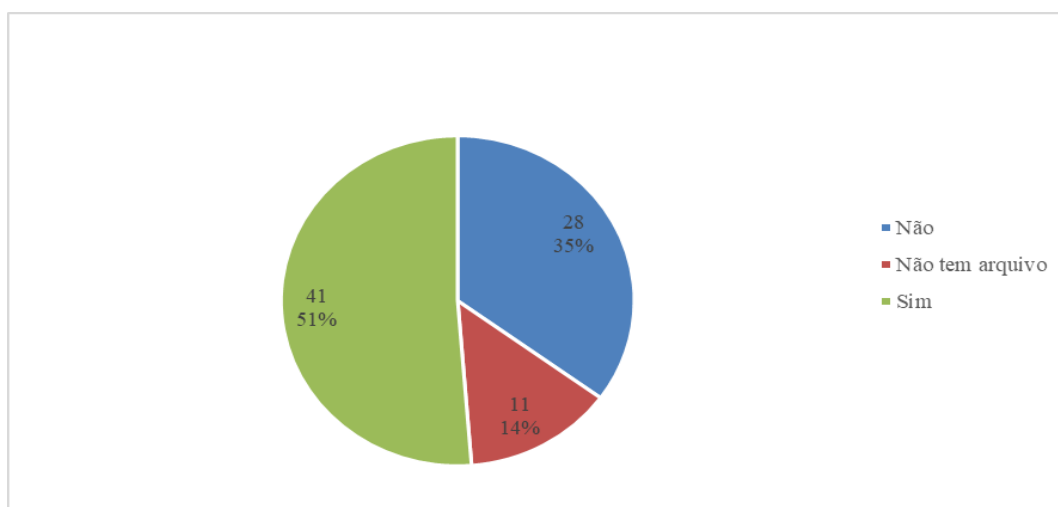


Figura 37 Nos últimos 2 anos desenvolveram-se formações no Arquivo Municipal? (n =80)

A AML esclarece, através das suas respostas, que nos últimos dois anos todos os arquivos municipais tiveram formações.

Nas Regiões da Beira Baixa e Médio Tejo, os dados indicados para arquivos municipais com formações desenvolvidas são idênticos aos que não desenvolveram quaisquer formações nos últimos dois anos - 3 e 6 respetivamente.

Na Região de Coimbra, 53% dos arquivos esclarece que nos últimos dois anos se registaram formações dirigidas aos trabalhadores a exercerem funções nos arquivos municipais.

Nas restantes duas regiões inquiridas (Região de Leiria e Região Oeste), os arquivos municipais, que indicaram não terem sido desenvolvidas formações, são superiores ao número dos que afirmaram ter ocorrido formações, e comuns a ambas as regiões – cinco arquivos.

Na figura 38, estão apresentados os resultados das respostas, que indicam a quem se dirigem as formações dos últimos dois anos realizadas nos arquivos municipais inquiridos. Para a amostra deste gráfico apenas incluímos os arquivos que efetivamente responderam à questão – 40.

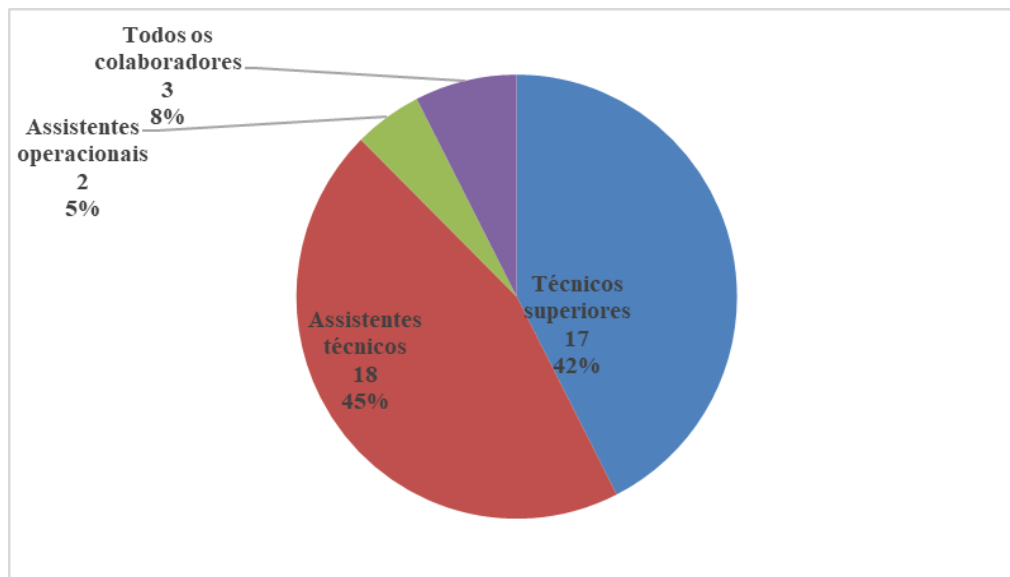


Figura 38 Destinatários da Formação (n=40)

Destacam-se os técnicos superiores com 42% e os assistentes técnicos logo de seguida com 45%.

Apenas 5% dos inquiridos indicaram os assistentes operacionais.

Há ainda 3 arquivos municipais que indicaram que estas formações se dirigem a todos os colaboradores vinculados ao arquivo, compreendendo-se uma vez que se destacam os conteúdos da classificação e da avaliação arquivísticas.

Ao verificarmos as informações prestadas pormenorizadamente, constatamos que, na AML, quatro dos arquivos municipais inquiridos indicaram os técnicos superiores como os destinatários destas formações, seguindo-se, ainda na AML, dois inquiridos com a opção Técnicos superiores e Assistentes Técnicos.

No Arquivo Municipal de Odivelas, as formações desenvolvidas dirigem-se em exclusivo aos assistentes técnicos. E no Arquivo Municipal de Cascais a todos os colaboradores, sendo este o único a indicar esta hipótese.

A Região da Beira Baixa, com apenas três arquivos municipais para indicar os destinatários destas formações, refere os assistentes técnicos embora tenha além desta categoria profissional as restantes (técnico superior, assistente técnico).

A Região de Coimbra, com 10 inquiridos possíveis para esta questão, esclarece evidência que os técnicos superiores são predominantes para estas formações, sendo também a região com mais arquivos a indicar esta categoria profissional - cinco arquivos respondentes. Seguem-se os assistentes técnicos com três arquivos indicados. O Arquivo Municipal de Coimbra indica Técnicos superiores e Assistentes Técnicos. O Arquivo Municipal de Montemor-o-Velho refere todos os colaboradores como alvo das formações.

A Região de Leiria refere em três dos quatro arquivos municipais que desenvolveram formações nos últimos dois anos, são técnicos superiores, e o restante arquivo municipal suscetível a responder indica os assistentes técnicos.

Lezíria do Tejo, com seis arquivos municipais capacitados para responder, destaca os assistentes técnicos com a resposta de três dos inquiridos; seguindo-se dois arquivos municipais a indicar os técnicos superiores, e o restante (Salvaterra de Magos) menciona todos os colaboradores.

A região do Médio Tejo indica sobre 6 dos 13 arquivos municipais que engloba, e maior destaque nos assistentes técnicos com três inquiridos, e dois inquiridos indicam os técnicos superiores. Somente o arquivo municipal restante, neste caso o Sardoal, indica que dirige as suas formações a Técnicos superiores e Assistentes Técnicos. O Arquivo Municipal de Tomar, que indicou não ter formações nos últimos dois anos, refere que as

formações tendem a ser dirigidas aos técnicos superiores, no âmbito de questões de acesso especificamente a Nova Regulamentação de Proteção de Dados e em Arquivos Digitais.

No caso da Região Oeste, dos doze municípios, apenas dois referem a existência de formações, e nesse sentido as suas respostas são bastantes dispersas, e integram as categorias profissionais disponíveis: O Arquivo Municipal de Alenquer respondeu que as formações se dirigem aos assistentes operacionais; no caso do Arquivo Municipal da Lourinhã aos assistentes técnicos. e finalmente, o Arquivo Municipal de Óbidos aos técnicos superiores.

Em suma, regista-se o elevado número de formações atribuídas aos assistentes técnicos devido ao seu número predominante de gestores de informação nos arquivos municipais, sendo estes muitas vezes os únicos recursos humanos existentes em alguns arquivos municipais.

Dos 40 arquivos municipais que indicam ter concretizado formações, 36 dos respondentes referiram as temáticas desenvolvidas. Nesse sentido, a temática da avaliação de arquivos é indicada cerca de 16 vezes, embora sejam indicadas mais do que essa opção.

Logo de seguida, indicada por 11 arquivos municipais a classificação, e como resposta por 9 arquivos a Modernização Administrativa. Foram adicionadas nas opções apresentadas no inquérito as formações no âmbito do Novo Regulamento de Proteção de Dados (3) e Paleografia (1).

4.5.3. Colaboradores e o Arquivo Municipal

A figura 39, estão inscritos os resultados da questão: *Existem no município colaboradores com formação na área da Ciência da Informação, e/ou na área de*

arquivo, que não exerçam a função? esta visa aferir se existem colaboradores especializados que não exercem as funções no arquivo.

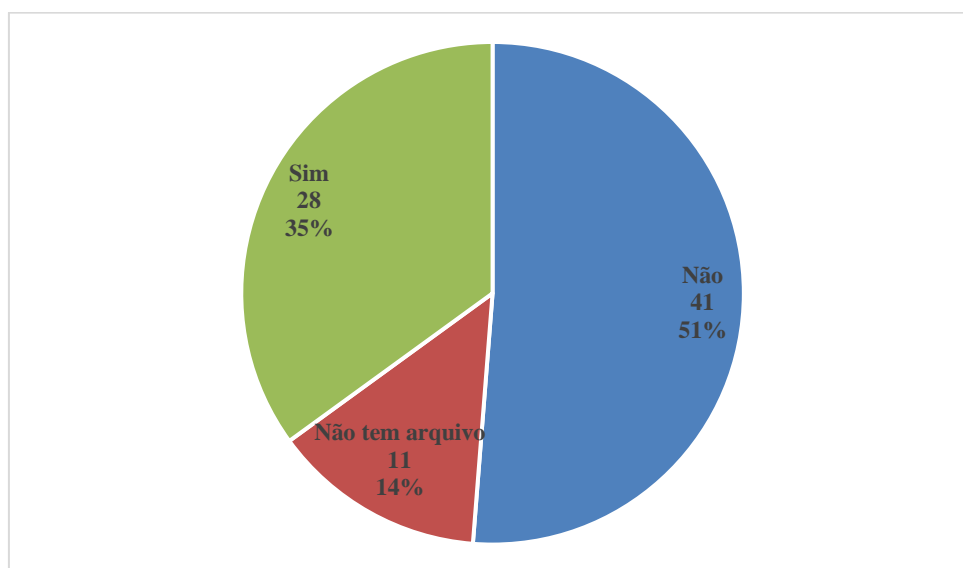


Figura 39 Colaboradores especializados que não exercem funções (n=80)

Todavia, e sabendo que existem bibliotecas públicas em todos os municípios estudados a adicionar ao facto de que em alguns dos municípios estudados o arquivo está também integrado como parte da biblioteca partilhando os mesmos recursos, para aferir na realidade onde estão a desempenhar funções os gestores de informação, será feita a distinção.

Neste caso, temos unicamente 5 arquivos municipais que indicam que os gestores de informação desempenham funções administrativas, apoio a órgãos autárquicos, ou mesmo no gabinete de Ação social.

Conclusão

A presente dissertação assume uma abordagem empírica e exploratória, de natureza qualitativa, assente em métodos mistos, e propõe-se a responder à seguinte pergunta:

Quem exerce a gestão da informação como sua profissão nos arquivos municipais portugueses, entre o rio Mondego e a AML?

A fundamentação teórica, descrita através da revisão da literatura, incorre sobre os conceitos-base do estudo: “arquivos municipais” e “profissionais da informação” e “gestor de informação”, assim como também, sobre estudos semelhantes, dando-se especial atenção aos trabalhos de investigação já desenvolvidos relativamente ao contexto português, e maioritariamente pela BAD e os seus grupos de trabalho.

A metodologia utilizada consiste num estudo empírico e exploratório, de natureza qualitativa, que assenta em métodos mistos para a caracterização dos territórios, dos arquivos municipais e dos seus profissionais da informação.

A análise e a discussão de resultados obtidos via inquérito aos arquivos municipais levou-nos a conhecer a realidade do nosso país, ainda que a amostragem total do estudo compreenda 80 municípios.

Este estudo pressupõe um conhecimento dos arquivos municipais do território em análise, ainda que breve, dado que o objeto de estudo principal são os gestores de informação. Porém, por não se tratar de questões indissociáveis, torna-se imprescindível analisar o estado dos arquivos municipais nas instituições de administração pública local, e o papel que assumem junto da população e dentro da estrutura organizacional, para percebermos os recursos humanos que lhes estão afetos. E nesse âmbito aferir o papel desempenhado por parte dos gestores de informação *in loco*, assim como consolidar a sua importância e valorização, ou não, juntamente com os desafios propostos aos mesmos.

Sabendo que o Arquivo Municipal é um recurso cultural e informacional único, que promove ativamente a preservação da memória do município, fornecendo dados para a génese de conhecimento sobre o território municipal, e que deverá estar aberto e acessível a todos. Conseguimos através do presente estudo perceber uma realidade preocupante, uma vez que os 80 municípios têm muitas peculiaridades. Nem todos os

municípios inquiridos reconhecem o papel do arquivo no âmbito do amplo leque das funções do município, estando este ausente da sua estrutura orgânica, quer em termos formais, quer em termos informais.

O serviço de arquivo tem como base das suas funções prestar um serviço aos cidadãos, tornando a informação acessível, dinamizar informações e/ou documentos, contribuindo para a difusão das informações do acervo documental da instituição e promover a sua utilização. Tem igualmente a função de custodiar documentos, e as responsabilidades inerentes (Barros, Ana; Barbedo, Francisco; Santos, Glória; Runa, Lucília; Garcia, Madalena; Penteado, 2008, p. 28).

O serviço de Arquivo, enquanto Arquivo municipal, é parte integrante na Câmara Municipal, tratando-se esta última de administração local autónoma. A competência dos órgãos e serviços da Administração Local (autónoma) restringe-se também ao território da respetiva autarquia local e às matérias estabelecidas na lei (Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, 2013).

Neste estudo percebemos que o serviço de arquivo é ainda muito débil, reforçado pelo reduzido número de arquivos municipais concebidos como tal, e que estejam efetivamente abertos ao público, especialmente em zonas cujos investimentos e incentivos são reduzidos. Urgem a implementação das políticas públicas no terreno.

Neste contexto apenas 26 dos 80 inquiridos cumpre, estando acessível ao público num horário abrangente, sendo o caso de Cascais o mais evidente uma vez que contempla horário de dias úteis e fins de semana/feriados.

Ainda que a pandemia tenha tido algumas consequências nos horários de funcionamento dos arquivos municipais, alguns dos municípios têm muitas condicionantes, tornando-os inacessíveis ao público. No caso da região de Lezíria do Tejo só existem arquivos históricos.

Os resultados obtidos relevam uma realidade muito sombria no que remete aos arquivos municipais, em termos percentuais, a leitura é ainda mais imediata, permitindo-nos ver que 68%, portanto mais de metade, dos municípios da região centro-sul não dispõe efetivamente de um serviço de arquivo municipal.

É notório o não cumprimento uma missão de promoção do acesso à informação, que cabe aos Arquivos Municipais, assim como não se lhes reconhece o seu papel para a transparência ativa da Administração Pública, ao nível da *accountability*, isto é, da

responsabilização e da prestação de contas por parte dos órgãos e organismos. O desinvestimento na cultura

É evidente face aos dados obtidos que na ótica dos recursos humanos existe uma carência de recursos humanos bastante marcada, especialmente quando falamos de recursos qualificados. Na sequência dos resultados obtidos percebemos que 13 municípios não têm quaisquer recursos humanos afetos: Bombarral; Cadaval; Caldas da Rainha; Peniche; Sobral de Monte Agraço; Lousã; Mortágua; Pampilhosa da Serra; Vila Nova de Poiares; Ansião; Golegã; Alcanena; Ferreira do Zêzere. A região Oeste com 5 municípios sem gestores de informação afetos.

Outro fator que poderá estar na origem destas restrições aplicadas são os escassos recursos humanos em alguns arquivos municipais, que não permitem vincular funcionários em exclusivo, tal como indica por exemplo o arquivo municipal do Sardoal.

A consulta é maioritariamente efetuada através dos originais, sendo a diferença para o suporte digital bastante significativa.

Em relação à reprodução da documentação, destaca-se a digitalização, que reforça a preocupação e a pertinência das tecnologias da informação, bem como a necessidade do recrutamento de técnicos qualificados com competências em gestão da informação e no âmbito das tecnologias da informação.

Por norma, a digitalização tem como objetivo promover a documentação e a sua informação, contribui para a sua disponibilização e acesso mais fácil e comodo. Esta desmaterialização da informação é favorável a várias áreas: para a gestão, permitindo ainda assim manter o seu valor primário, de investigação ou extensão cultural, sendo estes fins distintos dos que presidiram à sua criação (M. C. V. de Freitas & Silva, 2016, p. 4). Acrescentam-se ainda aos objetivos da digitalização a preservação dos originais, desacelerando o processo de degradação dos mesmos, com o seu frequente manuseamento e uso.

Os investimentos de alguns dos arquivos municipais em formações no âmbito da modernização administrativa permitem, ainda que a médio e longo prazo, que seja possível reduzir os custos associados à produção e à conservação do papel, contribuindo em simultâneo para a preservação do meio ambiente.

É notória a acentuação das disparidades entre as características regiões mais populosas e mais desenvolvidas, com as regiões do interior do país. Nesse sentido, verificam-se entre outros aspetos, serviços de reprodução mais obsoletos. No caso, por exemplo, da Região da Beira Baixa, apenas um arquivo municipal refere a digitalização.

A realidade dos arquivos municipais no território compreendido para este estudo acentua os problemas da desertificação do interior, consequência do envelhecimento da população assim como do desinvestimento consecutivo nestas mesmas regiões.

Destaca-se a região de Lezíria do Tejo, que embora seja considerada uma fronteira com o Alentejo reflete esta ausência, assim como também vemos na região Oeste e na região da Beira Baixa.

Percebemos com este estudo que os arquivos municipais nem sempre estão estruturados como tal, e que os investimentos com a cultura, especificamente nos arquivos nalguns casos são os mais baixos. e menos ainda se considerados numa perspetiva de gestão da informação e de reconhecimento do seu papel na modernização administrativa e na qualidade das organizações. Se abordarmos a estrutura orgânica dos municípios verificamos que nem todos incluem claramente o arquivo municipal, surgindo muitas vezes associado ao expediente ou mesmo paralelamente à biblioteca. Recordemos o caso de Caldas da Rainha, em que a biblioteca nos esclarece que assegura o serviço também não existindo recursos humanos específicos.

Cerca de 42 arquivos municipais assumem um papel dentro da Divisão Administrativa e Financeira (DAF) numa vertente administrativa, e muito mais na ótica da gestão documental do município, funcionando em prol do expediente (21). O que revela uma preocupação ao nível da gestão documental, numa visão de manutenção, mas que por outro lado poderá conduzir, como se verificou, numa desvalorização da profissão do gestor de informação, uma vez que muitas vezes será o chefe de divisão a assumir a gestão e, tal como verificámos não existem responsáveis formados em Ciência da Informação de forma muito impactante.

Identificámos 27 arquivos municipais no âmbito da Divisão Cultural, pelo que surge associado a bibliotecas aproximadamente 12 arquivos. Ainda nesta análise dos resultados obtidos, 11 dos arquivos municipais referem ambas as vertentes: Administração Geral e Cultura.

A estrutura interna dos municípios está hierarquizada, e é formada pelas unidades orgânicas nucleares (direções de serviços) e flexíveis (divisões), e na área administrativa poderá dispor de secções. Estas pretendem adequar o serviço às necessidades de funcionamento e face a isso otimizar os recursos (*Lei n.º 4/2004*, 2004, p. 314).

Num Arquivo Municipal enquanto Serviço dentro de uma Divisão, por exemplo, é mais difícil determinar o número de recursos humanos, uma vez que há atividades que são distribuídas por todos os serviços, e há uma circulação maior de informação entre todos.

O caso do Arquivo Municipal de Abrantes, em que os gestores de informação especializados na área de Ciências da Documentação e Informação estão distribuídos por dois serviços distintos: Arquivo Municipal e Sistemas de Informação; em que os próprios técnicos superiores especializados se enquadram no serviço de Sistema de Informação, e não no de Arquivo conforme seria espetável.

As principais limitações mencionadas no acesso à informação/documentação estão relacionadas especialmente com a ausência de recursos humanos, e especialmente recursos humanos específicos, assim como infraestruturas inapropriadas em que se encontra a documentação e o seu conseqüente incorreto armazenamento. Estas carências são fruto do descrédito dos arquivos e do papel do arquivista nas organizações, que se revela na carência de recursos económicos também para o seu desenvolvimento.

No âmbito da Cultura, em 2005 e 2006, registou-se em Portugal uma redefinição da política de Arquivos, que pretendia adotar medidas de acompanhamento, pelo Ministério da Cultura, do processo de Reforma da Administração Pública na vertente da política global de Arquivos, pela reconversão e formação profissional e/ou abertura à entrada de novos quadros técnicos de arquivo para a Administração Pública e pela criação de uma linha de apoio aos Arquivos da Administração Central do Estado (Perdigão, 2020, p. 74). Contudo, em 2008 é publicado o Decreto-lei n.º 121/2008, de 11 de julho, que dissipa muitas das carreiras específicas de arquivo em carreiras gerais.

Conforme os dados do INE mencionados neste estudo, verificamos que, por exemplo, no município de Vila Nova da Barquinha é inexistente, e que assume os menores valores em 13 dos municípios inquiridos.

A distribuição do Arquivo Municipal em mais do que um polo ocorre em 45% dos inquiridos. Esta situação reflete uma dispersão da documentação por vários edifícios e/ou unidades orgânicas flexíveis/inflexíveis. Alguns dos arquivos municipais inquiridos não existem enquanto estrutura organizada, e também nem todos os arquivos municipais possuem edifício próprio, pelo que se a documentação não estiver devidamente descrita traduz-se numa irreversível perda de informação fundamental, e por isso, uma vez mais são imprescindíveis os recursos humanos especializados, que contribuem para uma eficaz organização, representação, gestão e recuperação da informação.

Embora o regulamento publicado em Diário de República não exista em todas as regiões mencionadas, é o que assume maior representatividade. Seguem-se os regulamentos internos, que existem em todas as regiões. Distingue-se ainda em quatro arquivos municipais, regulamentos que não estão formalmente atribuídos, sendo a região de Lezíria do Tejo a que mais representatividade assume neste sentido (2). Neste aspeto, como em muitos outros ao longo deste estudo, o PARAM assumiu uma forte intervenção, pois veio contribuir para uma normalização e regulamentação dos arquivos no âmbito da modernização administrativa e simplificação de processos.

A normalização é um dos elementos-chave para a conceção e a implantação de um Sistema de Gestão Documental (SGD), dela dependendo a qualidade da prestação de serviços, através de requisitos definidos pelas organizações, que visam atender às necessidades dos seus utilizadores. Este processo de normalização afeta a produção de documentos administrativos, bem como dos sistemas arquivísticos nos quais se produzem, organizam e gerem esses documentos.

A qualidade deve ser vista como um processo contínuo que visa a excelência, processo de alteração qualitativa e quantitativa, na procura da melhoria dos serviços que as organizações públicas ou privadas prestam (C. G. da Silva, 2008, p. 15).

Os Arquivos Municipais quando questionados se desempenham funções de certificação da qualidade/ certificado de sistema de gestão da qualidade, a sua maioria indica que não, o que revela que de alguma forma os arquivos não estão totalmente voltados para o seu público, tal como se pode ver também através dos arquivos que não estão abertos ao público, nem se lhe reconhece um papel neste âmbito, destacando-se nos

seus técnicos uma dimensão ainda custodial, patrimonialista e menos gestonária da informação.

No fundo, espera-se que com esta nova abordagem da administração pública aumente a confiança dos cidadãos no desempenho do seu governo (M. C. Ribeiro et al., sem data, p. 23).

Partindo da frase acima, espera-se com a valorização do papel do gestor de informação que o mesmo seja parte integrada das políticas públicas, estando incluído no desencadear da organização, trazendo com isso credibilidade e confiança dos utentes dos arquivos.

A maioria dos profissionais da informação, para além da Área Metropolitana de Lisboa, e considerando o território delimitado neste estudo, regista-se na região de Leiria, de Coimbra e, finalmente, Médio Tejo. A formação dos recursos humanos afetos aos arquivos é condicionada pela proximidade com os institutos de ensino em Ciência da Informação, que ainda mantêm uma influência sobretudo regional.

Atualmente, e considerando o território em estudo nesta dissertação, estão em vigor os cursos de Ciências da Documentação e Informação (grau mestre) através da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. E na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa: Gestão E Curadoria Da Informação e Arquivística Histórica, enquanto pós-graduações, e o mestrado Gestão e Curadoria da Informação que no próximo ano letivo não abre candidaturas, conforme indicado na página da internet da própria instituição.

Se verificarmos é efetivamente na jurisdição da AML onde a proximidade é maior com as instituições de ensino/academias de formação, o que torna uma mais-valia à qualificação dos recursos humanos ao seu redor.

Segue-se a Região de Coimbra onde existem todos os ciclos de ensino da área de ciências documentais: licenciatura, mestrado e doutoramento, havendo ainda o curso de especialização.

A proximidade das instituições de ensino especializado é, sem dúvida, um fator relevante para a maior qualificação dos próprios recursos humanos. Também localização mais aproximada da capital do país poderá influenciar as práticas de gestão documental, assim como sensibilizar para a importância destes profissionais nos municípios.

Algumas informações, na sequência dos esclarecimentos posteriores, divergem na medida em que há arquivos que indicam não ter técnico superior afeto, mas pela distribuição de tarefas há colaboradores da Câmara Municipal que ficam afetos a alguns serviços de arquivo corrente, ou mesmo intermedio.

A forma como está estruturado organicamente o arquivo determina o tipo de recursos humanos que lhe são afetos. Lembre-se o caso do Arquivo de Santarém que indica tratar o arquivo corrente e intermedio através da Camara Municipal, e que funciona como arquivo histórico também.

Para uma caracterização dos profissionais de informação, e partindo dos dados do Boletim Estatístico de Emprego Público, o grupo de técnicos superiores caracteriza-se da seguinte forma: idade média dos colaboradores do sexo masculino é de aproximadamente 47 anos, e no caso do sexo feminino 46 anos (*Boletim Estatístico do Emprego Público*, 2020, p. 16). As suas qualificações ocupam 96,9% ao nível do ensino superior. Regista-se também um crescente número de técnicos superiores (*Boletim Estatístico do Emprego Público*, 2020, p. 31).

No caso dos assistentes técnicos caracterizam-se por qualificações ao nível do 12.º ano, e enquadram-se na faixa etária entre os 45-54 anos de idade, e assumem particular destaque face aos técnicos superiores e assistentes operacionais. Os colaboradores do sexo masculino têm uma média de idade 50 anos, e as mulheres 51 anos (*Boletim Estatístico do Emprego Público*, 2020, p. 16). O número de assistentes técnicos também tem aumentado, entre 2018 e 2019.

Os assistentes operacionais assumem as qualificações maioritariamente no ensino básico até ao 2.º ciclo (*Boletim Estatístico do Emprego Público*, 2020, p. 18), sendo a faixa etária desta categoria profissional dos 35-44 anos (*Boletim Estatístico do Emprego Público*, 2020, p. 26). Os colaboradores do sexo masculino têm uma média de idade 51 anos, e as mulheres 50 anos (*Boletim Estatístico do Emprego Público*, 2020, p. 16). O número de assistentes operacionais tem crescido, entre 2018 e 2019.

O Boletim Estatístico do Emprego Público evidência o facto de se registar um aumento de recursos humanos pelas categorias profissionais em estudo.

Os dados mencionados estão em concordância com o território alvo de estudo, enquadrámos os técnicos superiores na faixa etária 41-50 anos e tendencialmente com as qualificações mais elevadas, em maior número do sexo feminino. Os assistentes técnicos

com o 12.º ano, com substancial representatividade face aos restantes, cuja faixa etária está entre os 51-61 anos.

Verifica-se a abertura a procedimentos concursais em diversos municípios, no âmbito de Arquivo, e também através da integração dos estágios PEPAL. Contribuem também para colmatar a ausência de recursos humanos, ainda que não sejam membros integrantes dos quadros dos mapas de pessoal, e confirmam o crescimento dos recursos humanos, sendo esta uma das medidas que o PARAM contribuiu

Os profissionais da informação que têm menos qualificações são também os com idade mais avançada (≥ 62 anos). Avançando nas faixas etárias nota-se a crescente qualificação dos mesmos, os técnicos superiores têm maior incidência nas idades dos 31-40 e os 41-50 anos, que coincidem com o término dos estudos superiores, e essencialmente com os profissionais existentes aquando da criação do PARAM, revelando uma falta de integração de novos profissionais e mais qualificados também

Estes resultados são consequência da aplicação e intervenção do PARAM, contudo, tendo o mesmo terminado em 2008, temos os mesmos profissionais e o consequente envelhecimento da população e da administração pública evidencia a falta de integração de novos profissionais da informação, uma vez que conforme vimos no estudo da Cláudia Pinto, continuam a formar-se todos os anos centenas de profissionais de informação qualificados.

Os assistentes técnicos começam também assumir maior representatividade em qualificações afetas ao ensino superior: pós-graduações, licenciatura, mestrado.

Revela este fator uma preocupação crescente pela formação, dado que temos já informação do maior número de técnicos superiores na 1.ª faixa etária do estudo (21-30 anos). Relativamente ao sexo, predomina o sexo feminino face ao sexo masculino, tanto nos profissionais da informação, quanto nos responsáveis.

Todavia, o estado do progressivo envelhecimento dos restantes recursos humanos, deverá alertar para a ausência de doutoramentos em CDI, e o elevado número de profissionais da informação, com licenciatura ou pós-graduação, que poderá encaminhar-nos para uma certa ideia de estagnação em termos de aprofundamento de conhecimentos, no âmbito da sua formação contínua, nomeadamente na resistência a um prosseguimento de estudos para o mestrado em ciência da informação, e que poe em causa a política de qualidade no contexto da accountability. A qualificação dos recursos humanos é fundamental para aperfeiçoar os serviços públicos, capacitando-os de responder as

necessidades e exigências dos cidadãos e contribui de forma ativa para a melhoria do desempenho e qualidade dos serviços.

Relativamente aos responsáveis pelos Arquivos Municipais inquiridos são essencialmente do sexo feminino e a idade predominante entre os 41-50 anos, cujas qualificações académicas remetem para a pós-graduação em CDI. Embora nalguns arquivos o responsável tenha qualificações ao abrigo do ensino secundário, fruto da ausência de técnicos superiores

O PARAM contribuiu para a qualificação dos recursos humanos dedicados aos arquivos, valorizando a formação profissional enquanto fator estratégico da modernização administrativa autárquica, assim como os novos serviços permitiram uma melhoria na oferta de produtos e serviços de informação, cultura e conhecimento, revelando-se os “novos” arquivos municipais, assim como a criação e/ou melhoria dos equipamentos dos arquivos municipais, dotando-os de condições materiais e técnicas.

O Programa De Apoio À Rede De Arquivos Municipais (PARAM) requeria, aquando da candidatura, um breve relatório no âmbito dos apoios necessários para aquele município, em qualquer circunstância. Na candidatura deveria constar, além do relatório de avaliação, o projeto de execução de obra. Era exigido aos arquivos municipais a existência de um técnico superior de arquivo no quadro e afeto ao serviço de arquivo, uma vez que foi possível observar uma maior adesão por municípios que dispunham deste apoio especializado. (Antunes, 2010, p. 8)

As principais preocupações deste programa de apoio eram a capacidade de armazenamento dos depósitos, a presença de um espaço exclusivamente destinado à leitura pública, e a certificar-se de que os arquivos tinham recursos humanos qualificados (Henriques, 2008, p. 18), assim como também ajudar na simplificação de procedimentos, regulamentando e normalizando o mais possível. Tinha ainda o objetivo da criação de uma rede de arquivos, mas que não chegou a ser implementada

Neste sentido, dos 19 arquivos municipais que afirmam ter formulado a sua candidatura ao PARAM os que mantêm o técnico superior são muito poucos, tendo sido também nalguns casos substituído por outro apenas. A região de Médio Tejo foi a que mais indicou ter formulado candidaturas, e também a que mais beneficiou. Tem atualmente 10 técnicos superiores.

Em suma, temos uma mancha de arquivos municipais fundamentalmente centrada nas proximidades aos locais de instituições de ensino, considerando aproximadamente 426 gestores de informação nos 80 municípios integrados neste estudo, embora tenhamos verificado que existem fortes lacunas nos arquivos municipais, enquanto serviço de arquivo, enquanto detentores de regulamento arquivístico, e mesmo estruturalmente dentro do município.

Além da necessidade de recursos humanos especializados em Ciência da Informação, ao nível intermédio e superior, é notória a incapacidade de responder às infraestruturas e equipamentos existentes, e conseqüentemente à sua degradação e dimensão.

Dos 80 inquiridos 11 arquivos municipais que responderam não ter arquivo nem recursos humanos, mais 2 responderam ao inquérito através de serviços do município e mencionam não estar abertos e não indicam quaisquer recursos humanos afetos. Neste sentido, concluímos que são 13 arquivos municipais não têm recursos humanos afetos.

Os profissionais da informação entre o Mondego e a Área Metropolitana de Lisboa (Norte) são essencialmente qualificados ao nível da pós-graduação em Ciências da Documentação e Informação afetos aos técnicos superiores, e os assistentes técnicos com o 12.º ano, com substancial representatividade face aos restantes.

As idades apresentadas em maioria dos profissionais da informação estão compreendidas entre os 41 e 50 anos com os técnicos superiores, e assistentes técnicos com 51-61 anos. E independentemente da categoria profissional são do sexo feminino, existindo também em todos os municípios um maior número de gestores de informação do sexo feminino.

Neste sentido, a qualificação dos recursos humanos requer uma maior especialização na medida em que existem poucos doutoramentos, e mesmo formações superiores com representatividade. Destacam-se os profissionais de informação enquanto assistentes técnicos com 12.º ano, o que não equivale a recursos humanos qualificados.

A transição para carreiras gerais em 2008 transportou também profissionais de outras áreas, fora da ciência da informação, para estes cargos, que representam percentualmente uma parte considerável dos gestores de informação nos arquivos municipais. Nesta medida, este decreto tornou os cargos especializados permeáveis à integração de outros elementos, embora sem formação específica. Isto traduz-se também numa descredibilização da profissão, e na desvalorização da mesma uma vez que qualquer

técnico superior estava apto a integrar a equipa. Fazendo a análise dos decretos-lei de 91 e 2008, e que conduziram à extinção da carreira de especialização do arquivista constatamos que os gestores de informação afetos são resultado da formação aplicada em 91 na sua grande maioria.

Embora não tenhamos informações sobre as formações BAD neste estudo, percebemos que mantém influência da mesma forma que a pós-graduação se assume enquanto a qualificação com maior representatividade. Percebemos isso também pelas idades dos recursos humanos que nos remetem para os 41-50 anos numa grande maioria. O desinvestimento na carreira, fruto muito do descrédito dos arquivos nas instituições, revela o número muito reduzido de novos qualificados. Outra problemática inerente são o plano de estudos mais geral nas pós-graduações ao longo do tempo. Em 2015, houve uma alteração na formação que muda o plano de estudos dos cursos, remete para a anulação das especializações entre biblioteca e arquivo, criando a ideia de uma área una, para fazer face aos desafios do gestor de informação que já não é só bibliotecário, arquivista ou documentalista.

Os resultados do estudo remetem-nos a uma ausência de valorização dos recursos humanos, e especialmente nos arquivos municipais, e mantendo a ideia de que o arquivo é um local de menor necessidade, nalguns casos a ideia é mesmo de “depósito de papéis”, e por isso, há nalguns arquivos municipais com sérios problemas relativos, não só há carência de recursos humanos, como também a massas documentais acumuladas. São indissociáveis os fatores de carência de recursos humanos, recursos económicos para a melhoria das infraestruturas e acondicionamento de documentos, mas para tal ocorrer seria fundamental aplicar as políticas públicas nos municípios. Aliviar custos para uma simplificação de procedimentos, contudo, faltam os investimentos neste campo.

Todo este panorama presente nos arquivos pode explicar-se pela ausência de investimento dos municípios nesta área, pelo desinteresse que aparenta nos arquivos e nos profissionais, uma vez que a formação atual dos técnicos superiores com formação específica é ainda a pós-graduação, exigida do decreto-lei 247/91, para acesso à carreira específica de técnico superior de arquivo, extinta em 2008.

É notório o impacto do PARAM em muitos destes municípios, e nalguns arquivos municipais ainda permanece o técnico superior associado desde então, fazendo com que naquele município houvesse recursos humanos qualificados.

À medida que nos distanciamos da capital é perceptível que o desinvestimento fruto da desertificação do interior e também do seu envelhecimento e ausência de recursos qualificados.

Também a proteção de dados pessoais, conforme mencionado no 13º encontro nacional de Arquivos Municipais, inicialmente encarada como um problema, pode ser uma oportunidade para a revalorização dos profissionais da informação, no âmbito do reconhecimento das suas competências para a implementação do RGPD (“13.º Encontro Nacional Arquivos Municipais,” 2019).

Tal como refere Peixoto em 2002, urge a implementação de tecnologias da informação ao serviço da Administração, que deverá ser modernizada e simples, orientada para a satisfação das necessidades do cidadão, onde os Arquivos Municipais deverão ser sistemas de informação e, como tal, há que gerir toda uma série de questões relativas ao tratamento, acesso, controlo, manuseamento, pesquisa e difusão da informação que em si mesmos encerram.

A Administração terá sempre que ser uma melhor Administração para o cidadão e não virada para si própria. Por isso, face ao constante desenvolvimento da sociedade em que nos inserimos, aos profissionais de arquivo colocam-se cada vez maiores exigências ao nível da gestão da informação (Peixoto, 2002, pp. 98–99)

Relativamente a propostas de investigação futuras, propõe-se o alargamento deste estudo:

- a todos os territórios portugueses: continente e ilhas, no âmbito de perceber a nível nacional quem exerce a gestão da informação enquanto profissão
- estudos no âmbito da evolução do papel dos profissionais da informação, abordando a problemática do sexo
- A feminização da profissão, enquanto profissionais de informação, e responsável pelo arquivo municipal
- Envelhecimento da população e envelhecimento na profissão: numa abordagem analítica consciencializado relativamente ao futuro da profissão na ótica da valorização do papel dos gestores de informação: torna-os mais passíveis de desenvolvimentos de investigações, apelando à não só da valorização da profissão, mas também das Ciências da Informação

Referências Bibliográficas

- Abertura ao Público do Arquivo Municipal de Mira | Município de Mira.* (2017, Dezembro 19). Câmara Municipal de Mira. <https://www.cm-mira.pt/node/963>
- Acervo Digital Município de Oliveira do Hospital.* (2021). <https://arquivomunicipaloh.wixsite.com/geral>
- Aires, L. (2015). Paradigma qualitativo e práticas de investigação educacional. Em *Universidade Aberta* (1ª edição). Universidade Aberta. [https://repositorioaberto.uab.pt/bitstream/10400.2/2028/4/Paradigma_Qualitativo%281ª edição_atualizada%29.pdf](https://repositorioaberto.uab.pt/bitstream/10400.2/2028/4/Paradigma_Qualitativo%281ª%20edição_atualizada%29.pdf)
- Alcanena: Iniciado processo para Arquivo Municipal.* (2016, Julho 7). <https://www.mediotejo.net/alcanena-iniciado-processo-para-arquivo-municipal/>
- Alves, I., Ramos, M. M. O., Garcia, M. M., Pereira, M. O. A., Lomelino, M. P., & Nascimento, P. C. (1993). *Dicionário de Terminologia Arquivística*. Instituto da Biblioteca Nacional e do Livro.
- AML. (2021). <https://www.aml.pt/index.php>
- Antónia, N. M. (2007). O Papel do Profissional de Arquivo nos processos de Desenvolvimento e Inovação. *Cadernos BAD n. 9 (2007): Bibliotecas e Arquivos - informação para a cidadania, o desenvolvimento e a inovação.* <https://www.bad.pt/publicacoes/index.php/congressosbad/article/view/539>
- António, R. (2009). *Desafios Profissionais da Gestão Documental*. Edições Colibri.
- Antunes, L. M. V. (2010). *Para uma nova arquitectura dos edifícios de arquivo em Portugal* [Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa]. <http://hdl.handle.net/10451/3371>
- Arquivo - Município de Arganil.* (2021). <https://www.cm-arganil.pt/municipio/espacos-municipais/espacos-tecnicos/arquivo/>
- Arquivo - Plataforma de Gestão de Informação.* (sem data). Obtido 22 de Fevereiro de 2021, de <https://arquivo.cm-mira.pt/>
- Arquivo Histórico.* (2021). <https://www.cm-obidos.pt/arquivo-historico>
- Arquivo Histórico Municipal - Município de Santarém.* (2021). <https://www.cm-santarem.pt/servicos-municipais/bibliotecas-arquivo-e-patrimonio-cultural/arquivo-historico-municipal>
- Arquivo Histórico Municipal - Portal do Município da Batalha.* (2020).

<https://www.cm-batalha.pt/areas-de-intervencao/cultura/arquivo-historico>
Arquivo Histórico Municipal | Cascais Cultura. (2021).

<https://cultura.cascais.pt/listagens/arquivo-historico-municipal>
Arquivo Histórico Municipal de Cascais | Câmara Municipal de Cascais. (2021).

<https://www.cascais.pt/contactos/arquivo-historico-municipal-de-cascais>
Arquivo Municipal. (2021a). <https://www.cm-montemorvelho.pt/index.php/residentes/cultura-e-lazer/arquivo-historico>
Arquivo Municipal. (2021b). Pedrógão Grande. https://www.cm-pedrogaogrande.pt/index.php?option=com_content&view=article&id=137&Itemid=118

Arquivo Municipal - Archeevo. (2021). <https://arquivo.cm-vfxira.pt/details?id=298922>

Arquivo Municipal - Município de Penamacor. (2021). <https://www.cm-penamacor.pt/servicos-municipais/arquivo-municipal>

Arquivo Municipal | C.M. Leiria. (2021). <https://www.cm-leiria.pt/pages/87>

Arquivo Municipal | Município de Vila Franca de Xira. (2021). <https://www.cm-vfxira.pt/pages/147>

Arquivo Municipal da Mealhada - Município da Mealhada. (2021). <http://www.cm-mealhada.pt/menu/386/arquivo-municipal-da-mealhada>

Arquivo Municipal de Benavente | Diretório BAD. (2021). <https://www.bad.pt/diretorio/?dir-item=arquivo-municipal-de-benavente>

Arquivo Municipal de Constância - Archeevo. (2013). <http://arquivo.cm-constancia.pt/>

Arquivo Municipal de Constância | Diretório BAD. (2015). <https://www.bad.pt/diretorio/?dir-item=arquivo-municipal-de-constancia>

Arquivo Municipal de Ferreira do Zêzere | Diretório BAD. (2015). <https://www.bad.pt/diretorio/?dir-item=arquivo-municipal-de-ferreira-do-zezere>

Arquivo Municipal de Leiria - Archeevo. (2021). <https://arquivo.cm-leiria.pt/>

Arquivo Municipal de Lisboa. (2021). <http://arquivomunicipal.cm-lisboa.pt/pt/arquivo/historia/>

Arquivo Municipal de Lisboa - Como consultar documentos? (2021). <http://arquivomunicipal.cm-lisboa.pt/pt/gca/index.php?id=377>

Arquivo Municipal de Lisboa - Contactos. (2021). <http://arquivomunicipal.cm-lisboa.pt/pt/contactos/arco-do-cego/>

Arquivo Municipal de Lisboa - Missão e competências. (2021).

<http://arquivomunicipal.cm-lisboa.pt/pt/arquivo/missao-e-competencias/>
Arquivo Municipal de Lourinhã | Diretório BAD. (2015).
<https://www.bad.pt/diretorio/?dir-item=arquivo-municipal-de-lourinha>
Arquivo Municipal de Mafra | Mafra. (2021). <https://www.cm-mafra.pt/pages/670>
Arquivo Municipal de Oliveira do Hospital. (2020, Janeiro 29). Município de Oliveira do Hospital. <https://www.cm-oliveiradohospital.pt/index.php/municipio/item/1874-arquivo-municipal-de-oliveira-do-hospital>
Arquivo Municipal de Torres Vedras. (2021). <http://www.cm-tvedras.pt/cultura/arquivo-municipal/>
Arquivo Municipal Marinha Grande. (2021). <https://www.cm-mgrande.pt/pages/257>
Arquivo Municipal Miranda do Corvo. (2021). Site Autárquico de Miranda do Corvo. <https://cm-mirandadocorvo.pt/menu/1300/arquivo-municipal>
Arquivo Online. (2021). <https://arquivo.cm-oeiras.pt/>
Arquivo Porto de Mós. (2021). <https://www.municipio-portodemos.pt/pages/916>
Até ao séc. XX - Município de Alpiarça. (2021). <https://www.cm-alpiarca.pt/concelho/historia/ate-ao-sec-xx>
Aviso (extrato) n.º 11025/2020, 170 (2020). https://recrutamento.cm-tvedras.pt/cmtorresvedras-wirerecruit/uploads/writer_file/document/38/aviso_n_o_11025_2020.pdf
Aviso (extrato) n.º 17011/2019, 303 (2019). http://cm-alcanena.pt/images/recursos_humanos/Procedimentos-Concursais/3_Tecnicos_Superiores/DR_17011_2019_de_24_outubro.pdf
Aviso 6014/2017, 2017-05-29 - DRE, (2017).
<https://dre.pt/application/conteudo/107096115>
Aviso Abertura de Procedimento. (2020). Em *Município de Soure* (pp. 1–16).
https://www.cm-soure.pt/docs/recursoshumanos/20200212_RH_TS_Arquivo_Aviso.pdf
Aviso n.º 003/2020 - Estágios PEPAL 6.ª Edição, 2.ª Fase. (2020).
https://portaldomunicipe.cm-lourinha.pt/upload_files/1/7/Servicos/RH/Estagios/Pepal/AVISODGAL13julh.pdf
Aviso n.º 11707/2019, 189 (2019). https://www.cm-coimbra.pt/wp-content/uploads/2019/09/Aviso_DR.pdf
Aviso n.º 11873/2019, 165 (2019). [263](http://www.cm-</p></div><div data-bbox=)

- figueirodosvinhos.pt/images/Apoio_ao_Municipe/Regulamentos/Funcionamento_Interno/2019_Regulamento_de_Organização_dos_Serviços_do_Município_de_Figueiró_dos_Vinhos_-_Quarta_alteração.pdf
- Aviso n.º 1722/2020, Pub. L. No. Diário da República, 2.ª série, n.º 22, Diário da República 392 (2020). <https://www.cm-almeirim.pt/autarquia/documentacao/regulamentos/em-vigor/outros/452-regulamento-de-organizacao-dos-servicos-do-municipio-de-almeirim/file>
- Aviso N.º 19/2020. (2020). http://www.cm-macao.pt/images/Recursos_Humanas/2020/Aviso_N.º19_2020.pdf
- Aviso n.º 2344/2020, 346 (2020). <https://cm-lousa.pt/wp-content/uploads/2020/02/estruturaorganica.pdf>
- Aviso n.º 5579/2020, 333 (2020). <https://cloud.cm-sintra.pt/s/ogSSrASoAKLkGTp#pdfviewer>
- Aviso n.º 70/2020 - Estágios PEPAL 6.ª edição, 2.ª fase. (2020). <http://www.cm-nazare.pt/sites/default/files/documentos/aviso-70-2020-estagios-pepal-6a-edicao-2a-fase.pdf>
- Aviso n.º 7071/2018, Diário da República, 2.ª série — N.º 100 — 24 de maio de 2018 14880 (2018). <http://cm-penela.pt/uploads/c97a0deedb01a8ae1c33b233c92484d6.pdf>
- Aviso Publicitação de Início de Procedimento e Participação Procedimental, 1 (2018). http://www.cm-entroncamento.pt/images/CME/Regulamentos/2018/RegulamentoRevisao/Inicio_procedimento_regulamento_arquivo.pdf
- Azevedo, A. (2003). A oferta de formação a nível internacional. *Cadernos BAD*, 41–51. <http://redalyc.uaemex.mx/redalyc/pdf/385/38500704.pdf>
- Baiget, T. (2001). Archivos y cultura: manual de dinamización. *El Profesional de la Informacion*, 10(9), 46–48. <https://doi.org/10.1076/epr.10.9.46.6485>
- Barros, Ana; Barbedo, Francisco; Santos, Glória; Runa, Lucília; Garcia, Madalena; Penteado, P. (2008). *Rede Portuguesa de Arquivos (RPA): fundamentos para o seu desenvolvimento e gestão. Módulo 2: modelo lógico*. http://arquivos.dglab.gov.pt/wp-content/uploads/sites/16/2013/10/rpa_ml1.pdf
- Boletim Estatístico do Emprego Público*, N.º 20 201 (2020). <https://www.dgaep.gov.pt/upload//DIOEP/2020/BOEP20/DGAEP->

DIOEP_BOEP20_junho2020.pdf

- Borges, M. M., Sanz-Casado, E., & González-Valiente, C. L. (2017). A Ciência Aberta: o contributo da Ciência da Informação. *Atas do VIII Encontro Ibérico EDICIC*, 14(2), 99–101. <https://purl.org/sci/atas/edicic2017>
- Bowen, G. (2009). Document analysis as a qualitative research method. *Qualitative Research Journal*, 9(2), 27–40. <https://doi.org/10.3316/QRJ0902027>
- C.M.Loures: *Arquivo Municipal*. (2014). <https://app.cm-loures.pt/portalarquivo/artigo.aspx?artid=14&mnuid=30>
- Câmara Municipal Castelo Branco. (2021). *Arquivo Municipal*. <https://www.cm-castelobranco.pt/municepe/atendimento-municipal/arquivo-municipal/#>
- Câmara Municipal da Amadora. (2005, Outubro). *Regulamentos*. <https://www.cm-amadora.pt/municipio/regulamentos/451-diversos-regulamentacao-especial.html>
- Câmara Municipal da Amadora. (2020). *CMAMD*. <https://www.cm-amadora.pt/cultura/conhecer-a-amadora.html>
- Guia Digital Arquivo Histórico Municipal de Cascais, 8ª Edição (2019). <https://doi.org/978-972-637-298-1>
- Câmara Municipal de Castelo Branco. (2021, Janeiro). *Caracterização: Território e População*. <https://www.cm-castelobranco.pt/investidor/territorio-dinamico-e-inovador/caracterizacao/>
- Regulamento de funcionamento das bibliotecas municipais, arquivo municipal e centro de estudos de história local, 18681 (2009).
- Regulamento do Arquivo Municipal de Miranda do Corvo, 1 (2001). [https://cm-mirandadorcovo.pt/upload_files/1/1/Regulamentos/36 Regulamento do Arquivo Municipal de Miranda do Corvo.pdf](https://cm-mirandadorcovo.pt/upload_files/1/1/Regulamentos/36%20Regulamento%20do%20Arquivo%20Municipal%20de%20Miranda%20do%20Corvo.pdf)
- CIMBB. (2021). *A Beira Baixa*. <http://www.cimbb.pt/a-beira-baixa.aspx>
- CM Abrantes - *Arquivo Municipal Eduardo Campos*. (2015). <http://cm-abrantes.pt/index.php/pt/2014-12-09-16-55-06/arquivo-municipal-eduardo-campos>
- CM Sardoal - *ARQUIVO MUNICIPAL*. (2021). <http://www.cm-sardoal.pt/index.php/pt/viver/cultura/arquivo-municipal>
- CM Vila Nova da Barquinha - *Arquivo Municipal*. (2021). <http://www.cm-vnbarquinha.pt/index.php/servicos-2/126-cultura#arquivo-municipal>
- Código de Ética para os Profissionais de Informação em Portugal*. (1999). 1–6.
- Comunicação*. (2019). Arquivo Municipal de Montemor-o-Velho. <https://www.cm->

montemorvelho.pt/index.php/municipio/comunicacao/item/3686-arquivo-municipal-de-montemor-o-velho-novo-horario-de-atendimento

Coutinho, C. P. (2014). *Metodologia de Investigação em Ciências Sociais e Humanas: teoria e prática* (2ª edição). Edições Almedina, S.A.

Cronologia Histórica de Almeirim - Um concelho com futuro. (2020). Câmara Municipal de Almeirim. <https://www.cm-almeirim.pt/conhecer-almeirim/historia/item/149-cronologia-historica-de-almeirim>

Decreto-Lei n.º 121/2008 de 11 de Julho, 4347 (2008).
<https://dre.pt/application/conteudo/456561>

Decreto-Lei n.º 121/92, de 2 de Julho, Pub. L. No. Diário da República-I Série-A N.º 150 (1992). <https://dre.pt/application/conteudo/291844>

Decreto Lei 247-91, 3510 (1991). <https://dre.pt/application/conteudo/668103>

Deliberação n.º 1329/2019, 17140 (2019).
<https://dre.pt/application/conteudo/127542892>

Despacho 8499/2018, Pub. L. No. 8499/2018, Diário da República n.º 169/2018, Série II de 2018-09-03 24684 (2018). [https://dre.pt/web/guest/pesquisa/-/search/116273757/details/normal?q=Despacho+n.º 8499%2F2018](https://dre.pt/web/guest/pesquisa/-/search/116273757/details/normal?q=Despacho+n.º+8499%2F2018)

Despacho n.º 10603/2015, 27476 (2015). <https://dre.pt/application/conteudo/70361345>

Despacho n.º 11114/2018, Pub. L. No. Diário da República, 2.ª série, N.º 228, 31571 (2018).

Despacho n.º 11532/2020, Pub. L. No. Despacho n.º 11532/2020, 230 (2020).
https://www.cm-azambuja.pt/images/pdfs/Regulamentos/2020/20201120_Regulamento_Org_Servicos_Municipais_final_DR.pdf?t=1605891683

Despacho n.º 11790/2020, 190 (2020). <https://dre.pt/application/conteudo/149840056>

Despacho n.º 12471/2015, 31932 (2015). <https://dre.pt/application/conteudo/70907817>

Despacho n.º 12479/2019, 325 (2019). https://cm-lourinha.pt/upload_files/1/4/Municipio/CamaraMunicipal/Organograma/regulamentoorganico.pdf

Despacho n.º 1332/2020, Pub. L. No. Diário da República, 2.ª série, N.º 20, 308 (2020).
[https://cms.cm-alcobaca.pt/upload_files/client_id_1/website_id_2/Autarquia/Camara_Municipal/organizacao_serv_municipais/Despacho_1332_2020 - DR nº20_29jan.pdf](https://cms.cm-alcobaca.pt/upload_files/client_id_1/website_id_2/Autarquia/Camara_Municipal/organizacao_serv_municipais/Despacho_1332_2020_-_DR_nº20_29jan.pdf)

Despacho n.º 1444/2020, Diário da República, 2.ª série, N.º 21 420 (2020).
https://www.cm-soure.pt/docs/20200203_EstruturaOrganicaRegulamento.pdf

Despacho n.º 1449/2013, Pub. L. No. Diário da República, 2.ª série — N.º 16 — 23 de janeiro de 2013, 3320 (2013). <https://dre.pt/application/conteudo/3182590>

Despacho n.º 198/2020, 262 (2020). <https://cm-condeixa.pt/regulamentos/2020/Regulamento.pdf>

Despacho n.º 2052/2014, Pub. L. No. Diário da República, 2.ª série — N.º 27 — 7 de fevereiro de 2014, 3969 (2014). <https://dre.pt/application/conteudo/2461480>

Despacho n.º 2070/2011, Pub. L. No. Diário da República, 2.ª série — N.º 19 — 27 de Janeiro de 2011, 5532 (2011). <https://www.cm-arganil.pt/wp-content/uploads/2015/10/regulamento-dos-servicos-municipais-cm-arganil.pdf>

Despacho n.º 3800/2020, 385 (2020). <https://www.cm-mira.pt/sites/default/files/regulamento.pdf>

Despacho n.º 5022/2020, 196 (2020).

Despacho n.º 555/2014, Pub. L. No. Diário da República, 2.ª série — N.º 7 — 10 de janeiro de 2014 921, 921 (2014).

Despacho n.º 556/2014, 938 (2014). https://www.cm-figfoz.pt/cmfigueiradafoz/uploads/document/file/47/regulamento_de_organizacao_dos_servicos_municipais_da_camara_municipal_da_figueira_da_foz.pdf

Despacho n.º 662/2019, Pub. L. No. Diário da República, 2.ª série — N.º 9 — 14 de janeiro de 2019, 1766 (2019). <https://dre.pt/application/conteudo/117753768>

Despacho n.º 672/2013, Diário da República, 2.ª série — N.º 7 — 10 de janeiro de 2013 1451 (2013). <https://www.cm-castanheiradepera.pt/pic/documentos/despacho-672-2013.pdf>

Despacho n.º 7159/2016, Diário da República, 2.ª série, N.º 104 17092 (2016).
<https://dre.pt/application/conteudo/74574500>

Despacho n.º 7949/2020, Pub. L. No. Regulamento da Organização dos Serviços Municipais da Câmara Municipal de Cantanhede, 301 (2020).
<https://dre.pt/web/guest/home/-/dre/140210223/details/maximized?jp=true>

Despacho n.º 8412/2020, 173 (2020). <http://cm-abrantes.pt/images/documentos/municipio/camara-municipal/recursos-humanos/estrutura-organica/Estrutura Flexivel 2020.pdf>

Destaque Oeste Portugal - Oeste CIM. (2021).

- <http://www.oestecim.pt/CustomPages/ShowPage.aspx?pageid=bd0e3ab6-4a6c-42f3-ad6f-4f7211491f17>
- Diretório BAD*. (2015). https://www.bad.pt/diretorio/?page_id=402
- Divisão de Turismo e Cultura - Município da Mealhada*. (2021). http://www.cm-mealhada.pt/menu/708/Divisao_de_Turismo_e_Cultura
- Edital n.º 188/2002 (2.ª série) — AP, 100 (2002). <https://dre.pt/application/file/1618215>
- Edital n.º 404/2009, 16979 (2009).
- Estágios PEPAL*. (2020). Câmara Municipal de Alvaiázere. <https://www.cm-alvaiazere.pt/index.php/viver/municipio/recursos-humanos?start=1>
- Esteves, António; Azevedo, J. (1998). *Metodologias Qualitativas para as Ciências Sociais* (Faculdade de Letras da Universidade do Porto (Ed.)). Instituto de Sociologia.
- Estrutura e Organização dos Serviços*. (2020). Município de Salvaterra de Magos. <https://www.cm-salvaterrademagos.pt/autarquia/informacao-autarquica/recursos-humanos/mapa-de-pessoal-e-organograma/4601-estrutura-organica-dos-servicos-do-municipio-de-salvaterra-de-magos-2020/file>
- Estrutura Orgânica dos Serviços de Município - Organograma, 1 (2020).
- Fernandes, P. S. (2016). De espaços de memórias a arquivos de e para todos: o caso do Arquivo Municipal de Penafiel. *Jornadas de Arquivos Municipais Ibero-Americanas*, 1–7.
- Ficha de atribuições e competências*. (2020). Município de Penacova. [http://www.cm-penacova.pt/assets/public/images/paginas/files/Recursos_Humanos/Ficha de competência Turismo e Cultura.pdf](http://www.cm-penacova.pt/assets/public/images/paginas/files/Recursos_Humanos/Ficha_de_competencia_Turismo_e_Cultura.pdf)
- Freitas, C., & Marinho, V. (2014). Arquivos Municipais: nótulas ao 4º inquérito nacional. *Actas do Encontro Nacional de Arquivos Municipais*, 0(11). <http://www.bad.pt/publicacoes/index.php/arquivosmunicipais/article/view/1064%5Cnhttp://www.bad.pt/publicacoes/index.php/arquivosmunicipais/article/download/1064/1153>
- Freitas, C., & Marinho, V. (2019). Arquivos Municipais: nótulas ao 6º inquérito nacional. *13º Encontro Nacional Arquivos Municipais*. <https://www.bad.pt/publicacoes/index.php/arquivosmunicipais/article/view/2040>
- Freitas, M. C. V. de, & Silva, C. G. da. (2016). O novo e o atual na Arquivística internacional: a desmaterialização, a interoperabilidade, a organização e o uso da

- informação em evidência (2011-2016). *12º Encontro de Arquivos Municipais: Arquivos municipais: o que há de novo?*, 27.
<http://www.bad.pt/publicacoes/index.php/arquivosmunicipais/article/view/1560/1470>
- Gabriel, G. G. (2017). *A Comunicação nos Arquivos Municipais da área metropolitana de Lisboa* [Universidade de Lisboa]. <https://doi.org/10.21747/21836671/pagespa3>
- Grandes opções do Plano e Orçamento*. (2019). http://cm-tomar.pt/images/CMT/municipio/documentos/portal_transparencia/2018/GrandesOpesPlanoOramento2019.pdf
- Henriques, C. (2008). *PARAM Programa de Apoio à Rede de Arquivos Municipais - Relatório de avaliação*. www.dgarq.gov.pt
- Informações — Câmara Municipal de Coimbra*. (2021). <https://www.cm-coimbra.pt/areas/viver/cultura/arquivo-historico/instituicao>
- Lançamento da Plataforma Digital do Arquivo Municipal de Porto de Mós | Município Porto de Mós*. (2021). https://www.municipio-portodemos.pt/pages/1291?news_id=1457
- Lei n.º 115-88, 5146 (1988). [https://dre.pt/web/guest/pesquisa/-/search/401881/details/maximized?q=Lei+n.º 10%2F97](https://dre.pt/web/guest/pesquisa/-/search/401881/details/maximized?q=Lei+n.º+10%2F97)
- Lei n.º 4/2004, 311 (2004). <https://data.dre.pt/application/conteudo/603475>
- Lei n.º 52/2005 de 31 de agosto, 5186 (2005).
<https://dre.pt/application/conteudo/248262>
- Lei n.º 69-93 de 24 de setembro, 5288 (1993).
<https://dre.pt/application/conteudo/653493>
- Lessard-Hébert, M., Goyette, G., & Boutin, G. (2012). *Investigação qualitativa: fundamentos e práticas (5ª)*. Instituto Piaget.
- Lima, M. J. P. de. (1992). Os Arquivistas, a Formação, a Profissão. *Cadernos BAD*, 2, 21–27.
<https://www.bad.pt/publicacoes/index.php/cadernos/article/viewFile/2318/2082>
- Machado, M. B. P. (2004). A gestão dos documentos públicos municipais. *MÉTIS: história & cultura* – v. 3, n. 5, 115–127.
- Mapa Anual Global Consolidado de Recrutamentos Autorizados*. (2020).
https://www.cm-figfoz.pt/cmfigueiradafoz/uploads/document/file/2739/despacho_mapa_pessoal_c

mfigfoz.pdf

- Mapa de Pessoal.* (2018). https://www.cm-penamacor.pt/cm-penamacor/uploads/writer_file/document/226/org_mp_2018.pdf
- Mapa de Pessoal.* (2020a). https://www.cm-odivelas.pt/cm-odivelas/uploads/document/file/6560/mapa_de_pessoal_2020___aprovado.pdf
- Mapa de Pessoal.* (2020b). https://www.cm-odivelas.pt/cm-odivelas/uploads/document/file/6560/mapa_de_pessoal_2020___aprovado.pdf
- Mapa de Pessoal.* (2020c). <http://www.cm-gois.pt/files/10680.pdf>
- Mapa de Pessoal.* (2020d). https://www.cm-mira.pt/sites/default/files/mapa_pessoal2020.pdf
- Mapa de Pessoal.* (2021). <https://www.cm-condeixa.pt/recursosHumanos/2020/MAPA-DE-PESSOAL-2021.pdf>
- Mapa de Pessoal* (p. 44). (2020e). Câmara Municipal de Salvaterra de Magos. <https://www.cm-salvaterrademagos.pt/autarquia/informacao-autarquia/recursos-humanos/mapa-de-pessoal-e-organograma/4605-estrutura-de-mapa-de-pessoal-do-municipio-de-salvaterra-de-magos-2020/file>
- Mapa de Pessoal* . (2021). https://www.cm-alvaiazere.pt/images/Doc_2020I_34898_ANX_2mapa_pessoal2021.pdf
- Mapa de pessoal 2020.* (2020). Município de Penela. <http://cm-penela.pt/uploads/e605af4a005c9ae727e02da0d4527250.pdf>
- Mapa de Pessoal 2020.* (2020). <https://www.cm-montemorvelho.pt/index.php/municipio/camara-municipal/recursos-humanos/mapas-de-pessoal>
- Mapa de Pessoal 2021.* (2021a). https://www.cm-coimbra.pt/wp-content/uploads/2021/02/Edital_10_2021.pdf
- Mapa de Pessoal 2021.* (2021b). <https://www.cm-montemorvelho.pt/index.php/municipio/camara-municipal/recursos-humanos/mapas-de-pessoal>
- Mapa de Pessoal 2021.* (2021c). Município de Soure. <https://www.cm-soure.pt/docs/recursoshumanos/mapapessoal2021.pdf>
- Mapa de Pessoal da Câmara Municipal de Alpiarça para o Ano de 2021.* (2021).

http://www.cm-porto.pt/assets/misc/documentos/Direções municipais/Recursos Humanos/Mapa Pessoa 2016_publicado no site _cmp.pdf

Mapa de Pessoal para o Ano de 2020. (2020). https://www.cm-azambuja.pt/images/pdfs/RH/2020/Mapa_Pessoal_2020-1.pdf?t=1592479353

Marconi, M., & Lakatos, E. (2003). Fundamentos de metodologia científica. Em *Editora Atlas S. A.* <https://doi.org/10.1590/S1517-97022003000100005>

Memória Histórica | Município de Vila Franca de Xira. (2021). <https://www.cm-vfxira.pt/pages/149>

Município de Montemor o Velho – Publicações | Facebook. (2019, Setembro 18). <https://www.facebook.com/municipio.montemorvelho/posts/1638914019572492/>

Regulamento Orgânico dos Serviços do Município de Oeiras, Pub. L. No. Despacho n.º 3686/2020, 198 (2020). https://www.cm-oeiras.pt/pt/municipio/camara-municipal/organograma/Documents/Regulamento_Organico_Municipio_de_Oeiras_2020.pdf

Município de Ourém | Arquivo Histórico - Município de Ourém. (2021). <https://www.ourem.pt/areas-de-acao/cultura-e-desporto/cultura/arquivo-municipal/>

Município de Torres Novas - Arquivo municipal. (2021). <https://www.cm-torresnovas.pt/index.php/culture/arquivomunicipal>

Municípios Associados - CIMLT. (2021). <https://www.cimlt.eu/municipios-associados/municipios-associados>

Normas a utilizar no âmbito da Rede Portuguesa de Arquivos. (2010). <http://www.ipq.pt>

Novo Arquivo Municipal de Coimbra vai nascer nas instalações do antigo Hospital Pediátrico. (2021). Coimbra.pt. <https://www.coimbra.pt/2020/11/novo-arquivo-municipal-de-coimbra-vai-nascer-nas-instalacoes-do-antigo-hospital-pediatico/>

O Arquivo - Portal do Município de Pombal. (2021). <https://www.cm-pombal.pt/arquivo-municipal/o-arquivo/>

O MIRANTE | Arquivo Municipal de Abrantes. (2020, Junho 9). <https://omirante.pt/sociedade/2020-06-09-Arquivo-Municipal-de-Abrantes-trabalha-para-o-seculo-XXI-mas-continua-a-olhar-para-a-historia>

Oeiras | UCCLA. (2021). <https://www.uccla.pt/membro/oeiras>

Orçamento Grandes Opções do Plano 2020. (2020). <https://www.cm-riomaior.pt/municipio/documentacao/documentos-de-gestao/ano-2020/1606->

orcamento-2020/file

Organigrama. (2017). https://www.cm-peniche.pt/cm-peniche/uploads/document/file/48/organigramacmp_12out2017.pdf

Organigrama da Câmara Municipal de Mação. (2013). Câmara Municipal de Mação. http://www.cm-macao.pt/images/Recursos_Humanas/Organigrama.pdf

Organograma. (2012). <http://www.cm-gois.pt/files/4213.pdf>

Organograma. (2020). https://cm-lourinha.pt/upload_files/1/4/Municipio/CamaraMunicipal/Organograma/ORGANOGRAMACML2020.pdf

Organograma. (2021a). https://www.cm-oleiros.pt/ficheiros/conteudos/1389115897Organograma_Oleiros.pdf

Organograma. (2021b). <https://www.cm-coimbra.pt/wp-content/uploads/2019/09/Organograma-Reestruturação-2019-v8-13-05-2019-pós-reunião-Câmara.pdf>

Organograma. (2021c). https://www.cm-figfoz.pt/cmfigueiradafoz/uploads/document/file/2939/altorganogset2020_data.pdf

Organograma. (2021d). <http://www.cm-pampilhosadaserra.pt/cm-pampilhosadaserra/uploads/document/file/1088/Organograma.pdf>

Organograma. (2021e). <http://www.cm-tvedras.pt/assets/upload/paginas/2021/02/02/organogramacmtv2021/organogramacmtv2021.pdf>

Organograma - Câmara Municipal de Chamusca. (2021). <https://www.cm-chamusca.pt/autarquia/organograma>

Organograma Condeixa-a-Nova. (2021). <https://cm-condeixa.pt/regulamentos/2020/Organograma.pdf>

Organograma do Município de Coimbra, (2019). <https://www.cm-coimbra.pt/wp-content/uploads/2019/09/Organograma-Reestruturação-2019-v8-13-05-2019-pós-reunião-Câmara.pdf>

Organograma dos Serviços Municipais. (2021). <https://www.cm-vvrodao.pt/media/1206254/Organograma-2-.pdf>

Organograma dos Serviços Municipais de Ferreira do Zêzere. (2012). [file:///C:/Users/Lúcia/Desktop/regulamentos/organograma_2012 ferreira do](file:///C:/Users/Lúcia/Desktop/regulamentos/organograma_2012%20ferreira%20do)

zezere.pdf

Organograma Figueiró dos Vinhos. (2019).

<http://library1.nida.ac.th/termpaper6/sd/2554/19755.pdf>

Organograma Municipal 2020, Câmara Municipal da Golegã (2020).

<http://publications.lib.chalmers.se/records/fulltext/245180/245180.pdf>
<https://hdl.handle.net/20.500.12380/245180>
<http://dx.doi.org/10.1016/j.jsames.2011.03.003>
<https://doi.org/10.1016/j.gr.2017.08.001>
<http://dx.doi.org/10.1016/j.precamres.2014.12>

Peixoto, A. M. (1997). Os Arquivos Municipais e a Administração: Perspectivas e Desafios. *IV Encontro Nacional de Arquivos Municipais*.

Peixoto, A. M. (2002). Arquivos Municipais: Evolução e Afirmação. *Cadernos de Biblioteconomia, Arquivística e Documentação*, 96–104.

Peixoto, A. M. (2011). Gestão da Informação na Administração Municipal: passado, presente e futuro. *10º ENCONTRO NACIONAL DE ARQUIVOS MUNICIPAIS - Secção de Arquivos Municipais*, 1.

<https://www.bad.pt/publicacoes/index.php/arquivosmunicipais/article/view/154>

Peixoto, A. M. (2019). Os arquivos municipais na consolidação da nossa democracia. *13º Congresso Nacional de Arquivos Municipais*, 182–187.

Perdigão, M. (2020). *O lugar dos arquivos nas políticas públicas portuguesas (1976-2019)*.

Pica, L. (2007). Comunicar o Arquivo Municipal de Lisboa. *Cadernos do Arquivo Municipal*.

Pinto, C. M. (2018). *A empregabilidade dos diplomados do mestrado em Ciências da Documentação e Informação*. Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.

Plano de Atividades - Func. Plano. (2020). <https://www.cm->

[odivelas.pt/cmodivelas/uploads/document/file/6597/plano_de_atividades_municipais__func__plano.pdf](https://www.cm-odivelas.pt/cmodivelas/uploads/document/file/6597/plano_de_atividades_municipais__func__plano.pdf)

Plano de Atividades Municipais. (2019). <https://www.cm->

[odivelas.pt/cmodivelas/uploads/document/file/5888/plano_de_atividades_municipais.pdf](https://www.cm-odivelas.pt/cmodivelas/uploads/document/file/5888/plano_de_atividades_municipais.pdf)

Plano de Atividades Municipal (Vol. 44). (2018). <https://www.cm->

[odivelas.pt/cmodivelas/uploads/document/file/3253/plano_atividades_municipais.pdf](https://www.cm-odivelas.pt/cmodivelas/uploads/document/file/3253/plano_atividades_municipais.pdf)

- Plano de Contingência - Covid-19. (2020). Em *Município do Entroncamento*.
https://cmecultura.files.wordpress.com/2020/10/plano-de-contingencia-covid19_arquivo-municipal_assinado-1.pdf
- População – CIM – Região de Coimbra*. (2017). <https://www.cim-regiaodecoimbra.pt/viver/populacao/>
- PORDATA - Densidade populacional*. (2021).
<https://www.pordata.pt/DB/Municipios/Ambiente+de+Consulta/Tabela>
- Portal Regional do Médio Tejo*. (2021). <https://mediotejo.pt/index.php/menu-regiao>
- Portaria nº 503/86 , 9 de Setembro, 2468 (1986).
<https://dre.pt/application/conteudo/220138>
- PRADIM | Cascais Cultura*. (2021). <https://cultura.cascais.pt/list/arquivo-historico/pradim>
- Proposta de Organograma e Quadro Funcional das Unidades Orgânicas*. (2019).
https://cm-serta.pt/images/Camara_Municipal/Estrutura_Organica/2019/Proposta_de_Organograma_e_Quadro_Funcional_das_Unidades_Organicas.pdf
- Quivy, R., & Campenhoudt, L. Van. (2005). *Manual de Investigação em Ciências Sociais* (4.^a). Gradiva.
- Referenciais da Qualificação*. (2008).
<http://www.catalogo.anqep.gov.pt/Qualificacoes/Referenciais/1729>
- Regulamento Arquivístico Municipal*. (2007). http://www.cm-viladerei.pt/images/regulamentos/regulamento_arquivo.pdf
- Regulamento da Estrutura Orgânica dos Serviços Municipais*. (2012, Dezembro). Município de Góis. <http://www.cm-gois.pt/files/4214.pdf>
- Regulamento da Estrutura Orgânica Flexível da Câmara Municipal de Castelo Branco, Pub. L. No. Deliberação n.º 930/2015, 13596 (2015). <https://www.cm-castelobranco.pt/media/2289/estrutura-flexivel-dre.pdf>
- Regulamento da Organização dos Serviços da Câmara Municipal de Porto de Mós, 1 (2013). https://www.municipio-portodemos.pt/cmportomos/uploads/document/file/178/regulamento_organizacao_servicos_cmpm_2013.pdf
- Regulamento da Organização dos Serviços do Município de Arruda dos Vinhos, 1 (2019).

file:///C:/Users/Lúcia/Desktop/regulamentos/Regulamento_de_Reorganização_dos_Serviços_Municipais_2019 arruda.pdf

Regulamento da Organização dos Serviços Municipais da Câmara Municipal de Montemor-o-Velho, 13094 (2019). <https://www.cm-montemorvelho.pt/index.php/municipio/camara-municipal/documentacao/regulamentos>

Regulamento de Acesso e Utilização do Arquivo Municipal de Loures. (2016).

Regulamento de Organização dos Serviços do Município de Alpiarça, 1 (2018). https://www.cm-alpiarca.pt/files/RECURSOS_HUMANOS/Rosma_versao_junho_2018_aprovado.pdf

Regulamento de Organização dos Serviços Municipais, 1 (2015). http://www.cm-pampilhosadaserra.pt/cmpampilhosadaserra/uploads/document/file/1089/Regulamento_Organiza_o_dos_servi_os_2018.pdf

Regulamento do Arquivo da Câmara Municipal de Alpiarça, 32295 (2007). <https://www.cm-alpiarca.pt/images/stories/regulamentos/RegArquivoCma.pdf>

Regulamento do Arquivo da Câmara Municipal de Benavente, 21 (2004).

Regulamento Do Arquivo da Câmara Municipal de Coruche, 1 (2007).

Regulamento do Arquivo do Município da Amadora, 15 (2005). https://www.cm-amadora.pt/images/artigos/extra/amadorainforma/regulamentos/diversos/bm_31out_2005_reg_arquivo.pdf

Regulamento Do Arquivo Do Município de Arganil, 1 (2012).

Regulamento do Arquivo Geral da Câmara Municipal de Sardoal, 1 (2011). http://www.cm-sardoal.pt/images/CMS/Viver/Loja_Cidadão/arquivo/Regulamento_Arquivo.pdf

Regulamento do Arquivo Municipal, (2010). <https://www.cm-penamacor.pt/cmpenamacor/uploads/document/file/158/regarquivomunicipal.pdf>

Regulamento Do Arquivo Municipal, 11137 (2008). https://www.cm-santarem.pt/?option=com_phocadownload&view=category&id=76&Itemid=987

Regulamento do Arquivo Municipal de Cantanhede, 1 (2005). <https://www.cm-cantanhede.pt/mcsite/documentos>

Regulamento do Arquivo Municipal de Cascais, 1 (2016). [https://rua.ua.es/dspace/bitstream/10045/10998/3/Práctica N° 3 _Granulometria L.pdf](https://rua.ua.es/dspace/bitstream/10045/10998/3/Práctica_Nº_3_Granulometria_L.pdf)

Regulamento do Arquivo Municipal de Montemor-o-Velho, 1 (2002). <https://www.cm-montemorvelho.pt/index.php/municipio/comunicacao/regulamentos?start=60>

Regulamento n.º 2/2018 — Regulamento Orgânico dos Serviços Municipais, Pub. L. No. Despacho n.º 7069/2018, 20075 (2018). https://www.cm-vfxira.pt/cmvmfxira/uploads/writer_file/document/22604/reg_org_cmvmfx2018.pdf

Regulamento n.º 459/2019, Pub. L. No. Diário da República, 2.ª série — N.º 100 — 24 de maio de 2019, 16237 (2019). <https://dre.pt/application/conteudo/122393479>

Regulamento n.º 463/2018, 20233 (2018). <https://dre.pt/application/conteudo/115777503>

Regulamento n.º 757/2019, 204 (2019). <https://dre.pt/application/conteudo/125016413>

Regulamento n.º 814/2019, Diário da República, 2.ª série, N.º 200 197 (2019). https://www.cm-alvaiazere.pt/images/01-geral-imgs-docs/01-municipio/06-recursos-humanos/01-Mapa-Pessoal/regulamento_organizaçãocma.pdf

Regulamento Orgânico dos Serviços do Município de Pedrógão Grande (Patent N. Despacho n.º 10142/2020). (2020). Diário da República, 2.ª série PARTE H, N.º 205. <https://www.cm-pedrogaogrande.pt/images/stories/municipio/camaramunicipal/regulamentoorganico/organico.pdf>

Relatório de Contas. (2019). <http://www.cm-idanhanova.pt/media/330601/RC2019.pdf>

REOT 2015 Relatório do Estado do Ordenamento do Território: Vol. I. (2016). https://www.lisboa.pt/fileadmin/cidade_temas/urbanismo/planeamento_urbano/estudos_planos/REOT/REOT_2015.pdf

Retorno de Informação aos Respondentes Municípios: Abrantes. (2019).

Retorno de Informação aos Respondentes Municípios: Alcanena. (2019).

Retorno de Informação aos Respondentes Municípios: Alcobaça. (2019).

Retorno de Informação aos Respondentes Municípios: Alenquer. (2019). www.ine.pt

Retorno de Informação aos Respondentes Municípios: Almeirim. (2019).

Retorno de Informação aos Respondentes Municípios: Alpiarça. (2019).

Retorno de Informação aos Respondentes Municípios: Alvaiázere. (2019).

Retorno de Informação aos Respondentes Municípios: Amadora. (2019). www.ine.pt

Retorno de Informação aos Respondentes Municípios: Ansião. (2019).

Retorno de Informação aos Respondentes Municípios: Arganil. (2019).

Retorno de Informação aos Respondentes Municípios: Arruda dos Vinhos. (2019).

Retorno de Informação aos Respondentes Municípios: Azambuja. (2019).

Retorno de Informação aos Respondentes Municípios: Batalha. (2019).

Retorno de Informação aos Respondentes Municípios: Benavente. (2019).

Retorno de Informação aos Respondentes Municípios: Bombarral. (2019).

Retorno de Informação aos Respondentes Municípios: Cadaval. (2019).

Retorno de Informação aos Respondentes Municípios: Caldas da Rainha. (2019).

www.ine.pt

Retorno de Informação aos Respondentes Municípios: Cantanhede. (2019).

Retorno de Informação aos Respondentes Municípios: Cartaxo. (2019).

Retorno de Informação aos Respondentes Municípios: Cascais. (2019).

https://www.ine.pt/documentos/municipios/1105_2019.pdf

Retorno de Informação aos Respondentes Municípios: Castanheira de Pêra. (2019).

Retorno de informação aos respondentes municípios: Castelo Branco. (2020).

Retorno de Informação aos Respondentes Municípios: Chamusca. (2019).

Retorno de Informação aos Respondentes Municípios: Coimbra. (2019).

Retorno de Informação aos Respondentes Municípios: Condeixa-A-Nova. (2019).

Retorno de Informação aos Respondentes Municípios: Constância. (2019).

Retorno de Informação aos Respondentes Municípios: Coruche. (2019).

Retorno de Informação aos Respondentes Municípios: Entroncamento. (2019).

Retorno de Informação aos Respondentes Municípios: Ferreira do Zêzere. (2019).

Retorno de Informação aos Respondentes Municípios: Figueira da Foz. (2019).

Retorno de Informação aos Respondentes Municípios: Figueiró dos Vinhos. (2019).

Retorno de Informação aos Respondentes Municípios: Góis. (2019).

Retorno de Informação aos Respondentes Municípios: Golegã. (2019).

Retorno de Informação aos Respondentes Municípios: Idanha-a-Nova. (2020).

Retorno de Informação aos Respondentes Municípios: Leiria. (2019).

Retorno de Informação aos Respondentes Municípios: Lisboa. (2019).

Retorno de Informação aos Respondentes Municípios: Lousã. (2019).

Retorno de Informação aos Respondentes Municípios: Mação. (2019).

Retorno de Informação aos Respondentes Municípios: Mafra. (2019).

Retorno de Informação aos Respondentes Municípios: Marinha Grande. (2019).

Retorno de Informação aos Respondentes Municípios: Mealhada. (2019).

Retorno de Informação aos Respondentes Municípios: Mira. (2019).

Retorno de Informação aos Respondentes Municípios: Miranda do Corvo. (2019).

Retorno de Informação aos Respondentes Municípios: Montemor-O-Velho. (2019).

Retorno de Informação aos Respondentes Municípios: Mortágua. (2019).

Retorno de Informação aos Respondentes Municípios: Nazaré. (2019).

Retorno de Informação aos Respondentes Municípios: Óbidos. (2019).

Retorno de Informação aos Respondentes Municípios: Odivelas. (2019).

Retorno de Informação aos Respondentes Municípios: Oeiras. (2019).

Retorno de Informação aos Respondentes Municípios: Oleiros. (2020).

Retorno de Informação aos Respondentes Municípios: Oliveira do Hospital. (2019).

Retorno de Informação aos Respondentes Municípios: Ourém. (2019).

Retorno de Informação aos Respondentes Municípios: Pampilhosa da Serra. (2019).

Retorno de Informação aos Respondentes Municípios: Pedrógão Grande. (2019).

Retorno de Informação aos Respondentes Municípios: Penacova. (2019).

Retorno de Informação aos Respondentes Municípios: Penamacor. (2020).

Retorno de Informação aos Respondentes Municípios: Penela. (2019).

Retorno de Informação aos Respondentes Municípios: Peniche. (2019). www.ine.pt

Retorno de Informação aos Respondentes Municípios: Pombal. (2019).

Retorno de Informação aos Respondentes Municípios: Porto de Mós. (2019).

Retorno de Informação aos Respondentes Municípios: Proença-A-Nova. (2020).

Retorno de Informação aos Respondentes Municípios: Rio Maior. (2019).

Retorno de Informação aos Respondentes Municípios: Salvaterra de Magos. (2019).

Retorno de Informação aos Respondentes Municípios: Santarém. (2019).

Retorno de Informação aos Respondentes Municípios: Sardoal. (2019).

Retorno de Informação aos Respondentes Municípios: Sertã. (2019).

Retorno de Informação aos Respondentes Municípios: Sintra. (2020).

Retorno de Informação aos Respondentes Municípios: Sobral de Monte Agraço. (2019).

Retorno de Informação aos Respondentes Municípios: Soure. (2019).

Retorno de Informação aos Respondentes Municípios: Tábua. (2019).

Retorno de Informação aos Respondentes Municípios: Tomar. (2019).

Retorno de Informação aos Respondentes Municípios: Torres Novas. (2019).

Retorno de Informação aos Respondentes Municípios: Torres Vedras. (2019).

Retorno de Informação aos Respondentes Municípios: Vila de Rei. (2019).

Retorno de Informação aos Respondentes Municípios: Vila Franca de Xira. (2019).

- Retorno de Informação aos Respondentes Municípios: Vila Nova da Barquinha.* (2019).
- Retorno de Informação aos Respondentes Municípios: Vila Nova de Poiares.* (2019).
- Retorno de Informação aos Respondentes Municípios: Vila Velha de Ródão.* (2020).
- Retorno de Informação aos Respondentes Municípios: Lourinhã.* (2019). www.ine.pt
- Ribeiro, F. (1995). Os Arquivos municipais portugueses : considerações em torno de um inquérito. *Cadernos de Estudos Municipais*, 2/3, 11–42.
- Ribeiro, F. A. (1998). *O acesso à informação nos arquivos*. Universidade do Porto.
- Ribeiro, M. C., Couto, S., Da Conceição, A., & Ferreira, S. (sem data). *A importância da transparência e accountability na administração local*. Obtido 4 de Julho de 2021, de https://www.occ.pt/dtrab/trabalhos/xviicica/finais_site/225.pdf
- Sabóia, J. (2011). *Os Arquivos Municipais : a sua crescente importância na administração e na sociedade algarvia*. 3.
- Serviço Cultural e Educativo - Portal do Município de Pombal.* (2021). <https://www.cm-pombal.pt/arquivo-municipal/servico-cultural-e-educativo/>
- Serviço de consulta online | C.M. Leiria.* (2021). https://www.cm-leiria.pt/pages/617?news_id=2775
- Serviços, Consulta e Pesquisa - Portal do Município da Batalha.* (2020). <https://www.cm-batalha.pt/areas-de-intervencao/cultura/arquivo-historico/servicos-consulta-e-pesquisa>
- Silva, A. M. da. (1998, Junho 9). Recensões. *Cadernos de Estudos Municipais*, 9, 121–128. <https://doi.org/10.1017/CBO9781107415324.004>
- Silva, A. M. da, & Ribeiro, F. (2004). Formação, perfil e competências do profissional da Informação. *Actas do Congresso Nacional de Bibliotecários, Arquivistas e Documentalistas*, 1–9. <http://www.bad.pt/publicacoes/index.php/congressosbad/article/view/622>
- Silva, C. G. da. (2008). O papel da arquivística na gestão da qualidade das organizações. *Convergindo: 2º Seminário Nacional de Arquivos, Bibliotecas, Centros de Documentação e Museus*.
- Silva, C. G. da. (2010). *Investigação Documental*. 9(1), 76–99.
- Silva, C. G. da. (2019). O lugar dos arquivos municipais nas políticas públicas governamentais em Portugal (1976-2018). Em G. de P. G. D. A. UFF/CNPq (Ed.), *Arquivos Fluminenses no Contexto Ibero-Americano* (pp. 27–48).
- Silva, C. G. da. (2007). Os Arquivos Municipais e a Modernização Administrativa. VII

Encontro de Arquivos Municipais, 1–19.

<http://www.bad.pt/publicacoes/index.php/arquivosmunicipais/article/viewFile/82/54>

Silvestre, H. C., & Araújo, J. F. (2012). *Metodologia para a Investigação Social*. Escolar Editora.

Síntese Estatística do Emprego Público (SIEP). (2021). DGAEP.

<https://www.dgaep.gov.pt/index.cfm?OBJID=ECA5D4CB-42B8-4692-A96C-8AAD63010A54>

Taylor, Steven J.; Bogdan, Robert; DeVault, M. L. (2016). *Introduction to Qualitative Research Methods A Guidebook and Resource*. Em *Wiley* (4 th Editi). John Wiley & Sons, Inc., Hoboken.

Teixeira, P. (2019). *Balanço Social 2019*. https://www.cm-mafra.pt/cmmafra/uploads/document/file/4971/balanco_social_2019_aprovado.pdf

Tuckman, B. W. (2002). *Manual de Investigação em Educação* (2.^a edição). Fundação Calouste Gulbenkian.

Vale, Ana Queiroz do; Trigueiros, Tiago; Silvano, Sofia; Santos, Isabel; Terezo, Álvaro; Moura, A., Chiolas, Cármen; Santos, E., Henriques, Isabel; Espada, M., & Colaço, Rui; Barreira, Sónia; Branco, Joana; Garcia, Mariana; Campeão, D. (2016). *Plano Diretor Municipal - Proposta de plano*.

Vila Nova de Poiares - Organograma. (2017). <http://cm-vilanovadepoiars.pt/municipio/organograma>